PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

Em 06/05/2004
2ª VARA SJ-DF CARPPA14_3
Fls. 600

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
3) NILO MANOEL MATTIA			
a) 28.86			
Conversão para CR$ = 43.458,82 [22,77 (diferença) x 1.908,60 (URV de 01/06/1994)].			
01/06/1994	630,81	3,61	22,77
01/07/1994	613,84	3,61	22,15
01/08/1994	578,55	3,61	20,88
01/09/1994	649,32	3,61	23,44
01/10/1994	609,62	3,61	22,00
01/11/1994	609,62	3,61	22,00
01/12/1994	4.581,65	3,61	165,39
01/01/1995	1.763,55	3,61	63,66
01/02/1995	793,30	3,61	28,63
01/03/1995	793,30	3,61	28,63
01/04/1995	895,78	3,61	32,33
01/05/1995	895,78	3,61	32,33
01/06/1995	895,78	3,61	32,33
01/07/1995	895,78	3,61	32,33
01/08/1995	895,78	3,61	32,33
01/09/1995	895,78	3,61	32,33
01/10/1995	895,78	3,61	32,33
01/11/1995	6.277,31	3,61	226,61
01/12/1995	1.505,76	3,61	54,35
01/01/1996	977,76	3,61	35,29
01/02/1996	977,76	3,61	35,29
01/03/1996	977,76	3,61	35,29
01/04/1996	977,76	3,61	35,29
01/05/1996	977,76	3,61	35,29
01/06/1996	977,76	3,61	35,29
01/07/1996	977,76	3,61	35,29
01/08/1996	977,76	3,61	35,29
01/09/1996	977,76	3,61	35,29
01/10/1996	977,76	3,61	35,29
01/11/1996	6.149,52	3,61	221,99
01/12/1996	977,76	3,61	35,29
01/01/1997	977,76	3,61	35,29
01/02/1997	977,76	3,61	35,29
01/03/1997	977,76	3,61	35,29
01/04/1997	977,76	3,61	35,29
01/05/1997	977,76	3,61	35,29
01/06/1997	977,76	3,61	35,29
01/07/1997	977,76	3,61	35,29
01/08/1997	977,76	3,61	35,29
01/09/1997	977,76	3,61	35,29
01/01/1998	977,76	3,61	35,29
01/02/1998	977,76	3,61	35,29
01/03/1998	977,76	3,61	35,29
01/04/1998	977,76	3,61	35,29
01/05/1998	977,76	3,61	35,29
01/06/1998	977,76	3,61	35,29

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª VARA SJ Em: 06/05/2004
CARPPA14_3
Fls. 601
Rubrica m

138

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo das matriculas aproveitadas do SIAPE

Órgão / matricula	Nome servidor
	1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO
260000257513	ANA MARIA ORTIZ MACHADO
	2) LOURDES SCHIRMER
260000256982	LOURDES SCHIRMER
	3) NILO MANOEL MATTIA
260000256973	NILO MANOEL MATTIA

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

Em 06/05/2004
CARPPA14_3

2ª VARA FED.
Fls. 602
Rubrica

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo do percentual devido

%	Cálculo	Data inicial	% Devido	Obs
		1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO		
a) 28,86				
28,86	Soma simples	01/01/1993	28,86	
0,00	Diferença capitalizada	01/01/1993	28,86	Fl 310-Execução
		2) LOURDES SCHIRMER		
a) 28,86				
28,86	Soma simples	01/01/1993	28,86	
24,37	Diferença capitalizada	01/01/1993	3,61	Fl 374-Execução
		3) NILO MANOEL MATTIA		
a) 28,86				
28,86	Soma simples	01/01/1993	28,86	
24,37	Diferença capitalizada	01/01/1993	3,61	Fl 410-Execução

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2ª VARA SJ-DF
Fls. 603
Rubrica

2ª Vara SJDF
Fls. 2607
Rubrica

Certidão

Certifico e dou fé que o recurso de apelação interposto pela embargante é tempestivo.
Brasília, 28 de junho de 2005.

Alessandra Lettieri Plá Pujades
Técnico Judiciário - Mat. 13.477

CONCLUSÃO

Nesta data, faço concluso ao MM. Juiz Federal Substituto da 14ª Vara, em exercício na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr.Charles Renaud Frazão de Moraes, do que lavro este termo.
Em 28.07.2005.

Alessandra Lettieri Plá Pujades
Técnico Judiciário-mat. 13.477

DESPACHO

Proc. n°2002.34.00.015325-8

Recebo a apelação da embargante no efeito devolutivo e suspensivo.

Vista aos embargados, apelados, por 15 (quinze) dias.

Após, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Intime(m)-se.

Em 29.07.2005

Charles Renaud Frazão de Moraes
Juiz Federal Substituto da 14ª Vara/DF,
em exercício na 2ª Vara.

(X) **Certifico que**, nesta data, foi publicado no Diário de Justiça, Seção II, o despacho supra.
( ) Deixa de ser publicado o despacho supra, em virtude dos termos da petição que se segue.
( ) Deixa de ser publicado o despacho supra, em virtude de ciência pelo advogado do ( )autor/ ( ) réu.
( ) Foi(ram) expedido(s) _____ mandados e enviado(s) à Central, nesta data.
( ) **Certifico que** a _____ parte do despacho supra foi devidamente cumprida.
( ) Expedi o(s) ofício(s) nº _____, cuja(s) cópia(s) se segue(m).
( ) Expedi a(s) Cartas Precatórias nº _____, cuja(s) cópia(s) se segue(m).
( ) Remeto os autos à(ao) _____.
Brasília, 10 / 08 / 2005.

Secretaria da 2ª Vara - SJDF - Matrícula - _____

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2ªVara SJDF
Fls. 604
Rubrica

CONCLUSÃO
Nesta data, faço conclusos a MM. Juíza Federal Substituta da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, no exercício da titularidade, Dra. Candice Lavocat Galvão Jobim, do que lavro este termo.
Em 17.03.2006.

Maria do Carmo de Sá S. de Matos
Analista Judiciário-mat. 13.347

DESPACHO

Proc. n° 2002.34.00.002288-1

Aguarde-se o julgamento da apelação interposta nos autos dos Embargos à Execução nº 2002.34.00.015325-8.

Em 17.03.2006.

CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM
Juíza Federal Substituta da 2ª Vara/DF,
no exercício da titularidade.

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi publicado(a) no Diário da Justiça, Seção II, o(a) despacho/decisão de fl. supra.

Brasília, 10 de abril de 2006.

Secretaria da 2ª Vara-SJDF

2ª Vara/SJDF
Fl. 605
DF1400555

2ª VARA SJ-DF
Fls. _____
Rubrica _____

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº 2002.34.00.002288-1

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos cópia da Sentença, dos cálculos homologados e do trânsito em julgado trasladados do processo de Embargos à Execução nº 2002.34.00.015325-8, conforme despacho de fl. 470, dos referidos embargos.

Brasília, 30 de agosto de 2016

Alberto Cláudio de Oliveira Galvão
Técnico Judiciário
Matrícula: 1400555

2ª Vara/SJDF
Fl. 606
DF1400555

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

Em 06/05/2004
CARPIM01_1

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1

2ª Vara Federal

Resumo

Parte	Princ. cor/mon	Juros	TOTAL (R$)
1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO	36.728,32	9.633,20	46.361,52
2) LOURDES SCHIRMER	3.221,17	844,74	4.065,91
3) NILO MANOEL MATTIA	4.496,45	1.175,19	5.671,64
Soma:	**44.445,94**	**11.653,13**	**56.099,07**
- Honorários Advocatícios: 10,00% s/ vlr da condenação			5.609,90
- Ressarcimento de custas			5,94
TOTAL DA CONTA			**61.714,91**

- Observações:

a) Cálculos atualizados até **10/2001**.

b) Correção monetária:
- Valor(es) cor/mon pela variação mensal, a partir de cada parcela, pelo(s) indexador(es): UFIR até 12/2000, IPCA-E (2000) em 12/2000, IPCA-E de 01/2001 a 09/2001.

c) Juros de mora:
- A partir de 05/1997, pela(s) taxa(s): 0,50% a.m. simples até 10/2001.
- Taxa(s) aplicada(s) sobre o valor corrigido monetariamente.

Importa o presente cálculo em R$ 61.714,91 (sessenta e um mil, setecentos e quatorze reais e noventa e um centavos).

BRASÍLIA - DF, 06 de maio de 2004.

GEORGE BRAZ FONSECA MATOS
Mat. 13389

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 607
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPIM01_1

130

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R$)
		1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO				
01/01/1993	7.943.294,04	0,0001605690	1.275,44	26,50	337,99	1.613,43
01/02/1993	3.922.491,78	0,0001240202	486,46	26,50	128,91	615,37
01/03/1993	6.279.996,12	0,0000978694	614,61	26,50	162,87	777,48
01/04/1993	6.215.002,80	0,0000776988	482,89	26,50	127,96	610,85
01/05/1993	9.686.330,98	0,0000610168	591,02	26,50	156,62	747,64
01/06/1993	9.686.330,98	0,0000473696	458,83	26,50	121,58	580,41
01/07/1993	13.148.818,02	0,0000363431	477,86	26,50	126,63	604,49
01/08/1993	13.148,81	0,0278155167	365,74	26,50	96,92	462,66
01/09/1993	24.937,42	0,0210734058	525,51	26,50	139,26	664,77
01/10/1993	25.062,73	0,0156815014	393,02	26,50	104,15	497,17
01/11/1993	194.837,66	0,0116017736	2.260,46	26,50	599,02	2.859,48
01/12/1993	88.812,03	0,0086643805	769,50	26,50	203,91	973,41
01/01/1994	204.307,60	0,0063387439	1.295,05	26,50	343,18	1.638,23
01/02/1994	103.502,88	0,0045546684	471,42	26,50	124,92	596,34
01/03/1994	104.901,47	0,0032603570	342,01	26,50	90,63	432,64
01/04/1994	83.049,66	0,0022699507	188,51	26,50	49,95	238,46
01/05/1994	108.958,61	0,0016070452	175,10	26,50	46,40	221,50
01/06/1994	154.291,22	0,0011143811	171,93	26,50	45,56	217,49
01/07/1994	82,05	2,1185937346	173,83	26,50	46,06	219,89
01/08/1994	213,74	2,0135780073	430,38	26,50	114,05	544,43
01/09/1994	275,00	1,9175543098	527,32	26,50	139,73	667,05
01/10/1994	216,07	1,8868515538	407,69	26,50	108,03	515,72
01/11/1994	216,07	1,8516271937	400,08	26,50	106,02	506,10
01/12/1994	1.804,12	1,7984677548	3.244,65	26,50	859,83	4.104,48
01/01/1995	606,13	1,7588679770	1.066,10	26,50	282,51	1.348,61
01/02/1995	304,57	1,7588679770	535,69	26,50	141,95	677,64
01/03/1995	308,02	1,7588679770	541,76	26,50	143,56	685,32
01/04/1995	382,26	1,6856337064	644,35	26,50	170,75	815,10
01/05/1995	345,69	1,6856337064	582,70	26,50	154,41	737,11
01/06/1995	345,69	1,6856337064	582,70	26,50	154,41	737,11
01/07/1995	345,69	1,5735404020	543,95	26,50	144,14	688,09
01/08/1995	345,69	1,5735404020	543,95	26,50	144,14	688,09
01/09/1995	345,69	1,5735404020	543,95	26,50	144,14	688,09
01/10/1995	400,15	1,4967630283	598,92	26,50	158,71	757,63
01/11/1995	1.960,66	1,4967630283	2.934,64	26,50	777,67	3.712,31
01/12/1995	881,34	1,4967630283	1.319,15	26,50	349,57	1.668,72
01/01/1996	221,56	1,4362567395	318,21	26,50	84,32	402,53
01/02/1996	172,01	1,4362567395	247,05	26,50	65,46	312,51
01/03/1996	179,60	1,4362567395	257,95	26,50	68,35	326,30
01/04/1996	183,86	1,4362567395	264,07	26,50	69,97	334,04
01/05/1996	192,39	1,4362567395	276,32	26,50	73,22	349,54
01/06/1996	192,39	1,4362567395	276,32	26,50	73,22	349,54
01/07/1996	192,39	1,3453441393	258,83	26,50	68,58	327,41
01/08/1996	192,39	1,3453441393	258,83	26,50	68,58	327,41
01/09/1996	192,39	1,3453441393	258,83	26,50	68,58	327,41
01/10/1996	192,39	1,3453441393	258,83	26,50	68,58	327,41
01/11/1996	1.595,18	1,3453441393	2.146,06	26,50	568,70	2.714,76
01/12/1996	659,99	1,3453441393	887,91	26,50	235,29	1.123,20
01/01/1997	192,39	1,3067917875	251,41	26,50	66,62	318,03
01/02/1997	192,39	1,3067917875	251,41	26,50	66,62	318,03
01/03/1997	211,78	1,3067917875	276,75	26,50	73,33	350,08
01/04/1997	211,78	1,3067917875	276,75	26,50	73,33	350,08
01/05/1997	211,78	1,3067917875	276,75	26,50	73,33	350,08
01/06/1997	211,78	1,3067917875	276,75	26,00	71,95	348,70
01/07/1997	198,55	1,3067917875	259,46	25,50	66,16	325,62
01/08/1997	211,78	1,3067917875	276,75	25,00	69,18	345,93
01/09/1997	211,78	1,3067917875	276,75	24,50	67,80	344,55
01/01/1998	211,78	1,2383997088	262,26	22,50	59,00	321,26

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 608
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPIM01_1

131

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R$)
			1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO			
01/02/1998	211,78	1,2383997088	262,26	22,00	57,69	319,95
01/03/1998	223,00	1,2383997088	276,16	21,50	59,37	335,53
01/04/1998	223,00	1,2383997088	276,16	21,00	57,99	334,15
01/05/1998	223,00	1,2383997088	276,16	20,50	56,61	332,77
01/06/1998	223,00	1,2383997088	276,16	20,00	55,23	331,39
Total:			**36.728,32**		**9.633,20**	**46.361,52**
			2) LOURDES SCHIRMER			
01/01/1993	1.818.783,80	0,0001605690	292,04	26,50	77,39	369,43
01/02/1993	495.401,86	0,0001240202	61,43	26,50	16,27	77,70
01/03/1993	686.602,40	0,0000978694	67,19	26,50	17,80	84,99
01/04/1993	774.402,94	0,0000776988	60,17	26,50	15,94	76,11
01/05/1993	903.947,25	0,0000610168	55,15	26,50	14,61	69,76
01/06/1993	903.947,25	0,0000473696	42,81	26,50	11,34	54,15
01/07/1993	1.208.305,98	0,0000363431	43,91	26,50	11,63	55,54
01/08/1993	1.208,30	0,0278155167	33,60	26,50	8,90	42,50
01/09/1993	2.383,49	0,0210734058	50,22	26,50	13,30	63,52
01/10/1993	2.402,56	0,0156815014	37,67	26,50	9,98	47,65
01/11/1993	22.511,41	0,0116017736	261,17	26,50	69,21	330,38
01/12/1993	9.765,09	0,0086643805	84,60	26,50	22,41	107,01
01/01/1994	22.233,25	0,0063387439	140,93	26,50	37,34	178,27
01/02/1994	8.162,26	0,0045546684	37,17	26,50	9,85	47,02
01/03/1994	7.990,15	0,0032603570	26,05	26,50	6,90	32,95
01/04/1994	11.889,50	0,0022699507	26,98	26,50	7,14	34,12
01/05/1994	17.886,15	0,0016070452	28,74	26,50	7,61	36,35
01/06/1994	25.537,06	0,0011143811	28,45	26,50	7,53	35,98
01/07/1994	13,54	2,1185937346	28,68	26,50	7,60	36,28
01/08/1994	12,34	2,0135780073	24,84	26,50	6,58	31,42
01/09/1994	14,23	1,9175543098	27,28	26,50	7,22	34,50
01/10/1994	14,23	1,8868515538	26,84	26,50	7,11	33,95
01/11/1994	14,23	1,8516271937	26,34	26,50	6,98	33,32
01/12/1994	133,58	1,7984677548	240,23	26,50	63,66	303,89
01/01/1995	27,24	1,7588679770	47,91	26,50	12,69	60,60
01/02/1995	18,80	1,7588679770	33,06	26,50	8,76	41,82
01/03/1995	18,80	1,7588679770	33,06	26,50	8,76	41,82
01/04/1995	18,80	1,6856337064	31,68	26,50	8,39	40,07
01/05/1995	18,80	1,6856337064	31,68	26,50	8,39	40,07
01/06/1995	18,80	1,6856337064	31,68	26,50	8,39	40,07
01/07/1995	18,80	1,5735404020	29,58	26,50	7,83	37,41
01/08/1995	18,80	1,5735404020	29,58	26,50	7,83	37,41
01/09/1995	18,80	1,5735404020	29,58	26,50	7,83	37,41
01/10/1995	18,80	1,4967630283	28,13	26,50	7,45	35,58
01/11/1995	163,77	1,4967630283	245,12	26,50	64,95	310,07
01/12/1995	18,80	1,4967630283	28,13	26,50	7,45	35,58
01/01/1996	18,80	1,4362567395	27,00	26,50	7,15	34,15
01/02/1996	18,80	1,4362567395	27,00	26,50	7,15	34,15
01/03/1996	18,80	1,4362567395	27,00	26,50	7,15	34,15
01/04/1996	18,80	1,4362567395	27,00	26,50	7,15	34,15
01/05/1996	18,80	1,4362567395	27,00	26,50	7,15	34,15
01/06/1996	18,80	1,4362567395	27,00	26,50	7,15	34,15
01/07/1996	18,80	1,3453441393	25,29	26,50	6,70	31,99
01/08/1996	18,80	1,3453441393	25,29	26,50	6,70	31,99
01/09/1996	18,80	1,3453441393	25,29	26,50	6,70	31,99
01/10/1996	18,80	1,3453441393	25,29	26,50	6,70	31,99
01/11/1996	163,77	1,3453441393	220,32	26,50	58,38	278,70
01/12/1996	18,80	1,3453441393	25,29	26,50	6,70	31,99
01/01/1997	18,80	1,3067917875	24,56	26,50	6,50	31,06
01/02/1997	18,80	1,3067917875	24,56	26,50	6,50	31,06

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 609
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPIM01_1

132

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R$)
			2) LOURDES SCHIRMER			
01/03/1997	18,80	1,3067917875	24,56	26,50	6,50	31,06
01/04/1997	18,80	1,3067917875	24,56	26,50	6,50	31,06
01/05/1997	18,80	1,3067917875	24,56	26,50	6,50	31,06
01/06/1997	18,80	1,3067917875	24,56	26,00	6,38	30,94
01/07/1997	18,80	1,3067917875	24,56	25,50	6,26	30,82
01/08/1997	18,80	1,3067917875	24,56	25,00	6,14	30,70
01/09/1997	18,80	1,3067917875	24,56	24,50	6,01	30,57
01/01/1998	18,80	1,2383997088	23,28	22,50	5,23	28,51
01/02/1998	18,80	1,2383997088	23,28	22,00	5,12	28,40
01/03/1998	18,80	1,2383997088	23,28	21,50	5,00	28,28
01/04/1998	18,80	1,2383997088	23,28	21,00	4,88	28,16
01/05/1998	18,80	1,2383997088	23,28	20,50	4,77	28,05
01/06/1998	18,80	1,2383997088	23,28	20,00	4,65	27,93
Total:			**3.221,17**		**844,74**	**4.065,91**
			3) NILO MANOEL MATTIA			
01/01/1993	737.052,01	0,0001605690	118,34	26,50	31,36	149,70
01/02/1993	689.965,34	0,0001240202	85,56	26,50	22,67	108,23
01/03/1993	575.750,57	0,0000978694	56,34	26,50	14,93	71,27
01/04/1993	720.800,08	0,0000776988	56,00	26,50	14,84	70,84
01/05/1993	1.433.358,65	0,0000610168	87,45	26,50	23,17	110,62
01/06/1993	1.164.403,09	0,0000473696	55,15	26,50	14,61	69,76
01/07/1993	1.556.456,91	0,0000363431	56,56	26,50	14,98	71,54
01/08/1993	1.556,45	0,0278155167	43,29	26,50	11,47	54,76
01/09/1993	2.897,03	0,0210734058	61,05	26,50	16,17	77,22
01/10/1993	3.013,73	0,0156815014	47,25	26,50	12,52	59,77
01/11/1993	25.668,88	0,0116017736	297,80	26,50	78,91	376,71
01/12/1993	11.103,61	0,0086643805	96,20	26,50	25,49	121,69
01/01/1994	25.924,96	0,0063387439	164,33	26,50	43,54	207,87
01/02/1994	13.350,73	0,0045546684	60,80	26,50	16,11	76,91
01/03/1994	13.215,47	0,0032603570	43,08	26,50	11,41	54,49
01/04/1994	19.505,49	0,0022699507	44,27	26,50	11,73	56,00
01/05/1994	28.662,86	0,0016070452	46,06	26,50	12,20	58,26
01/06/1994	43.458,82	0,0011143811	48,42	26,50	12,83	61,25
01/07/1994	22,15	2,1185937346	46,92	26,50	12,43	59,35
01/08/1994	20,88	2,0135780073	42,04	26,50	11,14	53,18
01/09/1994	23,44	1,9175543098	44,94	26,50	11,90	56,84
01/10/1994	22,00	1,8868515538	41,51	26,50	11,00	52,51
01/11/1994	22,00	1,8516271937	40,73	26,50	10,79	51,52
01/12/1994	165,39	1,7984677548	297,44	26,50	78,82	376,26
01/01/1995	63,66	1,7588679770	111,96	26,50	29,66	141,62
01/02/1995	28,63	1,7588679770	50,35	26,50	13,34	63,69
01/03/1995	28,63	1,7588679770	50,35	26,50	13,34	63,69
01/04/1995	32,33	1,6856337064	54,49	26,50	14,43	68,92
01/05/1995	32,33	1,6856337064	54,49	26,50	14,43	68,92
01/06/1995	32,33	1,6856337064	54,49	26,50	14,43	68,92
01/07/1995	32,33	1,5735404020	50,87	26,50	13,48	64,35
01/08/1995	32,33	1,5735404020	50,87	26,50	13,48	64,35
01/09/1995	32,33	1,5735404020	50,87	26,50	13,48	64,35
01/10/1995	32,33	1,4967630283	48,39	26,50	12,82	61,21
01/11/1995	226,61	1,4967630283	339,18	26,50	89,88	429,06
01/12/1995	54,35	1,4967630283	81,34	26,50	21,55	102,89
01/01/1996	35,29	1,4362567395	50,68	26,50	13,43	64,11
01/02/1996	35,29	1,4362567395	50,68	26,50	13,43	64,11
01/03/1996	35,29	1,4362567395	50,68	26,50	13,43	64,11
01/04/1996	35,29	1,4362567395	50,68	26,50	13,43	64,11
01/05/1996	35,29	1,4362567395	50,68	26,50	13,43	64,11
01/06/1996	35,29	1,4362567395	50,68	26,50	13,43	64,11

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 610
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPIM01_1

133

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R$)
			3) NILO MANOEL MATTIA			
01/07/1996	35,29	1,3453441393	47,47	26,50	12,57	60,04
01/08/1996	35,29	1,3453441393	47,47	26,50	12,57	60,04
01/09/1996	35,29	1,3453441393	47,47	26,50	12,57	60,04
01/10/1996	35,29	1,3453441393	47,47	26,50	12,57	60,04
01/11/1996	221,99	1,3453441393	298,65	26,50	79,14	377,79
01/12/1996	35,29	1,3453441393	47,47	26,50	12,57	60,04
01/01/1997	35,29	1,3067917875	46,11	26,50	12,21	58,32
01/02/1997	35,29	1,3067917875	46,11	26,50	12,21	58,32
01/03/1997	35,29	1,3067917875	46,11	26,50	12,21	58,32
01/04/1997	35,29	1,3067917875	46,11	26,50	12,21	58,32
01/05/1997	35,29	1,3067917875	46,11	26,50	12,21	58,32
01/06/1997	35,29	1,3067917875	46,11	26,00	11,98	58,09
01/07/1997	35,29	1,3067917875	46,11	25,50	11,75	57,86
01/08/1997	35,29	1,3067917875	46,11	25,00	11,52	57,63
01/09/1997	35,29	1,3067917875	46,11	24,50	11,29	57,40
01/01/1998	35,29	1,2383997088	43,70	22,50	9,83	53,53
01/02/1998	35,29	1,2383997088	43,70	22,00	9,61	53,31
01/03/1998	35,29	1,2383997088	43,70	21,50	9,39	53,09
01/04/1998	35,29	1,2383997088	43,70	21,00	9,17	52,87
01/05/1998	35,29	1,2383997088	43,70	20,50	8,95	52,65
01/06/1998	35,29	1,2383997088	43,70	20,00	8,74	52,44
Total:			**4.496,45**		**1.175,19**	**5.671,64**

- Honorários Advocatícios

a) Percentual devido: 10,00%
b) Base de cálculo:
- Condenação 56.099,07
Total: 10,00% da base de cálculo **5.609,90**

- Ressarcimento de custas

01/04/1997	4,55	1,3067917875	5,94	5,94
Total:			**5,94**	**5,94**

TOTAL DA CONTA **R$ 61.714,91**

- Observações:

a) Cálculos atualizados até **10/2001**.

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 611
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPPA14_3

134

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO		
a) 28,86			
01/01/1993	27.523.541,38	28,86	7.943.294,04
01/02/1993	13.591.447,64	28,86	3.922.491,78
01/03/1993	21.760.208,34	28,86	6.279.996,12
01/04/1993	21.535.006,27	28,86	6.215.002,80
01/05/1993	33.563.170,41	28,86	9.686.330,98
01/06/1993	33.563.170,41	28,86	9.686.330,98
01/07/1993	45.560.700,00	28,86	13.148.818,02
01/08/1993	45.560,69	28,86	13.148,81
01/09/1993	86.408,26	28,86	24.937,42
01/10/1993	86.842,45	28,86	25.062,73
01/11/1993	675.113,18	28,86	194.837,66
01/12/1993	307.734,00	28,86	88.812,03
01/01/1994	707.926,56	28,86	204.307,60
01/02/1994	358.637,86	28,86	103.502,88
Conversão para CR$ = 104.901,47 [162,01 (diferença) x 647,50 (URV de 01/03/1994)].			
01/03/1994	561,39	28,86	162,01
Conversão para CR$ = 83.049,66 [89,2 (diferença) x 931,05 (URV de 01/04/1994)].			
01/04/1994	309,11	28,86	89,20
Conversão para CR$ = 108.958,61 [82,3 (diferença) x 1.323,92 (URV de 01/05/1994)].			
01/05/1994	285,19	28,86	82,30
Conversão para CR$ = 154.291,22 [80,84 (diferença) x 1.908,60 (URV de 01/06/1994)].			
01/06/1994	280,12	28,86	80,84
01/07/1994	284,33	28,86	82,05
01/08/1994	740,64	28,86	213,74
01/09/1994	952,88	28,86	275,00
01/10/1994	748,70	28,86	216,07
01/11/1994	748,70	28,86	216,07
01/12/1994	6.251,30	28,86	1.804,12
01/01/1995	2.100,26	28,86	606,13
01/02/1995	1.055,37	28,86	304,57
01/03/1995	1.067,30	28,86	308,02
01/04/1995	1.324,55	28,86	382,26
01/05/1995	1.197,82	28,86	345,69
01/06/1995	1.197,82	28,86	345,69
01/07/1995	1.197,82	28,86	345,69
01/08/1995	1.197,82	28,86	345,69
01/09/1995	1.197,82	28,86	345,69
01/10/1995	1.386,54	28,86	400,15
01/11/1995	6.793,71	28,86	1.960,66
01/12/1995	3.053,87	28,86	881,34
01/01/1996	767,72	28,86	221,56
01/02/1996	596,03	28,86	172,01
01/03/1996	622,34	28,86	179,60
01/04/1996	637,11	28,86	183,86
01/05/1996	666,66	28,86	192,39
01/06/1996	666,66	28,86	192,39
01/07/1996	666,66	28,86	192,39
01/08/1996	666,66	28,86	192,39
01/09/1996	666,66	28,86	192,39
01/10/1996	666,66	28,86	192,39
01/11/1996	5.527,32	28,86	1.595,18
01/12/1996	2.286,88	28,86	659,99
01/01/1997	666,66	28,86	192,39

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 612
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPPA14_3

135

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO		
a) 28,86			
01/02/1997	666,66	28,86	192,39
01/03/1997	733,82	28,86	211,78
01/04/1997	733,82	28,86	211,78
01/05/1997	733,82	28,86	211,78
01/06/1997	733,82	28,86	211,78
01/07/1997	687,98	28,86	198,55
01/08/1997	733,82	28,86	211,78
01/09/1997	733,82	28,86	211,78
01/01/1998	733,82	28,86	211,78
01/02/1998	733,82	28,86	211,78
01/03/1998	772,71	28,86	223,00
01/04/1998	772,71	28,86	223,00
01/05/1998	772,71	28,86	223,00
01/06/1998	772,71	28,86	223,00
	2) LOURDES SCHIRMER		
a) 28,86			
01/01/1993	50.381.822,78	3,61	1.818.783,80
01/02/1993	13.723.043,34	3,61	495.401,86
01/03/1993	19.019.457,09	3,61	686.602,40
01/04/1993	21.451.605,22	3,61	774.402,94
01/05/1993	25.040.090,20	3,61	903.947,25
01/06/1993	25.040.090,20	3,61	903.947,25
01/07/1993	33.471.080,00	3,61	1.208.305,98
01/08/1993	33.471,08	3,61	1.208,30
01/09/1993	66.024,75	3,61	2.383,49
01/10/1993	66.552,94	3,61	2.402,56
01/11/1993	623.584,86	3,61	22.511,41
01/12/1993	270.501,24	3,61	9.765,09
01/01/1994	615.879,77	3,61	22.233,25
01/02/1994	226.101,65	3,61	8.162,26
Conversão para CR$ = 7.990,15 [12,34 (diferença) x 647,50 (URV de 01/03/1994)].			
01/03/1994	341,92	3,61	12,34
Conversão para CR$ = 11.889,50 [12,77 (diferença) x 931,05 (URV de 01/04/1994)].			
01/04/1994	353,96	3,61	12,77
Conversão para CR$ = 17.886,15 [13,51 (diferença) x 1.323,92 (URV de 01/05/1994)].			
01/05/1994	374,24	3,61	13,51
Conversão para CR$ = 25.537,06 [13,38 (diferença) x 1.908,60 (URV de 01/06/1994)].			
01/06/1994	370,78	3,61	13,38
01/07/1994	375,11	3,61	13,54
01/08/1994	341,92	3,61	12,34
01/09/1994	394,38	3,61	14,23
01/10/1994	394,38	3,61	14,23
01/11/1994	394,38	3,61	14,23
01/12/1994	3.700,54	3,61	133,58
01/01/1995	754,65	3,61	27,24
01/02/1995	520,79	3,61	18,80
01/03/1995	520,79	3,61	18,80
01/04/1995	520,79	3,61	18,80
01/05/1995	520,79	3,61	18,80
01/06/1995	520,79	3,61	18,80
01/07/1995	520,79	3,61	18,80
01/08/1995	520,79	3,61	18,80

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 613
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPPA14_3

136

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	2) LOURDES SCHIRMER		
a) 28,86			
01/09/1995	520,79	3,61	18,80
01/10/1995	520,79	3,61	18,80
01/11/1995	4.536,58	3,61	163,77
01/12/1995	520,79	3,61	18,80
01/01/1996	520,79	3,61	18,80
01/02/1996	520,79	3,61	18,80
01/03/1996	520,79	3,61	18,80
01/04/1996	520,79	3,61	18,80
01/05/1996	520,79	3,61	18,80
01/06/1996	520,79	3,61	18,80
01/07/1996	520,79	3,61	18,80
01/08/1996	520,79	3,61	18,80
01/09/1996	520,79	3,61	18,80
01/10/1996	520,79	3,61	18,80
01/11/1996	4.536,58	3,61	163,77
01/12/1996	520,79	3,61	18,80
01/01/1997	520,79	3,61	18,80
01/02/1997	520,79	3,61	18,80
01/03/1997	520,79	3,61	18,80
01/04/1997	520,79	3,61	18,80
01/05/1997	520,79	3,61	18,80
01/06/1997	520,79	3,61	18,80
01/07/1997	520,79	3,61	18,80
01/08/1997	520,79	3,61	18,80
01/09/1997	520,79	3,61	18,80
01/01/1998	520,79	3,61	18,80
01/02/1998	520,79	3,61	18,80
01/03/1998	520,79	3,61	18,80
01/04/1998	520,79	3,61	18,80
01/05/1998	520,79	3,61	18,80
01/06/1998	520,79	3,61	18,80
	3) NILO MANOEL MATTIA		
a) 28,86			
01/01/1993	20.416.953,38	3,61	737.052,01
01/02/1993	19.112.613,40	3,61	689.965,34
01/03/1993	15.948.769,30	3,61	575.750,57
01/04/1993	19.966.761,25	3,61	720.800,08
01/05/1993	39.705.225,87	3,61	1.433.358,65
01/06/1993	32.254.933,44	3,61	1.164.403,09
01/07/1993	43.115.150,00	3,61	1.556.456,91
01/08/1993	43.115,15	3,61	1.556,45
01/09/1993	80.250,22	3,61	2.897,03
01/10/1993	83.483,06	3,61	3.013,73
01/11/1993	711.049,42	3,61	25.668,88
01/12/1993	307.579,25	3,61	11.103,61
01/01/1994	718.143,06	3,61	25.924,96
01/02/1994	369.826,56	3,61	13.350,73
Conversão para CR$ = 13.215,47 [20,41 (diferença) x 647,50 (URV de 01/03/1994)].			
01/03/1994	565,52	3,61	20,41
Conversão para CR$ = 19.505,49 [20,95 (diferença) x 931,05 (URV de 01/04/1994)].			
01/04/1994	580,40	3,61	20,95
Conversão para CR$ = 28.662,86 [21,65 (diferença) x 1.323,92 (URV de 01/05/1994)].			
01/05/1994	599,90	3,61	21,65

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 614
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPPA14_3

137

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	3) NILO MANOEL MATTIA		
a) 28,86			
Conversão para CR$ = 43.458,82 [22,77 (diferença) x 1.908,60 (URV de 01/06/1994)].			
01/06/1994	630,81	3,61	22,77
01/07/1994	613,84	3,61	22,15
01/08/1994	578,55	3,61	20,88
01/09/1994	649,32	3,61	23,44
01/10/1994	609,62	3,61	22,00
01/11/1994	609,62	3,61	22,00
01/12/1994	4.581,65	3,61	165,39
01/01/1995	1.763,55	3,61	63,66
01/02/1995	793,30	3,61	28,63
01/03/1995	793,30	3,61	28,63
01/04/1995	895,78	3,61	32,33
01/05/1995	895,78	3,61	32,33
01/06/1995	895,78	3,61	32,33
01/07/1995	895,78	3,61	32,33
01/08/1995	895,78	3,61	32,33
01/09/1995	895,78	3,61	32,33
01/10/1995	895,78	3,61	32,33
01/11/1995	6.277,31	3,61	226,61
01/12/1995	1.505,76	3,61	54,35
01/01/1996	977,76	3,61	35,29
01/02/1996	977,76	3,61	35,29
01/03/1996	977,76	3,61	35,29
01/04/1996	977,76	3,61	35,29
01/05/1996	977,76	3,61	35,29
01/06/1996	977,76	3,61	35,29
01/07/1996	977,76	3,61	35,29
01/08/1996	977,76	3,61	35,29
01/09/1996	977,76	3,61	35,29
01/10/1996	977,76	3,61	35,29
01/11/1996	6.149,52	3,61	221,99
01/12/1996	977,76	3,61	35,29
01/01/1997	977,76	3,61	35,29
01/02/1997	977,76	3,61	35,29
01/03/1997	977,76	3,61	35,29
01/04/1997	977,76	3,61	35,29
01/05/1997	977,76	3,61	35,29
01/06/1997	977,76	3,61	35,29
01/07/1997	977,76	3,61	35,29
01/08/1997	977,76	3,61	35,29
01/09/1997	977,76	3,61	35,29
01/01/1998	977,76	3,61	35,29
01/02/1998	977,76	3,61	35,29
01/03/1998	977,76	3,61	35,29
01/04/1998	977,76	3,61	35,29
01/05/1998	977,76	3,61	35,29
01/06/1998	977,76	3,61	35,29

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 615
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPPA14_3

138

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo das matriculas aproveitadas do SIAPE

Órgão / matrícula	Nome servidor
	1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO
260000257513	ANA MARIA ORTIZ MACHADO
	2) LOURDES SCHIRMER
260000256982	LOURDES SCHIRMER
	3) NILO MANOEL MATTIA
260000256973	NILO MANOEL MATTIA

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJ - Sistema de Cálculos Judiciais

2ª Vara/SJDF
Fl. 616
DF1400555

Em 06/05/2004
CARPPA14_3

139

EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Demonstrativo do percentual devido

%	Cálculo	Data inicial	% Devido	Obs
		1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO		
a) 28,86				
28,86	Soma simples	01/01/1993	28,86	
0,00	Diferença capitalizada	01/01/1993	28,86	Fl 310-Execução
		2) LOURDES SCHIRMER		
a) 28,86				
28,86	Soma simples	01/01/1993	28,86	
24,37	Diferença capitalizada	01/01/1993	3,61	Fl 374-Execução
		3) NILO MANOEL MATTIA		
a) 28,86				
28,86	Soma simples	01/01/1993	28,86	
24,37	Diferença capitalizada	01/01/1993	3,61	Fl 410-Execução

2ª Vara/SJDF
Fl. 617
DF1400555

2ª VARA SJDF
Fls. 181
Pub. 24

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

SENTENÇA Nº 1027/2004-B
PROCESSO Nº 2002.34.00.015325-8
EMBARGANTE : UNIÃO FEDERAL
EMBARGADOS: ANA MARIA O. MACHADO e OUTROS

Trata-se de embargos à execução opostos pela **UNIÃO** contra **ANA MARIA ORTIZ MACHADO, ARLINDO JOÃO SCHIO, GILBERTO HILGERT FONSECA, LOURDES SCHIRMER, NILO MANOEL MATTIA, NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS, SANTO MARCUZZO e URBANO NAUE,** insurgindo-se contra a execução do valor de R$ 1.110.994,27 (um milhão cento e dez mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos), sob fundamento de excesso de execução.

A UNIÃO fundamenta a pretensão sustentando que (a) a taxa de juros não fora calculada à base de 0,5% ao mês a partir da citação; (b) as diferenças pretéritas devidas devem ser apuradas no período compreendido entre janeiro de 1993 e julho de 1998; (c) foram incluídas rubricas indevidas na base de cálculo de incidência do percentual de 28.86%; (d) não são devidos quaisquer valores a ARLINDO JOÃO SCHIO, GILBERTO HILGERT FONSECA, NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS, SANTO MARCUZZO e URBANO NAUE, em virtude de terem obtido reajustamento superior a 28.86% em virtude de aplicação da lei 8.627/1993.

Os embargados apresentaram impugnação em

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

que requerem a improcedência dos embargos à execução e afirmam que a conta de liquidação apresentada guarda conformidade com as disposições do título executivo judicial.

Os autos foram encaminhados ao Setor de Cálculos para apuração do valor devido em conformidade com o título executivo judicial - tendo sido oportunizada vista às partes sobre a conta.

É o relatório. DECIDO.

Em primeiro lugar, quanto ao período de cálculo das diferenças pretéritas, deve-se considerar que a partir de julho de 1998, por aplicação da Medida Provisória 1.704, aos servidores públicos federais fora assegurado o direito de incorporação de percentual de 28.86% - de modo que não há qualquer diferença remanescente a ser paga em período posterior a junho de 1998.

Acerca da inclusão de valores indevidos na base de cálculo de incidência da vantagem, deve-se considerar que as diferenças pretéritas devem ser calculadas mediante incidência do percentual de 28.86% sobre o vencimento - com repercussão sobre outras vantagens remuneratórias calculadas com base no valor do vencimento básico e que integrem a remuneração do cargo. Deve prosperar a pretensão da UNIÃO quanto ao pleito de exclusão da GEFA da base de cálculo de incidência do percentual de 28.86%. Isso porque a Gratificação de Estímulo à Arrecadação e Fiscalização -GEFA era calculada com base no valor de oito vezes o maior vencimento do serviço público federal - e o seu valor fora alterado de Cr$ 8.483.994,00 para Cr$ 28.204.833,60, em virtude de aplicação da lei 8.627/1993 - e, portanto, em percentual superior a 28.86%.

Em relação aos valores executados por

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

ARLINDO JOÃO SCHIO, GILBERTO HILGERT FONSECA, NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS, SANTO MARCUZZO e URBANO NAUE, fora apurado pelo Setor de Cálculos (fls.125/126) que os referidos embargados obtiveram reajustamento superior a 28.86% em virtude de reclassificação determinada pela lei 8.627/1993 - de modo que não há qualquer percentual remanescente a ser pago. O percentual incorporado fora calculado a partir da verificação da variação do valor do vencimento básico do cargo efetivo em março de 1993 em comparação com o valor de janeiro de 1993.

À vista da promoção do Setor de Cálculos verifica-se que os juros de mora não foram calculados na forma prevista no título executivo judicial - que determina aplicação do percentual de 0,5% ao mês a partir da citação.

Deve ser acolhida para que seja fixado o *quantum* da execução com base no valor apurado (conta de fl.129). Tendo sido proposta a execução para pagamento de R$ 1.110.994,27 (um milhão cento e dez mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos), e apurado como devido o montante de R$ 61,714,91 (sessenta e um mil setecentos e quatorze reais e noventa e um centavos), verifica-se a existência de excesso de execução no valor de R$ 1.049.279,36 (um milhão e quarenta e nove mil duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos).

Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os embargos à execução para reconhecer a existência de excesso de execução no valor correspondente a R$ 1.049.279,36 (um milhão e quarenta e nove mil duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos). Fixo verba honorária em favor da UNIÃO em R$ 5.609,90 (cinco mil seiscentos e nove reais e noventa centavos) - equivalente ao valor dos honorários advocatícios devidos pela UNIÃO e ainda muito inferior ao percentual de 10% (dez por cento) do excesso de

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

2ª Vara/SJDF
Fl. 620
DF1400555
2ª VARA
Fls. 189

execução apurado - a qual deve ser reciprocamente compensada com o valor a ser pago pela embargante, na forma do artigo 21 do CPC. Efetuada a compensação recíproca não haverá qualquer valor remanescente devido a título de honorários advocatícios por qualquer das partes. Fixo o *quantum* da execução em R$ 56.105,01 (cinquenta e seis mil cento e cinco reais e um centavo) - em valores atualizados em outubro de 2001 - os quais devem ser corrigidos monetariamente mediante aplicação da variação do IPCA-e e acrescidos de juros moratórios devidos no período compreendido entre outubro de 2001 e o mês de expedição de requisição judicial de pagamento. Transitada em julgado traslade-se cópia da sentença para os autos do processo executivo, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2004.

RODRIGO NAVARRO DE OLIVEIRA
Juiz Federal Substituto no exercício da
titularidade da 2ª Vara Federal/DF

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

2ª Vara/SJDF
Fl. 621
DF1400555

212

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

SENTENÇA Nº 1520 /2004-B

PROCESSO Nº 2002.34.00.015325-8

Trata-se de embargos de declaração opostos pela UNIÃO, com fundamento no artigo 535 do Código de Processo Civil, insurgindo-se contra a fixação do *quantum* da execução com base no valor apurado pela Contadoria Judicial - que aplica percentuais diversos daqueles indicados nos relatórios de evolução funcional extraídos do SIAPE para apurado do valor das diferenças pretéritas devidas aos embargados. E afirma que foram incluídos valores de rubricas indevidas na base de cálculo de incidência do percentual de 28.86%.

É o relatório. DECIDO.

Não prospera a irresignação da UNIÃO porque o percentual de 28.86% incide sobre parcelas remuneratórias recebidas em virtude de exercício de função gratificada ou cargo em comissão - na forma dos artigos 3º e 4º da Medida Provisória 2.169.

E o valor das diferenças pretéritas devidas aos embargados deve ser calculado a partir da apuração do percentual de reajuste incorporado, em virtude da reclassificação funcional determinada pela lei 8.627/1993. O referido percentual é apurado a partir da verificação da variação do valor do vencimento básico do cargo efetivo em março de 1993 em comparação com o valor pago em janeiro de 1993. A partir da identificação do índice incorporado apura-se o percentual resmanescente - que deve incidir sobre o vencimento básico do cargo - com repercussão sobre outras parcelas remuneratórias calculadas com

base no valor do vencimento, no período compreendido entre janeiro de 1993 e junho de 1998. Não prospera a impugnação da embargante quanto à obrigatoriedade de aplicação dos dados extraídos de relatório de evolução funcional do SIAPE - devendo prevalecer os índices apurados pela Contadoria Judicial a partir dos dados constantes das fichas financeiras dos embargados.

Ante o exposto, julgo procedentes os embargos de declaração para sanar as omissões indicadas e manter inalterado o dispositivo do julgado.

Publique-se.Registre-se.Intimem-se.

Brasília, 12 de novembro de 2004.

RODRIGO NAVARRO DE OLIVEIRA
Juiz Federal Substituto no exercício da
titularidade da 2ª Vara Federal/DF

2ª Vara/SJDF
Fl. 623
DF1400555

238

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.015325-8/DF
Processo na Origem: 200234000153258

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
APELANTE	: ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
APELANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO
APELADO	: OS MESMOS

DESPACHO

Tendo em vista as alegações de fls. 186/195 e fls. 217/226, informe a COREJ sobre os cálculos de fls. 129/139.

Após, voltem-me.

Brasília/DF, 27 de abril de 2007.

DES. FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA

RELATOR

TRF-1ª REGIÃO/IMP.15-02-04
Criado por TR80403

W:\SECRETARIA\DESPACHOS\2002\AC0153258DF.doc

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

2ª Vara/SJDF
Fl. 624
DF1400555
PCTT 09.20.012

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
AC Nº 2002.34.00.015325-8/DF

Excelentíssimo Senhor Relator,

Em cumprimento ao r. despacho de fls.239, informamos a Vossa Excelência que a União e os exeqüentes apelaram da sentença de fls.181/184 que homologou os cálculos elaborados pela Contadoria/DF de fls.129/139. A União alega que não foi utilizado o Relatório de Evolução Funcional de cada servidor, para a compensação dos percentuais a título dos 28,86%, e ainda, indevida inclusão de rubricas na base de cálculo, correção monetária a partir da data do ajuizamento e não da data de cada parcela, e não limitação do reajuste à parcela do vencimento. Os exeqüentes alegam a não inclusão da parcela referente à GEFA nas respectivas bases de cálculo, e indevida exclusão dos autores Arlindo João Schio, Gilberto Hilgert Fonseca, Nilson Odorico Xavier dos Santos, Santo Marcuzzo e Urbano Saue.

Em análise aos cálculos supramencionados, temos as seguintes considerações:

- os coeficientes de correção monetária estão corretos, ou seja, de acordo com a variação da UFIR/IPCA-E;
- a taxa de juros foi considerada corretamente, pois obedeceu a determinação do julgado, ou seja, 0,5% a.m. a partir da citação (05/97);
- quanto à base de cálculo e a compensação dos percentuais concedidos em decorrência da Lei nº 8.627/93 e MP nº 1.704/98, deixamos de nos manifestar em face da ausência das fichas financeiras nestes autos;

Assim, s.m.j. de Vossa Excelência, para melhor analisar os cálculos conforme solicitados, faz-se necessária à juntada, a estes autos, das fichas financeiras de todos os autores relativo ao período de jan/93 a ago/98.

À superior consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 23 de maio de 2007.

ANTÔNIO JORGE LEITÃO
Encarregado do Setor de Cálculos Judiciais

HILTON VIEIRA COELHO
Diretor da Divisão de Cálculos Judiciais

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

2ª Vara/SJDF
Fl. 625 PCTT 09.20.012
DF1400555

fl. 368

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
AC Nº 2002.34.00.015325-8/DF

Excelentíssimo Senhor Relator,

Em cumprimento ao r. despacho de fls.239 e 366, informamos a Vossa Excelência que a União e os exeqüentes apelaram da sentença de fls.181/184 que homologou os cálculos elaborados pela Contadoria/DF de fls.129/139, conforme argumentações discriminadas na informação desta Coordenadoria de fl.241.

Em análise aos cálculos supramencionados, temos as seguintes considerações:

- os coeficientes de correção monetária estão corretos, ou seja, de acordo com a variação da UFIR/IPCA-E;
- a taxa de juros foi considerada corretamente, pois obedeceu a determinação do julgado, ou seja, 0,5% a.m. a partir da citação (05/97);
- foram devidamente compensados os percentuais concedidos em decorrência da Lei n.8.627/98, conforme determinação do julgado;
- nada mais é devido aos autores Arlindo João Schio, Gilberto Hilgert Fonseca, Nilson Odorico Xavier dos Santos, Santo Marcuzzo e Urbano Saue, em face de todos eles já terem sido beneficiados com reajustes de 33% (fl.269), 33% (fl.281), 31,81% (fl.311), 31,81% (fl.340) e 29,99% (fl.353), respectivamente;
- quanto à base de cálculo foram consideradas somente as rubricas de caráter habitual e permanente relacionadas com os vencimentos básicos, sem a GEFA, conforme despacho de fl.128;

Assim, s.m.j. de Vossa Excelência, ratificamos os cálculos elaborados pela Contadoria/DF de fls.129/139.

À superior consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 12 de julho de 2007.

HILTON VIEIRA COELHO
Diretor da Divisão de Cálculos Judiciais

ANTÔNIO JORGE LEITÃO
Encarregado do Setor de Cálculos Judiciais

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. DES. FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA (RELATOR):

Cuida-se de apelações interpostas por ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS (fls. 186/195) e pela UNIÃO FEDERAL (fls. 217/226) contra sentença proferida pelo Juízo Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, que julgou parcialmente procedentes os embargos à execução, *"para reconhecer a existência de excesso de execução no valor correspondente a R$ 1.049.279,36 (um milhão e quarenta e nove mil duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos). Fixo verba honorária em favor da UNIÃO em R$ 5.609,90 (cinco mil seiscentos e nove reais e noventa centavos) – equivalente ao valor dos honorários advocatícios devidos pela UNIÃO e ainda muito inferior ao percentual de 10% (dez por cento) do excesso de execução apurado – a qual deve ser reciprocamente compensada com o valor a ser pago pela embargante, na forma do artigo 21 do CPC. Efetuada a compensação recíproca não haverá qualquer valor remanescente devido a título de honorários advocatícios por qualquer das partes. Fixo o quantum da execução em R$ 56.105,01 (cinqüenta e seis mil cento e cinco reais e um centavo) – em valores atualizados em outubro de 2001 – os quais devem ser corrigidos monetariamente mediante aplicação da variação do IPCA-e e acrescidos de juros moratórios devidos no período compreendido entre outubro de 2001 e o mês de expedição de requisição judicial de pagamento"* (fls. 183/184).

Opostos Embargos de Declaração pela União (fls. 197/201), estes foram julgados procedentes para *"(...) sanar as omissões indicadas e manter inalterado o dispositivo do julgado"* (fl. 213).

Sustentam os apelantes-embargados, que: *"(...) a r. sentença merece ser reformada, posto que nos valores apresentados pela União, não incidiram a GEFA – Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Tributos Federais – GEFA, a qual trata-se na realidade de vantagem funcional e não pessoal, instituída em caráter permanente"* (fl. 188).

Aduzem, ainda, que: *"Merece ser modificada a r. sentença, também, no que se refere aos percentuais executados sobre os vencimentos-básicos dos servidores-apelantes ARLINDO JOÃO SCHIO, GILBERTO HILGERT FONSECA, NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS, SANTO MARCUZZO E URBANO SAUE. Referidos apelantes, possuem direito, ainda, aos valores confessados pela Administração Pública Federal nos documentos de fls. 98, 100, 104, 108 e 110"* (fl. 194).

Requerem a reforma da sentença e a inversão dos ônus de sucumbência.

Por seu turno, sustenta a apelante-embargante, em síntese, que: *"(...) não foram utilizados os percentuais remanescentes devidos a título de 28,86%, constantes no Relatório de Evolução Funcional (anexo I). A contadoria judicial não observou as evoluções salariais/funcionais dos exeqüentes no período de jan/93 a jun/98, em desacordo com o art. 3º da Portaria MARE 2.179/98 de 28 de julho de 1998 e suas reedições"* (fl. 219).

Assevera, que: *"Os índices de correção monetária aplicados não observaram o estipulado na r. sentença de fls. 92/95"* (fl. 219).

Conclui, ainda: *"(...) ter havido inclusão indevida de parcelas na base de cálculos, que não compõem o vencimento, tais como: 015 – Representação Mensal; 025 – Opção DAS – Pés. Per; 593 – Grat. Des. Função – GADF LD 13; 620 – Opção GADF – Ativo; 702 – Art. 3 Lei 8911/94; 723 – Décimo – MP 1160/95 – Ativo; 852 – Vant. Pés. Art. 15 Lei 9527/97"* (fl. 220).

Requer a reforma da sentença.

Contra-razões da UNIÃO às fls. 203/210.

Contra-razões dos embargados às fls. 228/234.

É o relatório.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

VOTO

O EXMO. SR. DES. FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA (RELATOR):

Requer a União a reforma da sentença proferida às fls. 181/184, que fixou como valor da execução o cálculo elaborado pela Contadoria do Juízo às fls. 129/139, ao argumento de que: *"não foram utilizados os percentuais remanescentes devidos a título de 28,86%, constantes no Relatório de Evolução Funcional"*; alegando, mais, que: *"Os índices de correção monetária aplicados não observaram o estipulado na r. sentença de fls. 92/95"*; e, por fim: *"ter havido inclusão indevida de parcelas na base de cálculos, que não compõem o vencimento"* (fls. 219/220).

Os embargados se insurgem contra a não-incidência da GEFA na base de cálculo do reajuste e, ainda, que os servidores-apelantes ARLINDO JOÃO SCHIO, GILBERTO HILGERT FONSECA, NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS, SANTO MARCUZZO E URBANO SAUE têm percentuais remanescentes a receber.

A sentença proferida na ação principal julgou procedente o pedido formulado pelos autores. Conforme se verifica dos autos, interposto recurso voluntário, este Tribunal, no julgamento da AC 1998.01.00.024836-3/DF, garantiu aos apelados o direito de receber o reajuste de 28,86%, no entanto, *"(...) **deduzidas, entretanto, as compensações e reposições determinadas pela legislação posterior, a tal título**"* (fl. 87).

O magistrado *"a quo"* assegurou a dedução do percentual concedido pela Lei nº 8.627/93, considerando a orientação do STF, quando do julgamento do EDROMS nº 22.307-7/DF, eis que acolheu os cálculos da Contadoria, os quais deduziu os percentuais recebidos por força da Lei nº 8.627/93 (cf. fl. 368), não tendo sido interposto recurso pelos embargados.

1. Não há que se falar na compensação determinada pela Portaria MARE nº 2.179/98, eis que tal Portaria não diz respeito à legislação indicada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos EDROMS nº 22.307-7/DF.

2. No que toca à base de cálculo e à correção monetária utilizada, transcrevo a informação apresentada pela Contadoria, que bem esclareceu a controvérsia:

> *"(...) Em análise aos cálculos supramencionados, temos as seguintes considerações:*
>
> *Os coeficientes de correção monetária estão corretos, ou seja, de acordo com a variação da UFIR/IPCA-E;*
>
> *A taxa de juros foi considerada corretamente, pois obedeceu a determinação do julgado, ou seja, 0,5% a.m. a partir da citação (05/97);*
>
> *Foram devidamente compensados os percentuais concedidos em decorrência da Lei nº 8.627/98, conforme determinação do julgado;*
>
> *(...) quanto à base de cálculo foram consideradas somente as rubricas de caráter habitual e permanente relacionadas com os vencimentos básicos, sem a GEFA, conforme despacho de fl. 128;*
>
> *Assim, s.m.j. de Vossa Excelência, ratificamos os cálculos elaborados pela Contadoria/DF de fls. 129/139"* (fl. 368).

3. Com relação ao apelo dos embargados, tenho que lhes assiste razão em parte.

Com efeito, as Leis 8.622 e 8.627, de 1993, cuidaram da revisão geral do vencimento dos servidores civis, como se vê claramente dos seus anexos. Obviamente, as demais parcelas da remuneração que têm como base de cálculo o vencimento também terão aumento por reflexo.

É o caso da GEFA. O Decreto-Lei 2.357/87, que instituiu a gratificação, alterado pelo Dec. Lei 2.365/87, assim estabeleceu:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

"§3º A gratificação de que trata o parágrafo anterior será atribuída até o máximo de 1.800 (mil e oitocentos) pontos, por servidor, correspondendo cada ponto a 0,095% (noventa e cinco milésimos por cento) do respectivo vencimento básico, na forma estabelecida pelo Ministro da Fazenda".

Tal gratificação veio a ser estendida aos fiscais de contribuição previdenciária, por força do Dec. Lei 2.371/87 e da Lei 7.787/89, sendo certo que legislações posteriores mantiveram o vencimento básico como referência para o cálculo (conferir Lei Delegada nº 13/92, art. 13; MP 1480, de 05/06/96, art. 10 e Lei 9.624/98, art. 11).

Nesse sentido, confira-se a seguinte jurisprudência:

"MANDADO DE SEGURANÇA - REAJUSTE DE 28,86% - COMPENSAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DE CLASSE: LEGITIMIDADE ATIVA (ART. 5º, LXX, "B", CF – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL) - VANTAGEM PECUNIÁRIA VENCIMENTAL: ATO SIMPLES - INEXISTÊNCIA DE ATO: CARÊNCIA DE AÇÃO - PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - EFEITOS PATRIMONIAS: AJUIZAMENTO - LEGITIMAÇÃO DOS SERVIDORES ADMITIDOS APÓS JAN 93.

1. O Mandado de Segurança coletivo (tal é a hipótese) pode ser impetrado por "organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados" (CF, art. 5º, LXX, "b"), titularidade que o STF classificou como "substituição processual" em "legitimação extraordinária", razão pela qual não cabe exigir-se do(a) impetrante a "autorização expressa" prevista no art. 5º, XXI, CF, que trata de figura processual diversa (representação: STF, RE 182.543-0/SP, 2ª T., Rel. Min. CARLOS VELLOSO, in DJ 07 ABR 95).

2. A via mandamental é estreita e não se confunde nem é sucedânea de qualquer outra (ordinária, por exemplo), sendo-lhe indispensável a concorrência, de um lado, de direito líquido e certo; e, de outro, de ato ilegal ou abusivo (ou teratológico) de autoridade, omissivo ou comissivo.

3. O pagamento de vantagem pecuniária de natureza vencimental (ou, ainda, de aposentadoria ou de pensão) é da responsabilidade do dirigente do órgão ou setor de pessoal (ordenador de despesas), em cujas atribuições se insere a elaboração da folha mensal dos pagamentos dos funcionários (ativos ou inativos) jurisdicionados pela respectiva repartição pública, qualidade que o torna a única autoridade legitimada a responder ao "writ", porque aí se dá a concreção material de eventual lesão a direito individual, não porém, a autoridade que eventualmente elabora as normas genéricas e/ou padronizadas, inclusive as rubricas, aplicáveis a toda folha de pagamento das repartições públicas.

4. De todo modo, a folha mensal do pagamento de vencimentos, aposentadoria ou pensões, não é ato complexo, assim entendido aquele que exige o concurso de duas ou mais vontades simultâneas, senão mero ato simples, ainda que ato final numa sucessão ou cadeia de atos intermediários.

5. Declarado pelo STF que o reajuste de 28,86% é "revisão geral de remuneração", sua natureza é a mesma de vencimento, aposentadoria e pensão, prestação de trato sucessivo portanto, prescrevendo-se apenas as parcelas não compreendidas no qüinqüênio imediatamente anterior ao ajuizamento da ação.

6. No caso do mandado de segurança, porém, "o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias asseguradas, em sentença concessiva de mandado de segurança, a servidor público federal, da administração direta ou autárquica, e a servidor público estadual e municipal, somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do ajuizamento da inicial" (art. 1º da Lei nº 5.021, de 09 JUN 66).

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

7. "A revisão geral de remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores civis e militares, far-se-á sempre na mesma data" - inciso X -, sendo irredutíveis, sob o ângulo não simplesmente de forma (valor nominal), mas real (poder aquisitivo), os vencimentos dos servidores públicos civis e militares - inciso XV, ambos do artigo 37 da Constituição Federal." (STF – ROMS Nº 22.307-7/DF, Pleno, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, in DJ I 13 JUN 97, p. 26.722).

8. O aumento, porém, a ser aplicado é a diferença entre o percentual de 28,86% e o percentual dos aumentos decorridos dos reposicionamentos de que trata a Lei nº 8.627/93: STF - EDROMS Nº 22.307-7/DF, Pleno, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, DJ I de 26 JUN 98, p. 08.

9. Tratando se de "revisão geral de remuneração", o reajuste de 28,86% não constitui vantagem pessoal do funcionalismo existente em JAN 93, mas é medida que envolve todo o sistema vencimental do Quadro de Pessoal do funcionalismo público civil, alcançando, por conseguinte, mesmo aqueles funcionários que ingressam no serviço em datas posteriores a JAN 93, e a partir delas.

10. De conseqüência, como todo vencimento será, em tese, revisto mediante a aplicação do índice resultante da dedução dos 28,86% do índice já auferido como o reposicionamento, segue-se que a GEFA, que é calculada sobre o vencimento básico do respectivo padrão do funcionário, sofrerá, por isso mesmo, algum reajuste, não sendo admissível, com certeza, que ela seja reajustada em duplicidade (na base de cálculo e na parcela resultante do cálculo sobre a mesma base de cálculo).

11. Apelação da União provida. Apelação do INSS e remessa oficial providas em parte. Excluído da relação processual o Secretário de Recursos Humanos do MARE, por ilegitimação passiva, retificando-se a autuação.

12. Peças liberadas pelo Relator em 10/06/99 para publicação do acórdão.(g.n)

(AMS nº 1998.01.00.080798-6/DF; Rel. Des. Federal Luciano Tolentino Amaral, 1ª Turma, DJ 29 /06 /1999 P.96)".

Registre-se, por fim, que a Portaria 2.179, de 28/07/98 expedida pelo MARE, ao disciplinar a concessão administrativa do reajuste de 28,86%, como determinado no Dec. 2.693/98, assim estabeleceu:

"art. 2º O percentual indicado, calculado na forma do caput do art. 2º do Decreto nº 2.693, de 1998, aplicado sobre o vencimento básico correspondente à classe e padrão em que se encontra o servidor na tabela de vencimento resultará em um valor a ser pago a partir de 1º de julho de 1998 e que constituirá parcela complementar do vencimento básico.

Parágrafo único. Para fim de percepção das vantagens pecuniárias que incidam sobre o vencimento básico considerar-se-á como base de cálculo o somatório da parcela de que trata o caput e aquele mesmo vencimento". (g.n)

Assim, deve ser reformada em parte a sentença para incluir na base de cálculo do reajuste de 28,86% a rubrica192 (Grat. Est. Fisc. Arrec. Trib. Fed.), que integra a remuneração dos embargados.

No entanto, a mesma sorte não assiste aos embargados Arlindo João Schio, Gilberto Hilgert Fonseca, Nilson Odorico Xavier dos Santos, Santo Marcuzzo e Urbano Saue no que pertine aos percentuais remanescentes. Reporto-me, novamente, à informação da Contadoria de fl. 368:

"(...) nada mais é devido aos autores Arlindo João Schio, Gilverto Hilgert Fonseca, Nilson Odorico Xavier dos Santos, Santo Marcuzzo e Urbano Saue, em face de todos eles já terem sido beneficiados com reajustes de 33% (fl. 269), 33% (fl. 281), 31,81% (fl. 311), 31,81% (fl. 340) e 29,99% (fl. 353), respectivamente" (fl. 368).

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

Isto posto, **NEGO** provimento à apelação da União e **DOU PARCIAL PROVIMENTO** à apelação dos embargados, tão-só para incluir a rubrica 192 (GEFA) na base de cálculo do reajuste, mantida, no mais, a sentença recorrida.

É como voto.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a. REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
Certidão de Julgamento

2ª Vara/SJDF
Fl. 631
DF1400555

Cod: 092.02.006
20
17/12/2007 375

67ª Sessão Ordinária do(a) PRIMEIRA TURMA

Pauta de:12/11/2007 Julgado em: 12/12/2007 AC 2002.34.00.015325-8 / DF

Relator: Exmo. Sr. DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
Revisor:

Presidente da Sessão: Exmo. Sr. DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

Proc. Reg. da República: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). GUILHERME ZANINA SCHELB
Secretário(a): LILIO DA SILVA RAMOS

APTE	: ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)
ADV	: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTROS(AS)
APTE	: UNIAO FEDERAL
PROCUR	: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
APDO	: OS MESMOS

Nº de Origem: 2002.34.00.015325-8 Vara: 2

Justiça de Origem: JUSTIÇA FEDERAL Estado/Com.: DF

Certidão

Certifico que a(o) egrégia (o) PRIMEIRA TURMA ao apreciar o processo em epígrafe, em Sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:
A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação da União e deu provimento em parte à apelação dos Embargados, nos termos do voto do Relator.

Participaram do Julgamento os Exmos. Srs. JUIZ FEDERAL MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES (CONV.) e DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO. Ausente, por motivo de férias, o Exmo. Sr. DESEMBARGADOR FEDERAL ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES.

Brasília, 12 de dezembro de 2007.

LILIO DA SILVA RAMOS
Secretário(a)

2ª Vara/SJDF
Fl. 632
DF1400555

376

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.34.00.015325-8/DF
Processo na Origem: 200234000153258

RELATOR(A)	: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
APELANTE	: ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)
ADVOGADO	: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTROS(AS)
APELANTE	: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR	: JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS
APELADO	: OS MESMOS

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – SERVIDOR – REAJUSTE DE 28,86% - DEDUÇÃO/COMPENSAÇÃO DE PERCENTUAIS – BASE DE CÁLCULO – GEFA – JUROS DE MORA – CORREÇÃO MONETÁRIA – APELAÇÃO DA UNIÃO IMPROVIDA – APELAÇÃO DOS EMBARGADOS PROVIDA EM PARTE.

1. A sentença monocrática proferida nos presentes embargos assegurou a dedução do percentual concedido pela Lei nº 8.627/93, considerando a orientação do STF, quando do julgamento do EDROMS nº 22.307-7/DF.

3. Não há que se falar na compensação determinada pela Portaria MARE nº 2.179/98, eis que tal Portaria não diz respeito à legislação indicada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos EDROMS nº 22.307-7/DF.

4. Conforme informações da COREJ: *"Os coeficientes de correção monetária estão corretos, ou seja, de acordo com a variação da UFIR/IPCA-E; a taxa de juros foi considerada corretamente, pois obedeceu a determinação do julgado, ou seja, 0,5% a.m. a partir da citação (05/97); Foram devidamente compensados os percentuais concedidos em decorrência da Lei nº 8.627/98, conforme determinação do julgado; (...) quanto à base de cálculo foram consideradas somente as rubricas de caráter habitual e permanente relacionadas com os vencimentos básicos, sem a GEFA, conforme despacho de fl. 128".*

5. A GEFA – Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação dos Tributos Federais –, por ser calculada tendo como parâmetro o vencimento básico dos servidores (Decretos-Leis 2.357/87, 2.365/87 e 2.371/87; Lei 7.787/89; Lei Delegada nº 13/92; Medida Provisória 1.480/96 e Lei 9.624/98), também sofrerá o reajuste. Precedente: AMS nº 1998.01.00.080798-6/DF.

6. Segundo ainda informações da COREJ: *"(...) nada mais é devido aos autores Arlindo João Schio, Gilverto Hilgert Fonseca, Nilson Odorico Xavier dos Santos, Santo Marcuzzo e Urbano Saue, em face de todos eles já terem sido beneficiados com reajustes de 33% (fl. 269), 33% (fl. 281), 31,81% (fl. 311), 31,81% (fl. 340) e 29,99% (fl. 353), respectivamente".*

7. Apelação da União improvida. Apelação dos embargados provida em parte.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Decide a Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação da União e dar provimento em parte à apelação dos embargados, nos termos do voto do Des. Federal Relator.

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2007 (data do julgamento).

DES. FEDERAL LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
RELATOR

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
Numeração Única: 0015291-89.2002.4.01.3400
RECURSO ESPECIAL EM
APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.34.00.015325-8/DF

2ª Vara/BH
Fl. 633
DF1400555

405

RECORRENTE : UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR : MANUEL DE MEDEIROS DANTAS
RECORRIDO : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTROS(AS)

DECISÃO

REF: REAJUSTE 28,86%. EXECUÇÃO.

Trata-se de recurso especial interposto pela União Federal, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão da Primeira Turma deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que, à unanimidade, reconheceu não ser cabível a compensação determinada pelas disposições insertas na Portaria MARE 2.179/98, porque o procedimento ali previsto extrapola o determinado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos EDROMS 22.307-7/DF. Ainda, que o reajuste de 28,86% deve incidir sobre a GEFA.

Nas razões do recurso, a parte recorrente alegou violação aos arts. 1.º, 2.º, § 2.º, e 9.º da MP 1.704/98; ao art. 40 da Lei 8.112/90; ao art. 1º da Lei 8.852/94; e à Lei 8.627/93.

O Superior Tribunal de Justiça, em regime de recurso repetitivo, em análise de questões federais relativas ao reajuste de 28,86%, consolidou que *o reajuste previsto na Lei 8.622/93, por haver caracterizado revisão geral da remuneração dos servidores militares*, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, *é extensível aos servidores civis, devendo ser compensados os reajustes concedidos pela Lei 8.627/93*, conforme decidido nos embargos declaratórios (Cf. STF, RMS 22.307, Ministro Marco Aurélio, Pleno, DJ 13/06/97; RE 234.742, Primeira Turma, Ministro Sydney Sanches, DJ 17/12/99.). E também decidiu que o *reajuste incide sobre a remuneração do servidor, o que inclui o vencimento básico (servidor público civil) ou o soldo (militar), acrescido das parcelas que não os têm como base de cálculo, a fim de se evitar a dupla incidência do reajuste.*

Nesses termos, constituindo a GEFA parcela remuneratória que utiliza como base de cálculo o vencimento básico do servidor e este já foi contemplado com o referido reajuste, é de se afastar a incidência direta dos 28,86% sobre essa verba, sob pena de acarretar *bis in idem*.

No mais, diante da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito (art. 543-C, *caput* e § 3º, do CPC), foram admitidos como representativos da controvérsia e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça os recursos especiais interpostos nos processos 2003.34.00.038572-9, 1999.38.00.038309-7 e 2005.34.00.001211-7 (relativos à Portaria MARE)

Assim, **DETERMINO O SOBRESTAMENTO DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL**, nos termos do art. 543-C, § 1º, do Código de Processo Civil, até o pronunciamento definitivo daquela Corte sobre o tema.

Intimem-se.

Brasília, 21 de setembro de 2010.

Desembargador Federal **JOSÉ AMILCAR MACHADO**
Vice-Presidente

Documento contendo 2 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site www.trf1.gov.br/autenticidade, informando o código verificador 1.463.206.0100.2-76.

Documento de 2 páginas assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código 1.463.206.0100.2-76, no endereço www.trf1.gov.br/autenticidade.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

2ª Vara/SJDF
Fl. 634
1529189200240134 00

432
u

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
Numeração Única: 0015291-89.2002.4.01.3400
RECURSO ESPECIAL EM
APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.34.00.015325-8/DF

RECORRENTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : MANUEL DE MEDEIROS DANTAS
RECORRIDA : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)
ADVOGADO : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTROS(AS)

D E C I S Ã O

REF.: SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86% EXECUÇÃO. COMPENSAÇÃO. PORTARIA MARE.

Em decisão proferida à fl. 405 foi determinado o sobrestamento do recurso interposto pela União nos seguintes termos:

> *"REF: REAJUSTE 28,86%. EXECUÇÃO.*
> *Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMAI, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que negou provimento ao agravo regimental interposto contra decisão que negou seguimento à apelação, com base no art. 557 do CPC, e aplicou multa por litigância de má-fé, decorrente da interposição de recurso meramente protelatório.*
> *Nas razões do recurso, a parte recorrente alegou ofensa aos arts. 2.º, § 2.º, da MP 1.704/98; 1º, 3º, da Lei 8.627/93; à coisa julgada; violação ao art. 884, contrariedade aos arts. 741, V, § único, 743, I, II e III, todos do Código de Processo Civil. Violação ao princípio constitucional da isonomia; ainda, malferiu os arts. 16 e 557 § 2º, ambos do Código de Processo Civil.*
> *O Superior Tribunal de Justiça, em regime de recurso repetitivo, em análise de questões federais relativas ao reajuste de 28,86%, consolidou que o reajuste previsto na Lei 8.622/93, por haver caracterizado revisão geral da remuneração dos servidores militares, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, é extensível aos servidores civis, devendo ser compensados os reajustes concedidos pela Lei 8.627/93, conforme decidido nos embargos declaratórios (Cf. STF, RMS 22.307, Ministro Marco Aurélio, Pleno, DJ 13/06/97; RE 234.742, Primeira Turma, Ministro Sydney Sanches, DJ 17/12/99.). E também decidiu que o reajuste incide sobre a remuneração do servidor, o que inclui o vencimento básico (servidor público civil) ou o soldo (militar), acrescido das parcelas que não os têm como base de cálculo, a fim de se evitar a dupla incidência do reajuste.*
> *No mais, diante da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito (art. 543-C, caput e § 3º, do CPC), foram admitidos como representativos da controvérsia e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça os recursos especiais interpostos nos processos 2003.34.00.038572-9, 1999.38.00.038309-7 e 2005.34.00.001211-7 (relativos à Portaria MARE) e processo 2007.34.00.035385-0 (relativo à imposição da multa).*
> *Assim, DETERMINO O SOBRESTAMENTO DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL, nos termos do art. 543-C, § 1º, do Código de Processo Civil, até o pronunciamento definitivo daquela Corte sobre o tema.*
> *Brasília, 15 de dezembro de 2010".*

Verifica-se, portanto, que o sobrestamento foi determinado somente em relação à compensção dos percentuais de 28,86% com o disposto na Portaria MARE 2.179/98 e com os reposicionamentos alegados pela recorrente.

Como se sabe, em virtude da MP 1.704/98 e do Decreto 2.693/98, a Portaria MARE 2.179/98 estabeleceu um critério de compensação que considerou compensáveis: 1. os primeiros reposicionamentos concedidos em 03/93, conforme os quadros anexos à Lei 8.627/93; 2. os reposicionamentos ocorridos a partir de 1994 (que a Administração considera também decorrência da mencionada lei); e 3. os índices obtidos a título de evolução funcional do servidor entre 01/93 e 07/98.

Visando a integralizar os 28,86%, a mencionada portaria, após fazer as referidas deduções, divulgou percentuais escalonados, aplicados a título de reajuste nas tabelas de vencimentos em julho de 1998.

Documento de 2 páginas assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código 2.770.500.0100.2-88, no endereço www.trf1.jus.br/autenticidade.
2011058773 - Nº Lote: 2011058773 - 8_1 - APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.34.00.015325-8/DF - TR178603

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

2ª Vara/SJDF
Fl. 635
DF1400555

433

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
Numeração Única: 0015291-89.2002.4.01.3400
RECURSO ESPECIAL EM
APELAÇÃO CÍVEL N. 2002.34.00.015325-8/DF

Então, não se pode compreender o critério de compensação estabelecido na Portaria Mare, distinguindo-a totalmente dos reposicionamentos, como quer fazer crer a recorrente.

Assim, tendo em vista que dois dos recursos especiais remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 543-C, §1º, do Código de Processo Civil, processos n.s. 2003.34.00.038572-9 e 2005.34.00.001211-7), tiveram seguimento negado em razão do entendimento daquela Corte no sentido de que a Portaria MARE não se enquadra no conceito de lei, ambas as decisões com trânsito em julgado, **nego seguimento ao presente recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Transcorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e baixem-se os autos ao MM. Juízo *a quo,* com as anotações de estilo.

Brasília, 19 de setembro de 2011.

Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO, Vice-Presidente.

Documento contendo 2 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site www.trf1.jus.br/autenticidade, informando o código verificador 2.770.500.0100.2-88.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 116.001 - DF (2012/0004011-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : AMÁRIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTRO(S)

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. ALEGAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO A MAIOR EM RAZÃO DA NÃO COMPENSAÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL OCORRIDA POR FORÇA DA PORTARIA MARE 2.179/98. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE ANTE O ÓBICE CONTIDO NA SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO - GEFA, APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 831/1995 E ATÉ A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.915/1999. RECURSO ESPECIAL 1.478.439/RS, REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pela UNIÃO com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 1a. Região, assim ementado:

> *ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL EMBARGOS À EXECUÇÃO SERVIDOR REAJUSTE DE 28,86% - DEDUÇÃO/COMPENSAÇÃO DE PERCENTUAIS BASE DE CÁLCULO GEFA JUROS DE MORA CORREÇÃO MONETÁRIA APELAÇÃO DA UNIÃO IMPROVIDA APELAÇÃO DOS EMBARGADOS PROVIDA EM PARTE.*
>
> *1. A sentença monocrática proferida nos presentes embargos assegurou a dedução do percentual concedido pela Lei 8.627/93, considerando a orientação do STF, quando do julgamento do EDROMS 22.307-7/DF.*

Documento eletrônico juntado ao processo em 06/04/2016 às 05:06:41 ...suário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Documento eletrônico VDA13986181 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Napoleão Nunes Maia Filho Assinado em: 04-04-2016 12:16:14
Publicação no DJe/STJ nº 1943 de 06/04/2016. Código de Controle do Documento: 000243D4-7431-46E6-A8F2-8B8BD8F52F77

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

2. Não há que se falar na compensação determinada pela Portaria MARE 2.179/98, eis que tal Portaria não diz respeito à legislação indicada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos EDRQMS 22.307-7/DF.

3. Conforme informações da COREJ: Os coeficientes de correção monetária estão corretos ou seja, de acordo com a variação da UFIR/IPCA-E; a taxa de juros foi considerada corretamente pois obedeceu a determinação do julgado, ou seja, 0,5% a.m. a partir da citação (05/97); Foram devidamente compensados os percentuais concedidos em decorrência da Lei 8.627/98, conforme determinação do julgado; (..) quanto à base de cálculo foram consideradas somente as rubricas de caráter habitual e permanente relacionadas com os vencimentos básicos, sem a GEFA, conforme despacho de fl. 128.

4. A GEFA - Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação dos Tributos Federais, por ser calculada tendo como parâmetro o vencimento básico dos servidores (Decretos-Leis 2.357/87, 2.365/87 e 2.371/87; Lei 7.787/89; Lei Delegada 13/92; Medida Provisória 1.480/96 e Lei 9.624/98), também sofrerá o reajuste. Precedente: AMS 1998.01.00.080798-6/DF.

5. Segundo ainda informações da COREJ: (..) nada mais é devido aos autores Arlindo João Schio, Gilverto Hilgert Fonseca, Nilson Odorico Xavier dos Santos, Santo Marcuzzo e Urbano Saue, em face de todos eles já terem sido beneficiados com reajustes de 33% (fl. 269), 33% (fl. 281), 31,81% (fl. 311), 31,81% (fl. 340) e 29,99% (fl. 353), respectivamente".

Apelação da União improvida. Apelação dos embargados provida em parte (fls. 397).

2. Em suas razões recursais, a Recorrente alega, em suma, que no pagamento das diferenças relativas ao reajuste de 28,86% deve ser considerada a evolução funcional do Servidor, conforme determinação da Portaria MARE 2.179/98. Acrescenta, por fim, ser indevida a inclusão das rubricas 192 e 197 GEFA na composição da

Documento eletrônico juntado ao processo em 06/04/2016 às 05:06:41 ...suário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Documento eletrônico VDA13986181 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Napoleão Nunes Maia Filho Assinado em: 04-04-2016 12:16:14
Publicação no DJe/STJ nº 1943 de 06/04/2016. Código de Controle do Documento: 000243D4-7431-46E6-A8F2-8B8BD8F52F77

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

base de cálculo dos 28,86%.

3. É o relatório. Decido.

4. A irresignação merece prosperar, parcialmente.

5. Inicialmente, quanto à compensação do reajuste de 28,86% com a evolução funcional decorrente da Portaria MARE 2.179/98, esta Corte já se manifestou pela impossibilidade de tal análise, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. Confira-se:

> *ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. ACORDO ADMINISTRATIVO. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE NA PENDÊNCIA DE AÇÃO. RESP REPETITIVO 1.318.315/AL. SÚMULA 83/STJ. ALEGAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO A MENOR EM RAZÃO DE ILEGAL COMPENSAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR FORÇA DA PORTARIA MARE 2.179/98. COBRANÇA DAS DIFERENÇAS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. VERBA HONORÁRIA FIXADA PELA EQUIDADE. JUÍZO DE VALOR FEITO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.*
>
> *1. Cuida-se, originariamente, de embargos à execução opostos pela União contra os valores pretendidos por sete exequentes - substituídos pelo sindicato recorrente - que efetuaram acordo administrativo, à exceção de um deles, buscando a percepção das diferenças remuneratórias do reajuste de 28,86%.*
>
> *2. A Primeira Seção do STJ, por ocasião do julgamento do recurso especial repetitivo REsp 1.318.315/AL, reafirmou ser "despicienda a homologação judicial do termo de transação extrajudicial, posto que inviável a execução de tal providência, diante da inexistência, à época da celebração do acordo, de demanda judicial entre as partes transigentes".*
>
> *3. Não é possível o pretendido exame do direito dos substituídos a eventuais diferenças decorrentes da implantação a*

Documento eletrônico VDA13986181 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Napoleão Nunes Maia Filho Assinado em: 04-04-2016 12:16:14
Publicação no DJe/STJ nº 1943 de 06/04/2016. Código de Controle do Documento: 000243D4-7431-46E6-A8F2-8B8BD8F52F77

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

2ª VARA S.J.DF
Fls. 461
Subseção 6

menor e da ilegalidade da compensação de progressão funcional e reestruturação de carreira, pois não há como aferir eventual violação de lei sem que se reexamine o conjunto probatório dos presentes autos e os termos dos acordos administrativos firmados, tarefa que, além de escapar da função constitucional deste tribunal, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ, cuja incidência é induvidosa no caso sob exame.

4. A Corte de origem não analisou a controvérsia à luz da ofensa à coisa julgada, uma vez que entendeu que, com "o acordo administrativo, o servidor abre mão de eventuais diferenças decorrentes de título judicial, sendo descabida qualquer pretensão de retratação unilateral da transação. Firmado o termo na via administrativa, o único título de que dispõe o servidor é o próprio acordo" (fl. 1.768, e-STJ). Incidência da Súmula 211/STJ.

5. Na hipótese, o Tribunal a quo analisou os elementos fáticos da causa para concluir que a verba honorária fixada em 5% foi estimada com equilíbrio e que inexiste razões para sua elevação, situação que impede a revisão no Superior Tribunal de Justiça, em razão do óbice previsto na Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.526.546/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. ACORDO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO A MENOR EM RAZÃO DE ILEGAL COMPENSAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR FORÇA DA PORTARIA MARE 2.179/98. COBRANÇA DAS DIFERENÇAS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE ANTE O ÓBICE CONTIDO NA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A edição da Medida Provisória 1.704/1998 implicou renúncia tácita do prazo prescricional. Assim, ajuizada a ação antes de 30.6.2003, os efeitos retroagem a janeiro de 1993, enquanto para as ações ajuizadas após 30.6.2003 incide a Súmula 85/STJ. In casu, encontram-se prescritas as parcelas anteriores a

Documento eletrônico VDA13986181 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Napoleão Nunes Maia Filho Assinado em: 04-04-2016 12:16:14
Publicação no DJe/STJ nº 1943 de 06/04/2016. Código de Controle do Documento: 000243D4-7431-46E6-A8F2-8B8BD8F52F77

Documento juntado ao processo em 06/04/2016 às 05:06:41 pelo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

13.10.2000, uma vez que a presente Ação Ordinária foi ajuizada pela autora em 13.5.2005.

2. No tocante à inobservância dos termos da MP 1.709/98, pela adoção dos critérios previstos na Portaria MARE 2.179/98, o exame do direito a eventuais diferenças decorrentes da implantação a menor em razão de ilegal compensação de progressão funcional não dispensa a análise do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ. Precedente: AgRg no AREsp 408.353/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2T, julgado em 07.11.2013, DJe 18.11.2013.

3. Agravo Regimental de CLARA MARIA HOYER LACERDA a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.208.120/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 25.9.2015).

✧ ✧ ✧

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO. PORTARIA MARE 2.179/98. PRECEDENTES DO STJ. COISA JULGADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

I. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que o voto condutor do acórdão recorrido e do acórdão dos Embargos Declaratórios apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

II. A jurisprudência do STJ, seguindo a orientação do STF, reconhece o direito dos servidores públicos civis ao reajuste de seus vencimentos no índice de 28,86%, concedido pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, devendo-se do referido reajuste, todavia, deduzir o percentual de aumento já concedido, a tal título. Nesse sentido: STJ, AgRg no Ag 1.405.011/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/09/2011;

Documento eletrônico VDA13986181 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Relatório(a): MINISTRO Napoleão Nunes Maia Filho Assinado em: 04-04-2016 12:16:14
Publicação no DJe/STJ nº 1943 de 06/04/2016. Código de Controle do Documento: 000243D4-7431-46E6-A8F2-8B8BD8FS2F77

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

AgRg no REsp 1.180.126/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 14/03/2012.

III. No caso, verificar se a compensação do reajuste de 28,86% deu-se em desconformidade com o que preconiza o título executivo, bem como se ocorreu ou não eventual afronta à coisa julgada, em decorrência da aplicação da Portaria MARE 2.179/98, é pretensão inviável, na via recursal eleita, porquanto exige o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível, em sede de Recurso Especial, a teor da Súmula 7 do STJ. A propósito: STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.413.210/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/06/2014; AgRg no REsp 1.267.731/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2014; AgRg no AREsp 186.810/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/02/2013.

IV. Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp. 17.612/PR, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 25.3.2015).

6. Por fim, quanto à incidência do reajuste de 28,86% sobre a GEFA, merece parcial provimento a irresignação da UNIÃO. Isto porque a Primeira Seção desta Corte, ao julgar o REsp 1.478.439/RS, representativo da controvérsia, concluiu pela incidência do reajuste de 28,86% sobre a GEFA somente no período de janeiro de 1995 a julho de 1999. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 28,86%. INCIDÊNCIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO - GEFA, APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 831/1995 E ATÉ A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.915/1999. REsp 1.478.439/RS, REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EFICÁCIA VINCULATIVA. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS

Documento eletrônico juntado ao processo em 06/04/2016 às 05:06: ... lo usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Documento eletrônico VDA13986181 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Napoleão Nunes Maia Filho Assinado em: 04-04-2016 12:16:14
Publicação no DJe/STJ nº 1943 de 06/04/2016. Código de Controle do Documento: 000243D4-7431-46E6-A8F2-8B8BD8F52F77

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

MODIFICATIVOS.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 535 do Código de Processo Civil, não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição ou omissão.

2. O acórdão embargado asseverou que "o reajuste de 28,86% não incide diretamente sobre a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA, sob pena de configurar-se bis in idem, pois a referida gratificação tem por base de cálculo o próprio vencimento básico do servidor".

3. A Primeira Seção desta Corte, ao julgar o REsp 1.478.439/RS, representativo da controvérsia, posterior ao julgamento do acórdão ora embargado, concluiu pela incidência do reajuste de 28,86% sobre a GEFA, no período de janeiro de 1995 a julho de 1999, o que, diante de sua eficácia vinculativa, impõe a aplicação a este caso.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para negar provimento ao recurso especial do INSS (EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1.173.292/RS, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, DJe 9.12.2015).

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. INCIDÊNCIA SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO. POSSIBILIDADE. TESE FIRMADA NO JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. VOTO VENCIDO.

1 - A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo 1.478.439/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 27/3/2015, consolidou o entendimento de que "incide o reajuste de 28,86% sobre a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA, após a edição da Medida Provisória 831/1995 e até a edição da

Documento eletrônico juntado ao processo em 06/04/2016 às 05:06:41 usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Documento eletrônico VDA13986181 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Napoleão Nunes Maia Filho Assinado em: 04-04-2016 12:16:14
Publicação no DJe/STJ nº 1943 de 06/04/2016. Código de Controle do Documento: 000243D4-7431-46E6-A8F2-8B8BD8F52F77

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Documento id 340675364 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf)

Medida Provisória 1.915-1/1999, mais precisamente no período de janeiro de 1995 a julho de 1999, quando teria a sua base de cálculo desvinculada do soldo de Almirante-de-Esquadra e vinculada ao maior vencimento básico da respectiva tabela."

2 - Honorários advocatícios fixados em 10 (dez) por cento sobre o valor da condenação, vencido nesta parte o relator designado para lavrar o acórdão.

3 - Recurso especial conhecido e provido (REsp. 1.471.767/RS, Rel. Min. ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 10.6.2015).

7. Ante o exposto, conhece-se do Agravo para dar parcial provimento ao Recurso Especial da UNIÃO, apenas para que a incidência das diferenças de 28,86% sobre a GEFA se limite ao período de janeiro de 1995 a julho de 1999.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 04 de abril de 2016.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

Documento eletrônico juntado ao processo em 06/04/2016 às 05:06:41 'o usuário: SERVIÇO DE CONFIRMAÇÃO DO DJ

Documento eletrônico VDA13986181 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): MINISTRO Napoleão Nunes Maia Filho Assinado em: 04-04-2016 12:16:14
Publicação no DJe/STJ nº 1943 de 06/04/2016. Código de Controle do Documento: 000243D4-7431-46E6-A8F2-8B8BD8F52F77

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

2ª Vara/SJDF
Fl. 644
1400555

(e-STJ Fl.496)
2ª VARA SJ-DF
Fls. 466
Rubrica

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 116001/DF

PUBLICAÇÃO

Certifico que foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ em 05/04/2016 a r. decisão de fls. 488 e considerada publicada na data abaixo mencionada, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei 11.419/2006.
Brasília, 06 de abril de 2016.

COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA
*Assinado por BENEDITO JOSÉ DA SILVA
em 06 de abril de 2016 às 07:02:20

Documento eletrônico juntado ao processo em 06/04/2016 às 07:02:5 o usuário: BENEDITO JOSÉ DA SILVA

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

2ª Vara/SJDF
Fl. 645
DF1400555

2ª VARA SJ-DF
Fls. 469
Rubrica

S.T.J.
FL. _____

Superior Tribunal de Justiça

AREsp 116001/DF

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE BAIXA

Certifico que a r. decisão retro transitou em julgado no dia 24 de maio de 2016.

Registro a baixa destes autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região .

Brasília - DF, 25 de maio de 2016

COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA

*Assinado por GIVANILDO BATISTA DA ROCHA
em 25 de maio de 2016 às 17:23:59

2 Volume(s)
0 Apenso(s)

* Assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º § 2º inciso III alínea "b" da Lei 11.419/2006

2ª Vara/SJDF
Fl. 646
DF1400555

2ª VARA SJ-DF
Fls. 470
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Charles Renaud Frazão de Moraes, do que lavro este termo. Em 27/07/2016.

Elizabete V. de Souza
Técnico Judiciário

DESPACHO

Processo nº 10607-43.2010.4.01.3400

Trasladar para o processo principal (2002.34.00.002288-1) cópia das fls. 129/139, 181/184, 212/213, 239, 241, 368, 370/376, 405, 432/433, 458/466 e 469.

Após, em face da sucumbência recíproca, arquivem-se estes autos.

Brasília, 27 de julho de 2016.

CHARLES RENAUD FRAZÃO DE MORAES
Juiz Federal da 2ª Vara/SJDF

( ) **Certifico que**, nesta data, foi publicado no Diário de Justiça, Seção II, o despacho supra.
( ) Deixa de ser publicado o despacho supra, em virtude de ciência pelo advogado do ( )autor/ ( ) réu.
( ) **Certifico que** a _____ parte do despacho supra foi devidamente cumprida.
( ) Foi(ram) expedido(s) _____mandado(s) e enviado(s) à Central, nesta data.
( ) Expedi o(s) ofício(s) nº _____, cuja(s) cópia(s) se segue(m).
( ) Expedi a(s) Cartas Precatórias nº _____, cuja(s) cópia(s) se segue(m).
( ) Remeto os autos à(ao) _____.
Brasília, ____ /____/ 2016.

_____

TRF-1ª REGIÃO/IMP.15-02-04

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

1932ª VARA
Fls. 647
Rubrica

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos ao MM. Juiz Federal em auxílio na 2ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Eduardo Santos da Rocha Penteado, do que lavro este termo.
Em 27/10/2016.

Elizabete V. de Souza
Técnico Judiciário

DESPACHO

Processo nº 2002.34.00.002288-1

Ao Contador para atualização do cálculo exeqüendo conforme o julgado de fls. 617/643.

Após, expedir as minutas das requisições de pagamento, autorizando, inclusive, se apresentado o respectivo contrato, o destaque de honorários contratuais.

Após, dê-se vista às partes das minutas, pelo prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Inexistindo impugnação, encaminhe(m)-se ao TRF/1ª Região e suspenda-se o feito até o depósito das requisições expedidas.

Por fim, intime-se a parte autora dos valores depositados.

Brasília, 27 de outubro de 2016.

EDUARDO SANTOS DA ROCHA PENTEADO
Juiz Federal em auxílio na 2ª Vara/SJDF

TRF-1ª REGIÃO/MP.15-02-04

5ª VARA FEDERAL
Fls. 648
Rubrica MD

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Formulário de Encaminhamento de Processo à SECAJ (Varas: 1ª a 22ª)
(Atenção: marcar apenas 1 (um) item)

Processo nº 2002. 2288-1 , 2 ª Vara

1) Cálculos de atualizações, sucumbências e custas:
- ☐ Atualização de cálculo de fls. _____
- ☐ Cálculo de sucumbências (custas, honorários, multas)
- ☐ Execução Fiscal – cálculo da dívida
- ☐ Impugnação ao valor da causa
- ☐ Destaque de honorários contratuais
- ☒ Outros: FL. 647

2) Cálculos de diferenças salariais:
- ☐ 11,98%
- ☐ 28,86% civil
- ☐ 28,86% militar
- ☐ 3,17%:
  - ○ Limitar a conta à data da reestruturação e/ou organização de cargos e carreiras, concessão de adicionais/gratificações.
  - ○ Incluir na base de cálculo o valor integral da remuneração, incluindo todas as gratificações, adicionais incidentes sobre o vencimento, funções, bem como vantagens pessoais e funções gratificadas, descontando-se apenas ausências não remuneradas e verbas de natureza indenizatória (auxílio-moradia, transporte, alimentação, etc.).
- ☐ Adicional de tempo de serviço
- ☐ Auxílio alimentação
- ☐ Contribuições: FUSEX / FUNDEF
- ☐ Diárias
- ☐ Gratificações de atividade:
  - ○ Calcular somente a gratificação de atividade indicada na inicial.
  - ○ Calcular todas as gratificações de atividade indicadas nas fichas financeiras.
  - Fórmula de cálculo da gratificação: _____
- ☐ Quintos / décimos
- ☐ Diferença salarial diversa

3) Cálculos tributários:
- ☐ Empréstimo compulsório de energia elétrica
- ☐ FINSOCIAL
- ☐ IAA – Imposto s/ açúcar e álcool
- ☐ IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
- ☐ IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física – sobre verbas indenizatórias
  - ○ Calcular com base na declaração de ajuste anual (DIRPJ), compensando-se eventuais valores já restituídos no ajuste anual do IR.
- ☐ IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física – sobre verbas de previdência privada
- ☐ IUEE – Imposto Único s/ Energia Elétrica
- ☐ PIS - Programa de Integração Social
- ☐ PSS – Programa de Seguridade Social
- ☐ Outros: _____

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

REMESSA

Encaminho estes autos ao a (o):

☐ AGU ☐ CEF ☐ MPF
☐ PFN ☒ CONTADOR ☐ PRF
☐ DISTRIBUIÇÃO
☐ DEFENSORIA PÚBLICA

Brasília- DF 09/11/2016

2ª Vara Federal

Maria das Graças dos Santos Fontenele Rabelo
Mat. 90277ps

TERMO DE RECEBIMENTO

Recebemos o presente processo em 09/11/16

SECAJ / NUCJU

JUNTADA

Faço juntada a este [illegible] da conta [illegible]

07/02/17

PODER JUDICIÁRIO
3400 - **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 07/02/2017
CARPIM01 V23.24
LIQ/EXEC

2ª Vara Federal-DF
Fls. 649
Rubrica

CUMPRIMENTO DE SENTENCA
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Resumo

Parte	Princ. cor/mon	Juros	TOTAL (R$)
1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO	401.531,66	565.602,11	967.133,77
2) LOURDES SCHIRMER	41.321,92	58.224,66	99.546,58
3) NILO MANOEL MATTIA	49.878,15	70.241,86	120.120,01
Soma:	**492.731,73**	**694.068,63**	**1.186.800,36**
- Honorários Advocatícios: 10,00 % s/ vlr da condenação	49.273,17	69.406,86	118.680,03
- Ressarcimento de custas	16,11	0,00	16,11
TOTAL DA CONTA	**542.021,01**	**763.475,49**	**1.305.496,50**

- Observações:

a) Cálculos atualizados até 02/2017.
b) Correção monetária:
- Valor(es) cor/mon pela variação mensal, a partir de cada parcela, do(s) indexador(es): UFIR até 12/2000; IPCA-E (2000) em 12/2000; IPCA-E de 01/2001 a 01/2017
- Sem aplicação dos índices deflacionários existentes.
c) Juros de mora:
- A partir de 05/1997, pela(s) taxa(s): 1,00% a.m., simples, de 06/1997 a 07/2001; 0,50% a.m., simples, de 08/2001 a 06/2012; JUROS (LEI 12.703/2012) de 07/2012 a 02/2017
- Taxa(s) aplicada(s) sobre o valor corrigido monetariamente.

Importa o presente cálculo em R$ 1.305.496,50 (um milhão, trezentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).

Brasília - DF, 07 de fevereiro de 2017.

SUZY REJANE OLIVEIRA MEDEIROS (Mat. 1053703)
Núcleo Judiciário

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
3400 - **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 07/02/2017
CARPIM01 V23.24
LIQ/EXEC

2ª Vara Federal-DF
Fls. 650
Rubrica

CUMPRIMENTO DE SENTENCA
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R$)
			1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO			
01/01/1993	17.089.730,40	0,0004351781	7.437,07	142,07	10.565,84	18.002,91
01/02/1993	16.682.358,50	0,0003361226	5.607,31	142,07	7.966,30	13.573,61
01/03/1993	24.662.076,79	0,0002652482	6.541,57	142,07	9.293,60	15.835,17
01/04/1993	31.573.462,29	0,0002105812	6.648,77	142,07	9.445,90	16.094,67
01/05/1993	45.437.191,16	0,0001653690	7.513,90	142,07	10.674,99	18.188,89
01/06/1993	45.437.191,16	0,0001283821	5.833,32	142,07	8.287,39	14.120,71
01/07/1993	60.937.044,40	0,0000984980	6.002,17	142,07	8.527,28	14.529,45
01/08/1993	60.936,81	0,0753863183	4.593,80	142,07	6.526,41	11.120,21
01/09/1993	113.967,63	0,0571136783	6.509,11	142,07	9.247,49	15.756,60
01/10/1993	114.092,94	0,0425004025	4.848,99	142,07	6.888,96	11.737,95
01/11/1993	320.570,87	0,0314434207	10.079,84	142,07	14.320,42	24.400,26
01/12/1993 12	214.545,24	0,0234824238	5.038,04	142,07	7.157,54	12.195,58
01/01/1994	572.632,77	0,0171794244	9.837,50	142,07	13.976,13	23.813,63
01/02/1994	471.828,05	0,0123441776	5.824,32	142,07	8.274,61	14.098,93
01/03/1994	480.729,90	0,0088363023	4.247,87	142,07	6.034,94	10.282,81
01/04/1994	623.468,32	0,0061520776	3.835,62	142,07	5.449,26	9.284,88
01/05/1994	877.401,50	0,0043554546	3.821,48	142,07	5.429,17	9.250,65
01/06/1994	1.262.099,92	0,0030202239	3.811,82	142,07	5.415,45	9.227,27
01/07/1994	662,48	5,7418664336	3.803,87	142,07	5.404,15	9.208,02
01/08/1994	794,18	5,4572501478	4.334,03	142,07	6.157,35	10.491,38
01/09/1994	954,48	5,1970042893	4.960,43	142,07	7.047,28	12.007,71
01/10/1994	895,55	5,1137929020	4.579,65	142,07	6.506,30	11.085,95
01/11/1994	909,75	5,0183269483	4.565,42	142,07	6.486,09	11.051,51
01/12/1994 24	2.724,29	4,8742528898	13.278,87	142,07	18.865,29	32.144,16
01/01/1995	1.729,94	4,7669285686	8.246,50	142,07	11.715,80	19.962,30
01/02/1995	1.514,96	4,7669285686	7.221,70	142,07	10.259,86	17.481,56
01/03/1995	1.518,41	4,7669285686	7.238,15	142,07	10.283,23	17.521,38
01/04/1995	1.592,65	4,5684471920	7.275,93	142,07	10.336,91	17.612,84
01/05/1995	1.556,07	4,5684471920	7.108,82	142,07	10.099,50	17.208,32
01/06/1995	1.556,07	4,5684471920	7.108,82	142,07	10.099,50	17.208,32
01/07/1995	1.556,07	4,2646490775	6.636,09	142,07	9.427,89	16.063,98
01/08/1995	1.556,07	4,2646490775	6.636,09	142,07	9.427,89	16.063,98
01/09/1995	1.556,07	4,2646490775	6.636,09	142,07	9.427,89	16.063,98
01/10/1995	1.610,54	4,0565650935	6.533,26	142,07	9.281,80	15.815,06
01/11/1995	3.171,05	4,0565650935	12.863,57	142,07	18.275,27	31.138,84
01/12/1995 36	2.091,73	4,0565650935	8.485,23	142,07	12.054,96	20.540,19
01/01/1996	1.431,95	3,8925794162	5.573,97	142,07	7.918,93	13.492,90
01/02/1996	1.382,40	3,8925794162	5.381,10	142,07	7.644,92	13.026,02
01/03/1996	1.389,99	3,8925794162	5.410,64	142,07	7.686,89	13.097,53
01/04/1996	1.394,25	3,8925794162	5.427,22	142,07	7.710,45	13.137,67
01/05/1996	1.402,78	3,8925794162	5.460,43	142,07	7.757,63	13.218,06
01/06/1996	1.402,78	3,8925794162	5.460,43	142,07	7.757,63	13.218,06
01/07/1996	1.402,78	3,6461857830	5.114,79	142,07	7.266,58	12.381,37
01/08/1996	1.402,78	3,6461857830	5.114,79	142,07	7.266,58	12.381,37
01/09/1996	1.402,78	3,6461857830	5.114,79	142,07	7.266,58	12.381,37
01/10/1996	1.402,78	3,6461857830	5.114,79	142,07	7.266,58	12.381,37
01/11/1996	2.805,57	3,6461857830	10.229,62	142,07	14.533,22	24.762,84
01/12/1996 48	1.870,38	3,6461857830	6.819,75	142,07	9.688,81	16.508,56
01/01/1997	1.402,78	3,5417002221	4.968,22	142,07	7.058,35	12.026,57
01/02/1997	1.402,78	3,5417002221	4.968,22	142,07	7.058,35	12.026,57
01/03/1997	1.422,16	3,5417002221	5.036,86	142,07	7.155,86	12.192,72
01/04/1997	1.422,16	3,5417002221	5.036,86	142,07	7.155,86	12.192,72
01/05/1997	1.422,16	3,5417002221	5.036,86	142,07	7.155,86	12.192,72
01/06/1997	1.422,16	3,5417002221	5.036,86	141,07	7.105,49	12.142,35
01/07/1997	1.408,93	3,5417002221	4.990,00	140,07	6.989,49	11.979,49

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
3400 - **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 07/02/2017
CARPIM01 V23.24
LIQ/EXEC

2ª Vara Federal-DF
Fls. 651
Rubrica

CUMPRIMENTO DE SENTENCA
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R$)
			1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO			
01/08/1997	1.422,16	3,5417002221	5.036,86	139,07	7.004,76	12.041,62
01/09/1997	1.422,16	3,5417002221	5.036,86	138,07	6.954,39	11.991,25
01/10/1997	1.422,16	3,5417002221	5.036,86	137,07	6.904,02	11.940,88
01/11/1997	2.844,33	3,5417002221	10.073,76	136,07	13.707,36	23.781,12
01/12/1997	1.896,22	3,5417002221	6.715,84	135,07	9.071,08	15.786,92
01/01/1998	1.422,16	3,3563422771	4.773,25	134,07	6.399,49	11.172,74
01/02/1998	1.422,16	3,3563422771	4.773,25	133,07	6.351,76	11.125,01
01/03/1998	1.433,39	3,3563422771	4.810,94	132,07	6.353,80	11.164,74
01/04/1998	1.433,39	3,3563422771	4.810,94	131,07	6.305,69	11.116,63
01/05/1998	1.433,39	3,3563422771	4.810,94	130,07	6.257,58	11.068,52
01/06/1998	1.433,39	3,3563422771	4.810,94	129,07	6.209,48	11.020,42
Total:	**76.076,48**		**401.531,66**		**565.602,11**	**967.133,77**
			2) LOURDES SCHIRMER			
01/01/1993	2.962.962,73	0,0004351781	1.289,41	142,07	1.831,86	3.121,27
01/02/1993	2.091.548,46	0,0003361226	703,01	142,07	998,76	1.701,77
01/03/1993	2.986.037,54	0,0002652482	792,04	142,07	1.125,25	1.917,29
01/04/1993	3.946.516,38	0,0002105812	831,06	142,07	1.180,68	2.011,74
01/05/1993	5.376.050,61	0,0001653690	889,03	142,07	1.263,04	2.152,07
01/06/1993	5.376.050,61	0,0001283821	690,18	142,07	980,53	1.670,71
01/07/1993	7.186.173,00	0,0000984980	707,82	142,07	1.005,59	1.713,41
01/08/1993	7.186,14	0,0753863183	541,73	142,07	769,63	1.311,36
01/09/1993	13.520,35	0,0571136783	772,19	142,07	1.097,05	1.869,24
01/10/1993	13.539,42	0,0425004025	575,43	142,07	817,51	1.392,94
01/11/1993	38.240,01	0,0314434207	1.202,39	142,07	1.708,23	2.910,62
01/12/1993	25.493,34	0,0234824238	598,64	142,07	850,48	1.449,12
01/01/1994	68.307,70	0,0171794244	1.173,48	142,07	1.667,16	2.840,64
01/02/1994	54.236,32	0,0123441776	669,50	142,07	951,15	1.620,65
01/03/1994	47.163,90	0,0088363023	416,75	142,07	592,07	1.008,82
01/04/1994	68.227,34	0,0061520776	419,73	142,07	596,31	1.016,04
01/05/1994	97.983,31	0,0043554546	426,76	142,07	606,29	1.033,05
01/06/1994	141.026,45	0,0030202239	425,93	142,07	605,11	1.031,04
01/07/1994	74,04	5,7418664336	425,12	142,07	603,96	1.029,08
01/08/1994	72,84	5,4572501478	397,50	142,07	564,72	962,22
01/09/1994	85,06	5,1970042893	442,05	142,07	628,02	1.070,07
01/10/1994	85,06	5,1137929020	434,97	142,07	617,96	1.052,93
01/11/1994	86,54	5,0183269483	434,28	142,07	616,98	1.051,26
01/12/1994	229,51	4,8742528898	1.118,68	142,07	1.589,30	2.707,98
01/01/1995	144,39	4,7669285686	688,29	142,07	977,85	1.666,14
01/02/1995	144,97	4,7669285686	691,06	142,07	981,78	1.672,84
01/03/1995	144,97	4,7669285686	691,06	142,07	981,78	1.672,84
01/04/1995	144,97	4,5684471920	662,28	142,07	940,90	1.603,18
01/05/1995	144,97	4,5684471920	662,28	142,07	940,90	1.603,18
01/06/1995	144,97	4,5684471920	662,28	142,07	940,90	1.603,18
01/07/1995	144,97	4,2646490775	618,24	142,07	878,33	1.496,57
01/08/1995	144,97	4,2646490775	618,24	142,07	878,33	1.496,57
01/09/1995	144,97	4,2646490775	618,24	142,07	878,33	1.496,57
01/10/1995	144,97	4,0565650935	588,08	142,07	835,48	1.423,56
01/11/1995	289,94	4,0565650935	1.176,16	142,07	1.670,97	2.847,13
01/12/1995	144,97	4,0565650935	588,08	142,07	835,48	1.423,56
01/01/1996	144,97	3,8925794162	564,30	142,07	801,70	1.366,00
01/02/1996	144,97	3,8925794162	564,30	142,07	801,70	1.366,00
01/03/1996	144,97	3,8925794162	564,30	142,07	801,70	1.366,00
01/04/1996	144,97	3,8925794162	564,30	142,07	801,70	1.366,00
01/05/1996	144,97	3,8925794162	564,30	142,07	801,70	1.366,00
01/06/1996	144,97	3,8925794162	564,30	142,07	801,70	1.366,00

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
3400 - **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 07/02/2017
CARPIM01 V23.24
LIQ/EXEC

2ª Vara Federal-DF
Fls. 652
Rubrica

CUMPRIMENTO DE SENTENCA
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R$)
			2) LOURDES SCHIRMER			
01/07/1996	144,97	3,6461857830	528,58	142,07	750,95	1.279,53
01/08/1996	144,97	3,6461857830	528,58	142,07	750,95	1.279,53
01/09/1996	144,97	3,6461857830	528,58	142,07	750,95	1.279,53
01/10/1996	144,97	3,6461857830	528,58	142,07	750,95	1.279,53
01/11/1996	289,94	3,6461857830	1.057,17	142,07	1.501,92	2.559,09
01/12/1996	144,97	3,6461857830	528,58	142,07	750,95	1.279,53
01/01/1997	144,97	3,5417002221	513,44	142,07	729,44	1.242,88
01/02/1997	144,97	3,5417002221	513,44	142,07	729,44	1.242,88
01/03/1997	144,97	3,5417002221	513,44	142,07	729,44	1.242,88
01/04/1997	144,97	3,5417002221	513,44	142,07	729,44	1.242,88
01/05/1997	144,97	3,5417002221	513,44	142,07	729,44	1.242,88
01/06/1997	144,97	3,5417002221	513,44	141,07	724,30	1.237,74
01/07/1997	144,97	3,5417002221	513,44	140,07	719,17	1.232,61
01/08/1997	144,97	3,5417002221	513,44	139,07	714,04	1.227,48
01/09/1997	144,97	3,5417002221	513,44	138,07	708,90	1.222,34
01/10/1997	144,97	3,5417002221	513,44	137,07	703,77	1.217,21
01/11/1997	289,94	3,5417002221	1.026,88	136,07	1.397,27	2.424,15
01/12/1997	144,97	3,5417002221	513,44	135,07	693,50	1.206,94
01/01/1998	144,97	3,3563422771	486,56	134,07	652,33	1.138,89
01/02/1998	144,97	3,3563422771	486,56	133,07	647,46	1.134,02
01/03/1998	144,97	3,3563422771	486,56	132,07	642,59	1.129,15
01/04/1998	144,97	3,3563422771	486,56	131,07	637,73	1.124,29
01/05/1998	144,97	3,3563422771	486,56	130,07	632,86	1.119,42
01/06/1998	144,97	3,3563422771	486,56	129,07	628,00	1.114,56
Total:	**7.375,99**		**41.321,92**		**58.224,66**	**99.546,58**
			3) NILO MANOEL MATTIA			
01/01/1993	1.881.200,98	0,0004351781	818,65	142,07	1.163,05	1.981,70
01/02/1993	2.286.117,33	0,0003361226	768,41	142,07	1.091,68	1.860,09
01/03/1993	2.875.182,64	0,0002652482	762,63	142,07	1.083,46	1.846,09
01/04/1993	3.892.912,03	0,0002105812	819,77	142,07	1.164,64	1.984,41
01/05/1993	5.905.476,67	0,0001653690	976,58	142,07	1.387,42	2.364,00
01/06/1993	5.636.513,67	0,0001283821	723,62	142,07	1.028,04	1.751,66
01/07/1993	7.534.333,57	0,0000984980	742,11	142,07	1.054,31	1.796,42
01/08/1993	7.534,30	0,0753863183	567,98	142,07	806,92	1.374,90
01/09/1993	14.033,91	0,0571136783	801,52	142,07	1.138,71	1.940,23
01/10/1993	14.150,61	0,0425004025	601,40	142,07	854,40	1.455,80
01/11/1993	41.397,57	0,0314434207	1.301,68	142,07	1.849,29	3.150,97
01/12/1993	26.831,89	0,0234824238	630,07	142,07	895,14	1.525,21
01/01/1994	71.999,51	0,0171794244	1.236,91	142,07	1.757,27	2.994,18
01/02/1994	59.424,93	0,0123441776	733,55	142,07	1.042,15	1.775,70
01/03/1994	60.230,45	0,0088363023	532,21	142,07	756,11	1.288,32
01/04/1994	87.099,72	0,0061520776	535,84	142,07	761,26	1.297,10
01/05/1994	124.792,69	0,0043554546	543,52	142,07	772,17	1.315,69
01/06/1994	182.023,18	0,0030202239	549,75	142,07	781,02	1.330,77
01/07/1994	94,76	5,7418664336	544,09	142,07	772,98	1.317,07
01/08/1994	93,49	5,4572501478	510,19	142,07	724,82	1.235,01
01/09/1994	108,43	5,1970042893	563,51	142,07	800,57	1.364,08
01/10/1994	107,00	5,1137929020	547,17	142,07	777,36	1.324,53
01/11/1994	108,78	5,0183269483	545,89	142,07	775,54	1.321,43
01/12/1994	280,50	4,8742528898	1.367,22	142,07	1.942,40	3.309,62
01/01/1995	204,24	4,7669285686	973,59	142,07	1.383,17	2.356,76
01/02/1995	180,04	4,7669285686	858,23	142,07	1.219,28	2.077,51
01/03/1995	180,04	4,7669285686	858,23	142,07	1.219,28	2.077,51
01/04/1995	183,74	4,5684471920	839,40	142,07	1.192,53	2.031,93
01/05/1995	183,74	4,5684471920	839,40	142,07	1.192,53	2.031,93

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
3400 - **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 07/02/2017
ARPIM01 V23.24
LIQ/EXEC

2ª Vara Federal-DF
Fls. 653
Rubrica

CUMPRIMENTO DE SENTENCA
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	TOTAL (R$)
			3) NILO MANOEL MATTIA			
01/06/1995	183,74	4,5684471920	839,40	142,07	1.192,53	2.031,93
01/07/1995	183,74	4,2646490775	783,58	142,07	1.113,23	1.896,81
01/08/1995	183,74	4,2646490775	783,58	142,07	1.113,23	1.896,81
01/09/1995	183,74	4,2646490775	783,58	142,07	1.113,23	1.896,81
01/10/1995	183,74	4,0565650935	745,35	142,07	1.058,91	1.804,26
01/11/1995	378,02	4,0565650935	1.533,46	142,07	2.178,58	3.712,04
01/12/1995	205,76	4,0565650935	834,67	142,07	1.185,81	2.020,48
01/01/1996	186,70	3,8925794162	726,74	142,07	1.032,47	1.759,21
01/02/1996	186,70	3,8925794162	726,74	142,07	1.032,47	1.759,21
01/03/1996	186,70	3,8925794162	726,74	142,07	1.032,47	1.759,21
01/04/1996	186,70	3,8925794162	726,74	142,07	1.032,47	1.759,21
01/05/1996	186,70	3,8925794162	726,74	142,07	1.032,47	1.759,21
01/06/1996	186,70	3,8925794162	726,74	142,07	1.032,47	1.759,21
01/07/1996	186,70	3,6461857830	680,74	142,07	967,12	1.647,86
01/08/1996	186,70	3,6461857830	680,74	142,07	967,12	1.647,86
01/09/1996	186,70	3,6461857830	680,74	142,07	967,12	1.647,86
01/10/1996	186,70	3,6461857830	680,74	142,07	967,12	1.647,86
01/11/1996	373,41	3,6461857830	1.361,52	142,07	1.934,31	3.295,83
01/12/1996	186,70	3,6461857830	680,74	142,07	967,12	1.647,86
01/01/1997	186,70	3,5417002221	661,23	142,07	939,40	1.600,63
01/02/1997	186,70	3,5417002221	661,23	142,07	939,40	1.600,63
01/03/1997	186,70	3,5417002221	661,23	142,07	939,40	1.600,63
01/04/1997	186,70	3,5417002221	661,23	142,07	939,40	1.600,63
01/05/1997	186,70	3,5417002221	661,23	142,07	939,40	1.600,63
01/06/1997	186,70	3,5417002221	661,23	141,07	932,79	1.594,02
01/07/1997	186,70	3,5417002221	661,23	140,07	926,18	1.587,41
01/08/1997	186,70	3,5417002221	661,23	139,07	919,57	1.580,80
01/09/1997	186,70	3,5417002221	661,23	138,07	912,96	1.574,19
01/10/1997	186,70	3,5417002221	661,23	137,07	906,34	1.567,57
01/11/1997	373,41	3,5417002221	1.322,50	136,07	1.799,52	3.122,02
01/12/1997	186,70	3,5417002221	661,23	135,07	893,12	1.554,35
01/01/1998	186,70	3,3563422771	626,62	134,07	840,10	1.466,72
01/02/1998	186,70	3,3563422771	626,62	133,07	833,84	1.460,46
01/03/1998	186,70	3,3563422771	626,62	132,07	827,57	1.454,19
01/04/1998	186,70	3,3563422771	626,62	131,07	821,31	1.447,93
01/05/1998	186,70	3,3563422771	626,62	130,07	815,04	1.441,66
01/06/1998	186,70	3,3563422771	626,62	129,07	808,77	1.435,39
Total:	**9.463,21**		**49.878,15**		**70.241,86**	**120.120,01**
			- Honorários Advocatícios			
a) Base de cálculo:						
- Condenação:						
			492.731,73		*694.068,63*	1.186.800,36
	Soma da base de cálculo:		*492.731,73*		*694.068,63*	***1.186.800,36***
b) Valor devido:						
- 10,00 % sobre a base de calculo:						118.680,03
Total:			49.273,17		69.406,86	**118.680,03**
			- Ressarcimento de custas			
01/04/1997	4,55	3,5417002221	16,11			16,11
Total:			**16,11**			**16,11**

TOTAL DA CONTA **R$ 1.305.496,50**

- Observações:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
3400 - **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 07/02/2017
CARPIM01 V23.24
LIQ/EXEC

2ª Vara Federal-DF
Fls. 654
Rubrica

CUMPRIMENTO DE SENTENCA
Processo: 2002.34.00.002288-1 2ª Vara Federal

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	**TOTAL (R$)**

a) Cálculos atualizados até 02/2017.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2ªVARA SJ-DF
Fls. 655
Rubrica

RECEBIMENTO
Recebi os presentes autos, nesta data.
Brasília, 09 de 02 de 2017.
Secretaria da 2ª Vara-SJDF
Maria das Graças dos Santos Fonseca Rabelo
Mat. 90277ps

2ª VARA SJ-DF
Fls. 656
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº 2002.34.00.002288-1

CERTIDÃO

Certifico que foi(ram) expedida(s): (--) minuta(s) de Requisição de Pagamento/RPV; (04) minuta(s) de Precatório pelo(s) valor(es) de fl. 649, em cumprimento ao despacho de fl. 647.

Brasília, 19 de maio de 2017.

Monica Portela Lima
Mat. nº 1400569

TRF-1ª REGIÃO/IMP.15-02-04

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Nº 1890 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PCTT - 92.401.01

19/05/2017 10:58:50

PJRVA1529

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

2ª VARA SJ-DF
Fls. 657
Rubrica

Requisição de Pagamento

Do(a): JUIZ(ÍZA) ANDERSON SANTOS DA SILVA DA 2ª VARA FEDERAL

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 1997.34.00.010683-0** e **Ação de Execução nº 2002.34.00.002288-1**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

Requerente / Credor : ANA MARIA ORTIZ MACHADO

Advogado / OAB : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF00006603 ***CPF:*** 038.807.291-15

Requerido / Devedor : UNIAO FEDERAL

ESPÉCIE DE REQUISIÇÃO

) Requisição de Pequeno Valor - RPV	(x) 1. Originário	( ) 2. Complementar
	( ) 3. Parcial	( ) 4.Suplementar
(x) Precatório		

NATUREZA DO CRÉDITO

Alimentar	Comum
(x) 11 - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)	( ) 21 - Não-alimentar
	( ) 39 - Desapropriações
( ) 12 - Benefícios Previdenciários	
Doença Grave : ( ) Sim (x Não	

Outros:

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 967.133,77 **Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):**
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 66 **Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$**
Quantidade de Meses Exercício Corrente (Somente RPV):
Total de Valores do Exercício Corrente (Somente RPV): R$

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE À REQUISIÇÃO

Descrição: (01.11.03.04) ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃ
SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

INCIDENTES

Sem Incidente

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997
Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento : 24/08/2000
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução (se foram opostos) : 24/05/2016
Se não foram opostos ver inciso XI do art. 8º da Resolução 405/2016 - CJF; data : ************

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Nº 1890 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

PCTT - 92.401.01
Pág: 2 / 2
19/05/2017 10:58:50
PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
Fls. 658
Rubrica

Requisição de Pagamento

BENEFICIÁRIOS					REQ. COMPLEMENTAR, SUPLEMENTAR ou PARCIAL	
Nome Completo	CPF/CNPJ	Expressa Renúncia	Data Base	Valor(R$)	Data Base Créd. Exec.	Valor Total Créd. Exec.
ANA MARIA ORTIZ MACHADO	197.762.680-72	NÃO	02/2017	967.133,77	******	**********

Principal(R$)	Juros/Selic (R$)	Juros Compensatório
401.531,66	565.602,11	

Condição do Servidor: ATIVO
Orgão de Lotação: 1928-MINISTERIO DO TRABALHO
Valor PSS: R$ 106384.71

VALOR TOTAL REQUISITADO: R$ 967.133,77

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 1891 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

PCTT - 92.401.01
Pág: 1 / 2
19/05/2017 11:01:33
PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
Fls. 659
Rubrica

Requisição de Pagamento

Do(a): JUIZ(ÍZA) ANDERSON SANTOS DA SILVA DA 2ª VARA FEDERAL

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 1997.34.00.010683-0** e **Ação de Execução nº 2002.34.00.002288-1**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

Requerente / Credor : LOURDES SCHIRMER	
Advogado / OAB : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF00006603	***CPF:*** 038.807.291-15
Requerido / Devedor : UNIAO FEDERAL	

ESPÉCIE DE REQUISIÇÃO

) **Requisição de Pequeno Valor - RPV**	(x) **1. Originário**	( ) **2. Complementar**
	( ) **3. Parcial**	( ) **4.Suplementar**
(x) Precatório		

NATUREZA DO CRÉDITO

Alimentar	**Comum**
(x) **11** - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)	( ) **21** - Não-alimentar
	( ) **39** - Desapropriações
( ) **12** - Benefícios Previdenciários	
Doença Grave : ( ) Sim (x) Não	

Outros:

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 99.546,58 **Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):**
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 66 **Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$**
Quantidade de Meses Exercício Corrente (Somente RPV):
Total de Valores do Exercício Corrente (Somente RPV): R$

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE À REQUISIÇÃO

Descrição: (01.11.03.04) ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃ
SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

INCIDENTES

Sem Incidente

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997
Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento : 24/08/2000
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução (se foram opostos) : 24/05/2016
Se não foram opostos ver inciso XI do art. 8° da Resolução 405/2016 - CJF; data : **********

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 1891 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

PCTT - 92.401.01
Pág: 2 / 2
19/05/2017 11:01:33
PJRVA1529

2ª VARA FEDERAL
Fls. 660
Vara

Requisição de Pagamento

BENEFICIÁRIOS					REQ. COMPLEMENTAR, SUPLEMENTAR ou PARCIAL	
Nome Completo	CPF/CNPJ	Expressa Renúncia	Data Base	Valor(R$)	Data Base Créd. Exec.	Valor Total Créd. Exec.
LOURDES SCHIRMER	089.596.760-04	NÃO	02/2017	99.546,58	******	**********

Principal(R$)	Juros/Selic (R$)	Juros Compensatório
41.321,92	58.224,66	

Condição do Servidor: ATIVO
Orgão de Lotação: 1928-MINISTERIO DO TRABALHO
Valor PSS: R$ 10950.12

VALOR TOTAL REQUISITADO: R$ 99.546,58

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

Nº 1892 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

PCTT - 92.401.01
Pág: 1 / 2
19/05/2017 11:04:01
PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
Fls. 661
Subseção MP

Requisição de Pagamento

Do(a): JUIZ(ÍZA) ANDERSON SANTOS DA SILVA DA 2ª VARA FEDERAL

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 1997.34.00.010683-0** e **Ação de Execução nº 2002.34.00.002288-1**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

Requerente / Credor : NILO MANOEL MATTIA	
Advogado / OAB : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF00006603	***CPF:*** 038.807.291-15
Requerido / Devedor : UNIAO FEDERAL	

ESPÉCIE DE REQUISIÇÃO

) **Requisição de Pequeno Valor - RPV**	(x) **1. Originário**	( ) **2. Complementar**
	( ) **3. Parcial**	( ) **4.Suplementar**
(x) Precatório		

NATUREZA DO CRÉDITO

Alimentar	**Comum**
(x) **11 -** Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)	( ) **21** - Não-alimentar
( ) **12** - Benefícios Previdenciários	( ) **39 -** Desapropriações
Doença Grave : ( ) Sim (x) Não	

Outros:

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 120.120,01 **Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):**
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 66 **Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$**
Quantidade de Meses Exercício Corrente (Somente RPV):
Total de Valores do Exercício Corrente (Somente RPV): R$

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE À REQUISIÇÃO

Descrição: (01.11.03.04) ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃ(SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

INCIDENTES

Sem Incidente

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997
Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento : 24/08/2000
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução (se foram opostos) : 24/05/2016
Se não foram opostos ver inciso XI do art. 8° da Resolução 405/2016 - CJF; data : **********

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 1892 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

PCTT - 92.401.01
Pág: 2 / 2
19/05/2017 11:04:01
PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
Fls. 662
Rubrica

Requisição de Pagamento

BENEFICIÁRIOS					REQ. COMPLEMENTAR, SUPLEMENTAR ou PARCIAL	
Nome Completo	CPF/CNPJ	Expressa Renúncia	Data Base	Valor(R$)	Data Base Créd. Exec.	Valor Total Créd. Exec.
NILO MANOEL MATTIA	030.866.070-68	NÃO	02/2017	120.120,01	******	**********

Principal(R$)	Juros/Selic (R$)	Juros Compensatório
49.878,15	70.241,86	

Condição do Servidor: ATIVO
Orgão de Lotação: 1928-MINISTERIO DO TRABALHO
Valor PSS: R$ 13213.20

VALOR TOTAL REQUISITADO: R$ 120.120,01

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 1893 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Hon. Sucumbenciais
Advogados Constituidos
Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

PCTT - 92.401.01
Pág: 1 / 2
19/05/2017 11:12:24
PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
Fls. 663
Rubrica

Requisição de Pagamento

Do(a): JUIZ(ÍZA) ANDERSON SANTOS DA SILVA DA 2ª VARA FEDERAL

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 1997.34.00.010683-0** e **Ação de Execução nº 2002.34.00.002288-1**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

Requerente / Credor : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

Advogado / OAB : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF00006603 ***CPF:*** 038.807.291-15

Requerido / Devedor : UNIAO FEDERAL

ESPÉCIE DE REQUISIÇÃO

) **Requisição de Pequeno Valor - RPV**	**(x) 1. Originário**	**( ) 2. Complementar**
	( ) 3. Parcial	**( ) 4.Suplementar**
(x) Precatório		

NATUREZA DO CRÉDITO

Alimentar	**Comum**
(x) 11 - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)	**( ) 21** - Não-alimentar
( ) 12 - Benefícios Previdenciários	**( ) 39** - Desapropriações
Doença Grave : ( ) Sim (x) Não	

Outros:

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ **Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):**
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: **Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$**
Quantidade de Meses Exercício Corrente (Somente RPV):
Total de Valores do Exercício Corrente (Somente RPV): R$

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE À REQUISIÇÃO

Descrição: (08.01.14.00) SUCUMBÊNCIA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DIREITO PROCESSUAI

INCIDENTES

Sem Incidente

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997
Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento : 24/08/2000
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução (se foram opostos) : 24/05/2016
Se não foram opostos ver inciso XI do art. 8º da Resolução 405/2016 - CJF; data : **********.

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 1893 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Hon. Sucumbenciais Advogados Constituidos

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PCTT - 92.401.01

19/05/2017 11:12:24

PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
664
Juntada

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS					*REQ. COMPLEMENTAR, SUPLEMENTAR ou PARCIAL*	
Nome Completo	*CPF/CNPJ*	*Expressa Renúncia*	*Data Base*	*Valor(R$)*	*Data Base Créd. Exec.*	*Valor Total Créd. Exec.*
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	NÃO	02/2017	118.696,14	******	**********

Principal(R$)	*Juros/Selic (R$)*	*Juros Compensatório*
49.289,28	69.406,86	

Total Valores a Compensar : R$

Justificativa:

VALOR TOTAL REQUISITADO: R$ 118.696,14

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

2ª VARA SJ-DF
Fls. 665
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do MM. Juiz Federal, nos termos da Portaria nº 03, de 21 de julho de 2016, vista às partes da(s) minuta(s) de requisição de pagamento, pelo prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, a começar pela União (AGU).

Brasília, 19 de maio de 2017.

Monica Portela
Técnico Judiciário
Mat. 1400569

TRF-1ª REGIÃO/IMP.15-02-04

2ª Vara SJ/DF
Fls. 666
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

REMESSA

Encaminho estes autos à(o)

- [X] AGU
- [ ] CEF
- [ ] PFN
- [ ] CONTADOR
- [ ] DISTRIBUIÇÃO
- [ ] MPF
- [ ] DEFENSORIA PÚBLICA
- [ ] PRF
- [ ] OUTROS

OBS: _____

Brasília/DF, 29 de maio de 2017

Alberto Cláudio de Oliveira Galvão
2ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF.

Recebido na PRU – 1ª Região
Em 29/05/17
Advogado(a) da União
Diego Pedemeiras Moraes Rocha
Advogado da União

RECEBIMENTO
Recebi os presentes autos
( ) Sem petição
(X) Com ausência petição(ões) 13223
Brasília, 12 de 06 de 2017
Secretário da 2ª Vara SJ/DF
Maria das Graças dos Santos Fernandes Rabelo
Mat. 90277

JUNTADA DE PETIÇÃO

Nesta data, junto aos presentes autos a petição nº 13223 (fls. 667/723) que segue.

Brasília, 16 de 06 de 20 17

Secretaria Federal/DF

Mônica Portela Lima
Técnico Judiciário
DF 1400589

2ª Vara/SJDF **Fl. 667**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

PROCESSO nº: 2306-88.2002.4.01.3400

A **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do Advogado da União que esta subscreve, com mandato ex lege (art. 131 da CRFB/88 c/c Lei Complementar nº. 73/93), vem, perante Vossa Excelência, em atenção ao ato ordinatório de fl. 665, **discordar** dos cálculos de fls. 649-54 e da emissão dos requisitórios de fls. 657-64, nos termos do Parecer nº 4.951-C/2017-DCP/PGU/AGU, o qual integra a presente petição para todos os fins.

1) Do erro no tocante à correção monetária

Na espécie, com a devida vênia, entende-se que a **correção monetária** não está de acordo com a jurisprudência dos tribunais. Sobre o tema, impende lembrar que o novel Código de Processo Civil buscou fortalecer os precedentes judiciais[1] não no sentido de submissão, mas sim no sentido de respeito.

Acerca da matéria controvertida, impende lembrar que após o julgamento das aludidas ADI existiram diversos julgamentos pela aplicabilidade do IPCA-E como critério de correção monetária de forma irrestrita.

Contudo, o e. STF, no **RE 870947**[2], consignou que a declaração de inconstitucionalidade da correção monetária pela TR abrange, tão somente, o intervalo de tempo compreendido entre a inscrição do crédito em precatório e o seu efetivo pagamento, tendo em vista que a norma constitucional impugnada nas ADIs (art. 100,

[1] CPC, Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.
[2] Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=295107. Acesso em 09/03/2017 às 16h10min.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

§ 12, da CRFB, incluído pela EC nº 62/90) referia-se apenas à atualização monetária do precatório – e não à atualização da condenação ao concluir-se a fase de conhecimento.

Acompanhando a decisão do pretório excelso, constatam-se diversas decisões recentes dos Tribunais no sentido de realizar a distinção das hipóteses e manter a aplicabilidade do art. 1º-F para o período anterior à expedição dos precatórios, senão vejamos:

> PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97. LEI Nº 11.960/2009. ADI 4.357 E 4.425. MODULAÇÃO DE EFEITOS. REPERCUSSÃO GERAL NO RE 870.947. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. (...) 3. **Conquanto o Manual de Orientação para Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal determine**, em sua **edição vigente**, a atualização monetária por índices diversos dos aplicados às cadernetas de poupança (**IPCA** e **IPCA**-E), consoante alterações introduzidas pela Resolução nº 267/2013 do Conselho de Justiça Federal, tal **orientação é inaplicável,** tendo em vista que nas ADI's 4.357 e 4425 não foi declarada a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960/2009 quanto às condenações impostas à Fazenda Pública no momento de cognição da causa, **devendo prevalecer**, assim, o disposto nessa disposição legal quanto à **incidência nesses casos dos índices aplicáveis às cadernetas de poupança**. Precedentes. No **caso** dos autos não se trata de atualização monetária correspondente a período posterior à expedição do precatório, mas, sim, à **liquidação do julgado condenatório**, que se dá ao final da fase de conhecimento, afigura-se de rigor determinar que se utilize na elaboração dos cálculos, para fins de atualização monetária do quantum devido, a partir de 29.6.2009, **o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR),** nos termos da EC nº 62/2009, e não o índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), tudo conforme determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.960/2009. (...) (**TRF1**. Agravo de Instrumento n. 0016501-73.2014.4.01.0000/MG. Relatora: Desembargadora Federal GILDA SIGMARINGA SEIXAS. Decide a **Primeira Turma**, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento. Brasília, **14 de dezembro de 2016.)**
>
> AGRAVO DE INSTRUMENTO. **EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA**. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 11.960/09, A PARTIR DO ADVENTO DESTE DIPLOMA LEGAL. (...) 3. **O Ministro LUIZ FUX também esclareceu que o Plenário do STF, no julgamento das ADIs nº 4.357 e 4.425, declarou a inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009, apenas na parte em que a TR era utilizada como índice de atualização monetária de precatórios e de RPVs**. Já na parte em que rege a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública (entre o

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

dano efetivo/ajuizamento da demanda e a condenação), o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97 continua em pleno vigor, na medida em que não foi objeto de pronunciamento expresso quanto à sua constitucionalidade. 4. **Dessa forma, a partir de 30/06/2009, data da entrada em vigor da Lei nº 11.960/2009, até a expedição do requisitório, a atualização monetária deve ser efetuada na forma do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com base na redação dada pela Lei nº 11.960/2009, como corretamente determinou a decisão agravada.** 5. Agravo de instrumento não provido. (AG 00122779420164020000, ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, **TRF2** - 5ª TURMA ESPECIALIZADA. Data da Decisão: 07/02/2017. **Data da Publicação: 10/02/2017**)

2) Do erro no tocante ao juros de mora

Consoante demonstra o parecer, entre **06/1997 e 07/2001**, fora computado **juros de 1%,** sendo que a condenação foi em 0,5%. Outrossim, deu-se no tocante ao termo final dos juros de mora. No caso, conforme jurisprudência remansosa dos Tribunais, somente são devidos **juros de mora até a data de trânsito em julgado dos Embargos** à Execução[3].

3) Da inclusão da GEFA no período errado

Na espécie, não fora observado o termo fixado judicialmente, isto é, janeiro de 1995. Conforme demonstra o parecer anexo, a sua incidência no cálculo deu-se a partir de janeiro de 1993.

4) Conclusão

Ante o exposto, requer que seja reconhecido o **excesso** na conta da SECAJ no valor de **R$ 740.464,62** bem como que o **valor devido** seja fixado em **R$**

[3]ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇAO. PRECATÓRIO. JUROS DE MORA DEVIDOS ENTRE A DATA DA CONTA E INSCRIÇAO DO PAGAMENTO. JULGADO REPETITIVO. RESP 1.143.677/RS. INDEPENDENTE DA OPOSIÇAO DE EMBARGOS.
1. Conforme **a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça**, amparada no **entendimento do Supremo Tribunal Federal,** não se pode imputar à Fazenda Pública a demora do trâmite processual no período compreendido entre a liquidação do valor devido e a expedição do precatório e sua respectiva inscrição no orçamento. 2. Assim, **somente são devidos juros moratórios** até a liquidação do valor executado, o que se verifica com a definição do quantum debeatur, materializado no **trânsito em julgado dos embargos à execução** ou, quando estes não forem opostos, no trânsito em julgado da decisão homologatória dos cálculos. 3. Embargos de declaração rejeitados. (**REsp nº 1.277.942-PR - repetitivo**)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO

565.031,88 (Quinhentos e sessenta e cinco mil, trinta e um reais e oitenta e oito centavos).

Outrossim, tendo em vista que os cálculos foram impugnados, pugna que a eventual expedição da **requisição de pagamento** se **restrinja** ao valor **controvertido**.

Alternativamente, requer que caso seja expedido o requisitório no valor apontado nos cálculos, seja com **status bloqueado**.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 08 de junho de 2017.

DIEGO PEDERNEIRAS MORAES ROCHA
Advogado da União / PRU 1ª Região

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE CÁLCULOS E PERÍCIAS

PARECER TÉCNICO Nº 4826 - C /2017-DCP/PGU/AGU

1. IDENTIFICAÇÃO

PROCESSO Nº	*2306-88.2002.4.01.3400*
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº	*2002.34.00.002288-1*
ORIGEM (VARA/ESTADO/TRIBUNAL)	*2ª Vara Federal – Brasília - DF*
EXEQUENTE(S)	*Ana Maria Ortiz Machado e Outros*
QUANTIDADE DE EXEQUENTES	*(3)*
EXECUTADO(A)	*União (Ministério do Trabalho e Emprego)*
OBJETO DA AÇÃO	*Diferença salarial – 28,86%*
INTERVENÇÃO DCP	*Atualização de conta*
VALOR DA CONTA	*R$ 1.305.496,50, em fevereiro/2017*

2. RESUMO DOS AUTOS

Trata-se de ação ordinária interposta contra a União, objetivando o pagamento do resíduo de 28,86% sobre todas as parcelas da remuneração dos exequentes, bem como o pagamento dos atrasados com juros e correção monetária.

Apelação Cível: "*(...), nego provimento à apelação da União e dou provimento à apelação dos embargados, tão só para incluir a rubrica 192 (GEFA) na base de cálculo do reajuste, mantida, no mais, a sentença recorrida*".

Certidão de transito em julgado de fls. 645: "*Certifico que a r. decisão retro transitou em julgado no dia 24 de maio de 2016*".

Despacho de fls. 647: "*Ao contador para atualização do cálculo exequendo conforme o julgado de fls. 617/643*".

A contadoria apresentou conta de atualização no total de R$ 1.305.496,50, em fevereiro/2017, sendo R$ 520.886,70 para os exequentes e R$ 5.208,86 de honorários.

3. DISCORDANCIA DA CONTA

Analisando tecnicamente a conta no montante de R$ 1.305.496,50, em fevereiro/2017, entendemos que não deve prosperar, pelas seguintes razões:

- Foi computado juros de 1% no período de 06/1997 a 07/2001, indevidamente, vez que a União foi condenada a pagar juros de mora no percentual de 0,5%, conforme sentença de mérito ***"(...), e juros de mora de 0,5%, a partir da citação inicial".***

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

- A contadoria não observou a sentença do Agravo em Recurso Especial, determinou ***a inclusão da GEFA apenas a partir de janeiro/1995***. A contadoria está incluindo a rubrica 192 - GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A e 197 - GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS-AGR, a partir de janeiro/1993.

- O índice de correção utilizado não observou que o IPCA-e deverá ser utilizado no período de 01/2001 a 06/2009 e a TR no período de 07/2009 até a data da atualização da conta, no presente caso em ***FEVEREIRO2017***.

- A TR deverá ser utilizada haja vista a decisão proferida em Medida Cautelar com efeito vinculante nos autos da ADI nº 4357 pelo Ministro Luiz Fux, do STF, que determinou a manutenção do pagamento dos precatórios de acordo com a sistemática instituída, mantendo-se a aplicação da Lei nº 11.960/09, bem como do critério da TR.

- Somente são devidos juros de mora até a data de trânsito em julgado dos embargos (AI 492779 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 13/12/2005, DJ 03-03-2006 PP-00076 EMENT VOL-02223-05 PP-00851 RTJ VOL-00199-01 PP-00416)

> *ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. TERMO FINAL. HOMOLOGAÇÃO DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA RELATIVA AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO OU DECURSO IN ALBIS DO PRAZO PARA OPÔ-LOS.*
> *1. Conforme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, amparada no entendimento do Supremo Tribunal Federal, não se pode imputar à Fazenda Pública a demora do trâmite processual no período compreendido entre a liquidação do valor devido e a expedição do precatório e sua respectiva inscrição no orçamento.*
> *2. Assim, **somente são devidos juros moratórios até a liquidação do valor executado, o que se verifica com a definição do quantum debeatur, materializado no trânsito em julgado dos embargos à execução ou, quando estes não forem opostos, no trânsito em julgado da decisão homologatória dos cálculos.***
> *3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos modificativos.*
> *(EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.145.598 - RS (2009/0117420-2), Relatora: MINISTRA LAURITA VAZ, Data do julgamento: 31/05/2011). (grifou-se)*
>
> *EMENTA: Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada. 3. Juros de mora entre as datas da expedição e do pagamento do precatório judicial. Não-incidência. Precedentes. 4. Descabimento, pelos mesmos fundamentos, de juros de mora entre a data de elaboração dos cálculos definitivos e a data de apresentação, pelo Poder Judiciário à respectiva entidade de direito público, do precatório (§ 1º do art. 100 da Constituição). 5. Agravo regimental a que se nega provimento.*
> ***(AI 492779 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 13/12/2005, DJ 03-03-2006 PP-00076 EMENT VOL-02223-05 PP-00851 RTJ VOL-00199-01 PP-00416) (grifou-se)***

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

- Nos presentes autos o trânsito em julgado ocorreu em ***MAIO/2016*** conforme certidão de fls. 645.

Apurada a conta, o valor encontrado é de R$ 565.031,88, em fevereiro/2017, conforme planilha que anexamos.

4. CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, entende-se, tecnicamente, que a conta de liquidação no montante de R$ 1.305.496,50, em fevereiro/2017 não deve prosperar pelo motivo explicitado no item anterior o que provocou excesso de execução na ordem de R$ 740.464,62, na data indicada.

Da conta de liquidação ultimada por este Departamento, o valor apurado é de R$ 565.031,88, em fevereiro/2017.

Informamos, a seguir o órgão e a situação dos exequentes, bem como valores a serem retidos a título de PSS:

EXEQUENTES	ÓRGÃO	SITUAÇÃO	CONTA	PSS
ANA MARIA ORTIZ MACHADO	MTB	AP AGO1998	396.811,44	43.649,26
LOURDES SCHIRMER	MTB	AP FEV1994	40.878,01	817,56
NILO MANOEL MATTIA	MTB	AP SET1994	75.966,22	2.658,82

Brasília-DF, 06 de maio de 2017.

Elizabeth Yo[illegible]ie Mizuno Ma[illegible]nega
Age[illegible] administrativo
Mat. S[illegible] 31433

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias - DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO (POR PARTE)

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Posição da União: Ré
Órgão Interessado: UNIÃO
Nº do Processo: 230688200240134
Órgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Tipo de Ação/Recurso: AÇÃO ORDINÁRIA
Data de atualização dos cálculos: 28/02/2017

CPF/CNPJ da(s) Parte(s)	Nome(s) da(s) Parte(s)	Valor(es) Executado(s) pela(s) Parte(s) (R$)	Valor(es) Apurado(s) pela União (R$)	Excesso entre os Valores da(s) Parte(s) e da União (R$)
197.762.680-72	ANA MARIA ORTIZ MACHADO	967.133,77	396.811,44	570.322,33
089.596.760-04	LOURDES SCHIRMER	99.546,58	40.878,01	58.668,57
030.866.070-68	NILO MANOEL MATTIA	120.120,01	75.966,22	44.153,79
	SUBTOTAL GERAL (R$)	**1.186.800,36**	**513.655,67**	**673.144,69**
	Honorários Advocatícios (R$)	**118.680,03**	**51.365,57**	**67.314,46**
	Custas Judiciais (R$)	**16,11**	**10,64**	**5,47**
	TOTAL GERAL (R$)	**1.305.496,50**	**565.031,88**	**740.464,62**

Data: 06/06/2017
Assinatura/Carimbo do Responsável: Elizabeth Mizuno Matsuno
Agente Administrativo

2ª Vara/SJDF
Fl. 672

Emitido em: 06/06/2017 13:59:49
Página: 1 / 1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
01/1993	4.934.506,00	493.450,60	345.415,42	0,00	5.773.372,02	0,00	0,00	0,00
02/1993	4.934.506,00	493.450,60	345.415,42	0,00	5.773.372,02	0,00	0,00	0,00
03/1993	6.562.892,98	656.289,29	459.402,50	0,00	7.678.584,77	0,00	0,00	0,00
04/1993	6.562.892,98	656.289,29	525.031,43	0,00	7.744.213,70	0,00	0,00	0,00
05/1993	12.141.352,01	1.214.135,20	971.308,16	0,00	14.326.795,37	0,00	0,00	0,00
06/1993	12.141.352,01	1.214.135,20	971.308,16	0,00	14.326.795,37	0,00	0,00	0,00
07/1993	16.819,88	1.681,98	1.345,59	0,00	19.847,45	0,00	0,00	0,00
08/1993	16.819,88	1.681,98	1.345,59	0,00	19.847,45	0,00	0,00	0,00
09/1993	32.668,00	3.266,80	2.613,42	0,00	38.548,22	0,00	0,00	0,00
10/1993	31.306,84	3.130,68	2.504,54	0,00	36.942,06	0,00	0,00	0,00
11/1993	44.198,99	4.419,89	3.535,91	0,00	52.154,79	0,00	0,00	0,00
12/1993	44.198,99	4.419,89	3.535,91	0,00	52.154,79	0,00	0,00	52.154,79
01/1994	129.480,94	12.948,09	10.358,47	0,00	152.787,50	0,00	0,00	0,00
02/1994	129.480,94	12.948,09	10.358,47	0,00	152.787,50	0,00	0,00	0,00
03/1994	211,45	21,14	16,91	0,00	249,50	0,00	0,00	0,00
04/1994	211,45	21,14	19,03	0,00	251,62	0,00	0,00	0,00
05/1994	211,45	21,14	19,03	0,00	251,62	0,00	0,00	0,00
06/1994	211,45	21,14	19,03	0,00	251,62	0,00	0,00	0,00
07/1994	211,45	21,14	19,03	0,00	251,62	0,00	0,00	0,00
08/1994	0,00	23,54	21,18	0,00	44,72	0,00	0,00	0,00
09/1994	444,69	44,47	40,01	0,00	529,17	0,00	0,00	0,00
10/1994	273,11	27,31	24,57	0,00	324,99	0,00	0,00	0,00
11/1994	273,11	27,31	24,57	0,00	324,99	0,00	0,00	0,00
12/1994	301,52	30,15	27,13	0,00	358,80	0,00	0,00	358,80
01/1995	368,06	0,00	33,12	3.894,00	4.295,18	0,00	0,00	0,00
02/1995	368,06	0,00	33,12	4.194,00	4.595,18	0,00	0,00	0,00
03/1995	379,00	0,00	34,11	4.194,00	4.607,11	0,00	0,00	0,00
04/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
05/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
06/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
07/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
08/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 673

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
09/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
10/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
11/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
12/1995	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	4.610,90
01/1996	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
02/1996	379,00	0,00	37,90	4.194,00	4.610,90	0,00	0,00	0,00
03/1996	402,92	0,00	40,29	4.194,00	4.637,21	0,00	0,00	0,00
04/1996	402,92	10,74	44,32	4.194,00	4.651,98	0,00	0,00	0,00
05/1996	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
06/1996	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
07/1996	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
08/1996	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
09/1996	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
10/1996	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
11/1996	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
12/1996	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	4.681,53
01/1997	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
02/1997	402,92	40,29	44,32	4.194,00	4.681,53	0,00	0,00	0,00
03/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
04/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
05/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
06/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
07/1997	458,43	0,00	50,42	4.194,00	4.702,85	0,00	0,00	0,00
08/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
09/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
10/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
11/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
12/1997	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	4.748,69
01/1998	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
02/1998	458,43	45,84	50,42	4.194,00	4.748,69	0,00	0,00	0,00
03/1998	490,57	49,05	53,96	4.194,00	4.787,58	0,00	0,00	0,00
04/1998	490,57	49,05	53,96	4.194,00	4.787,58	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 674

Emitido em: 06/06/2017 01:55:08

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo								
Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)								
Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
05/1998	490,57	49,05	53,96	4.194,00	4.787,58	0,00	0,00	0,00
06/1998	490,57	49,05	53,96	4.194,00	4.787,58	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 675

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
01/1993	5.773.372,02	28,86	1.666.195,16	0,0002872559	478,62	114,00	545,62	1.024,24
02/1993	5.773.372,02	28,86	1.666.195,16	0,0002218706	369,67	114,00	421,42	791,09
03/1993	7.678.584,77	28,86	2.216.039,56	0,0001750873	388,00	114,00	442,32	830,32
04/1993	7.744.213,70	28,86	2.234.980,07	0,0001390023	310,66	114,00	354,15	664,81
05/1993	14.326.795,37	28,86	4.134.713,14	0,0001091584	451,33	114,00	514,51	965,84
06/1993	14.326.795,37	28,86	4.134.713,14	0,0000847437	350,39	114,00	399,44	749,83
07/1993	19.847.450,00	28,86	5.727.974,07	0,0000650174	372,41	114,00	424,54	796,95
08/1993	19.847,45	28,86	5.727,97	0,0497607463	285,02	114,00	324,92	609,94
09/1993	38.548,22	28,86	11.125,01	0,0377003912	419,41	114,00	478,12	897,53
10/1993	36.942,06	28,86	10.661,47	0,0280550612	299,10	114,00	340,97	640,07
11/1993	52.154,79	28,86	15.051,87	0,0207569260	312,43	114,00	356,17	668,60
12/1993	104.309,58	28,86	30.103,74	0,0155018118	466,66	114,00	531,99	998,65
01/1994	152.787,50	28,86	44.094,47	0,0113408529	500,06	114,00	570,06	1.070,12
02/1994	152.787,50	28,86	44.094,47	0,0081489207	359,32	114,00	409,62	768,94
03/1994	232.296,98	28,86	67.040,90	0,0058331573	391,06	114,00	445,80	836,86
04/1994	332.301,96	28,86	95.902,34	0,0040612388	389,48	114,00	444,00	833,48
05/1994	471.993,83	28,86	136.217,41	0,0028752133	391,65	114,00	446,48	838,13
06/1994	691.955,00	28,86	199.698,21	0,0019937683	398,15	114,00	453,89	852,04
07/1994	251,62	28,86	72,61	3,7904339681	275,22	114,00	313,75	588,97
08/1994	44,72	28,86	12,90	3,6023892493	46,47	114,00	52,97	99,44
09/1994	529,17	28,86	152,71	3,4305201879	523,87	114,00	597,21	1.121,08
10/1994	324,99	28,86	93,79	3,3754995453	316,58	114,00	360,90	677,48
11/1994	324,99	28,86	93,79	3,3125608884	310,68	114,00	354,17	664,85
12/1994	717,60	28,86	207,09	3,2173279802	666,27	114,00	759,54	1.425,81
01/1995	4.295,18	28,86	1.239,58	3,1465310320	3.900,37	114,00	4.446,42	8.346,79
02/1995	4.595,18	28,86	1.326,16	3,1465310320	4.172,80	114,00	4.756,99	8.929,79
03/1995	4.607,11	28,86	1.329,61	3,1465310320	4.183,65	114,00	4.769,36	8.953,01
04/1995	4.610,90	28,86	1.330,70	3,0156517462	4.012,92	114,00	4.574,72	8.587,64
05/1995	4.610,90	28,86	1.330,70	3,0156517462	4.012,92	114,00	4.574,72	8.587,64
06/1995	4.610,90	28,86	1.330,70	3,0156517462	4.012,92	114,00	4.574,72	8.587,64
07/1995	4.610,90	28,86	1.330,70	2,8152088743	3.746,19	114,00	4.270,65	8.016,84
08/1995	4.610,90	28,86	1.330,70	2,8152088743	3.746,19	114,00	4.270,65	8.016,84

Emitido em: 06/06/2017 01:55:08

2ª Vara/SJDF
Fls. 96

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
09/1995	4.610,90	28,86	1.330,70	2,8152088743	3.746,19	114,00	4.270,65	8.016,84
10/1995	4.610,90	28,86	1.330,70	2,6778358930	3.563,39	114,00	4.062,26	7.625,65
11/1995	4.610,90	28,86	1.330,70	2,6778358930	3.563,39	114,00	4.062,26	7.625,65
12/1995	9.221,80	28,86	2.661,41	2,6778358930	7.126,81	114,00	8.124,56	15.251,37
01/1996	4.610,90	28,86	1.330,70	2,5696534814	3.419,43	114,00	3.898,15	7.317,58
02/1996	4.610,90	28,86	1.330,70	2,5696534814	3.419,43	114,00	3.898,15	7.317,58
03/1996	4.637,21	28,86	1.338,29	2,5696534814	3.438,94	114,00	3.920,39	7.359,33
04/1996	4.651,98	28,86	1.342,56	2,5696534814	3.449,91	114,00	3.932,89	7.382,80
05/1996	4.681,53	28,86	1.351,08	2,5696534814	3.471,80	114,00	3.957,85	7.429,65
06/1996	4.681,53	28,86	1.351,08	2,5696534814	3.471,80	114,00	3.957,85	7.429,65
07/1996	4.681,53	28,86	1.351,08	2,4069440628	3.251,97	114,00	3.707,24	6.959,21
08/1996	4.681,53	28,86	1.351,08	2,4069440628	3.251,97	114,00	3.707,24	6.959,21
09/1996	4.681,53	28,86	1.351,08	2,4069440628	3.251,97	114,00	3.707,24	6.959,21
10/1996	4.681,53	28,86	1.351,08	2,4069440628	3.251,97	114,00	3.707,24	6.959,21
11/1996	4.681,53	28,86	1.351,08	2,4069440628	3.251,97	114,00	3.707,24	6.959,21
12/1996	9.363,06	28,86	2.702,17	2,4069440628	6.503,97	114,00	7.414,52	13.918,49
01/1997	4.681,53	28,86	1.351,08	2,3379738347	3.158,78	114,00	3.601,00	6.759,78
02/1997	4.681,53	28,86	1.351,08	2,3379738347	3.158,78	114,00	3.601,00	6.759,78
03/1997	4.748,69	28,86	1.370,47	2,3379738347	3.204,12	114,00	3.652,69	6.856,81
04/1997	4.748,69	28,86	1.370,47	2,3379738347	3.204,12	114,00	3.652,69	6.856,81
05/1997	4.748,69	28,86	1.370,47	2,3379738347	3.204,12	114,00	3.652,69	6.856,81
06/1997	4.748,69	28,86	1.370,47	2,3379738347	3.204,12	113,50	3.636,67	6.840,79
07/1997	4.702,85	28,86	1.357,24	2,3379738347	3.173,19	113,00	3.585,70	6.758,89
08/1997	4.748,69	28,86	1.370,47	2,3379738347	3.204,12	112,50	3.604,63	6.808,75
09/1997	4.748,69	28,86	1.370,47	2,3379738347	3.204,12	112,00	3.588,61	6.792,73
10/1997	4.748,69	28,86	1.370,47	2,3379738347	3.204,12	111,50	3.572,59	6.776,71
11/1997	4.748,69	28,86	1.370,47	2,3379738347	3.204,12	111,00	3.556,57	6.760,69
12/1997	9.497,38	28,86	2.740,94	2,3379738347	6.408,24	110,50	7.081,10	13.489,34
01/1998	4.748,69	28,86	1.370,47	2,2156689108	3.036,50	110,00	3.340,15	6.376,65
02/1998	4.748,69	28,86	1.370,47	2,2156689108	3.036,50	109,50	3.324,96	6.361,46
03/1998	4.787,58	28,86	1.381,69	2,2156689108	3.061,36	109,00	3.336,88	6.398,24
04/1998	4.787,58	28,86	1.381,69	2,2156689108	3.061,36	108,50	3.321,57	6.382,93

Emitido em: 06/06/2017 01:55:08

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo								
Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)								
Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
05/1998	4.787,58	28,86	1.381,69	2,2156689108	3.061,36	108,00	3.306,26	6.367,62
06/1998	4.787,58	28,86	1.381,69	2,2156689108	3.061,36	107,50	3.290,96	6.352,32
Total	-	-	-	-	162.145,77	-	183.323,24	345.469,01

2ª Vara/SIDF
Fl. 678

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	2. DECIMO - MP 1160 / 95 ATIVO	ART 3 LEI 8911 / 94 - ATIVO	GRAT. DESEMP. FUNCAO-GADF LD. 13	OPCAO - GADF / ATIVO-LD. 13 / 92	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE	REPRESENTACAO MENSAL	SUBSTITUICAO / INTERINO	VANTAGEM PESS. ART. 15 L. 9527 / 97
01/1993	0,00	0,00	0,00	5.450.393,52	1.132.369,70	1.235.312,40	0,00	0,00
02/1993	0,00	0,00	0,00	5.450.393,52	1.132.369,70	1.235.312,40	0,00	0,00
03/1993	0,00	0,00	0,00	7.249.023,38	1.506.051,70	1.642.965,49	1.333.180,20	0,00
04/1993	0,00	0,00	0,00	7.249.023,38	1.506.051,70	1.642.965,49	0,00	0,00
05/1993	0,00	0,00	0,00	13.410.693,25	2.786.195,64	3.039.486,15	0,00	0,00
06/1993	0,00	0,00	0,00	13.410.693,25	2.786.195,64	3.039.486,15	0,00	0,00
07/1993	0,00	0,00	0,00	17.926,07	3.724,30	4.062,88	0,00	0,00
08/1993	0,00	0,00	0,00	17.926,07	3.724,30	4.062,87	0,00	0,00
09/1993	0,00	0,00	0,00	33.365,78	6.932,04	7.562,22	0,00	0,00
10/1993	0,00	0,00	0,00	33.365,78	6.932,04	7.562,22	2.040,35	0,00
11/1993	0,00	0,00	0,00	47.105,81	9.786,65	10.676,34	0,00	0,00
12/1993	0,00	0,00	0,00	47.105,81	9.786,65	10.676,34	2.880,55	0,00
01/1994	0,00	0,00	0,00	137.996,49	28.669,98	31.276,35	0,00	0,00
02/1994	0,00	0,00	0,00	137.996,49	28.669,98	31.276,35	0,00	0,00
03/1994	0,00	0,00	0,00	217,44	45,17	49,28	0,00	0,00
04/1994	0,00	0,00	0,00	28,99	6,02	6,57	0,00	0,00
05/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1994	0,00	0,00	448,57	32,89	8,17	94,78	0,00	0,00
09/1994	0,00	0,00	0,00	278,75	61,33	83,63	0,00	0,00
10/1994	0,00	0,00	0,00	278,75	61,33	83,63	0,00	0,00
11/1994	0,00	0,00	0,00	278,75	61,33	83,63	0,00	0,00
12/1994	0,00	618,85	0,00	278,75	61,33	83,63	0,00	0,00
01/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	74,86	102,09	0,00	0,00
02/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	74,86	102,09	0,00	0,00
03/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	74,86	102,09	0,00	0,00
04/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	182,10	248,31	0,00	0,00
05/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	128,48	175,20	0,00	0,00
06/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	128,48	175,20	0,00	0,00
07/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	128,48	175,20	0,00	0,00
08/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	128,48	175,20	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 679

Emitido em: 06/06/2017 01:55:08

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	2. DECIMO - MP 1160 / 95 ATIVO	ART 3 LEI 8911 / 94 - ATIVO	GRAT. DESEMP. FUNCAO-GADF LD. 13	OPCAO - GADF / ATIVO-LD. 13 / 92	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE	REPRESENTACAO MENSAL	SUBSTITUICAO / INTERINO	VANTAGEM PESS. ART. 15 L. 9527 / 97
09/1995	0,00	136,98	0,00	340,26	128,48	175,20	0,00	0,00
10/1995	0,00	325,70	0,00	340,26	128,48	175,20	0,00	0,00
11/1995	0,00	320,99	0,00	340,26	128,48	175,20	0,00	0,00
12/1995	0,00	176,26	0,00	340,26	128,48	175,20	0,00	0,00
01/1996	0,00	179,13	0,00	90,73	34,25	46,71	0,00	0,00
02/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1996	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1997	179,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,13
01/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,13
02/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,13
03/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,13
04/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,13

2ª Vara/SJDF
Fl. 680

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função								
Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)								
Mes/Ano	2. DECIMO - MP 1160 / 95 ATIVO	ART 3 LEI 8911 / 94 - ATIVO	GRAT. DESEMP. FUNCAO-GADF LD. 13	OPCAO - GADF / ATIVO-LD. 13 / 92	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE	REPRESENTACAO MENSAL	SUBSTITUICAO / INTERINO	VANTAGEM PESS. ART. 15 L. 9527 / 97
05/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,13
06/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,13

2ª Vara/SIDF
Fl. 681

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	VENCIMENTO DAS / NES	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
01/1993	0,00	7.818.075,62	0,00	0,00	0,00
02/1993	0,00	7.818.075,62	0,00	0,00	0,00
03/1993	0,00	11.731.220,77	0,00	0,00	0,00
04/1993	0,00	10.398.040,57	0,00	0,00	0,00
05/1993	0,00	19.236.375,04	0,00	0,00	0,00
06/1993	0,00	19.236.375,04	0,00	0,00	0,00
07/1993	0,00	25.713,25	0,00	0,00	0,00
08/1993	0,00	25.713,24	0,00	0,00	0,00
09/1993	0,00	47.860,04	0,00	0,00	0,00
10/1993	0,00	49.900,39	0,00	0,00	0,00
11/1993	0,00	67.568,80	0,00	0,00	0,00
12/1993	0,00	70.449,35	0,00	0,00	70.449,35
01/1994	0,00	197.942,82	0,00	0,00	0,00
02/1994	0,00	197.942,82	0,00	0,00	0,00
03/1994	0,00	311,89	0,00	0,00	0,00
04/1994	0,00	41,58	0,00	0,00	0,00
05/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1994	111,51	695,92	0,00	0,00	0,00
09/1994	0,00	423,71	0,00	0,00	0,00
10/1994	0,00	423,71	0,00	0,00	0,00
11/1994	0,00	423,71	0,00	0,00	0,00
12/1994	0,00	1.042,56	0,00	0,00	781,92
01/1995	0,00	654,19	0,00	0,00	0,00
02/1995	0,00	654,19	0,00	0,00	0,00
03/1995	0,00	654,19	0,00	0,00	0,00
04/1995	0,00	907,65	0,00	0,00	0,00
05/1995	0,00	780,92	0,00	0,00	0,00
06/1995	0,00	780,92	0,00	0,00	0,00
07/1995	0,00	780,92	0,00	0,00	0,00
08/1995	0,00	780,92	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 682

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Pericias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	VENCIMENTO DAS / NES	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
09/1995	0,00	780,92	0,00	0,00	0,00
10/1995	0,00	969,64	0,00	0,00	0,00
11/1995	0,00	964,93	0,00	0,00	0,00
12/1995	0,00	820,20	0,00	0,00	820,20
01/1996	0,00	350,82	0,00	0,00	0,00
02/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
03/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
04/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
05/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
06/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
07/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
08/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
09/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
10/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
11/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
12/1996	0,00	179,13	0,00	0,00	179,13
01/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
02/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
03/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
04/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
05/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
06/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
07/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
08/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
09/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
10/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
11/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
12/1997	0,00	179,13	0,00	0,00	179,13
01/1998	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
02/1998	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
03/1998	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
04/1998	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 683

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Pericias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função					
Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)					
Mes/Ano	VENCIMENTO DAS / NES	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
05/1998	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00
06/1998	0,00	179,13	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 684

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
01/1993	7.818.075,62	28,86	2.256.296,62	0,0002872559	648,13	114,00	738,86	1.386,99
02/1993	7.818.075,62	28,86	2.256.296,62	0,0002218706	500,60	114,00	570,68	1.071,28
03/1993	11.731.220,77	28,86	3.385.630,31	0,0001750873	592,78	114,00	675,76	1.268,54
04/1993	10.398.040,57	28,86	3.000.874,50	0,0001390023	417,12	114,00	475,51	892,63
05/1993	19.236.375,04	28,86	5.551.617,83	0,0001091584	606,00	114,00	690,84	1.296,84
06/1993	19.236.375,04	28,86	5.551.617,83	0,0000847437	470,46	114,00	536,32	1.006,78
07/1993	25.713.250,00	28,86	7.420.843,95	0,0000650174	482,48	114,00	550,02	1.032,50
08/1993	25.713,24	28,86	7.420,84	0,0497607463	369,26	114,00	420,95	790,21
09/1993	47.860,04	28,86	13.812,40	0,0377003912	520,73	114,00	593,63	1.114,36
10/1993	49.900,39	28,86	14.401,25	0,0280550612	404,02	114,00	460,58	864,60
11/1993	67.568,80	28,86	19.500,35	0,0207569260	404,76	114,00	461,42	866,18
12/1993	140.898,70	28,86	40.663,36	0,0155018118	630,35	114,00	718,59	1.348,94
01/1994	197.942,82	28,86	57.126,29	0,0113408529	647,86	114,00	738,56	1.386,42
02/1994	197.942,82	28,86	57.126,29	0,0081489207	465,51	114,00	530,68	996,19
03/1994	290.385,19	28,86	83.805,16	0,0058331573	488,84	114,00	557,27	1.046,11
04/1994	54.912,63	28,86	15.847,78	0,0040612388	64,36	114,00	73,37	137,73
05/1994	0,00	28,86	0,00	0,0028752133	0,00	114,00	0,00	0,00
06/1994	0,00	28,86	0,00	0,0019937683	0,00	114,00	0,00	0,00
07/1994	0,00	28,86	0,00	3,7904339681	0,00	114,00	0,00	0,00
08/1994	695,92	28,86	200,84	3,6023892493	723,50	114,00	824,79	1.548,29
09/1994	423,71	28,86	122,28	3,4305201879	419,48	114,00	478,20	897,68
10/1994	423,71	28,86	122,28	3,3754995453	412,75	114,00	470,53	883,28
11/1994	423,71	28,86	122,28	3,3125608884	405,05	114,00	461,75	866,80
12/1994	1.824,48	28,86	526,54	3,2173279802	1.694,05	114,00	1.931,21	3.625,26
01/1995	654,19	28,86	188,79	3,1465310320	594,03	114,00	677,19	1.271,22
02/1995	654,19	28,86	188,79	3,1465310320	594,03	114,00	677,19	1.271,22
03/1995	654,19	28,86	188,79	3,1465310320	594,03	114,00	677,19	1.271,22
04/1995	907,65	28,86	261,94	3,0156517462	789,91	114,00	900,49	1.690,40
05/1995	780,92	28,86	225,37	3,0156517462	679,63	114,00	774,77	1.454,40
06/1995	780,92	28,86	225,37	3,0156517462	679,63	114,00	774,77	1.454,40
07/1995	780,92	28,86	225,37	2,8152088743	634,46	114,00	723,28	1.357,74
08/1995	780,92	28,86	225,37	2,8152088743	634,46	114,00	723,28	1.357,74

Fl. nº 685

Emitido em: 06/06/2017 01:55:08

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função

Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
09/1995	780,92	28,86	225,37	2,8152088743	634,46	114,00	723,28	1.357,74
10/1995	969,64	28,86	279,83	2,6778358930	749,33	114,00	854,23	1.603,56
11/1995	964,93	28,86	278,47	2,6778358930	745,69	114,00	850,08	1.595,77
12/1995	1.640,40	28,86	473,41	2,6778358930	1.267,71	114,00	1.445,18	2.712,89
01/1996	350,82	28,86	101,24	2,5696534814	260,15	114,00	296,57	556,72
02/1996	179,13	28,86	51,69	2,5696534814	132,82	114,00	151,41	284,23
03/1996	179,13	28,86	51,69	2,5696534814	132,82	114,00	151,41	284,23
04/1996	179,13	28,86	51,69	2,5696534814	132,82	114,00	151,41	284,23
05/1996	179,13	28,86	51,69	2,5696534814	132,82	114,00	151,41	284,23
06/1996	179,13	28,86	51,69	2,5696534814	132,82	114,00	151,41	284,23
07/1996	179,13	28,86	51,69	2,4069440628	124,41	114,00	141,82	266,23
08/1996	179,13	28,86	51,69	2,4069440628	124,41	114,00	141,82	266,23
09/1996	179,13	28,86	51,69	2,4069440628	124,41	114,00	141,82	266,23
10/1996	179,13	28,86	51,69	2,4069440628	124,41	114,00	141,82	266,23
11/1996	179,13	28,86	51,69	2,4069440628	124,41	114,00	141,82	266,23
12/1996	358,26	28,86	103,39	2,4069440628	248,85	114,00	283,68	532,53
01/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	114,00	137,75	258,59
02/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	114,00	137,75	258,59
03/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	114,00	137,75	258,59
04/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	114,00	137,75	258,59
05/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	114,00	137,75	258,59
06/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	113,50	137,15	257,99
07/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	113,00	136,54	257,38
08/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	112,50	135,94	256,78
09/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	112,00	135,34	256,18
10/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	111,50	134,73	255,57
11/1997	179,13	28,86	51,69	2,3379738347	120,84	111,00	134,13	254,97
12/1997	358,26	28,86	103,39	2,3379738347	241,72	110,50	267,10	508,82
01/1998	179,13	28,86	51,69	2,2156689108	114,52	110,00	125,97	240,49
02/1998	179,13	28,86	51,69	2,2156689108	114,52	109,50	125,39	239,91
03/1998	179,13	28,86	51,69	2,2156689108	114,52	109,00	124,82	239,34
04/1998	179,13	28,86	51,69	2,2156689108	114,52	108,50	124,25	238,77

2ª Vara/SJDF
Fl. 686

Emitido em: 06/06/2017 01:55:08

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função								
Exequente: ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72)								
Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
05/1998	179,13	28,86	51,69	2,2156689108	114,52	108,00	123,68	238,20
06/1998	179,13	28,86	51,69	2,2156689108	114,52	107,50	123,10	237,62
Total	-	-	-	-	24.018,69	-	27.323,74	51.342,43

2ª Vara/SIDF
Fl. 687

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	PROVENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	ANUENIO-ART. 244,LEI 8112 / 90 AP	GRAT. EST. F. A. TRIB. FED. APOS-AGR	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório
01/1993	6.545.668,00	0,00	654.566,80	981.850,20	0,00	0,00	0,00	8.182.085,00
02/1993	9.737.260,00	0,00	973.726,00	1.460.589,00	0,00	0,00	0,00	12.171.575,00
03/1993	10.828.147,12	0,00	1.082.814,71	1.624.222,06	0,00	0,00	0,00	13.535.183,89
04/1993	10.828.147,12	0,00	1.082.814,71	1.624.222,06	0,00	0,00	0,00	13.535.183,89
05/1993	20.032.072,17	0,00	2.003.207,21	3.004.810,82	0,00	0,00	0,00	25.040.090,20
06/1993	20.032.072,17	0,00	2.003.207,21	3.004.810,82	0,00	0,00	0,00	25.040.090,20
07/1993	26.776,87	0,00	2.677,68	4.016,53	0,00	0,00	0,00	33.471,08
08/1993	26.776,87	0,00	2.677,68	4.016,53	0,00	0,00	0,00	33.471,08
09/1993	52.819,80	0,00	5.281,98	7.922,97	0,00	0,00	0,00	66.024,75
10/1993	52.819,80	0,00	5.281,98	8.451,16	0,00	0,00	0,00	66.552,94
11/1993	74.570,99	0,00	7.457,09	11.931,35	0,00	0,00	0,00	93.959,43
12/1993	74.570,99	0,00	7.457,09	11.931,35	0,00	0,00	0,00	93.959,43
01/1994	218.455,71	0,00	21.845,57	34.952,91	0,00	0,00	0,00	275.254,19
02/1994	0,00	182.046,42	0,00	0,00	34.952,91	0,00	0,00	216.999,33
03/1994	0,00	286,85	0,00	0,00	55,07	0,00	0,00	341,92
04/1994	0,00	286,85	0,00	0,00	55,07	0,00	0,00	341,92
05/1994	0,00	286,85	0,00	0,00	55,07	0,00	0,00	341,92
06/1994	0,00	286,85	0,00	0,00	55,07	0,00	0,00	341,92
07/1994	0,00	286,85	0,00	0,00	55,07	0,00	0,00	341,92
08/1994	0,00	286,85	0,00	0,00	55,07	0,00	0,00	341,92
09/1994	0,00	330,86	0,00	0,00	63,52	0,00	0,00	394,38
10/1994	0,00	330,86	0,00	0,00	63,52	0,00	0,00	394,38
11/1994	0,00	330,86	0,00	0,00	63,52	0,00	0,00	394,38
12/1994	0,00	357,92	0,00	0,00	68,72	0,00	0,00	426,64
01/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.245,00	0,00	3.765,79
02/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
03/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
04/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
05/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
06/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
07/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
08/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79

Emitido em: 06/06/2017 01:57:33

2ª Vara/SJDF
Fls. 1188

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	PROVENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	ANUENIO-ART. 244,LEI 8112 / 90 AP	GRAT. EST. F. A. TRIB. FED. APOS-AGR	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório
09/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
10/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
11/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
12/1995	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
01/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
02/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
03/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
04/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
05/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
06/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
07/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
08/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
09/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
10/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
11/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
12/1996	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
01/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
02/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
03/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
04/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
05/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
06/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
07/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
08/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
09/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
10/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
11/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
12/1997	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
01/1998	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
02/1998	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
03/1998	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
04/1998	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79

Emitido em: 06/06/2017 01:57:33

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Pericias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo								
Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)								
Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	PROVENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	ANUENIO-ART. 244,LEI 8112 / 90 AP	GRAT. EST. F. A. TRIB. FED. APOS-AGR	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório
05/1998	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79
06/1998	0,00	436,91	0,00	0,00	83,88	3.495,00	0,00	4.015,79

2ª Vara/SIDF
Fl. 690

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
01/1993	0,00	3.636.482,22	0,00
02/1993	0,00	0,00	0,00
03/1993	0,00	0,00	0,00
04/1993	0,00	0,00	0,00
05/1993	0,00	0,00	0,00
06/1993	0,00	0,00	0,00
07/1993	0,00	0,00	0,00
08/1993	0,00	0,00	0,00
09/1993	0,00	0,00	0,00
10/1993	0,00	0,00	0,00
11/1993	0,00	0,00	0,00
12/1993	0,00	0,00	93.959,43
01/1994	0,00	0,00	0,00
02/1994	0,00	0,00	0,00
03/1994	0,00	0,00	0,00
04/1994	0,00	0,00	0,00
05/1994	0,00	0,00	0,00
06/1994	0,00	0,00	0,00
07/1994	0,00	0,00	0,00
08/1994	0,00	0,00	0,00
09/1994	0,00	0,00	0,00
10/1994	0,00	0,00	0,00
11/1994	0,00	0,00	0,00
12/1994	0,00	0,00	426,64
01/1995	0,00	0,00	0,00
02/1995	0,00	0,00	0,00
03/1995	0,00	0,00	0,00
04/1995	0,00	0,00	0,00
05/1995	0,00	0,00	0,00
06/1995	0,00	0,00	0,00
07/1995	0,00	0,00	0,00
08/1995	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SDF
Fl. 691

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
09/1995	0,00	0,00	0,00
10/1995	0,00	0,00	0,00
11/1995	0,00	0,00	0,00
12/1995	0,00	0,00	4.015,79
01/1996	0,00	0,00	0,00
02/1996	0,00	0,00	0,00
03/1996	0,00	0,00	0,00
04/1996	0,00	0,00	0,00
05/1996	0,00	0,00	0,00
06/1996	0,00	0,00	0,00
07/1996	0,00	0,00	0,00
08/1996	0,00	0,00	0,00
09/1996	0,00	0,00	0,00
10/1996	0,00	0,00	0,00
11/1996	0,00	0,00	0,00
12/1996	0,00	0,00	4.015,79
01/1997	0,00	0,00	0,00
02/1997	0,00	0,00	0,00
03/1997	0,00	0,00	0,00
04/1997	0,00	0,00	0,00
05/1997	0,00	0,00	0,00
06/1997	0,00	0,00	0,00
07/1997	0,00	0,00	0,00
08/1997	0,00	0,00	0,00
09/1997	0,00	0,00	0,00
10/1997	0,00	0,00	0,00
11/1997	0,00	0,00	0,00
12/1997	0,00	0,00	4.015,79
01/1998	0,00	0,00	0,00
02/1998	0,00	0,00	0,00
03/1998	0,00	0,00	0,00
04/1998	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 692

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo			
Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)			
Mes/Ano	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
05/1998	0,00	0,00	0,00
06/1998	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 693

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
01/1993	11.818.567,22	3,60	425.468,41	0,0002872559	122,21	114,00	139,31	261,52
02/1993	12.171.575,00	3,60	438.176,70	0,0002218706	97,21	114,00	110,81	208,02
03/1993	13.535.183,89	3,60	487.266,62	0,0001750873	85,31	114,00	97,25	182,56
04/1993	13.535.183,89	3,60	487.266,62	0,0001390023	67,73	114,00	77,21	144,94
05/1993	25.040.090,20	3,60	901.443,24	0,0001091584	98,40	114,00	112,17	210,57
06/1993	25.040.090,20	3,60	901.443,24	0,0000847437	76,39	114,00	87,08	163,47
07/1993	33.471.080,00	3,60	1.204.958,88	0,0000650174	78,34	114,00	89,30	167,64
08/1993	33.471,08	3,60	1.204,95	0,0497607463	59,95	114,00	68,34	128,29
09/1993	66.024,75	3,60	2.376,89	0,0377003912	89,60	114,00	102,14	191,74
10/1993	66.552,94	3,60	2.395,90	0,0280550612	67,21	114,00	76,61	143,82
11/1993	93.959,43	3,60	3.382,53	0,0207569260	70,21	114,00	80,03	150,24
12/1993	187.918,86	3,60	6.765,07	0,0155018118	104,87	114,00	119,55	224,42
01/1994	275.254,19	3,60	9.909,15	0,0113408529	112,37	114,00	128,10	240,47
02/1994	216.999,33	3,60	7.811,97	0,0081489207	63,65	114,00	72,56	136,21
03/1994	318.344,62	3,60	11.460,40	0,0058331573	66,85	114,00	76,20	143,05
04/1994	451.556,65	3,60	16.256,03	0,0040612388	66,01	114,00	75,25	141,26
05/1994	641.380,38	3,60	23.089,69	0,0028752133	66,38	114,00	75,67	142,05
06/1994	940.280,00	3,60	33.850,08	0,0019937683	67,48	114,00	76,92	144,40
07/1994	341,92	3,60	12,30	3,7904339681	46,62	114,00	53,14	99,76
08/1994	341,92	3,60	12,30	3,6023892493	44,30	114,00	50,50	94,80
09/1994	394,38	3,60	14,19	3,4305201879	48,67	114,00	55,48	104,15
10/1994	394,38	3,60	14,19	3,3754995453	47,89	114,00	54,59	102,48
11/1994	394,38	3,60	14,19	3,3125608884	47,00	114,00	53,58	100,58
12/1994	853,28	3,60	30,71	3,2173279802	98,80	114,00	112,63	211,43
01/1995	3.765,79	3,60	135,56	3,1465310320	426,54	114,00	486,25	912,79
02/1995	4.015,79	3,60	144,56	3,1465310320	454,86	114,00	518,54	973,40
03/1995	4.015,79	3,60	144,56	3,1465310320	454,86	114,00	518,54	973,40
04/1995	4.015,79	3,60	144,56	3,0156517462	435,94	114,00	496,97	932,91
05/1995	4.015,79	3,60	144,56	3,0156517462	435,94	114,00	496,97	932,91
06/1995	4.015,79	3,60	144,56	3,0156517462	435,94	114,00	496,97	932,91
07/1995	4.015,79	3,60	144,56	2,8152088743	406,96	114,00	463,93	870,89
08/1995	4.015,79	3,60	144,56	2,8152088743	406,96	114,00	463,93	870,89

2ª Vara/SJDF
Fl. 694

Emitido em: 06/06/2017 01:57:33

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
09/1995	4.015,79	3,60	144,56	2,8152088743	406,96	114,00	463,93	870,89
10/1995	4.015,79	3,60	144,56	2,6778358930	387,10	114,00	441,29	828,39
11/1995	4.015,79	3,60	144,56	2,6778358930	387,10	114,00	441,29	828,39
12/1995	8.031,58	3,60	289,13	2,6778358930	774,24	114,00	882,63	1.656,87
01/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,5696534814	371,46	114,00	423,46	794,92
02/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,5696534814	371,46	114,00	423,46	794,92
03/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,5696534814	371,46	114,00	423,46	794,92
04/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,5696534814	371,46	114,00	423,46	794,92
05/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,5696534814	371,46	114,00	423,46	794,92
06/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,5696534814	371,46	114,00	423,46	794,92
07/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,4069440628	347,94	114,00	396,65	744,59
08/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,4069440628	347,94	114,00	396,65	744,59
09/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,4069440628	347,94	114,00	396,65	744,59
10/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,4069440628	347,94	114,00	396,65	744,59
11/1996	4.015,79	3,60	144,56	2,4069440628	347,94	114,00	396,65	744,59
12/1996	8.031,58	3,60	289,13	2,4069440628	695,91	114,00	793,33	1.489,24
01/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	114,00	385,28	723,25
02/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	114,00	385,28	723,25
03/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	114,00	385,28	723,25
04/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	114,00	385,28	723,25
05/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	114,00	385,28	723,25
06/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	113,50	383,59	721,56
07/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	113,00	381,90	719,87
08/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	112,50	380,21	718,18
09/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	112,00	378,52	716,49
10/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	111,50	376,83	714,80
11/1997	4.015,79	3,60	144,56	2,3379738347	337,97	111,00	375,14	713,11
12/1997	8.031,58	3,60	289,13	2,3379738347	675,97	110,50	746,94	1.422,91
01/1998	4.015,79	3,60	144,56	2,2156689108	320,29	110,00	352,31	672,60
02/1998	4.015,79	3,60	144,56	2,2156689108	320,29	109,50	350,71	671,00
03/1998	4.015,79	3,60	144,56	2,2156689108	320,29	109,00	349,11	669,40
04/1998	4.015,79	3,60	144,56	2,2156689108	320,29	108,50	347,51	667,80

2ª Vara/SJDF
Fl. 695

Emitido em: 06/06/2017 01:57:33

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo								
Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)								
Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
05/1998	4.015,79	3,60	144,56	2,2156689108	320,29	108,00	345,91	666,20
06/1998	4.015,79	3,60	144,56	2,2156689108	320,29	107,50	344,31	664,60
Total	-	-	-	-	18.186,60	-	20.572,39	38.758,99

2ª Vara/SIDF
Fl. 696

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Procuradoria-Geral Da União

Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União

RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	OPCAO - GADF / ATIVO-LD. 13 / 92	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE	REPRESENTACAO MENSAL	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
01/1993	5.450.393,52	1.132.369,70	1.235.312,40	7.818.075,62	0,00	3.474.700,27	651.506,30
02/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1994	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF

Fl. 697

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	OPCAO - GADF / ATIVO-LD. 13 / 92	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE	REPRESENTACAO MENSAL	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
09/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 698

Emitido em: 06/06/2017 01:57:33

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função							
Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)							
Mes/Ano	OPCAO - GADF / ATIVO-LD. 13 / 92	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE	REPRESENTACAO MENSAL	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
05/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 699

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
01/1993	11.944.282,19	28,86	3.447.119,84	0,0002872559	990,20	114,00	1.128,82	2.119,02
02/1993	0,00	28,86	0,00	0,0002218706	0,00	114,00	0,00	0,00
03/1993	0,00	28,86	0,00	0,0001750873	0,00	114,00	0,00	0,00
04/1993	0,00	28,86	0,00	0,0001390023	0,00	114,00	0,00	0,00
05/1993	0,00	28,86	0,00	0,0001091584	0,00	114,00	0,00	0,00
06/1993	0,00	28,86	0,00	0,0000847437	0,00	114,00	0,00	0,00
07/1993	0,00	28,86	0,00	0,0000650174	0,00	114,00	0,00	0,00
08/1993	0,00	28,86	0,00	0,0497607463	0,00	114,00	0,00	0,00
09/1993	0,00	28,86	0,00	0,0377003912	0,00	114,00	0,00	0,00
10/1993	0,00	28,86	0,00	0,0280550612	0,00	114,00	0,00	0,00
11/1993	0,00	28,86	0,00	0,0207569260	0,00	114,00	0,00	0,00
12/1993	0,00	28,86	0,00	0,0155018118	0,00	114,00	0,00	0,00
01/1994	0,00	28,86	0,00	0,0113408529	0,00	114,00	0,00	0,00
02/1994	0,00	28,86	0,00	0,0081489207	0,00	114,00	0,00	0,00
03/1994	0,00	28,86	0,00	0,0058331573	0,00	114,00	0,00	0,00
04/1994	0,00	28,86	0,00	0,0040612388	0,00	114,00	0,00	0,00
05/1994	0,00	28,86	0,00	0,0028752133	0,00	114,00	0,00	0,00
06/1994	0,00	28,86	0,00	0,0019937683	0,00	114,00	0,00	0,00
07/1994	0,00	28,86	0,00	3,7904339681	0,00	114,00	0,00	0,00
08/1994	0,00	28,86	0,00	3,6023892493	0,00	114,00	0,00	0,00
09/1994	0,00	28,86	0,00	3,4305201879	0,00	114,00	0,00	0,00
10/1994	0,00	28,86	0,00	3,3754995453	0,00	114,00	0,00	0,00
11/1994	0,00	28,86	0,00	3,3125608884	0,00	114,00	0,00	0,00
12/1994	0,00	28,86	0,00	3,2173279802	0,00	114,00	0,00	0,00
01/1995	0,00	28,86	0,00	3,1465310320	0,00	114,00	0,00	0,00
02/1995	0,00	28,86	0,00	3,1465310320	0,00	114,00	0,00	0,00
03/1995	0,00	28,86	0,00	3,1465310320	0,00	114,00	0,00	0,00
04/1995	0,00	28,86	0,00	3,0156517462	0,00	114,00	0,00	0,00
05/1995	0,00	28,86	0,00	3,0156517462	0,00	114,00	0,00	0,00
06/1995	0,00	28,86	0,00	3,0156517462	0,00	114,00	0,00	0,00
07/1995	0,00	28,86	0,00	2,8152088743	0,00	114,00	0,00	0,00
08/1995	0,00	28,86	0,00	2,8152088743	0,00	114,00	0,00	0,00

2ª Vara/DF
Fl. 700

Emitido em: 06/06/2017 01:57:33

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função

Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
09/1995	0,00	28,86	0,00	2,8152088743	0,00	114,00	0,00	0,00
10/1995	0,00	28,86	0,00	2,6778358930	0,00	114,00	0,00	0,00
11/1995	0,00	28,86	0,00	2,6778358930	0,00	114,00	0,00	0,00
12/1995	0,00	28,86	0,00	2,6778358930	0,00	114,00	0,00	0,00
01/1996	0,00	28,86	0,00	2,5696534814	0,00	114,00	0,00	0,00
02/1996	0,00	28,86	0,00	2,5696534814	0,00	114,00	0,00	0,00
03/1996	0,00	28,86	0,00	2,5696534814	0,00	114,00	0,00	0,00
04/1996	0,00	28,86	0,00	2,5696534814	0,00	114,00	0,00	0,00
05/1996	0,00	28,86	0,00	2,5696534814	0,00	114,00	0,00	0,00
06/1996	0,00	28,86	0,00	2,5696534814	0,00	114,00	0,00	0,00
07/1996	0,00	28,86	0,00	2,4069440628	0,00	114,00	0,00	0,00
08/1996	0,00	28,86	0,00	2,4069440628	0,00	114,00	0,00	0,00
09/1996	0,00	28,86	0,00	2,4069440628	0,00	114,00	0,00	0,00
10/1996	0,00	28,86	0,00	2,4069440628	0,00	114,00	0,00	0,00
11/1996	0,00	28,86	0,00	2,4069440628	0,00	114,00	0,00	0,00
12/1996	0,00	28,86	0,00	2,4069440628	0,00	114,00	0,00	0,00
01/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	114,00	0,00	0,00
02/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	114,00	0,00	0,00
03/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	114,00	0,00	0,00
04/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	114,00	0,00	0,00
05/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	114,00	0,00	0,00
06/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	113,50	0,00	0,00
07/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	113,00	0,00	0,00
08/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	112,50	0,00	0,00
09/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	112,00	0,00	0,00
10/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	111,50	0,00	0,00
11/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	111,00	0,00	0,00
12/1997	0,00	28,86	0,00	2,3379738347	0,00	110,50	0,00	0,00
01/1998	0,00	28,86	0,00	2,2156689108	0,00	110,00	0,00	0,00
02/1998	0,00	28,86	0,00	2,2156689108	0,00	109,50	0,00	0,00
03/1998	0,00	28,86	0,00	2,2156689108	0,00	109,00	0,00	0,00
04/1998	0,00	28,86	0,00	2,2156689108	0,00	108,50	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 701

Emitido em: 06/06/2017 01:57:33

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função								
Exequente: LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04)								
Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
05/1998	0,00	28,86	0,00	2,2156689108	0,00	108,00	0,00	0,00
06/1998	0,00	28,86	0,00	2,2156689108	0,00	107,50	0,00	0,00
Total	-	-	-	-	990,20	-	1.128,82	2.119,02

2ª Vara/SJDF
Fl. 702

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	PROVENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	ANUENIO-ART. 244,LEI 8112 / 90 AP	GRAT. EST. F. A. TRIB. FED. APOS-AGR	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório
01/1993	6.545.668,00	0,00	0,00	1.505.503,64	0,00	0,00	0,00	8.051.171,64
02/1993	9.737.260,00	0,00	0,00	8.510.742,04	0,00	0,00	0,00	18.248.002,04
03/1993	10.828.147,12	0,00	0,00	2.490.473,83	0,00	0,00	0,00	13.318.620,95
04/1993	10.828.147,12	0,00	1.082.814,71	2.490.473,83	0,00	0,00	0,00	14.401.435,66
05/1993	21.229.828,80	0,00	4.834.090,39	4.882.860,62	0,00	0,00	0,00	30.946.779,81
06/1993	21.229.828,80	0,00	2.122.982,88	4.882.860,62	0,00	0,00	0,00	28.235.672,30
07/1993	28.377,91	0,00	2.837,79	6.526,91	0,00	0,00	0,00	37.742,61
08/1993	28.377,91	0,00	2.837,79	6.526,91	0,00	0,00	0,00	37.742,61
09/1993	52.819,80	0,00	5.281,98	12.148,55	0,00	0,00	0,00	70.250,33
10/1993	55.088,25	0,00	5.508,82	12.670,29	0,00	0,00	0,00	73.267,36
11/1993	74.570,99	0,00	7.457,09	17.151,32	0,00	0,00	0,00	99.179,40
12/1993	74.570,99	0,00	7.457,09	17.151,32	0,00	0,00	0,00	99.179,40
01/1994	218.455,71	0,00	21.845,57	52.429,37	0,00	0,00	0,00	292.730,65
02/1994	218.455,71	0,00	21.845,57	52.429,37	0,00	0,00	0,00	292.730,65
03/1994	344,22	0,00	34,42	82,61	0,00	0,00	0,00	461,25
04/1994	344,22	0,00	34,42	82,61	0,00	0,00	0,00	461,25
05/1994	344,22	0,00	34,42	82,61	0,00	0,00	0,00	461,25
06/1994	344,22	0,00	34,42	82,61	0,00	0,00	0,00	461,25
07/1994	344,22	0,00	34,42	82,61	0,00	0,00	0,00	461,25
08/1994	344,22	0,00	34,42	82,61	0,00	0,00	0,00	461,25
09/1994	397,04	0,00	39,70	95,28	0,00	0,00	0,00	532,02
10/1994	0,00	397,04	0,00	0,00	95,28	0,00	0,00	492,32
11/1994	0,00	397,04	0,00	0,00	95,28	0,00	0,00	492,32
12/1994	0,00	429,51	0,00	0,00	103,08	0,00	0,00	532,59
01/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	3.894,00	0,00	4.544,13
02/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
03/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
04/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
05/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
06/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
07/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
08/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13

2ª Vara/SJDF
Fl. 703

Emitido em: 06/06/2017 01:59:30

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	PROVENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	ANUENIO-ART. 244,LEI 8112 / 90 AP	GRAT. EST. F. A. TRIB. FED. APOS-AGR	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório
09/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
10/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
11/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
12/1995	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
01/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
02/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
03/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
04/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
05/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
06/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
07/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
08/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
09/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
10/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
11/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
12/1996	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
01/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
02/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
03/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
04/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
05/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
06/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
07/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
08/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
09/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
10/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
11/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
12/1997	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
01/1998	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
02/1998	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
03/1998	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
04/1998	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13

Emitido em: 06/06/2017 01:59:30

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo								
Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)								
Mes/Ano	VENCIMENTO BASICO	PROVENTO BASICO	ADIC. DE PERICULOSIDADE	ANUENIO - ART. 244, LEI 8112 / 90	ANUENIO-ART. 244,LEI 8112 / 90 AP	GRAT. EST. F. A. TRIB. FED. APOS-AGR	GRAT. EST. FISC. ARREC. TRIB. FED / A	Somatório
05/1998	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13
06/1998	0,00	524,30	0,00	0,00	125,83	4.194,00	0,00	4.844,13

2ª Vara/SIDF
Fl. 705

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
01/1993	0,00	0,00	0,00
02/1993	0,00	0,00	0,00
03/1993	0,00	0,00	0,00
04/1993	0,00	0,00	0,00
05/1993	0,00	0,00	0,00
06/1993	0,00	0,00	0,00
07/1993	0,00	0,00	0,00
08/1993	0,00	0,00	0,00
09/1993	0,00	0,00	0,00
10/1993	0,00	0,00	0,00
11/1993	0,00	0,00	0,00
12/1993	0,00	0,00	99.179,40
01/1994	0,00	0,00	0,00
02/1994	0,00	0,00	0,00
03/1994	0,00	0,00	0,00
04/1994	0,00	0,00	0,00
05/1994	0,00	0,00	0,00
06/1994	0,00	0,00	0,00
07/1994	0,00	0,00	0,00
08/1994	0,00	0,00	0,00
09/1994	0,00	0,00	0,00
10/1994	0,00	0,00	0,00
11/1994	0,00	0,00	0,00
12/1994	0,00	0,00	532,59
01/1995	0,00	0,00	0,00
02/1995	0,00	0,00	0,00
03/1995	0,00	0,00	0,00
04/1995	0,00	0,00	0,00
05/1995	0,00	0,00	0,00
06/1995	0,00	0,00	0,00
07/1995	0,00	0,00	0,00
08/1995	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 706

Emitido em: 06/06/2017 01:59:30

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
09/1995	0,00	0,00	0,00
10/1995	0,00	0,00	0,00
11/1995	0,00	0,00	0,00
12/1995	0,00	0,00	4.844,13
01/1996	0,00	0,00	0,00
02/1996	0,00	0,00	0,00
03/1996	0,00	0,00	0,00
04/1996	0,00	0,00	0,00
05/1996	0,00	0,00	0,00
06/1996	0,00	0,00	0,00
07/1996	0,00	0,00	0,00
08/1996	0,00	0,00	0,00
09/1996	0,00	0,00	0,00
10/1996	0,00	0,00	0,00
11/1996	0,00	0,00	0,00
12/1996	0,00	0,00	4.844,13
01/1997	0,00	0,00	0,00
02/1997	0,00	0,00	0,00
03/1997	0,00	0,00	0,00
04/1997	0,00	0,00	0,00
05/1997	0,00	0,00	0,00
06/1997	0,00	0,00	0,00
07/1997	0,00	0,00	0,00
08/1997	0,00	0,00	0,00
09/1997	0,00	0,00	0,00
10/1997	0,00	0,00	0,00
11/1997	0,00	0,00	0,00
12/1997	0,00	0,00	4.844,13
01/1998	0,00	0,00	0,00
02/1998	0,00	0,00	0,00
03/1998	0,00	0,00	0,00
04/1998	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 707

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo
Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
05/1998	0,00	0,00	0,00
06/1998	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 708

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:50
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810155000000000335897047
Número do documento: 20092810155000000000335897047

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
01/1993	8.051.171,64	3,60	289.842,17	0,0002872559	83,25	114,00	94,90	178,15
02/1993	18.248.002,04	3,60	656.928,07	0,0002218706	145,75	114,00	166,15	311,90
03/1993	13.318.620,95	3,60	479.470,35	0,0001750873	83,94	114,00	95,69	179,63
04/1993	14.401.435,66	3,60	518.451,68	0,0001390023	72,06	114,00	82,14	154,20
05/1993	30.946.779,81	3,60	1.114.084,07	0,0001091584	121,61	114,00	138,63	260,24
06/1993	28.235.672,30	3,60	1.016.484,20	0,0000847437	86,14	114,00	98,19	184,33
07/1993	37.742.610,00	3,60	1.358.733,96	0,0000650174	88,34	114,00	100,70	189,04
08/1993	37.742,61	3,60	1.358,73	0,0497607463	67,61	114,00	77,07	144,68
09/1993	70.250,33	3,60	2.529,01	0,0377003912	95,34	114,00	108,68	204,02
10/1993	73.267,36	3,60	2.637,62	0,0280550612	73,99	114,00	84,34	158,33
11/1993	99.179,40	3,60	3.570,45	0,0207569260	74,11	114,00	84,48	158,59
12/1993	198.358,80	3,60	7.140,91	0,0155018118	110,69	114,00	126,18	236,87
01/1994	292.730,65	3,60	10.538,30	0,0113408529	119,51	114,00	136,24	255,75
02/1994	292.730,65	3,60	10.538,30	0,0081489207	85,87	114,00	97,89	183,76
03/1994	429.446,82	3,60	15.460,08	0,0058331573	90,18	114,00	102,80	192,98
04/1994	609.149,82	3,60	21.929,39	0,0040612388	89,06	114,00	101,52	190,58
05/1994	865.221,98	3,60	31.147,99	0,0028752133	89,55	114,00	102,08	191,63
06/1994	1.268.437,50	3,60	45.663,75	0,0019937683	91,04	114,00	103,78	194,82
07/1994	461,25	3,60	16,60	3,7904339681	62,92	114,00	71,72	134,64
08/1994	461,25	3,60	16,60	3,6023892493	59,79	114,00	68,16	127,95
09/1994	532,02	3,60	19,15	3,4305201879	65,69	114,00	74,88	140,57
10/1994	492,32	3,60	17,72	3,3754995453	59,81	114,00	68,18	127,99
11/1994	492,32	3,60	17,72	3,3125608884	58,69	114,00	66,90	125,59
12/1994	1.065,18	3,60	38,34	3,2173279802	123,35	114,00	140,61	263,96
01/1995	4.544,13	3,60	163,58	3,1465310320	514,70	114,00	586,75	1.101,45
02/1995	4.844,13	3,60	174,38	3,1465310320	548,69	114,00	625,50	1.174,19
03/1995	4.844,13	3,60	174,38	3,1465310320	548,69	114,00	625,50	1.174,19
04/1995	4.844,13	3,60	174,38	3,0156517462	525,86	114,00	599,48	1.125,34
05/1995	4.844,13	3,60	174,38	3,0156517462	525,86	114,00	599,48	1.125,34
06/1995	4.844,13	3,60	174,38	3,0156517462	525,86	114,00	599,48	1.125,34
07/1995	4.844,13	3,60	174,38	2,8152088743	490,91	114,00	559,63	1.050,54
08/1995	4.844,13	3,60	174,38	2,8152088743	490,91	114,00	559,63	1.050,54

2ª Vara/SJDF
Fl. 709

Emitido em: 06/06/2017 01:59:30

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Cargo

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
09/1995	4.844,13	3,60	174,38	2,8152088743	490,91	114,00	559,63	1.050,54
10/1995	4.844,13	3,60	174,38	2,6778358930	466,96	114,00	532,33	999,29
11/1995	4.844,13	3,60	174,38	2,6778358930	466,96	114,00	532,33	999,29
12/1995	9.688,26	3,60	348,77	2,6778358930	933,94	114,00	1.064,69	1.998,63
01/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,5696534814	448,09	114,00	510,82	958,91
02/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,5696534814	448,09	114,00	510,82	958,91
03/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,5696534814	448,09	114,00	510,82	958,91
04/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,5696534814	448,09	114,00	510,82	958,91
05/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,5696534814	448,09	114,00	510,82	958,91
06/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,5696534814	448,09	114,00	510,82	958,91
07/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,4069440628	419,72	114,00	478,48	898,20
08/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,4069440628	419,72	114,00	478,48	898,20
09/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,4069440628	419,72	114,00	478,48	898,20
10/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,4069440628	419,72	114,00	478,48	898,20
11/1996	4.844,13	3,60	174,38	2,4069440628	419,72	114,00	478,48	898,20
12/1996	9.688,26	3,60	348,77	2,4069440628	839,46	114,00	956,98	1.796,44
01/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	114,00	464,76	872,45
02/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	114,00	464,76	872,45
03/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	114,00	464,76	872,45
04/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	114,00	464,76	872,45
05/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	114,00	464,76	872,45
06/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	113,50	462,72	870,41
07/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	113,00	460,68	868,37
08/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	112,50	458,65	866,34
09/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	112,00	456,61	864,30
10/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	111,50	454,57	862,26
11/1997	4.844,13	3,60	174,38	2,3379738347	407,69	111,00	452,53	860,22
12/1997	9.688,26	3,60	348,77	2,3379738347	815,41	110,50	901,02	1.716,43
01/1998	4.844,13	3,60	174,38	2,2156689108	386,36	110,00	424,99	811,35
02/1998	4.844,13	3,60	174,38	2,2156689108	386,36	109,50	423,06	809,42
03/1998	4.844,13	3,60	174,38	2,2156689108	386,36	109,00	421,13	807,49
04/1998	4.844,13	3,60	174,38	2,2156689108	386,36	108,50	419,20	805,56

2ª Vara/SJDF
FL. 710

Emitido em: 06/06/2017 01:59:30

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Pericias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Cargo								
Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)								
Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
05/1998	4.844,13	3,60	174,38	2,2156689108	386,36	108,00	417,26	803,62
06/1998	4.844,13	3,60	174,38	2,2156689108	386,36	107,50	415,33	801,69
Total	-	-	-	-	21.873,30	-	24.742,19	46.615,49

2ª Vara/SJDF
Fl. 711

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	8 DECIMO - MP 1160 / 95 APOS.	FGR-FUNC GRATIFICADA L 8216 / 91	FGR-FUNC.GRAT. L.8216 / 91-APO	GRAT. DES. FUNC GADF / LD 13 / 92 AP	GRAT. DESEMP. FUNCAO-GADF LD. 13	GRATIFICACAO POR ENCARGO DAI	PARC INCORPORADA LEI 6732 / 79	PARC INCORPORADA LEI 6732 / 79
01/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.335,00	0,00	0,00
02/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.335,00	0,00	0,00
03/1993	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.745,55	0,00	0,00
04/1993	0,00	816.756,99	0,00	0,00	1.355.816,60	0,00	0,00	0,00
05/1993	0,00	2.855.547,87	0,00	0,00	5.902.898,19	0,00	0,00	0,00
06/1993	0,00	1.511.000,43	0,00	0,00	2.508.260,71	0,00	0,00	0,00
07/1993	0,00	2.019,75	0,00	0,00	3.352,79	0,00	0,00	0,00
08/1993	0,00	2.019,75	0,00	0,00	3.352,79	0,00	0,00	0,00
09/1993	0,00	3.759,36	0,00	0,00	6.240,53	0,00	0,00	0,00
10/1993	0,00	3.759,36	0,00	0,00	6.240,53	0,00	0,00	0,00
11/1993	0,00	5.307,46	0,00	0,00	8.810,38	0,00	40.318,24	0,00
12/1993	0,00	5.307,46	0,00	0,00	8.810,38	0,00	8.470,70	0,00
01/1994	0,00	15.548,20	0,00	0,00	25.810,01	0,00	24.814,92	0,00
02/1994	0,00	15.548,20	0,00	0,00	25.810,01	0,00	24.814,92	0,00
03/1994	0,00	24,50	0,00	0,00	40,67	0,00	39,10	0,00
04/1994	0,00	24,50	0,00	0,00	40,67	0,00	39,10	0,00
05/1994	0,00	24,50	0,00	0,00	40,67	0,00	39,10	0,00
06/1994	0,00	24,50	0,00	0,00	40,67	0,00	74,29	0,00
07/1994	0,00	24,50	0,00	0,00	40,67	0,00	52,13	0,00
08/1994	0,00	24,50	0,00	0,00	40,67	0,00	52,13	0,00
09/1994	0,00	24,50	0,00	0,00	40,67	0,00	52,13	0,00
10/1994	0,00	0,00	24,50	40,67	0,00	0,00	0,00	52,13
11/1994	0,00	0,00	24,50	40,67	0,00	0,00	0,00	52,13
12/1994	0,00	0,00	24,50	40,67	0,00	0,00	0,00	52,13
01/1995	0,00	0,00	29,90	49,64	0,00	0,00	0,00	63,63
02/1995	0,00	0,00	29,90	49,64	0,00	0,00	0,00	63,63
03/1995	0,00	0,00	29,90	49,64	0,00	0,00	0,00	63,63
04/1995	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	63,63
05/1995	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	63,63
06/1995	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	63,63
07/1995	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	63,63
08/1995	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	63,63

2ª Vara/SJDF
Fl. 712

Emitido em: 06/06/2017 01:59:30

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	8 DECIMO - MP 1160 / 95 APOS.	FGR-FUNC GRATIFICADA L 8216 / 91	FGR-FUNC.GRAT. L.8216 / 91-APO	GRAT. DES. FUNC GADF / LD 13 / 92 AP	GRAT. DESEMP. FUNCAO-GADF LD. 13	GRATIFICACAO POR ENCARGO DAI	PARC INCORPORADA LEI 6732 / 79	PARC INCORPORADA LEI 6732 / 79
09/1995	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	63,63
10/1995	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	63,63
11/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	719,42
12/1995	0,00	0,00	136,86	227,18	0,00	0,00	0,00	227,59
01/1996	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	145,61
02/1996	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	145,61
03/1996	0,00	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	145,61
04/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
09/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1996	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
01/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
02/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
05/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
07/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
08/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
09/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
10/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
11/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
12/1997	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
01/1998	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
02/1998	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
03/1998	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
04/1998	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 713

Emitido em: 06/06/2017 01:59:30

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função								
Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)								
Mes/Ano	8 DECIMO - MP 1160 / 95 APOS.	FGR-FUNC GRATIFICADA L 8216 / 91	FGR-FUNC.GRAT. L.8216 / 91-APO	GRAT. DES. FUNC GADF / LD 13 / 92 AP	GRAT. DESEMP. FUNCAO-GADF LD. 13	GRATIFICACAO POR ENCARGO DAI	PARC INCORPORADA LEI 6732 / 79	PARC INCORPORADA LEI 6732 / 79
05/1998	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00
06/1998	145,61	0,00	68,43	113,59	0,00	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 714

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Pericias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
01/1993	210.335,00	0,00	0,00	0,00
02/1993	210.335,00	0,00	0,00	0,00
03/1993	279.745,55	0,00	0,00	0,00
04/1993	2.172.573,59	0,00	0,00	0,00
05/1993	8.758.446,06	0,00	0,00	0,00
06/1993	4.019.261,14	0,00	0,00	0,00
07/1993	5.372,54	0,00	0,00	0,00
08/1993	5.372,54	0,00	0,00	0,00
09/1993	9.999,89	0,00	0,00	0,00
10/1993	9.999,89	0,00	0,00	0,00
11/1993	54.436,08	0,00	0,00	0,00
12/1993	22.588,54	0,00	0,00	22.588,54
01/1994	66.173,13	0,00	0,00	0,00
02/1994	66.173,13	0,00	0,00	0,00
03/1994	104,27	0,00	0,00	0,00
04/1994	104,27	0,00	0,00	0,00
05/1994	104,27	0,00	0,00	0,00
06/1994	139,46	0,00	0,00	0,00
07/1994	117,30	0,00	0,00	0,00
08/1994	117,30	0,00	0,00	0,00
09/1994	117,30	0,00	0,00	0,00
10/1994	117,30	0,00	0,00	0,00
11/1994	117,30	0,00	0,00	0,00
12/1994	117,30	0,00	0,00	117,30
01/1995	143,17	0,00	0,00	0,00
02/1995	143,17	0,00	0,00	0,00
03/1995	143,17	0,00	0,00	0,00
04/1995	245,65	0,00	0,00	0,00
05/1995	245,65	0,00	0,00	0,00
06/1995	245,65	0,00	0,00	0,00
07/1995	245,65	0,00	0,00	0,00
08/1995	245,65	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 715

Emitido em: 06/06/2017 01:59:31

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
09/1995	245,65	0,00	0,00	0,00
10/1995	245,65	0,00	0,00	0,00
11/1995	719,42	0,00	0,00	0,00
12/1995	591,63	0,00	0,00	591,63
01/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
02/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
03/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
04/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
05/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
06/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
07/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
08/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
09/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
10/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
11/1996	327,63	0,00	0,00	0,00
12/1996	327,63	0,00	0,00	327,63
01/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
02/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
03/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
04/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
05/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
06/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
07/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
08/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
09/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
10/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
11/1997	327,63	0,00	0,00	0,00
12/1997	327,63	0,00	0,00	327,63
01/1998	327,63	0,00	0,00	0,00
02/1998	327,63	0,00	0,00	0,00
03/1998	327,63	0,00	0,00	0,00
04/1998	327,63	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SIDF
Fl. 716

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Calculos e Pericias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Nº do Processo: 230688200240134
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Função				
Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)				
Mes/Ano	Somatório	Adicional 1 / 3 Férias	Abono Pecuniário Férias	13º Salário
05/1998	327,63	0,00	0,00	0,00
06/1998	327,63	0,00	0,00	0,00

2ª Vara/SJDF
Fl. 717

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
01/1993	210.335,00	28,86	60.702,68	0,0002872559	17,43	114,00	19,87	37,30
02/1993	210.335,00	28,86	60.702,68	0,0002218706	13,46	114,00	15,34	28,80
03/1993	279.745,55	28,86	80.734,56	0,0001750873	14,13	114,00	16,10	30,23
04/1993	2.172.573,59	28,86	627.004,73	0,0001390023	87,15	114,00	99,35	186,50
05/1993	8.758.446,06	28,86	2.527.687,53	0,0001091584	275,91	114,00	314,53	590,44
06/1993	4.019.261,14	28,86	1.159.958,76	0,0000847437	98,29	114,00	112,05	210,34
07/1993	5.372.540,00	28,86	1.550.515,04	0,0000650174	100,81	114,00	114,92	215,73
08/1993	5.372,54	28,86	1.550,51	0,0497607463	77,15	114,00	87,95	165,10
09/1993	9.999,89	28,86	2.885,96	0,0377003912	108,80	114,00	124,03	232,83
10/1993	9.999,89	28,86	2.885,96	0,0280550612	80,96	114,00	92,29	173,25
11/1993	54.436,08	28,86	15.710,25	0,0207569260	326,09	114,00	371,74	697,83
12/1993	45.177,08	28,86	13.038,10	0,0155018118	202,11	114,00	230,40	432,51
01/1994	66.173,13	28,86	19.097,56	0,0113408529	216,58	114,00	246,90	463,48
02/1994	66.173,13	28,86	19.097,56	0,0081489207	155,62	114,00	177,40	333,02
03/1994	97.080,59	28,86	28.017,45	0,0058331573	163,43	114,00	186,31	349,74
04/1994	137.704,18	28,86	39.741,42	0,0040612388	161,39	114,00	183,98	345,37
05/1994	195.591,76	28,86	56.447,77	0,0028752133	162,29	114,00	185,01	347,30
06/1994	383.515,00	28,86	110.682,42	0,0019937683	220,67	114,00	251,56	472,23
07/1994	117,30	28,86	33,85	3,7904339681	128,30	114,00	146,26	274,56
08/1994	117,30	28,86	33,85	3,6023892493	121,94	114,00	139,01	260,95
09/1994	117,30	28,86	33,85	3,4305201879	116,12	114,00	132,37	248,49
10/1994	117,30	28,86	33,85	3,3754995453	114,26	114,00	130,25	244,51
11/1994	117,30	28,86	33,85	3,3125608884	112,13	114,00	127,82	239,95
12/1994	234,60	28,86	67,70	3,2173279802	217,81	114,00	248,30	466,11
01/1995	143,17	28,86	41,31	3,1465310320	129,98	114,00	148,17	278,15
02/1995	143,17	28,86	41,31	3,1465310320	129,98	114,00	148,17	278,15
03/1995	143,17	28,86	41,31	3,1465310320	129,98	114,00	148,17	278,15
04/1995	245,65	28,86	70,89	3,0156517462	213,77	114,00	243,69	457,46
05/1995	245,65	28,86	70,89	3,0156517462	213,77	114,00	243,69	457,46
06/1995	245,65	28,86	70,89	3,0156517462	213,77	114,00	243,69	457,46
07/1995	245,65	28,86	70,89	2,8152088743	199,57	114,00	227,50	427,07
08/1995	245,65	28,86	70,89	2,8152088743	199,57	114,00	227,50	427,07

2ª VARA/SJDF
FL. 178

Emitido em: 06/06/2017 01:59:31

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017

Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função

Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)

Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
09/1995	245,65	28,86	70,89	2,8152088743	199,57	114,00	227,50	427,07
10/1995	245,65	28,86	70,89	2,6778358930	189,83	114,00	216,40	406,23
11/1995	719,42	28,86	207,62	2,6778358930	555,97	114,00	633,80	1.189,77
12/1995	1.183,26	28,86	341,48	2,6778358930	914,42	114,00	1.042,43	1.956,85
01/1996	327,63	28,86	94,55	2,5696534814	242,96	114,00	276,97	519,93
02/1996	327,63	28,86	94,55	2,5696534814	242,96	114,00	276,97	519,93
03/1996	327,63	28,86	94,55	2,5696534814	242,96	114,00	276,97	519,93
04/1996	327,63	28,86	94,55	2,5696534814	242,96	114,00	276,97	519,93
05/1996	327,63	28,86	94,55	2,5696534814	242,96	114,00	276,97	519,93
06/1996	327,63	28,86	94,55	2,5696534814	242,96	114,00	276,97	519,93
07/1996	327,63	28,86	94,55	2,4069440628	227,57	114,00	259,42	486,99
08/1996	327,63	28,86	94,55	2,4069440628	227,57	114,00	259,42	486,99
09/1996	327,63	28,86	94,55	2,4069440628	227,57	114,00	259,42	486,99
10/1996	327,63	28,86	94,55	2,4069440628	227,57	114,00	259,42	486,99
11/1996	327,63	28,86	94,55	2,4069440628	227,57	114,00	259,42	486,99
12/1996	655,26	28,86	189,10	2,4069440628	455,15	114,00	518,87	974,02
01/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	114,00	251,99	473,04
02/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	114,00	251,99	473,04
03/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	114,00	251,99	473,04
04/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	114,00	251,99	473,04
05/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	114,00	251,99	473,04
06/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	113,50	250,89	471,94
07/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	113,00	249,78	470,83
08/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	112,50	248,68	469,73
09/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	112,00	247,57	468,62
10/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	111,50	246,47	467,52
11/1997	327,63	28,86	94,55	2,3379738347	221,05	111,00	245,36	466,41
12/1997	655,26	28,86	189,10	2,3379738347	442,11	110,50	488,53	930,64
01/1998	327,63	28,86	94,55	2,2156689108	209,49	110,00	230,43	439,92
02/1998	327,63	28,86	94,55	2,2156689108	209,49	109,50	229,39	438,88
03/1998	327,63	28,86	94,55	2,2156689108	209,49	109,00	228,34	437,83
04/1998	327,63	28,86	94,55	2,2156689108	209,49	108,50	227,29	436,78

2ª Vara/SIDI
Fl. 719

Emitido em: 06/06/2017 01:59:31

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Perícias DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)

SICAP - Sistema de Calculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMOSTRATIVO DE CÁLCULO

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Orgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Orgão Interessado: UNIÃO
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos calculos: 28/02/2017
Nº do Processo: 230688200240134
Localidade/UF: BRASILIA/DF

Função								
Exequente: NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68)								
Mes/Ano	Base Cálculo	% Pretendido	Diferença Pretendida	Índice de Atualização Monetária	Diferença Atualizada	% de Juros de Mora	Valor dos Juros de Mora	Diferença Atualizada com Juros
05/1998	327,63	28,86	94,55	2,2156689108	209,49	108,00	226,24	435,73
06/1998	327,63	28,86	94,55	2,2156689108	209,49	107,50	225,20	434,69
Total	-	-	-	-	13.764,37	-	15.586,36	29.350,73

2ª Vara/SIDF
Fl. 720

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

__ SIAPE,CADSIAPE,CODIVCAD,CDCOINDFUN (DADOS INDIVIDUAIS FUNCIONAIS)_____
DATA: 06JUN2017 HORA: 08:56:48 USUARIO: EDUARDO CAIXETA PRODUCAO
ORGAO: 40106 - AGU MES PAGAMENTO : JUN2017

Fl. 721

MES/ANO SOLICITADO : JUN2017 UPAG DO SERVIDOR : 000004365 / RS
ORGAO : 26000 - MTB MATRICULA NA ORIGEM: 546264
MATRICULA: 0257513 IDENTIFICACAO UNICA: 2575132
NOME : ANA MARIA ORTIZ MACHADO
REG. JUR.: EST REGIME JURIDICO UNICO SIT.SER.: 02 APOSENTADO
CADASTRAMENTO NO SIAPE: 12JUL1990

APOSENTADORIA
GRUPO/OCORRENCIA: 05/105 VOLUNTARIA C/ PROV.PROP.(ITEM C,INC.III ART.186)
DATA OCORRENCIA : 13AGO1998
D.L. - CODIGO : NUMERO: DATA:
NUM. PROCESSO : 46218 PROPORCIONAL. : 25/30

OBITO
CARTORIO :
DATA: LIVRO: FOLHA : REGISTRO :00000000
SITUACAO FUNCIONAL ANTERIOR : EST01

_____ ULTIMA TELA PARA MES/ANO
PF3=SAI PF5=IMPRIME PF8=AVANCA PF12=RETORNO

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

__ SIAPE,CADSIAPE,CODIVCAD,CDCOINDFUN (DADOS INDIVIDUAIS FUNCIONAIS)_____
DATA: 06JUN2017 HORA: 08:57:14 USUARIO: EDUARDO CAIXETA PRODUCAO
ORGAO: 40106 - AGU MES PAGAMENTO : JUN2017

Fl. 722

MES/ANO SOLICITADO : JUN2017 UPAG DO SERVIDOR : 000004365 / RS
ORGAO : 26000 - MTB MATRICULA NA ORIGEM: 545876
MATRICULA: 0256982 IDENTIFICACAO UNICA: 2569825
NOME : LOURDES SCHIRMER
REG. JUR.: EST REGIME JURIDICO UNICO SIT.SER.: 02 APOSENTADO
CADASTRAMENTO NO SIAPE: 09JUL1990

APOSENTADORIA
GRUPO/OCORRENCIA: 05/105 VOLUNTARIA C/ PROV.PROP.(ITEM C,INC.III ART.186)
DATA OCORRENCIA : 01FEV1994
D.L. - CODIGO : NUMERO: DATA:
NUM. PROCESSO : 46218000000 PROPORCIONAL. : 25/30

OBITO
CARTORIO :
DATA: LIVRO: FOLHA : REGISTRO :00000000
SITUACAO FUNCIONAL ANTERIOR : EST01

_____ ULTIMA TELA PARA MES/ANO
PF3=SAI PF5=IMPRIME PF8=AVANCA PF12=RETORNO

__ SIAPE,CADSIAPE,CODIVCAD,CDCOINDFUN (DADOS INDIVIDUAIS FUNCIONAIS)_____
DATA: 06JUN2017 HORA: 08:57:35 USUARIO: EDUARDO CAIXETA PRODUCAO
ORGAO: 40106 - AGU MES PAGAMENTO: JUN2017

2ª Vara/SJDF FL. 723

MES/ANO SOLICITADO : JUN2017 UPAG DO SERVIDOR : 000004365 / RS
ORGAO : 26000 - MTB MATRICULA NA ORIGEM: 545867
MATRICULA: 0256973 IDENTIFICACAO UNICA: 2569736
NOME : NILO MANOEL MATTIA
REG. JUR.: EST REGIME JURIDICO UNICO SIT.SER.: 02 APOSENTADO
CADASTRAMENTO NO SIAPE: 09JUL1990

APOSENTADORIA
GRUPO/OCORRENCIA: 05/229 L.8112,ART186,INC.III,ALI"A"C/CART3,L8911(PRO.INTE
DATA OCORRENCIA : 06SET1994
D.L. - CODIGO : NUMERO: DATA:
NUM. PROCESSO : 46218. PROPORCIONAL. : 01/01

OBITO
CARTORIO :
DATA: LIVRO: FOLHA : REGISTRO :00000000
SITUACAO FUNCIONAL ANTERIOR : EST01

_____ ULTIMA TELA PARA MES/ANO
PF3=SAI PF5=IMPRIME PF8=AVANCA PF12=RETORNO

Fls. 724
Rubrica

P.J. Justiça Federal

Seção Judiciária do Distrito Federal

CERTIDÃO

Certifico que o despacho/ato ordinatório/sentença/decisão de fls. 665 foi disponibilizado (a) no Diário da Justiça do dia 24/07/2017, com data de publicação no dia 25/07/2017.

Brasília-DF, 25 de julho de 2017.

Viviane Sancho
Mat.1400310

RETIRADA DE AUTOS

Faço a entrega destes autos ao Advogado Amarildo Cassimiro da Silva

nesta data.

Brasília, 25 de 07 de 2017

Secretaria da 2ª Vara/SJDF

Reuven Sarmento Borges
Técnico Judiciário
Mat Df1400544

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos

( ) Sem petição
(X) Com a(s) petição(ões) 32009.004

Brasília, 01 de 08 de 2017

Secretaria da 2ª Vara/ SF/ DF

Maria das Graças dos Santos Emanuele Rabelo
Matr. 60277ps

JUNTADA de PETIÇÃO

Nesta data, junto aos presentes autos a petição nº 32009.004 que se segue.

Brasília, 14 de 03 de 2018

Secretaria da 2ª Vara-SJDF

Tâmara Lopes da Silva
Supervisora da Seção de Atendimento e Informações Processi
Matr 3.623

Documento id 340675365 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.2.pdf)

2ª VARA S.J.DF
Fls. 725
Rubrica

ACS
Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª. VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

SEÇÃO DE PROTOCOLO NUCJU
JUSTIÇA FEDERAL DF -31-JUL-2017-14:46-032097-004

Proc. nº 2002.34.00.002288-1
Exequentes: ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
Executada: UNIÃO FEDERAL

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, informar que **não concordam com a cota da douta contadoria judicial pelos seguintes motivos:**

1º - LIMITAÇÃO INDEVIDA DOS CALCULOS. Conforme se inferi nos cálculos do contador, este limitou os seus cálculos ao mês de junho de 1998, em vista da edição da MP 1704/98 e Portaria MARE n. 2.179/98. Todavia, os julgados prolatados por nossos Tribunais vedam a limitação dos cálculos a título desta MP. Os decotes só são possíveis a título da Lei 8.627/93. Ademais, os valores devem ser calculados até a data da reestruturação da carreira, o que ocorreu através da MP 2.225/2001.

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

Documento id 340675365 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.2.pdf)

2ª VARA S.J.-DF
Fls. 726
Rubrica

Ademais, o voto no proferido no recurso de apelação em embargos a execução (doc. de folha 371) deixou claro que:

"...

1. **Não há que se falar na compensação determinada pela Portaria MARE n. 2.179/98, eis que tal Portaria não diz respeito à legislação indicada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos EDROMS n. 22.307-7/DF".**

Portanto, discorda os exequentes, data vênia, dos cálculos apresentados pela douta contadoria, em vista de serem contraditórios aos julgados prolatados pelos nossos Tribunais Superiores, devendo serem reformados nos termos acima aduzidos.

Termos em que,
Pedem Deferimento.
Brasília (DF), 31 de julho de 2017.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

2ªVARA SJ –DF
Fls. 727
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

JUNTADA DE PETIÇÃO

Nesta data, junto aos presentes autos, a petição nº 48351, de fls. 728/730 que se seguem.

Brasília, 14/03/2018.

TÂMARA LOPES DA SILVA
Supervisora da Seção de Atendimento e
Informações Processuais

ACS
Advocacia

2ª VARA SJ-DF
Fl. 720
Rubrica

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo n. 2002.34.00.002288-1

Exequentes: ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

Executada: União Federal

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos em epígrafe, vêm, mui respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, informar e requerer o que segue:

1 Conforme se verifica nos autos, a União Federal impugna os valores apresentados pela contadoria, como também os valores apresentados pelos exequentes (folhas 671/672).

2 Todavia, entende que os exequentes possuem direitos/valores a receber, ou seja:

- que a exequente ANA MARIA ORTIZ MACHADO, possui direito ao valor de R$398.811,44;
- que a exequente LORDES SCHIMER, possui direito ao valor de R$40.878,01; e
- e que o exequente NILO MANOEL MATTIA, possui direito ao valor de R$75.966,22.

Estes valores reconhecidos pela União são incontroversos, podendo, então, serem expedidas guias de pagamentos quanto a estes montantes.

Os executados não concordam com os argumentos e valores apresentados pela União, porém, em vista da necessidade que os assolam, requerem:

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

2ª VARA SJ-DF
Fls. 129
Rubrica

- seja suspenso o processo para o fim de serem efetivadas as confecções das competentes guias de pagamento no que concerne aos valores reconhecidos pela União (incontroversos);

- após, sem migradas estas guias para o colendo TRF da Primeira Região;

- ato posterior, seja dado prosseguimento normal ao feito, julgando as divergências apontadas pelas partes no que se refere aos valores de direito.

Termos em que,

Pedem deferimento.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2018.

Amario Cassimiro da Silva

OAB/DF 6.603

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria-Geral Da União
Departamento de Calculos e Pericias - DECAP (Coord-Geral de Pericias/PGU)
SICAP - Sistema de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União
RELATÓRIO DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO (POR PARTE)

Nome da Parte Principal: ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Posição da União: Ré
Nº do Processo: 230688200240134
Órgão Judiciário: 002ª VARA FEDERAL
Tipo de Cálculo: 28,86% Servidores Civis
Data de atualização dos cálculos: 28/02/2017

Órgão Interessado: UNIÃO
Localidade/UF: BRASILIA/DF
Tipo de Ação/Recurso: AÇÃO ORDINÁRIA

CPF/CNPJ da(s) Parte(s)	Nome(s) da(s) Parte(s)	Valor(es) Executado(s) pela(s) Parte(s) (R$)	Valor(es) Apurado(s) pela União (R$)	Excesso entre os Valores da(s) Parte(s) e da União (R$)
197.762.680-72	ANA MARIA ORTIZ MACHADO	967.133,77	396.811,44	570.322,33
089.596.760-04	LOURDES SCHIRMER	99.546,58	40.878,01	58.668,57
030.866.070-68	NILO MANOEL MATTIA	120.120,01	75.966,22	44.153,79
	SUBTOTAL GERAL (R$)	**1.186.800,36**	**513.655,67**	**673.144,69**
	Honorários Advocatícios (R$)	**118.680,03**	**51.365,57**	**67.314,46**
	Custas Judiciais (R$)	**16,11**	**10,64**	**5,47**
	TOTAL GERAL (R$)	**1.305.496,50**	**565.031,88**	**740.464,62**

Data: 06/06/2017
Assinatura/Carimbo do Responsável:

2ª Vara/SJDF
Fl. 672

2ª VARA SJDF
Fls. 730
Rubrica

Emitido em: 06/06/2017 13:59:49

Página: 1 / 1

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2ª VARA	SJ-DF
Fls.	731
Rubrica	BZ

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, **Dr. Anderson Santos da Silva**, do que lavro este termo.

Em, 20/03/2018.

Burger

Giovanna Cecília Jardim Burger
Diretora de Secretaria da 2ª Vara/DF

TRF-1ª REGIÃO/IMP.15-02-04

JUNTADA DE PETIÇÃO

Nesta data, junto aos presentes autos a petição nº 5796 (fls. 732/740) — que segue.

Brasília, 23 de 04 de 2019.

Secretaria da 2ª Vara Federal/DF

Mônica Portela Lima
Técnico Judiciário
DF 1400569

Documento id 340675365 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.2.pdf)

Sab 2

732

ACS
Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

SEÇÃO DE PROTOCOLO NACIONAL
JUSTIÇA FEDERAL DF -27-Fev-2019-15:36-005796-005

Processo nº.: 2002.34.00.002288-1/DF
Exequentes: ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
Executado: UNIÃO

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, requerer a migração das competentes requisições de pagamento de fls. 657/658; 659/660; 661/662 e 663/664 dos respectivos Exequentes ANA MARIA ORTIZ MACHADO, LOURDES SCHIRMER, NILO MANOEL MATTIA E AMARIO CASSIMIRO DA SILVA, tendo em vista que as mesmas foram expedidas em 19 de maio de 2017, conforme Certidão de fls. 656, porém, não migradas para o exercício seguinte (2018).

Requerem ainda, preferência na migração das referidas requisições de pagamento para que se incluam no exercício de 2020.

Termos em que,
Pedem deferimento.
Brasília (DF), 27 de fevereiro de 2019.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

Nº 1890 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

2ª VARA S.J.DF 733

PCTT - 92.401.01

Pág: 1 / 2

19/05/2017 10:58:50

PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
fls. 657
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Do(a): JUIZ(ÍZA) ANDERSON SANTOS DA SILVA DA 2ª VARA FEDERAL

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 1997.34.00.010683-0** e **Ação de Execução nº 2002.34.00.002288-1**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

Requerente / Credor : ANA MARIA ORTIZ MACHADO

Advogado / OAB : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF00006603 ***CPF:*** 038.807.291-15

Requerido / Devedor : UNIAO FEDERAL

ESPÉCIE DE REQUISIÇÃO

( ) Requisição de Pequeno Valor - RPV	(x) 1. Originário	( ) 2. Complementar
	( ) 3. Parcial	( ) 4.Suplementar
(x) Precatório		

NATUREZA DO CRÉDITO

Alimentar	Comum
(x) 11 - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)	( ) 21 - Não-alimentar
	( ) 39 - Desapropriações
( ) 12 - Benefícios Previdenciários	
Doença Grave : ( ) Sim (x) Não	

Outros:

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 967.133,77 **Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):**
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 66 **Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$**
Quantidade de Meses Exercício Corrente (Somente RPV):
Total de Valores do Exercício Corrente (Somente RPV): R$

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE À REQUISIÇÃO

Descrição: (01.11.03.04) ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃ
SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

INCIDENTES

Sem Incidente

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997
Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento : 24/08/2000
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução (se foram opostos) : 24/05/2016
Se não foram opostos ver inciso XI do art. 8° da Resolução 405/2016 - CJF; data : **********

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

2ª VARA S.J.DF
Fls. 734
Rubrica

Nº 1890 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PCTT - 92.401.01
Pág: 2 / 2

19/05/2017 10:58:50

PJRVA1529

2ª VARA S.J.DF
Fls. 658
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

BENEFICIÁRIOS					REQ. COMPLEMENTAR, SUPLEMENTAR ou PARCIAL	
Nome Completo	CPF/CNPJ	Expressa Renúncia	Data Base	Valor(R$)	Data Base Créd. Exec.	Valor Total Créd. Exec.
ANA MARIA ORTIZ MACHADO	197.762.680-72	NÃO	02/2017	967.133,77	******	**********

Principal(R$)	Juros/Selic (R$)	Juros Compensatório
401.531,66	565.602,11	

Condição do Servidor: ATIVO
Orgão de Lotação: 1928-MINISTERIO DO TRABALHO
Valor PSS: R$ 106384.71

VALOR TOTAL REQUISITADO: R$ 967.133,77

Sucumbência R$ 396,814,44

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

735

Nº 1891 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PCTT - 92.401.01
Pág: 1 / 2

19/05/2017 11:01:33

PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
Fls. 659
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Do(a): JUIZ(ÍZA) ANDERSON SANTOS DA SILVA DA 2ª VARA FEDERAL

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 1997.34.00.010683-0** e **Ação de Execução nº 2002.34.00.002288-1**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

Requerente / Credor : LOURDES SCHIRMER

Advogado / OAB : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF00006603 ***CPF:*** 038.807.291-15

Requerido / Devedor : UNIAO FEDERAL

ESPÉCIE DE REQUISIÇÃO

( ) Requisição de Pequeno Valor - RPV	(x) 1. Originário	( ) 2. Complementar
	( ) 3. Parcial	( ) 4.Suplementar
(x) Precatório		

NATUREZA DO CRÉDITO

Alimentar	Comum
(x) 11 - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1º - A do art. 100 da CF)	( ) 21 - Não-alimentar
	( ) 39 - Desapropriações
( ) 12 - Benefícios Previdenciários	
Doença Grave : ( ) Sim (x) Não	

Outros:

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 99.546,58 **Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):**
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 66 **Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$**
Quantidade de Meses Exercício Corrente (Somente RPV):
Total de Valores do Exercício Corrente (Somente RPV): R$

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE A REQUISIÇÃO

Descrição: (01.11.03.04) ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃ
SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

INCIDENTES

Sem Incidente

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997
Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento : 24/08/2000
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução (se foram opostos) : 24/05/2016
Se não foram opostos ver inciso XI do art. 8º da Resolução 405/2016 - CJF; data : **********

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

2ª VARA SJ-DF
Fls. 736

Nº 1891 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PCTT - 92.401.01
Pág: 2

19/05/2017 11:01:33

PJRVA1529

2ª VARA FEDERAL
Fls. 660

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

BENEFICIÁRIOS					REQ. COMPLEMENTAR, SUPLEMENTAR ou PARCIAL	
Nome Completo	CPF/CNPJ	Expressa Renúncia	Data Base	Valor(R$)	Data Base Créd. Exec.	Valor Total Créd. Exec.
LOURDES SCHIRMER	089.596.760-04	NÃO	02/2017	99.546,58	******	**********

Principal(R$)	Juros/Selic (R$)	Juros Compensatório
41.321,92	58.224,66	

Condição do Servidor: ATIVO
Orgão de Lotação: 1928-MINISTERIO DO TRABALHO
Valor PSS: R$ 10950.12

VALOR TOTAL REQUISITADO: R$ 99.546,58

Incorporação R$ 40.528,01

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 1892 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PCTT - 92.401.01 737

Pág: 1/2

19/05/2017 11:04:01

PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
Fls. 661

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Do(a): JUIZ(ÍZA) ANDERSON SANTOS DA SILVA DA 2ª VARA FEDERAL

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 1997.34.00.010683-0** e **Ação de Execução nº 2002.34.00.002288-1**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

Requerente / Credor : NILO MANOEL MATTIA

Advogado / OAB : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF00006603 ***CPF:*** 038.807.291-15

Requerido / Devedor : UNIAO FEDERAL

ESPÉCIE DE REQUISIÇÃO

( ) Requisição de Pequeno Valor - RPV	(x) 1. Originário	( ) 2. Complementar
	( ) 3. Parcial	( ) 4.Suplementar
(x) Precatório		

NATUREZA DO CRÉDITO

Alimentar	Comum
(x) 11 - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)	( ) 21 - Não-alimentar
	( ) 39 - Desapropriações
( ) 12 - Benefícios Previdenciários	
Doença Grave : ( ) Sim (x) Não	

Outros:

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 120.120,01 **Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):**
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 66 **Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$**
Quantidade de Meses Exercício Corrente (Somente RPV):
Total de Valores do Exercício Corrente (Somente RPV): R$

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE À REQUISIÇÃO

Descrição: (01.11.03.04) ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃ SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

INCIDENTES

Sem Incidente

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997
Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento : 24/08/2000
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução (se foram opostos) : 24/05/2016
Se não foram opostos ver inciso XI do art. 8º da Resolução 405/2016 - CJF; data : **********

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(iza) requisitante

Nº 1892 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

2ª VARA S.J.-DF
PCTT - 92.401.01 738
Pág: 2 / 2
Rubrica
19/05/2017 11:04:01

PJRVA1529

2ª VARA S.J.-DF
662
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

BENEFICIÁRIOS					REQ. COMPLEMENTAR, SUPLEMENTAR ou PARCIAL	
Nome Completo	CPF/CNPJ	Expressa Renúncia	Data Base	Valor(R$)	Data Base Créd. Exec.	Valor Total Créd. Exec.
NILO MANOEL MATTIA	030.866.070-68	NÃO	02/2017	120.120,01	******	**********

Principal(R$)	Juros/Selic (R$)	Juros Compensatório
49.878,15	70.241,86	

Condição do Servidor: ATIVO
Orgão de Lotação: 1928-MINISTERIO DO TRABALHO
Valor PSS: R$ 13213.20

VALOR TOTAL REQUISITADO: R$ 120.120,01

Incontroverso R$ 75.968,20

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 1893 / 2017

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

Tipo de Requisição : Hon. Sucumbenciais
Advogados Constituidos
Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

PCTT - 92.401.01 739
Pág: 1 / 2
19/05/2017 11:12:24
PJRVA1529

2ª VARA S.J-DF
Fls. 663
Rubrica

Requisição de Pagamento

Do(a): JUIZ(ÍZA) ANDERSON SANTOS DA SILVA DA 2ª VARA FEDERAL

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 1997.34.00.010683-0** e **Ação de Execução nº 2002.34.00.002288-1**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

Requerente / Credor : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

Advogado / OAB : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF00006603 ***CPF:*** 038.807.291-15

Requerido / Devedor : UNIAO FEDERAL

ESPÉCIE DE REQUISIÇÃO

Requisição de Pequeno Valor - RPV	**(x) 1. Originário**	**( ) 2. Complementar**
	( ) 3. Parcial	**( ) 4.Suplementar**
(x) Precatório		

NATUREZA DO CRÉDITO

Alimentar	**Comum**
(x) 11 - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)	**( ) 21** - Não-alimentar
	( ) 39 - Desapropriações
( ) 12 - Benefícios Previdenciários	
Doença Grave : ( ) Sim (x) Não	

Outros:

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ **Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):**
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: **Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$**
Quantidade de Meses Exercício Corrente (Somente RPV):
Total de Valores do Exercício Corrente (Somente RPV): R$

NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE A REQUISIÇÃO

Descrição: (08.01.14.00) SUCUMBÊNCIA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DIREITO PROCESSUAI

INCIDENTES

Sem Incidente

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997
Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento : 24/08/2000
Data do trânsito em julgado dos embargos à execução (se foram opostos) : 24/05/2016
Se não foram opostos ver inciso XI do art. 8° da Resolução 405/2016 - CJF; data : **********

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

2ª VARA SJ-DF
Fl. 740
Rub.

Nº 1893 / 2017

PCTT - 92.401.01
Pág: 2/2

Status : 8 - Requisição Salva no Sistema

19/05/2017 11:12:24

Tipo de Requisição : Hon. Sucumbenciais
Advogados Constituidos
Data de Cadastro da Req: 19/05/2017

PJRVA1529

2ª VARA SJ-DF
Fl. 664
Rub.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL ¿ 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2ª VARA FEDERAL - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS					REQ. COMPLEMENTAR, SUPLEMENTAR ou PARCIAL	
Nome Completo	CPF/CNPJ	Expressa Renúncia	Data Base	Valor(R$)	Data Base Créd. Exec.	Valor Total Créd. Exec.
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	NÃO	02/2017	118.696,14	******	**********

Principal(R$)	Juros/Selic (R$)	Juros Compensatório
49.289,28	69.406,86	

Total Valores a Compensar : R$

Justificativa:

VALOR TOTAL REQUISITADO: R$ 118.696,14

Adf, 19 de maio de 2017.

Dr(ª).ANDERSON SANTOS DA SILVA
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2ª VARA SJ-DF
Fls. 741
Rubrica

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos ao MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Anderson Santos da Silva, do que lavro este termo.
Em 23/04/2019.

Monica Portela
Técnico Judiciário

DESPACHO

Processo nº 2002.34.00.002288-1

À Secretaria para encaminhar ao TRF1 as minutas de requisição de pagamento de fls. 657-664, **com bloqueio/alvará.**

Após, remetam-se os autos ao Contador para sem manifestar sobre as impugnações de fls. 667-723 e 728-730.

Brasília, 23 de abril de 2019.

ANDERSON SANTOS DA SILVA
Juiz Federal Substituto da 2ª Vara/SJDF

TRF-1ª REGIÃO/IMP.15-02-04

2ª VARA SJ-DF
Fls. 742
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico que o cadastro da(s) requisição(ões) de pagamento de nº 1890 a 1893/2017 foi concluído nesta data, com o registro do bloqueio/alvará, conforme determinado no despacho de fl. 741.

Brasília, 24 de abril de 2019.

Monica Portela Lima
Mat. 1400569

TRF-1ª REGIÃO/MP.15-02-04

2ª VARA S.J.DF
Fls. 743
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Formulário de Encaminhamento de Processo à SECAJ (Varas: 1ª a 22ª)
(Atenção: marcar apenas 1 (um) item)

Processo nº 2002.34.00.002288-1 2 ª Vara

1) **Cálculos de atualizações, sucumbências e custas:**
- [ ] Atualização de cálculo de fls. _____
- [ ] Cálculo de sucumbências (custas, honorários, multas)
- [ ] Execução Fiscal – cálculo da dívida
- [ ] Impugnação ao valor da causa
- [ ] Destaque de honorários contratuais
- [x] Outros: fl. 741

2) **Cálculos de diferenças salariais:**
- [ ] 11,98%
- [ ] 28,86% civil
- [ ] 28,86% militar
- [ ] 3,17%:

○ Limitar a conta à data da reestruturação e/ou organização de cargos e carreiras, concessão de adicionais/gratificações.

○ Incluir na base de cálculo o valor integral da remuneração, incluindo todas as gratificações, adicionais incidentes sobre o vencimento, funções, bem como vantagens pessoais e funções gratificadas, descontando-se apenas ausências não remuneradas e verbas de natureza indenizatória (auxílio-moradia, transporte, alimentação, etc.).

- [ ] Adicional de tempo de serviço
- [ ] Auxílio alimentação
- [ ] Contribuições: FUSEX / FUNDEF
- [ ] Diárias
- [ ] Gratificações de atividade:

○ Calcular somente a gratificação de atividade indicada na inicial.

○ Calcular todas as gratificações de atividade indicadas nas fichas financeiras.

- Fórmula de cálculo da gratificação: _____

- [ ] Quintos / décimos
- [ ] Diferença salarial diversa

3) **Cálculos tributários:**
- [ ] Empréstimo compulsório de energia elétrica
- [ ] FINSOCIAL
- [ ] IAA – Imposto s/ açúcar e álcool
- [ ] IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
- [ ] IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física – sobre verbas indenizatórias

○ Calcular com base na declaração de ajuste anual (DIRPJ), compensando-se eventuais valores já restituídos no ajuste anual do IR.

- [ ] IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física – sobre verbas de previdência privada
- [ ] IUEE – Imposto Único s/ Energia Elétrica
- [ ] PIS - Programa de Integração Social
- [ ] PSS – Programa de Seguridade Social
- [ ] Outros: _____

REMESSA

Encaminho estes autos ao a (o):

- ☐ AGU
- ☐ CEF
- ☐ MPF
- ☐ PFN
- ☒ CONTADOR
- ☐ PRF
- ☐ DISTRIBUIÇÃO
- ☐ DEFENSORIA PÚBLICA

Brasília-DF 03/05/2019

2ª Vara Federal

Maria das Graças dos Santos Fournele Rabelo
Mat. 9027

TERMO DE RECEBIMENTO

Recebemos o presente processo em 02/05/19

SECAJ / NUCJU

JUNTADA

Faço juntada a estes autos da conta e / ou informação que se segue.

SECAJ / NUCJU, BRASÍLIA, 22/07/2019

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2ª Fls 744 G

Execução
2002.002288-1 - 2ª Vara

MM. Juiz:

Em cumprimento ao despacho de fls. 741, informamos que as partes discordam da conta desta Seção alegando que:

1) A UNIÃO:

a) O índice de juros de mora apresentado na conta não está de acordo com o julgado que determina a aplicação de juros à taxa de 6% ao ano;

Está **correta** a alegação.

b) Houve inclusão indevida da rubrica **192**- GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A e da rubrica **197** - GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED.APOS-AGR, a partir de jan/93, sendo que a sentença do Agravo em Recurso Especial, determinou a inclusão da GEFA a partir de jan/95;

Está **correta** a alegação.

c) Os juros foram estendidos até a data da atualização da conta, quando o correto seria até o trânsito em julgado;

Está **incorreta** a alegação, tendo em vista que o STF em recente julgamento (RE 579431, com repercussão geral reconhecida) declarou que incidem juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e da requisição ou do precatório.

d) Foi indevidamente aplicado o IPCA-E como fator de correção monetária durante todo o período da conta, quando deveria ter sido aplicada o IPCA-e de 01/2001 a 06/2009, TR de 07/2009 a 09/2017 e novamente IPCA-e de 10/2017 em diante;

Esclarecemos que, de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal, a correção monetária deve obedecer à variação do IPCA-e desde 01/2001 até a presente data. Todavia, o STF suspendeu, até a modulação dos efeitos, a decisão proferida no RE 870947, que considerou a TR inconstitucional para fins de correção monetária nas ações propostas contra a Fazenda Pública.

2) OS EMBARGADOS:

e) Os cálculos foram indevidamente limitados ao mês de junho/1998, uma vez que deveriam se estender até a data da reestruturação da carreira;

Esclarecemos que os cálculos apresentados na inicial de execução englobaram as parcelas até junho/1998. Além disso, o julgado dos embargos não alterou a data final da conta.

Assim, antes de retificarmos a conta, por ser matéria de direito, aguardamos determinação de V. Exa. quanto aos fatores de correção monetária a serem aplicados no presente caso e seus respectivos períodos (item 'd').

À superior consideração de V. Exª.

Brasília, 22 de julho de 2019

Geralda Araújo Dias (Mat. 1400778)
Seção de Cálculos Judiciais

TRF-1ª REGIÃO/MP.15-02-05

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2ªVARA SJ –DF
Fls. 745
Rubrica

RECEBIMENTO
Recebi os presentes autos, nesta data.
Brasília, 02 de 08 de 2019
Secretaria da 2ª Vara-SJDF
Maria das Graças dos Santos Fonseca de Rabelo
Mat. 90277

JUNTADA
Nesta data, junto a petição nº 521797
que se segue.
Brasília, 15 de 01 de 2020
Secretaria da 2ª Vara-SJDF

Documento id 340675365 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.2.pdf)

2ª VARA S...DF
Fls. 746
Rubrica

ACS
Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - DF
17 JUN 2019 10:47 052797
2ª VARA

2002.22881

Cumprimento de sentença
Processo nº 0002306-88.2002.4.01.3400/DF
Exequentes: ANA MARIA O. MACHADO E OUTROS
Executada: União

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente, perante à digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, requerer a juntada do Atestado Médico anexo e pela aplicação do disposto no **Art. 1.048[i], do NCPC, prioridade de tramitação**, identificando o **regime de tramitação prioritária**, uma vez que a exequente **ANA MARIA ORTIZ MACHADO** está acometida de neoplasia maligna sob o CID 92.1.

Com serenidade, confiam na decisão desse MM. Juízo, pelo que pedem e esperam o mister deferimento.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019

Amario Cassimiro da Silva
OAB/DF 6.603

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

Documento id 340675365 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.2.pdf)

2ª VARA S.J.-DF
Fls. 747
Rubrica

[i] **Art. 1.048.** Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais:
I – em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6o, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988;
II – regulados pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
§ 1o A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.
§ 2o Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.
§ 3o Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite ou do companheiro em união estável.
§ 4o A tramitação prioritária independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:16:05
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810160500000000335897048
Número do documento: 20092810160500000000335897048

2002.2288-1
28/

2ª VARA SJ-DF
Fls. 748
Rubrica

HOSPITAL DO CÂNCER
MÃE DE DEUS
SISTEMA DE SAÚDE MÃE DE DEUS

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins que, o Sra. **ANA MARIA ORTIZ MACHADO** é acometida de neoplasia maligna sob o **CID** 92.1

O paciente encontra-se em tratamento oncológico visando o controle da doença.

Declaramos que a mesma tem direito a isenção de pagamento de IR, nos termos da lei nº. Lei nº 7.713/88.

Atenciosamente,

Dr. Marcelo Capra
Hematologia
CRMRS 22834

Dr. Marcelo E. Z. Capra
Hematologista
CRMRS 22.834

Porto Alegre, 15 de Maio de 2019.

10º Tabelionato de Notas de Porto Alegre
Av. Assis Brasil, 1795 - CEP 91010-005 - Fone: (51) 3341-5299 - Fax: (51) 3345-1766
BEL. CARLOS CASSES PRESSER - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia extraída nestas Notas, por ser uma reprodução fiel do ANVERSO do documento que me foi apresentado 0446.01.1800003.94953
Do que dou fé.
Porto Alegre, 15 de maio de 2019.
( ) Amália Regina Zani Maia (X) Leomar Paulo Renner
Emol. R$ 4,90 + Selo digital R$ 1,40 - 2384928-05183-47
Se Conquista!

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

CERTIDÃO DE PROCESSO MIGRADO PARA O PJe

Certifico que os autos deste processo foram migrados para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), nos termos da Lei n. 11.419/2006 e das Portarias Conjuntas Presi/Coger TRF1 n. 8995261 e n. 10112461.

BRASÍLIA, 9 de outubro de 2020.

.

(assinado eletronicamente)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
2ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
POLO PASSIVO: UNIÃO FEDERAL

PROCESSO MIGRADO PARA O PJE

DESTINATÁRIO(S):
URBANO NAUE
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
ANA MARIA ORTIZ MACHADO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
UNIÃO FEDERAL
NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
GILBERTO HILGERT FONSECA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
SANTO MARCUZZO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
NILO MANOEL MATTIA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
ARLINDO JOAO SCHIO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
LOURDES SCHIRMER
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)

Ficam as partes intimadas para se manifestarem sobre a conformidade (eventuais peças omitidas e/ou com qualidade comprometida) do processo migrado ao PJe, no prazo de 30 (trinta) dias.

BRASÍLIA, 14 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
NÚCLEO DE ATUAÇÃO EM PROCESSOS ELETRÔNICOS - NAPECOEX

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DO(A) 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF

NÚMERO: 0002306-88.2002.4.01.3400
PARTE(S): UNIÃO
PARTES(S): ARLINDO JOAO SCHIO E OUTROS

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o que segue.

Manifestar ciência da digitalização e migração deste processo para o sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, por onde serão feitos todos os peticionamentos a partir de tal momento.

Por oportuno, a União ressalta o Art. 14 da Portaria Conjunta Presi/Coger 8768958, com as alterações promovidas pelo DESPACHO PRESI de 25/03/2020, em especial o teor do §5º: *"A intimação de que trata o caput destinar-se-á exclusivamente às finalidades neles previstas, não importando em ciência de quaisquer decisões ou outros atos processuais constantes nos respectivos autos".*

Ademais disso, considerando a quantidade de processos digitalizados e a escassez de recursos humanos para a avaliação de todos, de modo minucioso, resguarda-se o direito de eventualmente apontar documentos faltantes, diligenciando/peticionando para a correção da digitalização, conforme já vem ocorrendo em outros casos.

Na oportunidade, pugna pelo regular prosseguimento do feito.

Brasília, 19 de outubro de 2020.

JADER DA SILVEIRA PEREIRA
ADVOGADO DA UNIÃO

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 16ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ARLINDO JOÃO SCHIO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, informar que estão cientes da migração dos autos para o sistema PJe., requerendo assim a continuidade do feito, migrando as guias de pagamento já expedidas para o colendo TRF da Primeira Região.

Termos em que,
pedem deferimento.
BSB/DF 27/10/2020.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ANA MARIA ORTIZ MACHADO (ISENTA DE IR) E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, requererem o prosseguimento do feito e consequentemente a expedição das guias de pagamento e suas migrações para o colendo TRF da Primeira Região, visando a efetivação do processo.

Termos em que,

pedem deferimento.

BSB/DF 8 de fevereiro de 2021.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

OAB/DF 6603

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
2ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

DESPACHO

Converto o julgamento do feito em diligência.

Analisando os autos, verifico que consta pedido de esclarecimento feito pelo i. contador (Id 340675365, fls. 982) a respeito do índice de correção monetária a ser aplicado ao valor da execução contra a União.

Quanto aos índices de correção monetária aplicáveis ao caso, deve prevalecer a decisão proferida pelo STF no julgamento do RE 870947/SE, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 20/9/2017, que afastou a TR prevista no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 1997, com redação dada pela Lei nº 11.960, de 2009, **mesmo no período da dívida anterior à expedição do precatório**. Em seu lugar, o índice de correção monetária adotado como índice de correção monetária dos débitos judiciais da Fazenda Pública, é IPCA-E, considerado mais adequado para recompor a perda de poder de compra.

Inclusive, no julgamento dos Embargos de Declaração no RE 870947/SE, no qual se decidiu pela não modulação dos efeitos do acórdão, restou expressamente consignado que *"Prolongar a incidência da TR como critério de correção monetária para o período entre 2009 e 2015 é incongruente com o assentado pela CORTE no julgamento de mérito deste RE 870.947 e das ADIs 4357 e 4425, pois virtualmente esvazia o efeito prático desses pronunciamentos para um universo expressivo de destinatários da norma."* (RE 870947 ED, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 03/10/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-019 DIVULG 31-01-2020 PUBLIC 03-02-2020)

Assim, não há que se falar em aplicar o IPCA-e de 01/2001 a 06/2009, TR de 07/2009 a 09/2017 e novamente IPCA-e de 10/2017 em diante, conforme pretendido pela União.

Feitos esses esclarecimentos, retornem os autos à SECAJ a fim do cumprimento do despacho de Id 340675365, fls. 978.

Intimem-se.

Datado e assinado eletronicamente.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Distrito Federal

2ª Vara Federal Cível da SJDF

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA PJe

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

Destinatários:
URBANO NAUE
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
ANA MARIA ORTIZ MACHADO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
UNIÃO FEDERAL
NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
GILBERTO HILGERT FONSECA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
SANTO MARCUZZO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
NILO MANOEL MATTIA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
ARLINDO JOAO SCHIO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
LOURDES SCHIRMER
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)

FINALIDADE: Intimar o(as) partes acerca do(a) ato ordinatório / despacho / decisão / sentença proferido(a) nos autos do processo em epígrafe. Prazo: 5 dias.

OBSERVAÇÃO 1: DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS (art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/06: A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse

prazo).

<u>OBSERVAÇÃO 2</u>: Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada a intimação a que ela se refere no campo "Marque os expedientes que pretende responder com esta petição", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados e Procuradores em http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/processual/processo-judicial-eletronico/pje/tutoriais.

BRASÍLIA, 10 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)

2ª Vara Federal Cível da SJDF

A União manifesta ciência do despacho de ID **572729852.**

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

SANTO MARCUZZO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, manifestarem cientes do r. despacho que determina o retorno dos autos ao douto contador judicial.

Termos em que,

pedem deferimento.

BSB/DF 24 de junho de 2021.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

OAB/DF 6603

Cálculos judiciais

PODER JUDICIÁRIO
3400 **- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 10/08/2021
CARPIM01 V26.27
LIQ/EXEC

Processo: 2002.34.00.002288-1

Resumo

Parte	Princ. cor/mon	Juros	TOTAL (R$)
1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO	333.163,44	384.403,35	717.566,79
2) LOURDES SCHIRMER	225.143,65	258.330,72	483.474,37
3) NILO MANOEL MATTIA	273.020,28	313.324,11	586.344,39
Soma:	**831.327,37**	**956.058,18**	**1.787.385,55**
- Honorários advocatícios: 10,00 % s/ vlr da condenação	83.132,73	95.605,81	178.738,54
- Ressarcimento de custas	16,03	0,00	16,03
TOTAL DA CONTA	**914.476,13**	**1.051.663,99**	**1.966.140,12**

- Observações:

a) Cálculos atualizados até 02/2017.
b) Correção monetária:
- Valor(es) cor/mon pela variação mensal, a partir de cada parcela, do(s) indexador(es): UFIR até 12/2000; IPCA-E (2000) em 12/2000; IPCA-E de 01/2001 a 02/2017
- Com aplicação dos índices deflacionários existentes, sem, entretanto, reduzir o valor nominal devido.

c) Juros de mora:
- A partir de 05/1997, pela(s) taxa(s): 0,50% a.m., simples, de 06/1997 a 04/2012; JUROS (LEI 12.703/2012) de 05/2012 a 02/2017
- Taxa(s) aplicada(s) sobre o valor corrigido monetariamente.

Importa o presente cálculo em R$ 1.966.140,12 (um milhão, novecentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta reais e doze centavos).

Brasília - DF, 10 de agosto de 2021.

FABIO LAUREANO DE LIMA (Mat. 1330903)
Seção de Cálculos Judiciais

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
3400 **- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 10/08/2021
CARPIM01 V26.27
LIQ/EXEC

Processo: 2002.34.00.002288-1

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	**TOTAL (R$)**
			1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO			
01/01/1993	3.922.491,78	0,0004330495	1.698,63	117,57	1.997,07	3.695,70
01/02/1993	3.922.491,78	0,0003344785	1.311,98	117,57	1.542,49	2.854,47
01/03/1993	5.601.669,87	0,0002639508	1.478,56	117,57	1.738,34	3.216,90
01/04/1993	5.235.854,58	0,0002095512	1.097,17	117,57	1.289,94	2.387,11
01/05/1993	9.686.330,98	0,0001645602	1.593,98	117,57	1.874,04	3.468,02
01/06/1993	9.686.330,98	0,0001277542	1.237,46	117,57	1.454,88	2.692,34
01/07/1993	13.148.818,02	0,0000980162	1.288,79	117,57	1.515,23	2.804,02
01/08/1993	13.148,81	0,0750175815	986,39	117,57	1.159,69	2.146,08
01/09/1993	24.937,42	0,0568343184	1.417,30	117,57	1.666,31	3.083,61
01/10/1993	25.062,73	0,0422925204	1.059,96	117,57	1.246,19	2.306,15
01/11/1993	34.552,22	0,0312896216	1.081,12	117,57	1.271,07	2.352,19
01/12/1993	70.767,10	0,0233675643	1.653,65	117,57	1.944,19	3.597,84
01/01/1994	101.220,77	0,0170953947	1.730,40	117,57	2.034,43	3.764,83
01/02/1994	101.220,77	0,0122837985	1.243,37	117,57	1.461,83	2.705,20
01/03/1994	104.901,47	0,0087930814	922,40	117,57	1.084,46	2.006,86
01/04/1994	78.776,14	0,0061219860	482,26	117,57	566,99	1.049,25
01/05/1994	96.129,83	0,0043341507	416,64	117,57	489,84	906,48
01/06/1994	138.583,44	0,0030054511	416,50	117,57	489,67	906,17
01/07/1994	72,61	5,7137812629	414,87	117,57	487,76	902,63
01/08/1994	213,74	5,4305571197	1.160,72	117,57	1.364,65	2.525,37
01/09/1994	275,00	5,1715842008	1.422,18	117,57	1.672,05	3.094,23
01/10/1994	216,07	5,0887798251	1.099,53	117,57	1.292,71	2.392,24
01/11/1994	216,07	4,9937808236	1.079,00	117,57	1.268,58	2.347,58
01/12/1994	1.192,85	4,8504114741	5.785,81	117,57	6.802,37	12.588,18
01/01/1995	539,50	4,7436121080	2.559,17	117,57	3.008,81	5.567,98
01/01/1995	1.123,80	4,7436121080	5.330,87	117,57	6.267,50	11.598,37
01/02/1995	304,57	4,7436121080	1.444,76	117,57	1.698,60	3.143,36
01/02/1995	1.210,38	4,7436121080	5.741,57	117,57	6.750,36	12.491,93
01/03/1995	308,02	4,7436121080	1.461,12	117,57	1.717,83	3.178,95
01/03/1995	1.210,38	4,7436121080	5.741,57	117,57	6.750,36	12.491,93
01/04/1995	1.210,38	4,5461015627	5.502,51	117,57	6.469,30	11.971,81
01/04/1995	382,26	4,5461015627	1.737,79	117,57	2.043,11	3.780,90
01/05/1995	345,69	4,5461015627	1.571,54	117,57	1.847,65	3.419,19
01/05/1995	1.210,38	4,5461015627	5.502,51	117,57	6.469,30	11.971,81
01/06/1995	1.210,38	4,5461015627	5.502,51	117,57	6.469,30	11.971,81
01/06/1995	345,69	4,5461015627	1.571,54	117,57	1.847,65	3.419,19
01/07/1995	1.210,38	4,2437894148	5.136,59	117,57	6.039,08	11.175,67
01/07/1995	345,69	4,2437894148	1.467,03	117,57	1.724,78	3.191,81
01/08/1995	1.210,38	4,2437894148	5.136,59	117,57	6.039,08	11.175,67
01/08/1995	345,69	4,2437894148	1.467,03	117,57	1.724,78	3.191,81
01/09/1995	345,69	4,2437894148	1.467,03	117,57	1.724,78	3.191,81
01/09/1995	1.210,38	4,2437894148	5.136,59	117,57	6.039,08	11.175,67
01/10/1995	400,15	4,0367232312	1.615,29	117,57	1.899,09	3.514,38
01/10/1995	1.210,38	4,0367232312	4.885,96	117,57	5.744,42	10.630,38
01/11/1995	398,79	4,0367232312	1.609,80	117,57	1.892,64	3.502,44
01/11/1995	1.210,38	4,0367232312	4.885,96	117,57	5.744,42	10.630,38
01/12/1995	714,05	4,0367232312	2.882,42	117,57	3.388,86	6.271,28
01/12/1995	2.420,77	4,0367232312	9.771,97	117,57	11.488,90	21.260,87
01/01/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/01/1996	221,56	3,8735396565	858,22	117,57	1.009,00	1.867,22
01/02/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/02/1996	172,01	3,8735396565	666,28	117,57	783,34	1.449,62
01/03/1996	179,60	3,8735396565	695,68	117,57	817,91	1.513,59
01/03/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/04/1996	183,86	3,8735396565	712,18	117,57	837,31	1.549,49
01/04/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/05/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/05/1996	192,39	3,8735396565	745,23	117,57	876,16	1.621,39
01/06/1996	192,39	3,8735396565	745,23	117,57	876,16	1.621,39
01/06/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/07/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/07/1996	192,39	3,6283512075	698,05	117,57	820,69	1.518,74
01/08/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/08/1996	192,39	3,6283512075	698,05	117,57	820,69	1.518,74

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
3400 **- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 10/08/2021
CARPIM01 V26.27
LIQ/EXEC

Processo: 2002.34.00.002288-1

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	**TOTAL (R$)**
			1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO			
01/09/1996	192,39	3,6283512075	698,05	117,57	820,69	1.518,74
01/09/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/10/1996	192,39	3,6283512075	698,05	117,57	820,69	1.518,74
01/10/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/11/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/11/1996	192,39	3,6283512075	698,05	117,57	820,69	1.518,74
01/12/1996	2.420,77	3,6283512075	8.783,40	117,57	10.326,64	19.110,04
01/12/1996	384,79	3,6283512075	1.396,15	117,57	1.641,45	3.037,60
01/01/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/01/1997	192,39	3,5243767165	678,05	117,57	797,18	1.475,23
01/02/1997	192,39	3,5243767165	678,05	117,57	797,18	1.475,23
01/02/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/03/1997	211,78	3,5243767165	746,39	117,57	877,53	1.623,92
01/03/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/04/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/04/1997	211,78	3,5243767165	746,39	117,57	877,53	1.623,92
01/05/1997	211,78	3,5243767165	746,39	117,57	877,53	1.623,92
01/05/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/06/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,07	4.994,00	9.259,83
01/06/1997	211,78	3,5243767165	746,39	117,07	873,79	1.620,18
01/07/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	116,57	4.972,67	9.238,50
01/07/1997	198,55	3,5243767165	699,76	116,57	815,71	1.515,47
01/08/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	116,07	4.951,34	9.217,17
01/08/1997	211,78	3,5243767165	746,39	116,07	866,33	1.612,72
01/09/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	115,57	4.930,01	9.195,84
01/09/1997	211,78	3,5243767165	746,39	115,57	862,60	1.608,99
01/10/1997	211,78	3,5243767165	746,39	115,07	858,87	1.605,26
01/10/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	115,07	4.908,69	9.174,52
01/11/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	114,57	4.887,36	9.153,19
01/11/1997	211,78	3,5243767165	746,39	114,57	855,13	1.601,52
01/12/1997	423,56	3,5243767165	1.492,78	114,07	1.702,81	3.195,59
01/12/1997	2.420,77	3,5243767165	8.531,70	114,07	9.732,11	18.263,81
01/01/1998	211,78	3,3399254122	707,32	113,57	803,30	1.510,62
01/01/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	113,57	4.591,14	8.633,71
01/02/1998	211,78	3,3399254122	707,32	113,07	799,76	1.507,08
01/02/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	113,07	4.570,93	8.613,50
01/03/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	112,57	4.550,72	8.593,29
01/03/1998	223,00	3,3399254122	744,80	112,57	838,42	1.583,22
01/04/1998	223,00	3,3399254122	744,80	112,07	834,69	1.579,49
01/04/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	112,07	4.530,50	8.573,07
01/05/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	111,57	4.510,29	8.552,86
01/05/1998	223,00	3,3399254122	744,80	111,57	830,97	1.575,77
01/06/1998	223,00	3,3399254122	744,80	111,07	827,24	1.572,04
01/06/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	111,07	4.490,08	8.532,65
01/07/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	110,57	4.469,86	8.512,43
01/08/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	110,07	4.449,65	8.492,22
01/09/1998	1.613,85	3,3399254122	5.390,13	109,57	5.905,96	11.296,09
01/10/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	109,07	3.674,36	7.043,17
01/11/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	108,57	3.657,51	7.026,32
01/12/1998	2.017,31	3,3399254122	6.737,66	108,07	7.281,38	14.019,04
01/01/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	107,57	3.564,85	6.878,84
01/02/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	107,07	3.548,28	6.862,27
01/03/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	106,57	3.531,71	6.845,70
01/04/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	106,07	3.515,14	6.829,13
01/05/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	105,57	3.498,57	6.812,56
01/06/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	105,07	3.482,00	6.795,99
01/07/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	104,57	3.465,43	6.779,42
Total:	**83.283,24**		**333.163,44**		**384.403,35**	**717.566,79**
			2) LOURDES SCHIRMER			
01/01/1993	577.605,79	0,0004330495	250,13	117,57	294,07	544,20
01/02/1993	439.393,85	0,0003344785	146,96	117,57	172,78	319,74
01/03/1993	488.620,13	0,0002639508	128,97	117,57	151,63	280,60
01/04/1993	488.620,13	0,0002095512	102,39	117,57	120,37	222,76

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
3400 **- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 10/08/2021
CARPIM01 V26.27
LIQ/EXEC

Processo: 2002.34.00.002288-1

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	**TOTAL (R$)**
			2) LOURDES SCHIRMER			
01/05/1993	903.947,25	0,0001645602	148,75	117,57	174,88	323,63
01/06/1993	903.947,25	0,0001277542	115,48	117,57	135,76	251,24
01/07/1993	1.208.305,98	0,0000980162	118,43	117,57	139,23	257,66
01/08/1993	1.208,30	0,0750175815	90,64	117,57	106,56	197,20
01/09/1993	2.383,49	0,0568343184	135,46	117,57	159,26	294,72
01/10/1993	2.402,56	0,0422925204	101,61	117,57	119,46	221,07
01/11/1993	3.391,93	0,0312896216	106,13	117,57	124,77	230,90
01/12/1993	6.783,87	0,0233675643	158,52	117,57	186,37	344,89
01/01/1994	9.936,67	0,0170953947	169,87	117,57	199,71	369,58
01/02/1994	7.833,67	0,0122837985	96,22	117,57	113,12	209,34
01/03/1994	7.990,15	0,0087930814	70,25	117,57	82,59	152,84
01/04/1994	11.489,15	0,0061219860	70,33	117,57	82,68	153,01
01/05/1994	16.337,17	0,0043341507	70,80	117,57	83,23	154,03
01/06/1994	23.552,12	0,0030054511	70,78	117,57	83,21	153,99
01/07/1994	12,34	5,7137812629	70,50	117,57	82,88	153,38
01/08/1994	12,34	5,4305571197	67,01	117,57	78,78	145,79
01/09/1994	14,23	5,1715842008	73,59	117,57	86,51	160,10
01/10/1994	14,23	5,0887798251	72,41	117,57	85,13	157,54
01/11/1994	14,23	4,9937808236	71,06	117,57	83,54	154,60
01/12/1994	44,54	4,8504114741	216,03	117,57	253,98	470,01
01/01/1995	936,50	4,7436121080	4.442,39	117,57	5.222,91	9.665,30
01/01/1995	27,24	4,7436121080	129,21	117,57	151,91	281,12
01/02/1995	1.008,65	4,7436121080	4.784,64	117,57	5.625,30	10.409,94
01/02/1995	18,80	4,7436121080	89,17	117,57	104,83	194,00
01/03/1995	1.008,65	4,7436121080	4.784,64	117,57	5.625,30	10.409,94
01/03/1995	18,80	4,7436121080	89,17	117,57	104,83	194,00
01/04/1995	1.008,65	4,5461015627	4.585,42	117,57	5.391,07	9.976,49
01/04/1995	18,80	4,5461015627	85,46	117,57	100,47	185,93
01/05/1995	18,80	4,5461015627	85,46	117,57	100,47	185,93
01/05/1995	1.008,65	4,5461015627	4.585,42	117,57	5.391,07	9.976,49
01/06/1995	18,80	4,5461015627	85,46	117,57	100,47	185,93
01/06/1995	1.008,65	4,5461015627	4.585,42	117,57	5.391,07	9.976,49
01/07/1995	18,80	4,2437894148	79,78	117,57	93,79	173,57
01/07/1995	1.008,65	4,2437894148	4.280,49	117,57	5.032,57	9.313,06
01/08/1995	18,80	4,2437894148	79,78	117,57	93,79	173,57
01/08/1995	1.008,65	4,2437894148	4.280,49	117,57	5.032,57	9.313,06
01/09/1995	1.008,65	4,2437894148	4.280,49	117,57	5.032,57	9.313,06
01/09/1995	18,80	4,2437894148	79,78	117,57	93,79	173,57
01/10/1995	18,80	4,0367232312	75,89	117,57	89,22	165,11
01/10/1995	1.008,65	4,0367232312	4.071,64	117,57	4.787,02	8.858,66
01/11/1995	1.008,65	4,0367232312	4.071,64	117,57	4.787,02	8.858,66
01/11/1995	18,80	4,0367232312	75,89	117,57	89,22	165,11
01/12/1995	37,60	4,0367232312	151,78	117,57	178,44	330,22
01/12/1995	2.017,31	4,0367232312	8.143,32	117,57	9.574,10	17.717,42
01/01/1996	1.008,65	3,8735396565	3.907,04	117,57	4.593,50	8.500,54
01/01/1996	18,80	3,8735396565	72,82	117,57	85,61	158,43
01/02/1996	18,80	3,8735396565	72,82	117,57	85,61	158,43
01/02/1996	1.008,65	3,8735396565	3.907,04	117,57	4.593,50	8.500,54
01/03/1996	1.008,65	3,8735396565	3.907,04	117,57	4.593,50	8.500,54
01/03/1996	18,80	3,8735396565	72,82	117,57	85,61	158,43
01/04/1996	1.008,65	3,8735396565	3.907,04	117,57	4.593,50	8.500,54
01/04/1996	18,80	3,8735396565	72,82	117,57	85,61	158,43
01/05/1996	1.008,65	3,8735396565	3.907,04	117,57	4.593,50	8.500,54
01/05/1996	18,80	3,8735396565	72,82	117,57	85,61	158,43
01/06/1996	18,80	3,8735396565	72,82	117,57	85,61	158,43
01/06/1996	1.008,65	3,8735396565	3.907,04	117,57	4.593,50	8.500,54
01/07/1996	18,80	3,6283512075	68,21	117,57	80,19	148,40
01/07/1996	1.008,65	3,6283512075	3.659,73	117,57	4.302,74	7.962,47
01/08/1996	1.008,65	3,6283512075	3.659,73	117,57	4.302,74	7.962,47
01/08/1996	18,80	3,6283512075	68,21	117,57	80,19	148,40
01/09/1996	1.008,65	3,6283512075	3.659,73	117,57	4.302,74	7.962,47
01/09/1996	18,80	3,6283512075	68,21	117,57	80,19	148,40
01/10/1996	18,80	3,6283512075	68,21	117,57	80,19	148,40
01/10/1996	1.008,65	3,6283512075	3.659,73	117,57	4.302,74	7.962,47

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
3400 **- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 10/08/2021
CARPIM01 V26.27
LIQ/EXEC

Processo: 2002.34.00.002288-1

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	**TOTAL (R$)**
			2) LOURDES SCHIRMER			
01/11/1996	18,80	3,6283512075	68,21	117,57	80,19	148,40
01/11/1996	1.008,65	3,6283512075	3.659,73	117,57	4.302,74	7.962,47
01/12/1996	37,60	3,6283512075	136,42	117,57	160,38	296,80
01/12/1996	2.017,31	3,6283512075	7.319,50	117,57	8.605,53	15.925,03
01/01/1997	18,80	3,5243767165	66,25	117,57	77,89	144,14
01/01/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	117,57	4.179,44	7.734,30
01/02/1997	18,80	3,5243767165	66,25	117,57	77,89	144,14
01/02/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	117,57	4.179,44	7.734,30
01/03/1997	18,80	3,5243767165	66,25	117,57	77,89	144,14
01/03/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	117,57	4.179,44	7.734,30
01/04/1997	18,80	3,5243767165	66,25	117,57	77,89	144,14
01/04/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	117,57	4.179,44	7.734,30
01/05/1997	18,80	3,5243767165	66,25	117,57	77,89	144,14
01/05/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	117,57	4.179,44	7.734,30
01/06/1997	18,80	3,5243767165	66,25	117,07	77,55	143,80
01/06/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	117,07	4.161,67	7.716,53
01/07/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	116,57	4.143,90	7.698,76
01/07/1997	18,80	3,5243767165	66,25	116,57	77,22	143,47
01/08/1997	18,80	3,5243767165	66,25	116,07	76,89	143,14
01/08/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	116,07	4.126,12	7.680,98
01/09/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	115,57	4.108,35	7.663,21
01/09/1997	18,80	3,5243767165	66,25	115,57	76,56	142,81
01/10/1997	18,80	3,5243767165	66,25	115,07	76,23	142,48
01/10/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	115,07	4.090,57	7.645,43
01/11/1997	1.008,65	3,5243767165	3.554,86	114,57	4.072,80	7.627,66
01/11/1997	18,80	3,5243767165	66,25	114,57	75,90	142,15
01/12/1997	2.017,31	3,5243767165	7.109,76	114,07	8.110,10	15.219,86
01/12/1997	37,60	3,5243767165	132,51	114,07	151,15	283,66
01/01/1998	18,80	3,3399254122	62,79	113,57	71,31	134,10
01/01/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	113,57	3.825,95	7.194,76
01/02/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	113,07	3.809,11	7.177,92
01/02/1998	18,80	3,3399254122	62,79	113,07	70,99	133,78
01/03/1998	18,80	3,3399254122	62,79	112,57	70,68	133,47
01/03/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	112,57	3.792,26	7.161,07
01/04/1998	18,80	3,3399254122	62,79	112,07	70,36	133,15
01/04/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	112,07	3.775,42	7.144,23
01/05/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	111,57	3.758,58	7.127,39
01/05/1998	18,80	3,3399254122	62,79	111,57	70,05	132,84
01/06/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	111,07	3.741,73	7.110,54
01/06/1998	18,80	3,3399254122	62,79	111,07	69,74	132,53
01/07/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	110,57	3.724,89	7.093,70
01/08/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	110,07	3.708,04	7.076,85
01/09/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	109,57	3.691,20	7.060,01
01/10/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	109,07	3.674,36	7.043,17
01/11/1998	1.008,65	3,3399254122	3.368,81	108,57	3.657,51	7.026,32
01/12/1998	2.017,31	3,3399254122	6.737,66	108,07	7.281,38	14.019,04
01/01/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	107,57	3.564,85	6.878,84
01/02/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	107,07	3.548,28	6.862,27
01/03/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	106,57	3.531,71	6.845,70
01/04/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	106,07	3.515,14	6.829,13
01/05/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	105,57	3.498,57	6.812,56
01/06/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	105,07	3.482,00	6.795,99
01/07/1999	1.008,65	3,2855704334	3.313,99	104,57	3.465,43	6.779,42
Total:	**60.440,23**		**225.143,65**		**258.330,72**	**483.474,37**
			3) NILO MANOEL MATTIA			
01/01/1993	298.240,38	0,0004330495	129,15	117,57	151,84	280,99
01/02/1993	666.345,96	0,0003344785	222,87	117,57	262,02	484,89
01/03/1993	490.901,03	0,0002639508	129,57	117,57	152,33	281,90
01/04/1993	598.321,73	0,0002095512	125,37	117,57	147,39	272,76
01/05/1993	1.433.358,65	0,0001645602	235,87	117,57	277,31	513,18
01/06/1993	1.164.403,09	0,0001277542	148,75	117,57	174,88	323,63
01/07/1993	1.556.456,91	0,0000980162	152,55	117,57	179,35	331,90
01/08/1993	1.556,45	0,0750175815	116,76	117,57	137,27	254,03

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
3400 **- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 10/08/2021
CARPIM01 V26.27
LIQ/EXEC

Processo: 2002.34.00.002288-1

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	**TOTAL (R$)**
			3) NILO MANOEL MATTIA			
01/09/1993	2.897,03	0,0568343184	164,65	117,57	193,57	358,22
01/10/1993	3.005,94	0,0422925204	127,12	117,57	149,45	276,57
01/11/1993	5.545,51	0,0312896216	173,51	117,57	203,99	377,50
01/12/1993	8.791,64	0,0233675643	205,43	117,57	241,52	446,95
01/01/1994	12.956,42	0,0170953947	221,49	117,57	260,40	481,89
01/02/1994	12.956,42	0,0122837985	159,15	117,57	187,11	346,26
01/03/1994	13.215,47	0,0087930814	116,20	117,57	136,61	252,81
01/04/1994	19.002,73	0,0061219860	116,33	117,57	136,76	253,09
01/05/1994	27.021,20	0,0043341507	117,11	117,57	137,68	254,79
01/06/1994	41.378,44	0,0030054511	124,36	117,57	146,21	270,57
01/07/1994	20,88	5,7137812629	119,30	117,57	140,26	259,56
01/08/1994	20,88	5,4305571197	113,39	117,57	133,31	246,70
01/09/1994	23,44	5,1715842008	121,22	117,57	142,51	263,73
01/10/1994	22,00	5,0887798251	111,95	117,57	131,61	243,56
01/11/1994	22,00	4,9937808236	109,86	117,57	129,16	239,02
01/12/1994	104,19	4,8504114741	505,36	117,57	594,15	1.099,51
01/01/1995	63,66	4,7436121080	301,97	117,57	355,02	656,99
01/01/1995	1.123,80	4,7436121080	5.330,87	117,57	6.267,50	11.598,37
01/02/1995	28,63	4,7436121080	135,80	117,57	159,66	295,46
01/02/1995	1.210,38	4,7436121080	5.741,57	117,57	6.750,36	12.491,93
01/03/1995	1.210,38	4,7436121080	5.741,57	117,57	6.750,36	12.491,93
01/03/1995	28,63	4,7436121080	135,80	117,57	159,66	295,46
01/04/1995	1.210,38	4,5461015627	5.502,51	117,57	6.469,30	11.971,81
01/04/1995	32,33	4,5461015627	146,97	117,57	172,79	319,76
01/05/1995	32,33	4,5461015627	146,97	117,57	172,79	319,76
01/05/1995	1.210,38	4,5461015627	5.502,51	117,57	6.469,30	11.971,81
01/06/1995	1.210,38	4,5461015627	5.502,51	117,57	6.469,30	11.971,81
01/06/1995	32,33	4,5461015627	146,97	117,57	172,79	319,76
01/07/1995	32,33	4,2437894148	137,20	117,57	161,30	298,50
01/07/1995	1.210,38	4,2437894148	5.136,59	117,57	6.039,08	11.175,67
01/08/1995	1.210,38	4,2437894148	5.136,59	117,57	6.039,08	11.175,67
01/08/1995	32,33	4,2437894148	137,20	117,57	161,30	298,50
01/09/1995	1.210,38	4,2437894148	5.136,59	117,57	6.039,08	11.175,67
01/09/1995	32,33	4,2437894148	137,20	117,57	161,30	298,50
01/10/1995	32,33	4,0367232312	130,50	117,57	153,42	283,92
01/10/1995	1.210,38	4,0367232312	4.885,96	117,57	5.744,42	10.630,38
01/11/1995	49,44	4,0367232312	199,57	117,57	234,63	434,20
01/11/1995	1.210,38	4,0367232312	4.885,96	117,57	5.744,42	10.630,38
01/12/1995	89,65	4,0367232312	361,89	117,57	425,47	787,36
01/12/1995	2.420,77	4,0367232312	9.771,97	117,57	11.488,90	21.260,87
01/01/1996	35,29	3,8735396565	136,69	117,57	160,70	297,39
01/01/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/02/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/02/1996	35,29	3,8735396565	136,69	117,57	160,70	297,39
01/03/1996	35,29	3,8735396565	136,69	117,57	160,70	297,39
01/03/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/04/1996	35,29	3,8735396565	136,69	117,57	160,70	297,39
01/04/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/05/1996	35,29	3,8735396565	136,69	117,57	160,70	297,39
01/05/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/06/1996	35,29	3,8735396565	136,69	117,57	160,70	297,39
01/06/1996	1.210,38	3,8735396565	4.688,45	117,57	5.512,21	10.200,66
01/07/1996	35,29	3,6283512075	128,04	117,57	150,53	278,57
01/07/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/08/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/08/1996	35,29	3,6283512075	128,04	117,57	150,53	278,57
01/09/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/09/1996	35,29	3,6283512075	128,04	117,57	150,53	278,57
01/10/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/10/1996	35,29	3,6283512075	128,04	117,57	150,53	278,57
01/11/1996	35,29	3,6283512075	128,04	117,57	150,53	278,57
01/11/1996	1.210,38	3,6283512075	4.391,68	117,57	5.163,29	9.554,97
01/12/1996	70,59	3,6283512075	256,12	117,57	301,12	557,24
01/12/1996	2.420,77	3,6283512075	8.783,40	117,57	10.326,64	19.110,04

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
3400 **- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 10/08/2021
CARPIM01 V26.27
LIQ/EXEC

Processo: 2002.34.00.002288-1

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	**TOTAL (R$)**
			3) NILO MANOEL MATTIA			
01/01/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/01/1997	35,29	3,5243767165	124,37	117,57	146,22	270,59
01/02/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/02/1997	35,29	3,5243767165	124,37	117,57	146,22	270,59
01/03/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/03/1997	35,29	3,5243767165	124,37	117,57	146,22	270,59
01/04/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/04/1997	35,29	3,5243767165	124,37	117,57	146,22	270,59
01/05/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,57	5.015,33	9.281,16
01/05/1997	35,29	3,5243767165	124,37	117,57	146,22	270,59
01/06/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	117,07	4.994,00	9.259,83
01/06/1997	35,29	3,5243767165	124,37	117,07	145,59	269,96
01/07/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	116,57	4.972,67	9.238,50
01/07/1997	35,29	3,5243767165	124,37	116,57	144,97	269,34
01/08/1997	35,29	3,5243767165	124,37	116,07	144,35	268,72
01/08/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	116,07	4.951,34	9.217,17
01/09/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	115,57	4.930,01	9.195,84
01/09/1997	35,29	3,5243767165	124,37	115,57	143,73	268,10
01/10/1997	35,29	3,5243767165	124,37	115,07	143,11	267,48
01/10/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	115,07	4.908,69	9.174,52
01/11/1997	35,29	3,5243767165	124,37	114,57	142,49	266,86
01/11/1997	1.210,38	3,5243767165	4.265,83	114,57	4.887,36	9.153,19
01/12/1997	70,59	3,5243767165	248,78	114,07	283,78	532,56
01/12/1997	2.420,77	3,5243767165	8.531,70	114,07	9.732,11	18.263,81
01/01/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	113,57	4.591,14	8.633,71
01/01/1998	35,29	3,3399254122	117,86	113,57	133,85	251,71
01/02/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	113,07	4.570,93	8.613,50
01/02/1998	35,29	3,3399254122	117,86	113,07	133,26	251,12
01/03/1998	35,29	3,3399254122	117,86	112,57	132,67	250,53
01/03/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	112,57	4.550,72	8.593,29
01/04/1998	35,29	3,3399254122	117,86	112,07	132,08	249,94
01/04/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	112,07	4.530,50	8.573,07
01/05/1998	35,29	3,3399254122	117,86	111,57	131,49	249,35
01/05/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	111,57	4.510,29	8.552,86
01/06/1998	35,29	3,3399254122	117,86	111,07	130,90	248,76
01/06/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	111,07	4.490,08	8.532,65
01/07/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	110,57	4.469,86	8.512,43
01/08/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	110,07	4.449,65	8.492,22
01/09/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	109,57	4.429,44	8.472,01
01/10/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	109,07	4.409,23	8.451,80
01/11/1998	1.210,38	3,3399254122	4.042,57	108,57	4.389,01	8.431,58
01/12/1998	2.420,77	3,3399254122	8.085,19	108,07	8.737,66	16.822,85
01/01/1999	1.210,38	3,2855704334	3.976,78	107,57	4.277,82	8.254,60
01/02/1999	1.210,38	3,2855704334	3.976,78	107,07	4.257,93	8.234,71
01/03/1999	1.210,38	3,2855704334	3.976,78	106,57	4.238,05	8.214,83
01/04/1999	1.210,38	3,2855704334	3.976,78	106,07	4.218,17	8.194,95
01/05/1999	1.210,38	3,2855704334	3.976,78	105,57	4.198,28	8.175,06
01/06/1999	1.210,38	3,2855704334	3.976,78	105,07	4.178,40	8.155,18
01/07/1999	1.210,38	3,2855704334	3.976,78	104,57	4.158,51	8.135,29
Total:	**73.211,00**		**273.020,28**		**313.324,11**	**586.344,39**

- Honorários advocatícios

a) Base de cálculo:
- Condenação:

	831.327,37	*956.058,18*	1.787.385,55
Soma da base de cálculo:	*831.327,37*	*956.058,18*	***1.787.385,55***

b) Valor devido:

- 10,00 % sobre a base de calculo:	83.132,73	95.605,81	178.738,54
Total:	83.132,73	95.605,81	**178.738,54**

- Ressarcimento de custas

01/04/1997	4,55	3,5243767165	16,03			16,03
Total:			**16,03**			**16,03**

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
3400 **- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**
SNCJ - Sistema Nacional de Cálculo Judicial

Em 10/08/2021
CARPIM01 V26.27
LIQ/EXEC

Processo: 2002.34.00.002288-1

Data	Valor Principal	Coeficiente	Princ. cor/mon	% Juros	Juros	**TOTAL (R$)**

TOTAL DA CONTA: **R$ 1.966.140,12**

- Observações:

a) Cálculos atualizados até 02/2017.

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO		
a) 28,86			
01/01/1993	13.591.447,64	28,8600	3.922.491,78
01/02/1993	13.591.447,64	28,8600	3.922.491,78
01/03/1993	19.409.805,54	28,8600	5.601.669,87
01/04/1993	18.142.254,27	28,8600	5.235.854,58
01/05/1993	33.563.170,41	28,8600	9.686.330,98
01/06/1993	33.563.170,41	28,8600	9.686.330,98
01/07/1993	45.560.700,00	28,8600	13.148.818,02
01/08/1993	45.560,69	28,8600	13.148,81
01/09/1993	86.408,26	28,8600	24.937,42
01/10/1993	86.842,45	28,8600	25.062,73
01/11/1993	119.723,59	28,8600	34.552,22
01/12/1993	245.208,28	28,8600	70.767,10
01/01/1994	350.730,32	28,8600	101.220,77
01/02/1994	350.730,32	28,8600	101.220,77
Conversão para CR$ = 104.901,47 [162,01 (diferença) x 647,50 (URV de 01/03/1994)].			
01/03/1994	561,39	28,8600	162,01
Conversão para CR$ = 78.776,14 [84,61 (diferença) x 931,05 (URV de 01/04/1994)].			
01/04/1994	293,20	28,8600	84,61
Conversão para CR$ = 96.129,83 [72,61 (diferença) x 1.323,92 (URV de 01/05/1994)].			
01/05/1994	251,62	28,8600	72,61
Conversão para CR$ = 138.583,44 [72,61 (diferença) x 1.908,60 (URV de 01/06/1994)].			
01/06/1994	251,62	28,8600	72,61
01/07/1994	251,62	28,8600	72,61
01/08/1994	740,64	28,8600	213,74
01/09/1994	952,88	28,8600	275,00
01/10/1994	748,70	28,8600	216,07
01/11/1994	748,70	28,8600	216,07
01/12/1994	4.133,24	28,8600	1.192,85
01/01/1995	1.869,38	28,8600	539,50
01/02/1995	1.055,37	28,8600	304,57
01/03/1995	1.067,30	28,8600	308,02
01/04/1995	1.324,55	28,8600	382,26
01/05/1995	1.197,82	28,8600	345,69
01/06/1995	1.197,82	28,8600	345,69
01/07/1995	1.197,82	28,8600	345,69
01/08/1995	1.197,82	28,8600	345,69
01/09/1995	1.197,82	28,8600	345,69
01/10/1995	1.386,54	28,8600	400,15
01/11/1995	1.381,83	28,8600	398,79
01/12/1995	2.474,20	28,8600	714,05
01/01/1996	767,72	28,8600	221,56
01/02/1996	596,03	28,8600	172,01
01/03/1996	622,34	28,8600	179,60
01/04/1996	637,11	28,8600	183,86
01/05/1996	666,66	28,8600	192,39
01/06/1996	666,66	28,8600	192,39
01/07/1996	666,66	28,8600	192,39
01/08/1996	666,66	28,8600	192,39
01/09/1996	666,66	28,8600	192,39
01/10/1996	666,66	28,8600	192,39
01/11/1996	666,66	28,8600	192,39
01/12/1996	1.333,32	28,8600	384,79
01/01/1997	666,66	28,8600	192,39
01/02/1997	666,66	28,8600	192,39

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO		
a) 28,86			
01/03/1997	733,82	28,8600	211,78
01/04/1997	733,82	28,8600	211,78
01/05/1997	733,82	28,8600	211,78
01/06/1997	733,82	28,8600	211,78
01/07/1997	687,98	28,8600	198,55
01/08/1997	733,82	28,8600	211,78
01/09/1997	733,82	28,8600	211,78
01/10/1997	733,82	28,8600	211,78
01/11/1997	733,82	28,8600	211,78
01/12/1997	1.467,64	28,8600	423,56
01/01/1998	733,82	28,8600	211,78
01/02/1998	733,82	28,8600	211,78
01/03/1998	772,71	28,8600	223,00
01/04/1998	772,71	28,8600	223,00
01/05/1998	772,71	28,8600	223,00
01/06/1998	772,71	28,8600	223,00
b) 28,86_GEFA			
01/01/1995	3.894,00	28,8600	1.123,80
01/02/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/08/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/09/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/10/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/11/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/12/1995	8.388,00	28,8600	2.420,77
01/01/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/02/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/08/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/09/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/10/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/11/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/12/1996	8.388,00	28,8600	2.420,77
01/01/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/02/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/08/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/09/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/10/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/11/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/12/1997	8.388,00	28,8600	2.420,77

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO		
b) 28,86_GEFA			
01/01/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/02/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/08/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/09/1998	5.592,00	28,8600	1.613,85
01/10/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/11/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/12/1998	6.990,00	28,8600	2.017,31
01/01/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/02/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/03/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/04/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/05/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/06/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/07/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
	2) LOURDES SCHIRMER		
a) 28,86			
01/01/1993	16.000.160,62	3,6100	577.605,79
01/02/1993	12.171.575,00	3,6100	439.393,85
01/03/1993	13.535.183,89	3,6100	488.620,13
01/04/1993	13.535.183,89	3,6100	488.620,13
01/05/1993	25.040.090,20	3,6100	903.947,25
01/06/1993	25.040.090,20	3,6100	903.947,25
01/07/1993	33.471.080,00	3,6100	1.208.305,98
01/08/1993	33.471,08	3,6100	1.208,30
01/09/1993	66.024,75	3,6100	2.383,49
01/10/1993	66.552,94	3,6100	2.402,56
01/11/1993	93.959,43	3,6100	3.391,93
01/12/1993	187.918,86	3,6100	6.783,87
01/01/1994	275.254,19	3,6100	9.936,67
01/02/1994	216.999,33	3,6100	7.833,67
Conversão para CR$ = 7.990,15 [12,34 (diferença) x 647,50 (URV de 01/03/1994)].			
01/03/1994	341,92	3,6100	12,34
Conversão para CR$ = 11.489,15 [12,34 (diferença) x 931,05 (URV de 01/04/1994)].			
01/04/1994	341,92	3,6100	12,34
Conversão para CR$ = 16.337,17 [12,34 (diferença) x 1.323,92 (URV de 01/05/1994)].			
01/05/1994	341,92	3,6100	12,34
Conversão para CR$ = 23.552,12 [12,34 (diferença) x 1.908,60 (URV de 01/06/1994)].			
01/06/1994	341,92	3,6100	12,34
01/07/1994	341,92	3,6100	12,34
01/08/1994	341,92	3,6100	12,34
01/09/1994	394,38	3,6100	14,23
01/10/1994	394,38	3,6100	14,23
01/11/1994	394,38	3,6100	14,23
01/12/1994	1.233,80	3,6100	44,54
01/01/1995	754,65	3,6100	27,24
01/02/1995	520,79	3,6100	18,80
01/03/1995	520,79	3,6100	18,80
01/04/1995	520,79	3,6100	18,80

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	2) LOURDES SCHIRMER		
a) 28,86			
01/05/1995	520,79	3,6100	18,80
01/06/1995	520,79	3,6100	18,80
01/07/1995	520,79	3,6100	18,80
01/08/1995	520,79	3,6100	18,80
01/09/1995	520,79	3,6100	18,80
01/10/1995	520,79	3,6100	18,80
01/11/1995	520,79	3,6100	18,80
01/12/1995	1.041,58	3,6100	37,60
01/01/1996	520,79	3,6100	18,80
01/02/1996	520,79	3,6100	18,80
01/03/1996	520,79	3,6100	18,80
01/04/1996	520,79	3,6100	18,80
01/05/1996	520,79	3,6100	18,80
01/06/1996	520,79	3,6100	18,80
01/07/1996	520,79	3,6100	18,80
01/08/1996	520,79	3,6100	18,80
01/09/1996	520,79	3,6100	18,80
01/10/1996	520,79	3,6100	18,80
01/11/1996	520,79	3,6100	18,80
01/12/1996	1.041,58	3,6100	37,60
01/01/1997	520,79	3,6100	18,80
01/02/1997	520,79	3,6100	18,80
01/03/1997	520,79	3,6100	18,80
01/04/1997	520,79	3,6100	18,80
01/05/1997	520,79	3,6100	18,80
01/06/1997	520,79	3,6100	18,80
01/07/1997	520,79	3,6100	18,80
01/08/1997	520,79	3,6100	18,80
01/09/1997	520,79	3,6100	18,80
01/10/1997	520,79	3,6100	18,80
01/11/1997	520,79	3,6100	18,80
01/12/1997	1.041,58	3,6100	37,60
01/01/1998	520,79	3,6100	18,80
01/02/1998	520,79	3,6100	18,80
01/03/1998	520,79	3,6100	18,80
01/04/1998	520,79	3,6100	18,80
01/05/1998	520,79	3,6100	18,80
01/06/1998	520,79	3,6100	18,80
b) 28,86_GEFA			
01/01/1995	3.245,00	28,8600	936,50
01/02/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/03/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/04/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/05/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/06/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/07/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/08/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/09/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/10/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/11/1995	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/12/1995	6.990,00	28,8600	2.017,31
01/01/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/02/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	2) LOURDES SCHIRMER		
b) 28,86_GEFA			
01/03/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/04/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/05/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/06/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/07/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/08/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/09/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/10/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/11/1996	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/12/1996	6.990,00	28,8600	2.017,31
01/01/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/02/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/03/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/04/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/05/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/06/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/07/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/08/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/09/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/10/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/11/1997	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/12/1997	6.990,00	28,8600	2.017,31
01/01/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/02/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/03/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/04/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/05/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/06/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/07/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/08/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/09/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/10/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/11/1998	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/12/1998	6.990,00	28,8600	2.017,31
01/01/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/02/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/03/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/04/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/05/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/06/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
01/07/1999	3.495,00	28,8600	1.008,65
	3) NILO MANOEL MATTIA		
a) 28,86			
01/01/1993	8.261.506,64	3,6100	298.240,38
01/02/1993	18.458.337,04	3,6100	666.345,96
01/03/1993	13.598.366,50	3,6100	490.901,03
01/04/1993	16.574.009,25	3,6100	598.321,73
01/05/1993	39.705.225,87	3,6100	1.433.358,65
01/06/1993	32.254.933,44	3,6100	1.164.403,09
01/07/1993	43.115.150,00	3,6100	1.556.456,91
01/08/1993	43.115,15	3,6100	1.556,45
01/09/1993	80.250,22	3,6100	2.897,03
01/10/1993	83.267,25	3,6100	3.005,94

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	3) NILO MANOEL MATTIA		
a) 28,86			
01/11/1993	153.615,48	3,6100	5.545,51
01/12/1993	243.535,88	3,6100	8.791,64
01/01/1994	358.903,78	3,6100	12.956,42
01/02/1994	358.903,78	3,6100	12.956,42
Conversão para CR$ = 13.215,47 [20,41 (diferença) x 647,50 (URV de 01/03/1994)].			
01/03/1994	565,52	3,6100	20,41
Conversão para CR$ = 19.002,73 [20,41 (diferença) x 931,05 (URV de 01/04/1994)].			
01/04/1994	565,52	3,6100	20,41
Conversão para CR$ = 27.021,20 [20,41 (diferença) x 1.323,92 (URV de 01/05/1994)].			
01/05/1994	565,52	3,6100	20,41
Conversão para CR$ = 41.378,44 [21,68 (diferença) x 1.908,60 (URV de 01/06/1994)].			
01/06/1994	600,71	3,6100	21,68
01/07/1994	578,55	3,6100	20,88
01/08/1994	578,55	3,6100	20,88
01/09/1994	649,32	3,6100	23,44
01/10/1994	609,62	3,6100	22,00
01/11/1994	609,62	3,6100	22,00
01/12/1994	2.886,28	3,6100	104,19
01/01/1995	1.763,55	3,6100	63,66
01/02/1995	793,30	3,6100	28,63
01/03/1995	793,30	3,6100	28,63
01/04/1995	895,78	3,6100	32,33
01/05/1995	895,78	3,6100	32,33
01/06/1995	895,78	3,6100	32,33
01/07/1995	895,78	3,6100	32,33
01/08/1995	895,78	3,6100	32,33
01/09/1995	895,78	3,6100	32,33
01/10/1995	895,78	3,6100	32,33
01/11/1995	1.369,55	3,6100	49,44
01/12/1995	2.483,52	3,6100	89,65
01/01/1996	977,76	3,6100	35,29
01/02/1996	977,76	3,6100	35,29
01/03/1996	977,76	3,6100	35,29
01/04/1996	977,76	3,6100	35,29
01/05/1996	977,76	3,6100	35,29
01/06/1996	977,76	3,6100	35,29
01/07/1996	977,76	3,6100	35,29
01/08/1996	977,76	3,6100	35,29
01/09/1996	977,76	3,6100	35,29
01/10/1996	977,76	3,6100	35,29
01/11/1996	977,76	3,6100	35,29
01/12/1996	1.955,52	3,6100	70,59
01/01/1997	977,76	3,6100	35,29
01/02/1997	977,76	3,6100	35,29
01/03/1997	977,76	3,6100	35,29
01/04/1997	977,76	3,6100	35,29
01/05/1997	977,76	3,6100	35,29
01/06/1997	977,76	3,6100	35,29
01/07/1997	977,76	3,6100	35,29
01/08/1997	977,76	3,6100	35,29
01/09/1997	977,76	3,6100	35,29
01/10/1997	977,76	3,6100	35,29
01/11/1997	977,76	3,6100	35,29
01/12/1997	1.955,52	3,6100	70,59

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	3) NILO MANOEL MATTIA		
a) 28,86			
01/01/1998	977,76	3,6100	35,29
01/02/1998	977,76	3,6100	35,29
01/03/1998	977,76	3,6100	35,29
01/04/1998	977,76	3,6100	35,29
01/05/1998	977,76	3,6100	35,29
01/06/1998	977,76	3,6100	35,29
b) 28,86_GEFA			
01/01/1995	3.894,00	28,8600	1.123,80
01/02/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/08/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/09/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/10/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/11/1995	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/12/1995	8.388,00	28,8600	2.420,77
01/01/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/02/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/08/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/09/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/10/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/11/1996	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/12/1996	8.388,00	28,8600	2.420,77
01/01/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/02/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/08/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/09/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/10/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/11/1997	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/12/1997	8.388,00	28,8600	2.420,77
01/01/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/02/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/08/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/09/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/10/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo de cálculo

Data	Base de cálculo	Percentual	Valor devido
	3) NILO MANOEL MATTIA		
b) 28,86_GEFA			
01/11/1998	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/12/1998	8.388,00	28,8600	2.420,77
01/01/1999	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/02/1999	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/03/1999	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/04/1999	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/05/1999	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/06/1999	4.194,00	28,8600	1.210,38
01/07/1999	4.194,00	28,8600	1.210,38

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo das matriculas aproveitadas do SIAPE

Órgão / matrícula	Nome servidor	% Utilizado
	1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO	
260000257513	ANA MARIA ORTIZ MACHADO	100,00
	2) LOURDES SCHIRMER	
260000256982	LOURDES SCHIRMER	100,00
	3) NILO MANOEL MATTIA	
260000256973	NILO MANOEL MATTIA	100,00

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo do percentual devido

%	Cálculo	Data inicial	% Devido	Obs
		1) ANA MARIA ORTIZ MACHADO		
a) 28,86				
28,8600	Soma simples	01/01/1993	28,8600	
0,0000	Diferença de percentual	01/01/1993	28,8600	Fl 310-Execução
28,8600	Diferença de percentual	01/07/1998	0,0000	
b) 28,86_GEFA				
28,8600	Soma simples	01/01/1995	28,8600	
28,8600	Diferença de percentual	01/08/1999	0,0000	
		2) LOURDES SCHIRMER		
a) 28,86				
28,8600	Soma simples	01/01/1993	28,8600	
24,3700	Diferença de percentual	01/01/1993	3,6100	Fl 374-Execução
3,6100	Diferença de percentual	01/07/1998	0,0000	
b) 28,86_GEFA				
28,8600	Soma simples	01/01/1995	28,8600	
28,8600	Diferença de percentual	01/08/1999	0,0000	
		3) NILO MANOEL MATTIA		
a) 28,86				
28,8600	Soma simples	01/01/1993	28,8600	
24,3700	Diferença de percentual	01/01/1993	3,6100	Fl 410-Execução
3,6100	Diferença de percentual	01/07/1998	0,0000	
b) 28,86_GEFA				
28,8600	Soma simples	01/01/1995	28,8600	
28,8600	Diferença de percentual	01/08/1999	0,0000	

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SCJF - Sistema de Cálculos da Justiça Federal

Em 10/08/2021
CARPPA14_3 V16.17

Processo: 2002.34.00.002288-1

Demonstrativo das rubricas utilizadas

Código	Descriçao rubrica	Lógica	Em
a) Rubrica(s) utilizada(s)			
a) Receitas:			
-1	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (CALCULADO)	28,86 (1)	valor devido
-1	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (CALCULADO)	28,86_GEFA (2)	valor devido
1	VENCIMENTO BASICO	28,86 (1)	valor devido
4	VENCIMENTO DAS/NES	28,86 (1)	valor devido
5	PROVENTO BASICO	28,86 (1)	valor devido
13	ANUENIO - ART.244, LEI 8112/90	28,86 (1)	valor devido
15	REPRESENTACAO MENSAL	28,86 (1)	valor devido
18	ANUENIO-ART.244,LEI 8112/90 AP	28,86 (1)	valor devido
24	SUBSTITUICAO/INTERINO	28,86 (1)	valor devido
25	OPCAO DAS - PESSOAL PERMANENTE	28,86 (1)	valor devido
60	GRATIFICACAO POR ENCARGO DAI	28,86 (1)	valor devido
67	ADIC. DE PERICULOSIDADE	28,86 (1)	valor devido
78	PARC INCORPORADA LEI 6732/79	28,86 (1)	valor devido
117	PARC. INCORPORADA LEI 6732/79	28,86 (1)	valor devido
192	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A	28,86_GEFA (2)	valor devido
197	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS-AGR	28,86_GEFA (2)	valor devido
561	FGR-FUNC GRATIFICADA L 8216/91	28,86 (1)	valor devido
585	FGR-FUNC.GRAT. L.8216/91-APO	28,86 (1)	valor devido
593	GRAT.DESEMP.FUNCAO-GADF LD.13	28,86 (1)	valor devido
620	OPCAO - GADF/ATIVO-LD.13/92	28,86 (1)	valor devido
622	GRAT.DES.FUNC GADF/LD 13/92 AP	28,86 (1)	valor devido
678	VANTAGEM PES.ART 5 L 8852/94 A	28,86 (1)	valor devido
679	VANTAGEM PES. ART.5 L 8852/94	28,86 (1)	valor devido
702	ART 3 LEI 8911/94 - ATIVO	28,86 (1)	valor devido
723	2. DECIMO - MP 1160/95 ATIVO	28,86 (1)	valor devido
736	8 DECIMO - MP 1160/95 APOS.	28,86 (1)	valor devido
852	VANTAGEM PESS.ART.15 L.9527/97	28,86 (1)	valor devido

Assinado eletronicamente por: FABIO LAUREANO DE LIMA - 10/08/2021 15:56:00
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21081015555991700000670200197
Número do documento: 21081015555991700000670200197

Seção Judiciária do Distrito Federal
2ª Vara Federal da SJDF

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400

CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: EXEQUENTE: ARLINDO JOAO SCHIO, LOURDES SCHIRMER, SANTO MARCUZZO, NILO MANOEL MATTIA, NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS, GILBERTO HILGERT FONSECA, ANA MARIA ORTIZ MACHADO, URBANO NAUE

EXECUTADO: EXECUTADO: UNIÃO FEDERAL

DESPACHO

Vista às partes dos cálculos pelo prazo de 10 (dez) dias.

Datado e assinado eletronicamente

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, informar que estão cientes e de acordo com os atuais cálculos judiciais, requerendo sejam homologados por este r. juízo.

Termos em que,

pedem deferimento.

BSB/DF 17 de agosto de 2021.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

OAB/DF 6603

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Distrito Federal

2ª Vara Federal Cível da SJDF

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA PJe

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

Destinatários:
URBANO NAUE
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
ANA MARIA ORTIZ MACHADO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
UNIÃO FEDERAL
NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
GILBERTO HILGERT FONSECA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
SANTO MARCUZZO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
NILO MANOEL MATTIA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
ARLINDO JOAO SCHIO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
LOURDES SCHIRMER
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)

FINALIDADE: Intimar o(as) partes acerca do(a) ato ordinatório / despacho / decisão / sentença proferido(a) nos autos do processo em epígrafe. Prazo: 10 dias.

OBSERVAÇÃO 1: DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS (art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/06: A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse

prazo).

<u>OBSERVAÇÃO 2</u>: Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada a intimação a que ela se refere no campo "Marque os expedientes que pretende responder com esta petição", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados e Procuradores em http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/processual/processo-judicial-eletronico/pje/tutoriais.

BRASÍLIA, 18 de agosto de 2021.

(assinado digitalmente)

2ª Vara Federal Cível da SJDF

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
NÚCLEO ESPECIALIZADO EM SERVIDORES CIVIS (PRU1R/CORESE/NUESP)
SETOR DE AUTARQUIAS SUL - QUADRA 3 - LOTE 5/6, ED. MULTI BRASIL CORPORATE - BRASÍLIA-DF - CEP 70.070-030

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) JUIZ (A) DO (A) 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF

PROCESSO Nº: 0002306-88.2002.4.01.3400
EXEQUENTE: ARLINDO JOÃO SCHIO E OUTROS
EXECUTADA: UNIÃO FEDERAL
ASSUNTO: ÍNDICE 28,86%

União, por sua advogada signatária, vem ante V.EXª requerer dilação de prazo para manifestar-se sobre os cálculos judiciais e ao tempo que apresentará os cálculos, tendo em vista a grande demanda no Departamento de Cálculos e Perícias - DCP deste ente federado.

Assim, requer-se a dilação de prazo em mais 15 dias.

N.T.P.D

Boa Vista/RR, 10 de setembro de 2021.

MARIA JOSÉ NAVEGANTES DE ARAÚJO
ADVOGADO DA UNIÃO

PROCESSO Nº: 0002306-88.2002.4.01.3400

EXEQUENTE: ARLINDO JOÃO SCHIO E OUTROS

EXECUTADA: UNIÃO FEDERAL

ASSUNTO: ÍNDICE 28,86%

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
NÚCLEO ESPECIALIZADO EM SERVIDORES CIVIS (PRU1R/CORESE/NUESP)
SETOR DE AUTARQUIAS SUL - QUADRA 3 - LOTE 5/6, ED. MULTI BRASIL CORPORATE - BRASÍLIA-DF - CEP 70.070-030

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DO (A) 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF

PROCESSO Nº: 0002306-88.2002.4.01.3400
EXEQUENTE: ARLINDO JOÃO SCHIO E OUTROS
EXECUTADA: UNIÃO FEDERAL
ASSUNTO: ÍNDICE 28,86%

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do Parecer Técnico n. 00512/2021 e dizer que não se opõe aos cálculos da Contadoria Judicial.

N.T.P.D

Boa Vista/RR, 16 de setembro de 2021.

MARIA JOSÉ NAVEGANTES DE ARAÚJO
ADVOGADO DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DCP - DEPARTAMENTO DE CÁLCULOS E PERÍCIAS DA PGU
DIVISÃO DE CÁLCULOS SERVIDOR CIVIL - REPETITIVOS

PARECER n. 00512/2021/DIREP/DCP/PGU/PGU/AGU

NUP: 00405.041461/2021-12 (REF. 00410.074376/2020-81)
INTERESSADOS: ARLINDO JOAO SCHIO E OUTROS
ASSUNTOS: ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993

I. **OBJETIVO**

Atender ao pedido do Sr. Advogado da União para se manifestar sobre os cálculos apresentados pela contadoria, nos termos do **OFÍCIO n. 00349/2021/CORESE1R/PRU1R/PGU/AGU**.

II. **RESUMO DOS AUTOS**

Consta as fls. 741 o despacho: "*À Secretaria para encaminhar ao TRF1 as minutas de requisição de pagamento de fis. 657-664, com bloqueio/alvará.*

Após, remetam-se os autos ao Contador para sem manifestar sobre as impugnações de fls. 667-723 e 728-730".

Às fls. 742 consta a certidão: *"Certifico que o cadastro da(s) requisição(des) de pagamento de nº 1890 a 1893/2017 foi concluído nesta data, com o registro do bloqueio/alvará, conforme determinado no despacho de fl. 741".*

A contadoria, apresentou novos cálculo no total de R$ 1.966.140,12, em fevereiro/2017, sendo R$ 1.787.385,55 dos exequentes, R$ 178.738,54 de honorários e de R$ 16,03 de custa.

III. **V- CONCLUSÃO**

Não nos opomos ao valor apurado pela contadoria no total de R$ 1.966.140,12, em fevereiro/2017, vez que não apresenta excesso de execução.

Os valores a serem retidos a título de PSS são os informados a seguir.

EXEQUENTES	ÓRGÃO	SITUAÇÃO	PRINCIPAL	PSS
ANA MARIA ORTIZ MACHADO	MTB	AP AGO1998	333.163,44	31.545,10
LOURDES SCHIRMER	MTB	AP FEV1994	225.143,65	4.388,88
NILO MANOEL MATTIA	MTB	AP SET1994	273.020,28	7.983,25

Informamos, ainda que o cálculo corresponde a 86 meses (79 meses + 7 13º = 86), todos referentes a exercícios anteriores.

Brasília, 13 de setembro de 2021.

ELIZABETH YOSHIE MIZUNO MATSUNAGA
SERVIDOR

Documento assinado eletronicamente por ELIZABETH YOSHIE MIZUNO MATSUNAGA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 725005568 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ELIZABETH YOSHIE MIZUNO MATSUNAGA. Data e Hora: 13-09-2021 10:35. Número de Série: 422016145024208036357542296 53. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ANA MARIA ORTIZ E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, informar que estão de acordo com a petição de ID 734718511 e documento anexo, requerendo assim a expedição de guias de pagamentos e posterior migração para o colendo TRF da Primeira Região.

Termos em que,

pedem deferimento.

BSB/DF 13 de janeiro de 2021.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

OAB/DF 6603

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
2ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

DESPACHO

Tendo em vista a concordância das partes (IDs 688126453 e 734718514) quanto aos cálculos apresentados pela Contadoria Judicial (ID 676823515), **expeçam-se** as respectivas **requisições de pagamento**.

Após, **intimem-se** as partes da expedição, no prazo de 05 (cinco) dias.

Sem impugnação, **encaminhem-se ao TRF**/1ª Região.

Brasília/DF, datado e assinado eletronicamente.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Distrito Federal

2ª Vara Federal Cível da SJDF

INTIMAÇÃO VIA SISTEMA PJe

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

Destinatários:
URBANO NAUE
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
ANA MARIA ORTIZ MACHADO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
UNIÃO FEDERAL
NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
GILBERTO HILGERT FONSECA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
SANTO MARCUZZO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
NILO MANOEL MATTIA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
ARLINDO JOAO SCHIO
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)
LOURDES SCHIRMER
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - (OAB: DF06603)

FINALIDADE: Intimar o(as) partes acerca do(a) ato ordinatório / despacho / decisão / sentença proferido(a) nos autos do processo em epígrafe. Prazo: 5 dias.

OBSERVAÇÃO 1: DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS (art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/06: A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse

prazo).

<u>OBSERVAÇÃO 2</u>: Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada a intimação a que ela se refere no campo "Marque os expedientes que pretende responder com esta petição", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados e Procuradores em http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/processual/processo-judicial-eletronico/pje/tutoriais.

BRASÍLIA, 29 de junho de 2022.

(assinado digitalmente)

2ª Vara Federal Cível da SJDF

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
NÚCLEO GESTOR - EXECUÇÕES (PRU1R/CORESE/NUG-EXEC)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DO(A) 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF

NÚMERO: 0002306-88.2002.4.01.3400
PARTE(S): UNIÃO
PARTES(S): ARLINDO JOAO SCHIO E OUTROS

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o que segue.

Manifestar ciência do acórdão/sentença/decisão retro.

Brasília, 06 de julho de 2022.

DENNY MENDES SANTIAGO
ADVOGADO DA UNIÃO

Cientes

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra por seu advogado que esta subscreve, vêm, mui respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, requerer a expedição das respectivas requisições de pagamento conforme determinado no Despacho de ID 993606648, e a juntada dos contratos de prestação de serviços advocatícios para o decote dos honorários contratuais no percentual de 12% (doze por cento) conforme autorizado nos mesmos.

Termos em que,

Pedem deferimento.

Brasília (DF), 01 de setembro de 2022.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

OAB/DF. 6603

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Fica contratado entre o (s) cliente (s)
Ana Maria Ortiz Machado
(nome) (nacionalidade)

Casado Func. Púb. Federal 401 134 2898
(estado civil) (profissão) (Nº Carteiro Identidade)

CTPS 16608 | 15920 Nova Ministério do Trabalho
Nº Carteira de Trabalho Orgão empregador

Data de Admissão: 29/3/1985

E o advogado : Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob Nº 6603, com escritório sito no SDS, Ed. Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402, CEP.70393-900, Brasília - DF.

Cláusula Primeira: o advogado compromete-se a tomar as providências que julgar cabíveis para defesa dos direitos do cliente, promovendo ação judicial, nos termos da procuração outorgada na mesma data.
Cláusula Segunda: o contratante pagará o equivalente a 12% (doze por cento), sobre o valor obtido ou recebido para o (a) contratante, a título de honorário advocatícios.
Cláusula Terceira: na hipótese de acordo em juízo, ou extra judicial, ou ainda de recebimento por via administrativa, a remuneração do advogado será a pactuada na cláusula anterior.
Cláusula Quarta: caberá ao cliente o pagamento das despesas decorrentes deste contrato, tais como taxas e custas que venham a surgir no decorrer da demanda.
Assim contratados assinam o presente, dispensando as testemunhas por vontade das partes.

Brasília-DF, 25 de março de 1997.

Ana Ortiz Machado
(assinatura do cliente)

(assinatura do advogado)

Cartório Da Silveira - 2º Tabelionato de Notas
Trav. Francisco Leonardo Troda, 76 - Fone: (051) 221-8449 - Fax: (051) 221-6018
José Carlos da Silveira - Tabelião
: - CEP 70710-902 - Tel.: (061) 226-0875 - Fax: (061) 321-6338
Reconheço a AUTENTICIDADE da firma de: ANA MARIA ORTIZ MACHADO, indicada com a seta de uso deste Tabelionato.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Porto Alegre, 25 de março de 1997
Escrev.: Marco Antônio Dutra Baum ( ) Luis Paulo Weschenfelder
Selo Firma: 1.10 - Hora: 10:46:27 50044-14023-03

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Fica contratado entre o (s) cliente (s)
LOURDES SCHIRMER Brasileira
(nome) (nacionalidade)

solteira Fiscal do Trab. Aposentada 7005660118
(estado civil) (profissão) (Nº Carteiro Identidade)

— Ministério do Trabalho
Nº Carteira de Trabalho Orgão empregador

Data de Admissão: 06/10/1977

E o advogado : Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob Nº 6603, com escritório sito no SDS, Ed. Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402, CEP.70393-900, Brasília - DF.

Cláusula Primeira: o advogado compromete-se a tomar as providências que julgar cabíveis para defesa dos direitos do cliente, promovendo ação judicial, nos termos da procuração outorgada na mesma data.
Cláusula Segunda: o contratante pagará o equivalente a 12% (doze por cento), sobre o valor obtido ou recebido para o (a) contratante, a título de honorário advocatícios.
Cláusula Terceira: na hipótese de acordo em juízo, ou extra judicial, ou ainda de recebimento por via administrativa, a remuneração do advogado será a pactuada na cláusula anterior.
Cláusula Quarta: caberá ao cliente o pagamento das despesas decorrentes deste contrato, tais como taxas e custas que venham a surgir no decorrer da demanda.
Assim contratados assinam o presente, dispensando as testemunhas por vontade das partes.

Brasília-DF, 20 de agosto de 1996.

(assinatura do cliente) (assinatura do advogado)

SCN - Quadra "1" - Bloco "C" Nº 85 - Sobreloja 10 - Brasília Trade Center - Brasília-DF - CEP 70710-902 - Tel.: (061) 226-0875 - Fax: (061) 321-6338

Assinado eletronicamente por: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - 02/09/2022 10:53:31
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22090114432694100001289275941
Número do documento: 22090114432694100001289275941

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Fica contratado entre o (s) cliente (s)

NILO MANOEL MATTIA — brasileiro

(nome) — (nacionalidade)

Casado — Aposentado(Fiscal Trabalho) CI 7004032285

(estado civil) — (profissão) — (Nº Carteira Identidade)

Nº Carteira de Trabalho — Orgão empregador

Data de Admissão: 16/09/77

E o advogado : Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob Nº 6603, com escritório sito no SDS, Ed. Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402, CEP.70393-900, Brasília - DF.

Cláusula Primeira: o advogado compromete-se a tomar as providências que julgar cabíveis para defesa dos direitos do cliente, promovendo ação judicial, nos termos da procuração outorgada na mesma data.
Cláusula Segunda: o contratante pagará o equivalente a 12% (doze por cento), sobre o valor obtido ou recebido para o (a) contratante, a título de honorário advocatícios.
Cláusula Terceira: na hipótese de acordo em juízo, ou extra judicial, ou ainda de recebimento por via administrativa, a remuneração do advogado será a pactuada na cláusula anterior.
Cláusula Quarta: caberá ao cliente o pagamento das despesas decorrentes deste contrato, tais como taxas e custas que venham a surgir no decorrer da demanda.
Assim contratados assinam o presente, dispensando as testemunhas por vontade das partes.

Brasília-DF, 18 de março de 199 7

Nilo M. Mattia
(assinatura do cliente)

(assinatura do advogado)

SCN - Quadra "1" - Bloco "C" Nº 85 - Sobreloja 10 - Brasília Trade Center - Brasília-DF - CEP 70710-902 - Tel.: (061) 226-0875 - Fax: (061) 321-6338

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
2ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico que o processo foi redistribuído ao Núcleo de Justiça 4.0 – Apoio Oipoque-AP, nos termos da Portaria Consolidada Presi 420/2022 e Provimento Coger 16324889.

(assinado digitalmente)

2ª Vara Federal Cível da SJDF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Subseção Judiciária de Oiapoque-AP
Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Oiapoque-AP

PROCESSO Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

ATO ORDINATÓRIO

Considerando o recebimento dos autos no Núcleo de Justiça 4.0 – Apoio Oiapoque/AP, com fundamento na Portaria Consolidada Presi 420/2022 e Provimento Coger 16324889, de ordem da MM. Juíza Federal Coordenadora deste Núcleo, Maria Carolina Valente do Carmo, **PROMOVO a intimação das partes para que tomem ciência da referida redistribuição e para que se manifestem sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, de modo a cooperar, nos termos do art. 6º do CPC[1], com a análise da expressiva quantidade de feitos recebidos, que se encontram em diferentes fases de tramitação.**

> **Observação:** Ressalto que cabe ao próprio advogado manter cadastro para atuação e, principalmente, promover sua própria habilitação em cada processo que pretenda atuar, mediante ferramenta própria.
>
> Neste sentido, caso a habilitação do advogado não esteja devidamente registrada no PJe em relação a todas as partes que representa, deverá solicitar habilitação em relação a cada parte, por meio do menu "Processo/Outras ações/Solicitar habilitação", após login no sistema com certificado digital.
>
> Para mais informações, consultar o manual do PJe no endereço: https://www.pje.jus.br/wiki/index.php/Manual_do_Advogado#Como_habilitar_autos

Oiapoque/AP, 8 de novembro de 2022.

Gabriel Wilney Pinheiro Souza Aragão

Diretor de Secretaria

[1] Art. 6º, do CPC/2015: "Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva."

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Central de Mandados da SJAP

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

INTIMAÇÃO DAS PARTES

Ato ordinatório de ID 1387775590

Partes intimadas do ato proferido:

ARLINDO JOAO SCHIO:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

LOURDES SCHIRMER:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

SANTO MARCUZZO:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

NILO MANOEL MATTIA:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

GILBERTO HILGERT FONSECA:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

ANA MARIA ORTIZ MACHADO:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

URBANO NAUE:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

UNIÃO FEDERAL:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

Ato ordinatório ficará disponível para visualização pelo(s) destinatário(s) acima somente após o registro da ciência (tácita ou expressa) - Lei 11.419/2006.
Para os demais usuários (não indicados acima), o documento ficará disponível após o registro de ciência por todos os destinatários indicados.

, 9 de novembro de 2022.

Central de Mandados da SJAP

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
CRN - NÚCLEO GESTOR (PRU1R/CRN/NUG)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DO(A) NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE

NÚMERO: 0002306-88.2002.4.01.3400
PARTE(S): UNIÃO
PARTES(S): ARLINDO JOAO SCHIO E OUTROS

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o que segue.

A União manifesta ciência do despacho/ato ordinatório que informa acerca da redistribuição do feito para o Núcleo de Justiça 4.0 – Apoio Oiapoque/AP, com fundamento na Portaria Consolidada Presi 420/2022 e Provimento Coger 16324889.

No mais, a União requer o regular prosseguimento do feito, com as devidas intimações deste Ente Federal para que exerça seu direito ao contraditório e à ampla defesa em relação a todos os atos judiciais vindouros.

Pede deferimento.

Brasília, 10 de novembro de 2022.

ENEDINA COSTA CARDOSO
Advogada da União
Procuradoria-Regional da União da 1ª Região
PRU1R/CRN

DOUTO JUÍZO,

URBANO NAUE E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, manifestar ciência da redistribuição do feito para o Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque/AP, requerendo o regular prosseguimento do feito.

Termos em que,

pedem deferimento.

BSB/DF 28 de novembro de 2022.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

OAB/DF 6603

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: GILBERTO HILGERT FONSECA e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

DESPACHO

Após juntada de cálculo pela SECAJ (id. 676823515) nos termos do despacho id. 572729852, manifestaram-se as partes pela **concordância** (ids. 688126453 e 734718514) da planilha elaborada pela contadoria judicial.

Despacho id. 993606648 determinando a expedição de requisição de pagamento. Antes do cumprimento, houve a redistribuição a este Núcleo de Justiça.

Dessa forma, considerando a **suspensão temporária** do cadastro de novas requisições de pagamento de **precatórios** pelo Sistema de Requisição de Pagamento Ágil – SIREA, adotado por este Núcleo de Justiça 4.0 nos termos do art. 7º do PROVIMENTO COGER 16324889, autorizo, excepcionalmente, a realização da diligência através do **sistema processual ORACLE**.

Ante o exposto, determino:

a) a expedição de precatório em nome dos exequentes **ANA MARIA ORTIZ MACHADO** (CPF: CPF: 197.762.680-72), **LOURDES SCHIRMER** (CPF: 089.596.760-04) e **NILO MANOEL MATTIA** (CPF: 030.866.070-68), bem como em relação aos **honorários sucumbenciais** (10%) devidos ao advogado **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (CPF: 038.807.291-15)**, conforme cálculo apresentado pela SECAJ no id. 676823515.

b) nas expedições de requisição de pagamento, efetue-se o destaque de **honorários contratuais** em favor de **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (CPF: 038.807.291-15)**, com base no percentual indicado (12%) nos contratos juntados em id. 1300292259.

c) após, tendo em vista a exiguidade do prazo para inclusão dos precatórios no orçamento do ano seguinte, não havendo, portanto, tempo hábil para intimação das

partes sem que a realização desta providência acarrete prejuízo aos beneficiários, **proceda-se à imediata migração dos precatórios acima para o TRF1, fazendo constar bloqueio sobre os créditos**.

d) com a migração dos requisitórios, intimem-se as partes para manifestação, em 15 (quinze) dias. Não havendo objeções aos ofícios requisitórios, aguarde-se o pagamento.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

Servirá este ato como mandado de intimação/ciência, dispensando a expedição por expediente próprio. Considerando que o mesmo escritório de advocacia representa todos os credores que atuam em litisconsórcio ativo na demanda, **determino** que o ato de comunicação seja feito na pessoa de apenas um credor, a fim de evitar prejuízo no cumprimento dos prazos relativos à múltiplos expedientes.

Oiapoque, data da assinatura eletrônica.

MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Juíza titular da Subseção Judiciária de Oiapoque

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Núcleo de Justiça 4.0 Apoio Oiapoque

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

INTIMAÇÃO DAS PARTES

Despacho de ID 1520450352

Partes intimadas do ato proferido:

ANA MARIA ORTIZ MACHADO:
Meio: Sistema
Prazo: 15 dias

Despacho ficará disponível para visualização pelo(s) destinatário(s) acima somente após o registro da ciência (tácita ou expressa) - Lei 11.419/2006.
Para os demais usuários (não indicados acima), o documento ficará disponível após o registro de ciência por todos os destinatários indicados.

, 9 de março de 2023.

Núcleo de Justiça 4.0 Apoio Oiapoque

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Núcleos de Justiça 4.0

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque

PROCESSO Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço juntada da(s) requisição(ões) de pagamento cadastrada(s) (n. 228/2023, 229/2023, 230/2023 e 231/2023), em cumprimento à/ao decisão/despacho Id. 1520450352.

Certifico que os precatórios foram expedidos com **incidente de bloqueio** e no **Sistema** processual **Oracle**, em cumprimento ao disposto nos art.6º e 7º da Portaria 1/2023 SSJOPQ[1], que Institui o esforço concentrado para a expedição de precatórios no Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque.

À conferência e migração dos precatórios.

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque, 19 de março de 2023.

GABRIEL WILNEY PINHEIRO SOUZA ARAGÃO

Diretor de Secretaria

1: ***Portaria 1/2023 SSJOPQ:***

"Art. 6º Enquanto perdurar a suspensão do sistema SIREA, todos os precatórios do Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque deverão ser expedidos no sistema processual Oracle, sendo desnecessária nova conclusão dos processos que já possuam ordem de expedição pelo novo sistema."

Art. 7º Até o dia 2/4/2023 todos os precatórios do Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque deverão ser cadastrados com incidentes de bloqueio, sendo encaminhados diretamente para conferência e envio, invertendo a ordem para que as partes se manifestem após a autorização da migração."

*2: **PORTARIA PRESI 193/2021:***

"Art. 3º Os ofícios requisitórios serão expedidos somente quando verificadas as situações de regularidade do CPF ou de atividade do CNPJ, exceto quando houver decisão judicial específica autorizando a expedição com situação cadastral contrária, caso em que os valores serão requisitados com incidente de bloqueio à disposição do juízo requisitante, ao qual competirá, antes de autorizar o levantamento, verificar a regularidade do titular, nos termos das disposições do art. 37-A, §§ 1º e 2º, da Resolução CJF 458/2017."

Nº 2023.1.722.000228

Status : 5 - Requisição Cadastrado Concluído

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/03/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0
NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Precatório

Do(a): JUIZ(ÍZA) MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO DA NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 10655-56.1997.4.01.3400 e na Ação de Execução nº 2306-88.2002.4.01.3400**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

IDENTIFICAÇÃO

Requerente / Credor : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTRO(A)

Advogado / OAB: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF06603 **CPF:** 038.807.291-15

Requerido / Devedor: UNIAO FEDERAL

INFORMAÇÕES DA REQUISIÇÃO

Espécie: Originário

Natureza do Crédito: 11. Alimentar - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)

Naureza da Obrigação (Assunto): (01.11.03.04) - ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

Incidentes: Com Alvará

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 717.566,79
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 121
Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$
Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997

Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento: 24/08/2000

Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da impugnação se houver : **********

Data do Decurso de Prazo ou Concordância com o Valor Requisitado: 16/09/2021

Oiapoque, 19 de março de 2023.

Dr(ª). MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 2023.1.722.000228

Status : 5 - Requisição Cadastrado Concluído

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/03/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0
NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Precatório

BENEFICIÁRIO(S)

BENEFICIÁRIO PRINCIPAL

NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO	EXPRESSA RENÚNCIA	DATA BASE
ANA MARIA ORTIZ MACHADO	197.762.680-72	REGULAR	NÃO	01/02/17

PRINCIPAL (R$)	JUROS/SELIC (R$)	JUROS COMPENSATÓRIO (R$)	ENCARGO LEGAL (R$)
293.183,83	338.274,95	**********	**********

PERCENTUAL DE JUROS MORA: 0,5% ou 70% da Selic

PREFERÊNCIA LEGAL: Idosos a partir de 60 anos

Condição do Servidor: INATIVO
Orgão de Lotação: 1561-MINISTERIO DA FAZENDA
Valor PSS: R$ 78932.35

VALOR TOTAL (R$): 631.458,78

HONORÁRIOS CONTRATUAIS

NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO	EXPRESSA RENÚNCIA	DATA BASE
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	REGULAR	NÃO	01/02/17

PRINCIPAL (R$)	JUROS/SELIC (R$)	JUROS COMPENSATÓRIO (R$)	ENCARGO LEGAL (R$)
39.979,61	46.128,40	**********	**********

PERCENTUAL DE JUROS MORA: 0,5% ou 70% da Selic

PREFERÊNCIA LEGAL: Idosos a partir de 60 anos

JUSTIFICATIVA: CONFORME ORDEM JUDICIAL/CONTRATO DE HINORÁRIOS

VALOR TOTAL (R$): 86.108,01

VALOR TOTAL REQUISITADO (R$): *717.566,79*

Oiapoque, 19 de março de 2023.

Dr(ª). MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 2023.1.722.000229

Status : 5 - Requisição Cadastrado Concluído

19/03/2023 21:52:13

Tipo de Requisição : Geral

PJRVA1529

Data de Cadastro da Req: 19/03/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0
NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Precatório

Do(a): JUIZ(ÍZA) MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO DA NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 10655-56.1997.4.01.3400 e na Ação de Execução nº 2306-88.2002.4.01.3400**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

IDENTIFICAÇÃO

Requerente / Credor : LOURDES SCHIRMER E OUTRO(A)

Advogado / OAB: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF06603 **CPF:** 038.807.291-15

Requerido / Devedor: UNIAO FEDERAL

INFORMAÇÕES DA REQUISIÇÃO

Espécie: Originário

Natureza do Crédito: 11. Alimentar - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)

Naureza da Obrigação (Assunto): (01.11.03.04) - ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

Incidentes: Com Alvará

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 483.474,37
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 117
Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$
Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997

Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento: 24/08/2000

Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da impugnação se houver : **********

Data do Decurso de Prazo ou Concordância com o Valor Requisitado: 16/09/2021

Oiapoque, 19 de março de 2023.

Dr(ª). MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 2023.1.722.000229

Status : 5 - Requisição Cadastrado Concluído

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/03/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0
NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Precatório

BENEFICIÁRIO(S)

BENEFICIÁRIO PRINCIPAL

NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO	EXPRESSA RENÚNCIA	DATA BASE
LOURDES SCHIRMER	089.596.760-04	REGULAR	NÃO	01/02/17

PRINCIPAL (R$)	JUROS/SELIC (R$)	JUROS COMPENSATÓRIO (R$)	ENCARGO LEGAL (R$)
198.126,41	227.331,03	**********	**********

PERCENTUAL DE JUROS MORA: 0,5% ou 70% da Selic

PREFERÊNCIA LEGAL: Idosos a partir de 60 anos

Condição do Servidor: INATIVO
Orgão de Lotação: 1561-MINISTERIO DA FAZENDA
Valor PSS: R$ 53182.18

VALOR TOTAL (R$): 425.457,44

HONORÁRIOS CONTRATUAIS

NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO	EXPRESSA RENÚNCIA	DATA BASE
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	REGULAR	NÃO	01/02/17

PRINCIPAL (R$)	JUROS/SELIC (R$)	JUROS COMPENSATÓRIO (R$)	ENCARGO LEGAL (R$)
27.017,24	30.999,69	**********	**********

PERCENTUAL DE JUROS MORA: 0,5% ou 70% da Selic

PREFERÊNCIA LEGAL: Idosos a partir de 60 anos

VALOR TOTAL (R$): 58.016,93

VALOR TOTAL REQUISITADO (R$): *483.474,37*

Oiapoque, 19 de março de 2023.

Dr(ª). MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 2023.1.722.000230

Status : 5 - Requisição Cadastrado Concluído

19/03/2023 21:53:55

Tipo de Requisição : Geral

PJRVA1529

Data de Cadastro da Req: 19/03/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0
NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Precatório

Do(a): JUIZ(ÍZA) MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO DA NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 10655-56.1997.4.01.3400 e na Ação de Execução nº 2306-88.2002.4.01.3400**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

IDENTIFICAÇÃO

Requerente / Credor : NILO MANOEL MATTIA E OUTRO(A)

Advogado / OAB: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF06603 **CPF:** 038.807.291-15

Requerido / Devedor: UNIAO FEDERAL

INFORMAÇÕES DA REQUISIÇÃO

Espécie: Originário

Natureza do Crédito: 11. Alimentar - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)

Naureza da Obrigação (Assunto): (01.11.03.04) - ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993 - REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, PROVENTOS OU PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - ADMINISTRATIVO

Incidentes: Com Alvará

Indicação da Apuração e Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA

Valor Total do Beneficiário: R$ 586.344,39
Quantidade de Parcelas dos Exercícios Anteriores: 121
Total de Valores de Exercícios Anteriores: R$
Dedução para a Base de Cálculo do IR (PRC e RPV):

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997

Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento: 24/08/2000

Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da impugnação se houver : **********

Data do Decurso de Prazo ou Concordância com o Valor Requisitado: 16/09/2021

Oiapoque, 19 de março de 2023.

Dr(ª). MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 2023.1.722.000230

Status : 5 - Requisição Cadastrado Concluído

Tipo de Requisição : Geral

Data de Cadastro da Req: 19/03/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0
NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Precatório

BENEFICIÁRIO(S)

BENEFICIÁRIO PRINCIPAL

NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO	EXPRESSA RENÚNCIA	DATA BASE
NILO MANOEL MATTIA	030.866.070-68	REGULAR	NÃO	01/02/17

PRINCIPAL (R$)	JUROS/SELIC (R$)	JUROS COMPENSATÓRIO (R$)	ENCARGO LEGAL (R$)
240.257,85	275.725,22	**********	**********

PERCENTUAL DE JUROS MORA: 0,5% ou 70% da Selic

PREFERÊNCIA LEGAL: Idosos a partir de 60 anos

Condição do Servidor: INATIVO
Orgão de Lotação: 1561-MINISTERIO DA FAZENDA
Valor PSS: R$ 64497.88

VALOR TOTAL (R$): 515.983,07

HONORÁRIOS CONTRATUAIS

NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO	EXPRESSA RENÚNCIA	DATA BASE
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	REGULAR	NÃO	01/02/17

PRINCIPAL (R$)	JUROS/SELIC (R$)	JUROS COMPENSATÓRIO (R$)	ENCARGO LEGAL (R$)
32.762,43	37.598,89	**********	**********

PERCENTUAL DE JUROS MORA: 0,5% ou 70% da Selic

PREFERÊNCIA LEGAL: Idosos a partir de 60 anos

VALOR TOTAL (R$): 70.361,32

VALOR TOTAL REQUISITADO (R$): ***586.344,39***

Oiapoque, 19 de março de 2023.

Dr(ª). MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 2023.1.722.000231

Status : 5 - Requisição Cadastrado Concluído

Tipo de Requisição : Hon. Sucumbenciais Advogados Constituidos

Data de Cadastro da Req: 19/03/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0
NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Precatório

Do(a): JUIZ(ÍZA) MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO DA NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE

AO: DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, proferida na **Ação Originária nº 10655-56.1997.4.01.3400 e na Ação de Execução nº 2306-88.2002.4.01.3400**, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.

IDENTIFICAÇÃO

Requerente / Credor : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

Advogado / OAB: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA DF06603 **CPF:** 038.807.291-15

Requerido / Devedor: UNIAO FEDERAL

INFORMAÇÕES DA REQUISIÇÃO

Espécie: Originário

Natureza do Crédito: 11. Alimentar - Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e indenizações por morte e invalidez fundadas na responsabilidade civil (§ 1° - A do art. 100 da CF)

Naureza da Obrigação (Assunto): (08.01.14.91) - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SUCUMBÊNCIA - PARTES E PROCURADORES - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

Incidentes: Com Alvará

DATAS DE REFERÊNCIA (dia / mês / ano)

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 17/04/1997

Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento: 24/08/2000

Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da impugnação se houver : **********

Data do Decurso de Prazo ou Concordância com o Valor Requisitado: 16/09/2021

Oiapoque, 19 de março de 2023.

Dr(ª). MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

Nº 2023.1.722.000231

Status : 5 - Requisição Cadastrado Concluído

Tipo de Requisição : Hon. Sucumbenciais
Advogados Constituidos
Data de Cadastro da Req: 19/03/2023

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0
NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - Especialização - Vara Comum

Requisição de Pagamento

Precatório

BENEFICIÁRIO(S)

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	SITUAÇÃO	EXPRESSA RENÚNCIA	DATA BASE
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	REGULAR	NÃO	01/02/17

PRINCIPAL (R$)	JUROS/SELIC (R$)	JUROS COMPENSATÓRIO (R$)	ENCARGO LEGAL (R$)
83.132,73	95.605,81	**********	**********

PERCENTUAL DE JUROS MORA: 0,5% ou 70% da Selic

PREFERÊNCIA LEGAL: Idosos a partir de 60 anos

VALOR TOTAL (R$): 178.738,54

VALOR TOTAL REQUISITADO (R$): ***178.738,54***

Oiapoque, 19 de março de 2023.

Dr(ª). MARIA CAROLINA VALENTE DO CARMO
Assinatura do(a) juiz(íza) requisitante

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Núcleos de Justiça 4.0

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque

INTIMAÇÃO – REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

FINALIDADE: Intimar as partes acerca da Requisição de Pagamento expedida. Prazo 05 dias.

ADVERTÊNCIA: Decorrido o prazo sem manifestação, a requisição será migrada ao TRF da 1ª Região para pagamento.

OBSERVAÇÃO 1: DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS (art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/06: A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo).

OBSERVAÇÃO 2: Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada a intimação a que ela se refere no campo "Marque os expedientes que pretende responder com esta petição", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados e Procuradores em http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/processual/processo-judicial-eletronico/pje/tutoriais.

, 19 de março de 2023.

USUÁRIO DO SISTEMA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Núcleos de Justiça 4.0

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque

INTIMAÇÃO – REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

FINALIDADE: Intimar as partes acerca da Requisição de Pagamento expedida. Prazo 05 dias.

ADVERTÊNCIA: Decorrido o prazo sem manifestação, a requisição será migrada ao TRF da 1ª Região para pagamento.

OBSERVAÇÃO 1: DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS (art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419/06: A consulta referida nos §§ 1o e 2o deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo).

OBSERVAÇÃO 2: Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada a intimação a que ela se refere no campo "Marque os expedientes que pretende responder com esta petição", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados e Procuradores em http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/processual/processo-judicial-eletronico/pje/tutoriais.

, 19 de março de 2023.

USUÁRIO DO SISTEMA

.

Petição anexa.

DOUTO JUÍZO DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 – APOIO OIAPOQUE

Processo n. 0002306-88.2002.4.01.3400

ARLINDO JOÃO SCHIO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, manifestarem ciência e de acordo com r. despacho de ID 1520450352, requerendo o prosseguimento do feito.

Termos em que,
Pedem deferimento.
BSB/DF 20 de março de 2023.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
NÚCLEO ESPECIALIZADO EM SERVIDORES CIVIS (PRU1R/CORESE/NUESP)
SETOR DE AUTARQUIAS SUL - QUADRA 3 - LOTE 5/6, ED. MULTI BRASIL CORPORATE - BRASÍLIA-DF - CEP 70.070-030

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DO(A) NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE

Processo nº. 0002306-88.2002.4.01.3400

PARTE(S): UNIÃO
PARTES(S): ARLINDO JOAO SCHIO E OUTROS

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinada, regularmente intimada Id 1536500355 , vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, considerada a alta demanda de tarefas para o departamento de cálculos/DCP/AGU, requerer seja concedida **DILAÇÃO DE PRAZO** de **5 dias úteis** para sua manifestação conclusiva a respeitos dos **PRCs** contidas na **Certidão Id 1536500349 .**

P. deferimento.

Brasília, 03 de abril de 2023.

ANA CRISTINA BORGES DOMINGUES
Advogada da União

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Núcleos de Justiça 4.0

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque

PROCESSO Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

ESFORÇO CONCENTRADO. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - OIAPOQUE - PORTARIA 1/2023 SSJOPQ

CERTIDÃO

Certifico que **todos os precatórios expedidos nos autos** durante o **Esforço Concentrado**, instituído pela **Portaria 1/2023 SSJOPQ**, **foram migrados até o dia 2/4/2023**, data limite para a autuação dos precatórios no Tribunal, a fim de que esses sejam previstos na Lei Orçamentária Anual e possam ser pagos a partir de 2024.

Encaminho os autos para as demais providências necessárias, conforme abaixo:

(X) aguardar o depósito das requisições;

( ) análise do pedido de retificação dos precatórios expedidos e deliberação sobre a retirada dos respectivos incidentes de bloqueio, se for o caso;

( ) cadastro de RPV no SIREA, conforme determinado;

( ) análise de pedido de desbloqueio/transferência de valor já depositado (id.).

( ) Outros

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque, 19 de abril de 2023.

JORGE FILIPE SOUZA BORGES

Servidor

1: ***Portaria 1/2023 SSJOPQ:***

"Art. 6º Enquanto perdurar a suspensão do sistema SIREA, todos os precatórios do Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque deverão ser expedidos no sistema processual Oracle, sendo desnecessária nova conclusão dos processos que já possuam ordem de expedição pelo novo sistema."

Art. 7º Até o dia 2/4/2023 todos os precatórios do Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque deverão ser cadastrados com incidentes de bloqueio, sendo encaminhados diretamente para conferência e envio, invertendo a ordem para que as partes se manifestem após a autorização da migração."

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 3ª REGIÃO
NÚCLEO ESPECIALIZADO (PRU3R/CORESE/NUESP)
R. BELA CINTRA, 657, 10º/11º/12º ANDAR, CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP - CEP 01415-003 - TELEFONE (11) 3506 2800/2900

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DO(A) NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE

NÚMERO: 0002306-88.2002.4.01.3400
PARTE(S): UNIÃO
PARTES(S): ARLINDO JOAO SCHIO E OUTROS

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

Ciente da r. Certidão abaixo transcrita:

CERTIDÃO

*Certifico que **todos os precatórios expedidos nos autos** durante o **Esforço Concentrado**, instituído pela **Portaria 1/2023 SSJOPQ**, **foram migrados até o dia 2/4/2023**, data limite para a autuação dos precatórios no Tribunal, a fim de que esses sejam previstos na Lei Orçamentária Anual e possam ser pagos a partir de 2024.*

Encaminho os autos para as demais providências necessárias, conforme abaixo:

(X) aguardar o depósito das requisições;

( ) análise do pedido de retificação dos precatórios expedidos e deliberação sobre a retirada dos respectivos incidentes de bloqueio, se for o caso;

( ) cadastro de RPV no SIREA, conforme determinado;

( ) análise de pedido de desbloqueio/transferência de valor já depositado (id.).

( ) Outros

Nada a opor, reiterando pedido anterior da União de concessão de mais 5 dias para a manifestação quanto a valores de Ofício requisitório a expedir.

São Paulo, 02 de maio de 2023.

ARINA LIVIA FIORAVANTE

Petição anexa.

DOUTO JUÍZO DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 – APOIO OIAPOQUE

Processo n. 0002306-88.2002.4.01.3400

ARLINDO JOÃO SCHIO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, manifestarem cientes da r. certidão de ID 1582719372, a qual informa a migração das guias de pagamento para o colendo TRF da Primeira Região.

Pelo exposto requerem o prosseguimento do feito até a efetivação dos pagamentos devidos.

Termos em que,
Pedem deferimento.
BSB/DF 22 de maio de 2023.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

Petição em PDF anexo.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DOS NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF

PROCESSO ORIGINÁRIO Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ sob o nº 44.395.637/0001-08, neste ato representado representado por seu gestor BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 e sua administradora administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40, por seus advogados infra-assinados, vem à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

I. DA CESSÃO DE CRÉDITO FIDUCIÁRIA DO PRECATÓRIO EXPEDIDO NOS AUTOS

Consoante se depreende do incluso "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de direito em garantia*", foi realizada cessão de crédito do(s) Precatório(s) e nos termos referenciados abaixo:

Cedente/Autor:	**DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA – OAB/DF nº 6.603**
Cessionário:	**CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – CNPJ nº 44.395.637/0001-08**
Precatório nº:	**0173432-43.2023.4.01.9198**
Ano de pagamento:	**2024**

Assim, o cessionário é o atual credor fiduciário do precatório acima mencionado, conforme disposto na Lei 10.931/2004, especialmente no artigo 55, deverá ser habilitado no processo em comento, e serve a presente petição para informar o negócio jurídico, homologá-lo perante este Juízo e habilitar a cessionária fiduciária como nova credora do Precatório, incluindo-a como Terceira Interessada no feito.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:33
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516093776100001636349134
Número do documento: 23060516093776100001636349134

Diante do negócio realizado, quando do pagamento do precatório supramencionado, é de rigor a liberação do crédito para a Cessionária e, ainda, em que pese a validade da referida cessão independer da anuência do devedor, este fica desde já notificado da presente cessão de crédito precatório, na pessoa de seu procurador constituído nos autos.

II. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E JURISPRUDENCIA

Esclarece a peticionária que, a Emenda Constitucional 62, incluiu o §13, no artigo 100 da CF/88[1], que trata acerca da cessão de créditos judiciais inscritos em precatório, não faz qualquer restrição sobre sua natureza, concluindo-se, assim, que é **permitida a cessão de créditos precatórios independentemente de sua natureza.**

No mesmo sentido, a RESOLUÇÃO Nº 482 CNJ de 19/12/2022, Título III, Capítulo II, artigo 42 determina que **"o beneficiário poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos a terceiros, independentemente da concordância da entidade devedora"** e **caberá ao Tribunal ou ao Juízo da execução providenciar o registro da cessão junto ao precatório**.

E ainda, o presente pedido encontra respaldo na legislação especifica, qual seja, a Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, dando-se a sua admissão nos moldes do artigo 55[2].

---

[1] *Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*
§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

[2] *Art. 55. A Seção XIV da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:*
" Seção XIV
Alienação Fiduciária em Garantia no Âmbito do Mercado Financeiro e de Capitais
Art. 66-B. O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.
...
§ 3º É admitida a alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, bem como de títulos de crédito, hipóteses em que, salvo disposição em contrário, a posse direta e indireta do bem objeto da propriedade fiduciária ou do título representativo do direito ou do crédito é atribuída ao credor, que, em caso de inadimplemento ou mora da obrigação garantida, poderá vender a terceiros o bem objeto da propriedade fiduciária independente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da realização da garantia, entregando ao devedor o saldo, se houver, acompanhado do demonstrativo da operação realizada.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:33
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516093776100001636349134
Número do documento: 23060516093776100001636349134

Assim, satisfeitos os requisitos legais e contratuais que autorizam o negócio jurídico, é de rigor o seu deferimento.

III. PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante do quanto acima exposto, pede e requer:

1. A juntada do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de direitos em Garantia" e dos documentos de representação processual;

2. Seja HOMOLOGADA a cessão de crédito, bem como sejam aplicados os efeitos do negócio com o direito da cessionária, sub-rogada nos direitos e obrigações do Exequente/Cedente, nos termos do artigo 349 do Código Civil, ser incluída como parte Terceira Interessada neste feito;

3. Por ser a cessão de crédito posterior à elaboração do ofício requisitório, requer seja expedido ofício à Presidência do Tribunal Regional Federal competente, a fim de comunicar a cessão fiduciária do precatório para que, quando do depósito, coloque os valores requisitados à disposição deste Juízo**;**

4. Requer por fim, a consequente HABILITAÇÃO DA NOVA CREDORA DO PRECATÓRIO nestes autos aplicando-se todos os efeitos de direito.

Ademais, requer sejam todas as publicações e notificações, referentes aos autos em epígrafe, sejam realizadas em nome da **Dra. Letícia Messias, OAB/SP nº 365.485, sob pena de nulidade, nos termos do §2º, art. 272, do CPC**.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 5 de junho de 2023.

LETÍCIA MESSIAS
OAB/SP Nº 365.48

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:33
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516093776100001636349134
Número do documento: 23060516093776100001636349134

singulare

PROCURAÇÃO

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, inscrito no CNPJ sob nº 44.395.637/0001-08, neste ato representado por sua administradora **SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40, estando legalmente representada nos termos de seu estatuto social, nomeia e constitui seus bastantes PROCURADORES, agindo em conjunto ou separadamente: **Dra. BRUNA DO FORTE MANARIN**, brasileira, advogada inscrita na OAB/SP nº 380.803, RG nº 47.908.807-X e CPF nº 411.695.668-63, **Dra. LETÍCIA MESSIAS**, brasileira, advogada inscrita na OAB/SP nº 365.485, RG nº 29.522.331-5 e CPF nº 395.900.758-27, com endereço profissional na Alameda dos Maracatins, nº 992, 3º andar, Indianopolis, São Paulo/SP, CEP: 04089-010, por este instrumento particular de mandato, constituo o(s) patrono(s) acima qualificado(s) e, concedendo(s)-lhe(s), poderes para o foro em geral com as cláusulas ***AD JUDICIA ET EXTRA***, podendo agir em qualquer juízo, instância ou Tribunal, inclusive proceder com a habilitação do FUNDO nos respectivos processos em que tenha adquirido total ou parcialmente o crédito, bem como perante às repartições públicas federais, estaduais e municipais, (ii) para dar e receber quitação e emitir ordens de transferências (TEDs e DOCs) exclusivamente para a conta corrente nº 0453635-3, agência nº 0001, perante o Banco nº 363 (Singulare CTVM S.A) de titularidade exclusiva do FUNDO, imprimir e solicitar extrato de conta judicial de precatório, e para prestar declarações, em nome do FUNDO, no sentido de não incidir imposto de renda retido na fonte no levantamento pretendido e (iii) todos os poderes necessários para o fiel cumprimento deste mandato, sendo vedado seu substabelecimento. A presente procuração terá validade por 1 (um) ano, a contar da data deste instrumento dando tudo por bom, firme e valioso, em conformidade com o artigo 105 do Código de Processo Civil (CPC).

34º C. Cesar

São Paulo, 21 de junho de 2022

34º C. Cesar

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349138
Número do documento: 23060516094890400001636349138

34/0
RUA FREI CANECA, 371 - CEP: 01307-001
Reconheco por semelhanca as firmas de: (1) CARLOS
GILCOS MOREIRA
Sao Paulo, 27 de junho de 2012.
Horacio Romao da Fonseca Junior
Escrevente Autorizado
Cartorio Notarial do Brasil
115303
PRIMA
VALOR ECONOMICO
C21028AA0450490
Cerqueira
34
Subdistrito
Sao Paulo

singulare

REGULAMENTO
DO
CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS

CNPJ n.º 44.395.637/0001-08

15 de fevereiro de 2023

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

REGULAMENTO DO
CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS

O **CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, disciplinado pela Resolução do CMN nº 2.907/01, pela Instrução CVM nº 356/01 e pela Instrução CVM nº 444/06, será regido pelo presente Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, conforme o disposto abaixo.

Os termos definidos e expressões adotadas com iniciais em letras maiúsculas no presente Regulamento terão o significado a eles atribuídos no Anexo I a este Regulamento, aplicável tanto no singular quanto no plural.

1. OBJETO E PÚBLICO-ALVO

1.1 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo descrita neste Regulamento.

1.2 O Fundo é destinado a investidores profissionais, assim qualificados nos termos da legislação vigente, observado o quanto disposto nas Cláusulas 14.2.3. e 14.3.3. abaixo.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas conforme datas de resgate definidas nos respectivos Suplemementos ou em virtude de liquidação do Fundo em conformidade com o disposto neste Regulamento.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O funcionamento do Fundo terá início na primeira Data de Subscrição Inicial do Fundo. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o disposto neste Regulamento.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

4. ADMINISTRADORA

4.1 O Fundo é administrado por **SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 1.498, de 28 de agosto de 1990, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355 – 5º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 62.285.390/0001-40.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

5.1 A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer os direitos inerentes aos ativos de titularidade do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações de terceiros contratados para prestação de serviços ao Fundo.

5.2 São obrigações da Administradora, sem prejuízo de outras obrigações legais e regulamentares a que está sujeita:

(a) observar as obrigações e as vedações estabelecidas nos artigos 34 a 36 daInstrução CVM nº 356/01;

(b) registrar, às expensas do Fundo, o documento de constituição do Fundo, o presente Regulamento, seus anexos e aditamentos em cartório de registro de títulos e documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(c) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;

(d) providenciar junto à Agência de Classificação de Risco trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas, quando aplicável;

(e) informar imediatamente aos Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, nos termos do presente Regulamento, quando aplicável;

(f) monitorar, por si ou por terceiros, o cumprimento das funções atribuídas às Gestoras e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Gestão e demais prestadores de serviços, respectivamente;

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(g) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, sem prejuízo das obrigações do Custodiante previstas no item 7.3.1 deste Regulamento e dos Agentes de Cobrança previstas no item 7.4 e na regulamentação aplicável, desde que previamente comunicado à Gestoras;

(h) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação ou ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios Cedidos ou aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas;

(i) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção: (1) às procurações outorgadas aos Agentes de Cobrança; e (2) às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e

(j) possuir regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitam verificar o cumprimento pela instituição responsável da obrigação de validar os Direitos Creditórios em relação às eventuais condições de cessão que venhas a ser estabelecidas no presente Regulamento, conforme o caso.

5.3 É vedado à Administradora, inclusive em nome do Fundo, além do disposto nos artigos 35 e 36 da Instrução CVM nº 356/01, conforme aplicável, e no presente Regulamento:

(a) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e

(b) emitir Cotas em desacordo com este Regulamento.

6. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

6.1 A Administradora pode renunciar à administração do Fundo, mediante aviso publicado no Periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, desde que convoque,

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

no mesmo ato, Assembleia Geral, a se realizar em no máximo 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre (a) a sua substituição; ou (b) a liquidação do Fundo.

6.1.1 Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até o término do processo de liquidação.

6.2 No caso de decretação de Regime de Administração Especial Temporária (RAET), intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, também deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua decretação, para: (a) nomeação de representante dos Cotistas; e (b) deliberação acerca da: (1) substituição da Administradora; ou (2) liquidação do Fundo.

6.3 Na hipótese de deliberação da Assembleia Geral pela substituição da Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções até que seja efetivamente substituída, o que deverá ocorrer em no máximo 60 (sessenta) dias, sob pena de liquidação do Fundo.

6.4 A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (a) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir os deveres e obrigações da Administradora; bem como (b) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

6.5 Nas hipóteses de substituição da Administradora ou de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

7. CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS, GESTORAS, CUSTODIANTE, E AGENTES DE COBRANÇA

7.1 A Administradora pode contratar, às expensas do Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade e de seu diretor ou administrador designado, serviços de:

(a) Consultorias especializadas, que objetivem dar suporte e subsidiar as Gestoras em suas atividades de análise e seleção dos Direitos Creditórios para aquisição pelo

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

Fundo, bem como que verifiquem a observância das Condições de Cessão de acordo com o estabelecido neste Regulamento;

(b) gestão da carteira do Fundo;

(c) custódia; e

(d) cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que venham a ser inadimplidos pelos respectivos Devedores.

7.2 A gestão da carteira do Fundo compete à **BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA**, com sede nacidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Cláudio Soares, nº 72 – 14ºandar, cj. 1410, inscrita no CNPJ sob o nº 44.696.473/0001-40, doravante designada "Buriti", sendo que a co-gestão, com relação aos itens especificamente indicados neste Regulamento, caberá à **JIVE ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA**., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.966.641/0001.47, com sede na cidade de SãoPaulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 19º andar, Ala Leste,do Edifício Mário Garnero, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, doravante designada "Jive" e, em conjunto com a Buriti, as "Gestoras".

7.2.1 Sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação em vigor, pelo presente Regulamento e pelo Contrato de Gestão, a Buriti, na qualidade de Gestora, é responsável pelas seguintes atividades:

(a) coordenar com as Consultorias Especializadas a análise e seleção dos Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros para aquisição pelo Fundo em estrita observância à política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo, observado os termos e condições estabelecidos no Contrato deConsultoria;

(b) validar, previamente, a cada cessão, os Direitos Creditórios em relação às Condições de Cessão;

(c) controlar o enquadramento fiscal do Fundo, de modo que se classificado como fundo de investimento de longo prazo;

(d) monitorar a Razão de Garantia;

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(e) monitorar, no momento da subscrição das Cotas, a classificação do investidor, para fins do disposto nos itens 14.2.3 e 14.3.3;

(f) monitorar, no momento da subscrição das Cotas, o enquadramento ao percentual de aquisição das Cotas Subordinadas, para fins do disposto nos itens 14.3.3.1;

(g) realizar a gestão profissional dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo cujo valor individual seja igual ou inferior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

(h) calcular e monitorar a inadimplência da carteira de Direitos Creditórios Cedidos.

7.2.2 Sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação em vigor, pelo presente Regulamento, a Jive, na qualidade de Gestora, é responsável pelas seguintes atividades:

(a) verificar se o preço parâmetro de aquisição de Direitos Creditórios, conforme definido no Contrato de Consultoria, está sendo cumprido;

(b) realizar a gestão profissional dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo cujo valor individual seja superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

7.2.3 É vedado às Gestoras, inclusive em nome do Fundo, além do disposto nos artigos 35 e 36 da Instrução CVM n° 356/01, conforme aplicável e no presente Regulamento:

(a) Criar qualquer ônus ou gravame, de qualquer tipo ou natureza, sobre os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;

(b) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas; e

(c) terceirizar a atividade de gestão da carteira do Fundo.

7.2.4 Nos termos deste Regulamento, a gestão será compartilhada entre Buriti e Jive, sendo que certos atos de gestão serão realizados exclusivamente pela Buriti, conforme expressamente constantes deste Regulamento, e a responsabilidade por tais atos incumbirão apenas à Buriti, e certos atos de gestão serão realizados exclusivamente pela Jive, conforme expressamente constantes deste Regulamento, e a responsabilidade por tais atos incumbirão apenas à Jive. Para as hipóteses em que haja competências concorrentes, eventuais conflitos serão

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

dirimidos pela Administradora, a qual deverá acatar a deliberação dos Cotistas em Assembleia Geral.

7.2.5 As disposições relativas à substituição e à renúncia da Administradora descritas no item 6 deste Regulamento aplicam-se, no que couber, à substituição de ambas as Gestoras.

7.3 As atividades de custódia, escrituração e controladoria do Fundo serão exercidas pela **SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355 – 5º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 62.285.390/0001-40.

7.3.1 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na legislação aplicável, neste Regulamento, o Custodiante, por si ou por terceiros, é responsável pelas seguintes atividades:

(a) validar, no momento de cada cessão, os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;

(b) receber e verificar, no momento de cada cessão, os Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios, conforme aplicável;

(c) durante o funcionamento do Fundo, em periodicidade trimestral, verificar os Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos;

(d) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados nos respectivos Documentos Comprobatórios, conforme aplicável;

(e) fazer a custódia e a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Cedidos e da documentação referente aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;

(f) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso ao auditor independente, à Agência de Classificação de Risco e aos órgãos reguladores; e

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(g) cobrar e receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgates ou qualquer outra renda relativa aos Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em:

a) conta de titularidade do Fundo; ou

b) conta especial instituída pelas partes junto a instituições financeiras, sob contrato, destinada a acolher depósitos a serem feitos pelo devedor e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pelo Custodiante (*escrow account*).

7.3.2 Tendo em vista que os Direitos Creditórios serão lastreados em Precatórios, o Custodiante realizará a verificação do lastro no momento de cada cessão.

7.3.3 Eventuais inconsistências identificadas pelo Custodiante e/ou pelaBuriti, na qualidade de Gestora nos processos de validação de Critério de Elegibilidade ou de verificação de lastro dos Direitos Creditórios serão informadaspelo Custodiante à Administradora, às Gestoras e ao Consultor Especializado, paraque estas tomem as providências necessárias.

7.3.4 O Custodiante realizará a guarda física de todos os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Cedidos, mantendo-os em arquivos próprios do Custodiante ou em depositário por ele contratado.

7.3.5 Eventual depositário contratado pelo Custodiante para a guarda dos Documentos Comprobatórios não poderá ser as Cedentes e/ou as Consultoras Especializadas, ou, ainda, as Gestoras, sendo certo que, em qualquer caso, o Custodiante manterá em seus sistemas arquivos eletrônicos com os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios, nos termos do §7º do art. 38 da Instrução CVM nº 356/01.

7.3.6 As disposições relativas à substituição e à renúncia da Administradora descritas no item 6 deste Regulamento aplicam-se, no que couber, à substituição do Custodiante, observando-se o previsto neste Regulamento.

7.4 A **MATRI INVESTIMENTOS LTDA**., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Maracatins, nº 992, Bloco A, Conjuntos 33 e 34, CEP 04089-900, inscrita no CNPJ sob nº 11.648.657/0001-86 e a **AMGM INVESTIMENTOS LTDA**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Maracarins, nº 992, 3º andar, Indianopolis, CEP 04089-010, inscrita no CNPJ sob nº 30.656.957/0001-51, foram contratadas para,

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

na qualidade de Consultorias Especializadas e Agentes de Cobrança, prestar ao Fundo os serviços que objetivem dar suporte e subsidiar a Buriti, na qualidade de Gestora em suas atividades de análise e seleção de Direitos Creditórios para integrarem a carteira doFundo, bem como cobrança extraordinária dos Direitos Creditórios Cedidos que venhama ser inadimplidos pelos respectivos Devedores.

7.4.1 Nas suas atividades e condutas, as Consultorias Especializadas e os Agentes de Cobrança deverão observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável, especialmente àquelas relativas à anticorrupção e à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro, tais como a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015, a Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998 e a Instrução CVM 617 de 5 de dezembro de 2019.

7.4.2 Os Agentes de Cobrança, visando a tutela dos interesses do Fundo, deverão adotar todo e qualquer mecanismo ou procedimento de cobrança, sendo as despesas com esses incorridas pelo Fundo.

7.4.3 Sem prejuízo de outras responsabilidades estabelecidas neste Regulamento e no Contrato de Consultoria, as Consultorias Especializadas são responsáveis por:

(a) analisar e selecionar os Direitos Creditórios, recomendando a aquisição pelo Fundo para as Gestoras;

(b) validar as Condições de Cessão e, sem prejuízo da análise do Custodiante, os Critérios de Elegibilidade previamente à cada cessão de Direitos Creditórios;

(c) enviar os Documentos Comprobatórios ao Custodiante ou terceiro por ele indicado com relação a aqueles Direitos Creditórios que cumpram com todas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade;

(d) enviar toda a documentação necessária para que o Assessor Legal possa emitir um parecer a respeito de cada um dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, atestando o atendimento às Condições da Cessão e aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos na Cláusula 11.2 abaixo, exceto em relação ao subitem (i) de referida Cláusula.

8. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA BURITI NA QUALIDADE DE GESTORA, DA CUSTODIANTE, DAS CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS E DOS AGENTES DE COBRANÇA.

8.1 O Fundo pagará pela prestação dos serviços de administração, de gestão

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

exercida pela Buriti e custódia o equivalente a 0,20% a.a. (vinte centésimos por centoao ano) incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo com o mínimo mensal de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), corrigidos anualmente pela variação positiva do IGPM ("Taxa de Administração").

8.1.1 A Taxa de Administração será paga mensalmente, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, sendo calculada e provisionada todo Dia Útil.

8.2 A Taxa de Administração não inclui as despesas previstas no item 18 do presente Regulamento, a serem debitadas do Fundo pela Administradora.

8.3 A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

8.4 Pela prestação de serviços como Consultorias Especializadas e como Agentes de Cobrança, o Fundo pagará às Consultorias Especializadas e aos Agentes de Cobrança, cumulativamente, o montante correspondente a 3,5% (três e meio por cento) sobre o valor de face dos Direitos Creditórios Cedidos em cada mês, conforme as respectivas memórias de cálculo e notas fiscais emitidas pelas Consultorias Especializadas e/ou pelos Agentes de Cobrança discriminando os Direitos Creditórios objeto da Consultoria Especializada, devidamente atualizado pelos índices legais até a Data de Aquisição, o qual deverá ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da respectiva aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, conforme disposto no Contrato de Consultoria e no Contrato de Cobrança.

8.5 Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas senão aquelas expressamente listadas neste Regulamento, tais como, mas sem se limitar, taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída.

8.6 A distribuição das Cotas será realizada pela Administradora e/ou a empresa habilitada contratada para prestar os serviços de distribuição de cotas.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

9.1 O Fundo tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação de parcela preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios, sendo que a parcela dos recursos do Fundo que não esteja alocada em Direitos Creditórios deverá observar necessariamente o item 9.5 abaixo.

9.1.1 Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo (a) Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, cumulativamente; e (b) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados aos referidos Direitos Creditórios.

9.2 Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo com a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo abaixo estabelecida.

9.2.1 O Fundo somente poderá adquirir os Direitos Creditórios após a validaçãodas Condições de Cessão pelas Consultorias Especializadas e pela Buriti na qualidade de Gestora, nos termos previstos neste Regulamento, bem como após a verificação do atendimento de todos os Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante e, sem prejuízo, pelas Consultorias Especializadas.

9.3 O Fundo deverá, após 90 (noventa) dias contados da primeira Data de Subscrição Inicial do Fundo, observar a Alocação Mínima de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

9.4 O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios e Ativos Financeiros de um mesmo Devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, com concentração maior do que 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido, excetuando-se o disposto no artigo 40-A, da Instrução CVM 356/01 em virtude do art. 8º da Instrução CVM 444/06.

9.4.1 Sem prejuízo do item 9.4 acima, o Fundo deverá observar os limites de concentração definidos no item 11.2, subitem (k), deste Regulamento.

9.4.2 O enquadramento do Fundo aos limites previstos nos itens 9.4 e 9.4.1 acima deverá ser observado a partir de 180 (cento e oitenta) dias a contar da primeira Data de Subscrição Inicial do Fundo.

9.5 O remanescente do Patrimônio Líquido, que não for aplicado em Direitos Creditórios, poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou investido pelo Fundo nos

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

seguintes Ativos Financeiros:

(a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;

(b) títulos de emissão do BACEN;

(c) cotas de fundos de investimento que invistam exclusivamente (i) nos Ativos Financeiros mencionados nas alíneas (a) e (b) acima e/ou (ii) em operações compromissadas com lastro nos Ativos Financeiros mencionados nas alíneas (a) e (b) acima, os quais poderão ser administrados e/ou geridos pela Administradora, Gestoras, Custodiante ou quaisquer de suas partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

9.6 É vedado ao Fundo realizar operações (a) de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro; (b) de venda de opção de compra a descoberto e alavancada, a qualquer título; (c) de renda variável ou cambial; (d) com *warrants*, e (e) operações com derivativos, exceto para o objetivo disposto no item 9.6.1 abaixo.

9.6.1 O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde quecom o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

9.7 Não há limite de concentração para os investimentos realizados nos Ativos Financeiros mencionados no item 9.5(a), 9.5(b) e 9.5(c) acima.

9.8 É vedado ao Fundo realizar operações nas quais a Administradora, as Gestoras, o Custodiante, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, exceto se com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

9.8.1 Sem prejuízo do disposto no item 9.8 acima, é vedado à Administradora, às Gestoras, ao Custodiante e às suas partes relacionadas ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

9.9 Os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos (a) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, (b) em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, (c) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

autorizados pelo BACEN ou (d) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM.

9.10 Não obstante a diligência da Administradora e da Buriti, na qualidadede Gestora, em colocar em prática a política de investimento, composição e diversificaçãoda carteira do Fundo prevista no presente Regulamento, os investimentos do Fundo estão,por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, ainda que a Administradora e/ou as Gestoras mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundoe para os Cotistas. É recomendada ao investidor a leitura atenta dos fatores de risco a que o investimento nas Cotas está exposto, conforme indicados no item 13 deste Regulamento.

9.10.1 As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, das Gestoras ou do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

9.10.2 A Administradora, as Gestoras, o Custodiante, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, pela solvência dos Devedores ou pela existência, autenticidade, correta formalização e liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos, observadas as obrigações e responsabilidades da Administradora, das Gestoras, do Custodiante nos termos deste Regulamento.

9.11 As limitações da política de investimento, diversificação e composição da carteira do Fundo prevista neste item 9 serão observadas diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

10. DIREITOS CREDITÓRIOS

10.1 O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios oriundos de **(i)** ações judiciais contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direta ou indireta, de origemexclusivamente federal, inclusive autarquias e fundações, que, em razão de sentença transitada em julgado, estejam representados em precatórios federais alimentares já expedidos, com valor de face unitário de até R$2.000.000,000 (dois milhões de reais) a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual referente aos exercícios fiscais de 2023 e 2024 ("Precatório(s)"), bem como **(ii)** de natureza alimentar, em face de entes públicos federais com valor incontroverso já definido na época do investimento pelo Fundo; **(iii)** Requisições de Pequeno Valor (RPV) em face de entes públicos federais e; (**iv**) cédulas de crédito bancário, que tenham Precatórios como garantia por meio de

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

Cessão Fiduciária sendo certo que em quaisquer casos que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão previstos neste Regulamento, por meio de Contrato de Cessão ou por meio da B3, conforme o caso. Adicionalmente, no que diz respeito aos Ativos Federais mencionados nos itens "(ii)" e "(iii)" acima deverá ser observado o previsto na Cláusula 11.1, alínea "d", deste Regulamento.

10.1.1 A Buriti na qualidade de Gestora tem ampla liberdade para selecionar,para o Fundo, os Direitos Creditórios, observada sempre a necessidade de prévia recomendação pela Consultora Especializada, e a observância às demaisdisposições deste Regulamento. Determinadas características dos Direitos Creditórios, tais como prazo de vencimento e valor nominal, não são determinantesno processo de seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, e, portanto, não constam no rol de Critérios de Elegibilidade deste Regulamento a serem observados pela Administradora, na qualidade de custodiante.

10.2 A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo incluirá todas as suas garantias, privilégios, prerrogativas e demais acessórios.

10.3 A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será formalizada mediante (a) celebração, pelo respectivo Cedente e pelo Fundo, do Contrato de Cessão e do respectivo Termo de Cessão, e (b) cumprimento de outras formalidades eventualmente previstas no referido Contrato de Cessão e/ou no Contrato de Consultoria.

10.4 As cessões de Direitos Creditórios ao Fundo serão realizadas em caráter irrevogável e irretratável e incluirão todas as suas garantias e demais acessórios.

10.5 Os Documentos Comprobatórios compreendem todos os documentos necessários para protesto, cobrança ou execução judicial dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos da regulamentação aplicável.

10.6 Os processos de originação dos Direitos Creditórios Cedidos encontram-se descritos no item 12 abaixo.

10.7 A Buriti na qualidade de Gestora e as Consultorias Especializadas realizarão a análise e seleção dos Direitos Creditórios, nos termos deste Regulamento, do Contrato de Gestão e do Contrato de Consultoria.

Em razão da política de investimentos do Fundo consistir na aquisição, detempos em tempos, de Direitos Creditórios decorrentes de Precatórios distintos, e que cada Direito Creditório poderá ter processos de origem e políticas de concessão de créditos distintas, o que poderá ocasionar diferentes procedimentos de cobrança, opresente Regulamento não

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

contém uma descrição dos processos de originação e da políticas de concessão e cobrança de crédito, nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM 356/01.

11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

11.1 Serão considerados Direitos Creditórios elegíveis e passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

(a) a aquisição dos Direitos Creditórios deve ter sido aprovada pela Buriti, na qualidade de Gestora, sendo tal aprovação informada ao Custodiante por meio eletrônico;

(b) os Precatórios deverão ter valor de face unitário de até R$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(c) as cédulas de crédito bancário deverão ter juros remuneratórios mínimos de SELIC over acrescido de 2,0% (dois por cento) ao ano, base 252 dias, além de ter Precatórios como garantia por meio de cessão fiduciária;

(d) os Critérios de Elegibilidade para aquisição, pelo Fundo, dos Direitos Creditórios (1) de natureza alimentar, em face de entes públicos federais com valor incontroverso já definido na época do investimento pelo Fundo, e (2) oriundos de Requisições de Pequeno Valor (RPV) em face de entes públicos federais; conforme indicados, respectivamente, nos itens “(c)” e “(d)” da definição de “Direitos Creditórios”; deverão ser aprovados em Assembleia Geral de Cotistas Sênior, de tempos em tempos.

11.1.1 Observados os termos e as condições deste Regulamento, a verificação pelo Custodiante e/ou pelas Consultorias Especializadas do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será realizada até a data de aquisição do respectivo Direito Creditório e, a partir deste momento, a cessão seráconsiderada como definitiva, irrevogável e irretratável em relação ao respectivo Cedente sem prejuízo dos direitos do Fundo no âmbito do Contrato de Consultoriae do Contrato de Cobrança.

11.1.2 Observados os termos e as condições do presente Regulamento, a verificação pelo Custodiante do atendimento aos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva.

11.2 Adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, os Direitos Creditórios que poderão ser adquiridos pelo Fundo, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, deverão atender, cumulativamente, às seguintes Condições de Cessão:

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(a) o Custodiante deve ter recebido das Consultorias Especializadas, por meio eletrônico, até a data da respectiva aquisição, as principais informações relativas aos Direitos Creditórios e às Cedentes (conforme layout previamente aprovado entre o Custodiante, a Buriti na qualidade de Gestora e as Consultorias Especializadas), nos termos deste Regulamento, conforme aplicável;

(b) o Custodiante deve ter recebido os Documentos Comprobatórios aplicáveis para cada Direito Creditório;

(c) os Precatórios adquiridos diretamente pelo Fundo ou que sejam objeto de garantia de Direitos Creditórios devem, previamente à aquisição pelo Fundo, ter sido expedidos e incluídos para pagamento durante os anos de 2023 e 2024, conforme a respectiva Lei Orçamentária Anual;

(d) os Direitos Creditórios devem ser de legítima e exclusiva titularidade de cada Cedente, devendo ser verificada eventual comunicação de cessão prévia dos Direitos Creditórios no processo por meio da análise de cópia integral, a qual será realizada pelas Consultorias Especializadas e pelos Assessores Legais;

(e) os Direitos Creditórios devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;

(f) a decisão que homologou os cálculos e a decisão que determinou a expedição do respectivo ofício requisitório relacionado ao respectivo Direito Creditório já devem ter transitado em julgado para todos os fins de direito;

(g) inexistência de ação rescisória em curso relacionada aos Direitos Creditórios na Data de Aquisição e Pagamento;

(h) recebimento do parecer favorável do Assessor Legal a respeito de cada um dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, em que deverá ser atestado o atendimento às matérias tratadas neste item 11.2, exceto em relação ao subitem (i) abaixo, em atendimento ao disposto nesse Regulamento;

(i) recebimento das seguintes certidões emitidas em nome das Cedentes ou em nome dos Devedores nos seus respectivos domicílios: (1) certidões de débitos fiscais incluídos ou não em dívidaativa no âmbito Federal, (2) verificação pelo nome e pelo CPF e/ou CNPJ da Cedente e do Devedor nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Trabalhista, bem como, se disponível eletronicamente, a emissão das respectivas certidões, (3) certidão de débitos trabalhistas do Tribunal Superior do

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

Trabalho e (4) se disponível, relatório do Serasa;

(j) na hipótese de restar impossibilitada a emissão de qualquer das certidões mencionadas no subitem (g) acima, poderão ser adquiridos Direitos Creditórios nas seguintes hipóteses (as quais, para todos os fins, serão também entendidas como Condições da Cessão):

(1) caso seja recebida a documentação que identifique os débitos existentes relacionados à Cedente, incluindo execuções fiscais, juntamente com as evidências de renegociação e/ou com os comprovantes de quitação dos respectivos débitos, quitação esta que poderá ser realizada diretamente pelo Fundo com o correspondente desconto no preço estabelecido para a aquisição dos Direitos Creditórios;

(2) nos casos em que (α) não haja ação de cobrança, ação monitória, ação de execução cível e/ou cumprimento de sentença cível em desfavor da Cedente ou do Devedor ou (β) ainda que sejam encontrados tais tipos de ações e independentemente de quitação e/ou renegociação, (β.1) se o valor em conjunto dos processos for igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) dovalor de face dos Direitos Creditórios da Cedente ou do Devedor, salvo no caso de dívidasfiscais federais, previdenciárias federais e trabalhistas, que dependem de quitação e/ou renegociação para que os Direitos Creditórios sejam adquiridos, e (β.2) se os valores estimados como necessários para a quitação e/ou renegociação das dívidas sejam descontados do preço estabelecido para a aquisição dos Direitos Creditórios, sendo o valor do desconto pago à Cedente ou ao Devedor somente após o levantamento dos DireitosCreditórios pelo Fundo; e

(3) nos casos em que existam débitos não judicializados em desfavor da Cedente ou do Devedor, independentemente de quitação e/ou renegociação, (α) se o valorem conjunto dos débitos for igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do valor de face dos Direitos Creditórios da Cedente ou do Devedor, salvo no caso de dívidas fiscais federais, previdenciárias federais e trabalhistas que dependem de quitação e/ou renegociação para que os Direitos Creditóriossejam adquiridos, e (β) se os valores estimados como necessários para a quitação e/ou renegociação dos débitos sejam descontados do preço estabelecido para a aquisição dos Direitos Creditórios, sendo o valor do desconto pago à Cedente ou ao Devedor somente após o levantamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo;

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(k) exceto quando houver aprovação específica por Direito Creditório através de AssembleiaGeral, deverão ser observados os seguintes limites de concentração de forma cumulativa: (1) desde já, um único Direito Creditório não deverá ter valor de face superiora R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e (2) a partir de 180 (cento e oitenta) dias,a contar da Data de Subscrição Inicial do Fundo, um único Direito Creditório não deverárepresentar percentual superior a 5% (cinco por cento) da totalidade do PatrimônioLíquido do Fundo; e

(l) verificação da existência de honorários contratuais devidos pela respectiva Cedente ou pelo Devedor aos respectivos patronos e, na falta de qualquer contrato ou prova, considerar os honorários contratuais no valor equivalente a 30% (trinta por cento) dos Direitos Creditórios.

11.2.1 O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretender adquirir às Condições de Cessão será verificado e validado pelas Consultorias Especializadas e pela Buriti na qualidade de Gestora.

11.2.2 Observados os termos e as condições do presente Regulamento, a verificação pelas Consultorias Especializadas e pela Buriti na qualidade de Gestora ao atendimento às Condições de Cessão será considerada como definitiva.

11.3 Desde que os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão tenham sido devidamente atendidos na Data de Aquisição e Pagamento dos Direitos Creditórios, o desenquadramento de qualquer Direito Creditório aos Critérios de Elegibilidade e/ou Condições de Cessão, por qualquer motivo, após a sua cessão ao Fundo, não obrigará a sua alienação pelo Fundo, nem dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra as Cedentes, a Administradora, as Gestoras, Consultorias Especializadas, Assessor Legal, o Custodiante, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

12. ORIGINAÇÃO

12.1 A originação e a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo observarão os procedimentos descritos a seguir, exceto para cédulas de crédito bancário:

(1) as Cedentes encaminham às Consultorias Especializadas e à Buriti na qualidade de Gestora, as informações a respeito dos Direitos Creditórios que pretendem ceder;

(2) as Consultorias Especializadas realizam toda análise e validade dos Direitos Creditórios, inclusive por meio da análise da cópia integral do processo;

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(3) em seguida, as Consultorias Especializadas devem encaminhar ao Assessor Legal os documentos necessários, inclusive cópia integral do processo, para que o Assessor Legal elabore um parecer a respeito de cada um dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, no qual deverá ser atestado o atendimento às matérias tratadas no item 11.2 acima, exceto em relação ao seu subitem (i);

(4) caso seja verificado pelas Consultorias Especializadas que os Direitos Creditórios se enquadram nas Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade, as Consultorias Especializadas poderão recomendar a sua aquisição às Gestoras;

(5) observando o enquadramento à politica de investimento, inclusive o objetivo de superar a Meta de Preço, e desde que o enquadramento às Condições de Cessão tenha sido previamente confirmado pelas Consultorias Especializadas, a Buriti, na qualidade de Gestora, analisae aprova a aquisição dos Direitos Creditórios;

(6) o Custodiante recebe a Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios e verifica o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade;

(7) cumpridas e aprovadas as etapas acima, é assinado o Contrato de Cessão e o seu respectivo Termo de Cessão pelo Fundo, devidamente representado pela Administradora, e a Cedente, bem como a Cedente outorga instrumento público de procuração em favor do Fundo;

(8) no ato da assinatura do Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e de outorga da procuração, o Custodiante liquida o pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios à conta bancária indicada pelas Consultorias Especializadas, na forma prevista pelo Contrato de Consultoria.

12.1.2 A originação e a cessão das cédulas de crédito bancário ao Fundo observarão os termos e condições estabelecidos no Contrato de Consultoria e os procedimentos descritos a seguir:

(1) as Cedentes encaminham às Consultorias Especializadas e à Buriti na qualidade de Gestora, as informações a respeito dos Direitos Creditórios que pretendem ceder;

(2) as Consultorias Especializadas realizam toda análise e validade dos Direitos Creditórios e dos Precatórios a serem cedidos fiduciariamente em garantia;

(3) caso seja verificado pelas Consultorias Especializadas que os Direitos Creditórios se enquadram nas Condições de Cessão e os Critérios de

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

Elegibilidade, as Consultorias Especializadas poderão recomendar a sua aquisição;

(4) observando o enquadramento à politica de investimento, e desde que o enquadramento às Condições de Cessão tenha sido previamente confirmado pelas Consultorias Especializadas, a Buriti, na qualidade de Gestora, analisa e aprova a aquisição dos Direitos Creditórios;

(5) o Custodiante recebe a Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios e verifica o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade;

(6) cumpridas e aprovadas as etapas acima, é assinado o Contrato de Cessão e o seu respectivo Termo de Cessão pelo Fundo, devidamente representado pela Administradora, e a Cedente;

(7) no ato da assinatura do Contrato de Cessão e do Termo de Cessão, o Custodiante liquida o pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios à conta bancária indicada pelas Consultorias Especializadas, na forma prevista pelo Contrato de Consultoria

12.1.3 A Administradora deverá acompanhar toda oferta de cessão dos Direitos Creditórios.

12.2 Os valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos serão recebidos diretamente na conta de titularidade do Fundo que pode ser uma Conta do Fundo, admitido a possibilidade do recebimento em conta escrow, nos termos do Regulamento.

12.2.1 O Contrato de Cessão e/ou o respectivo Termo de Cessão deverá prever que, caso a Cedente venha a receber, por qualquer motivo, recursos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, a Cedente ficará obrigada a transferir referidosmontantes para a Conta do Fundo em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de seurecebimento.

13. FATORES DE RISCO

13.1 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio estão sujeitos a riscos diversos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir as Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

13.2 Riscos de Mercado

13.2.1 *Efeitos da Política Econômica do Governo Federal* – O Fundo, seus ativos, as Cedentes e os Devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, também na economia do país. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem, entre outros, controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior. O negócio, a condição financeira e os resultados das Cedentes, o setor econômico específico em que atuam, os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, bem como a originação e o pagamento dos Direitos Creditórios poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por
(a) flutuações das taxas de câmbio; (b) alterações na inflação; (c) alterações nas taxas de juros; (d) alterações na política fiscal; e (e) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados das Cedentes, bem como a liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos pelos respectivos Devedores.

Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações de mercado especiais ou, ainda, eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante os mercados de capitais e/ou financeiros, brasileiros e/ou internacionais, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em oscilações inesperadas no valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e/ou em perda de rendimentos das Cotas. Tais oscilações também poderão ocorrer como consequência de eventos relacionados aos emissores dos Ativos Financeiros e em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos independentemente da ocorrência de mudanças no contexto macroeconômico. Ademais, determinados ativos componentes da Carteira do Fundo, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação por parte das bolsas de valores, de mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

Essas restrições podem ser relativas ao volume das operações, à participação no volume de negócios e às oscilações máximas de preços, entre outras. Dessa forma, as oscilações e restrições acima referidas podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade das Cotas.

13.2.2 *Flutuação de Preços dos Ativos* – Os preços e a rentabilidade dos ativos integrantes da carteira do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de referidos ativos. As variações de preços dos ativos do Fundo poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dosparticipantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas nos contextos econômico e/ou político nacional e internacional. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade desses ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão ou da contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, consequentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

13.2.3 *Descasamento de Taxas de Juros* - Ocorrendo mudanças nas condições de mercado, tanto no Brasil como no exterior, poderá eventualmente ocorrer descasamento entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de juros estabelecidas nas operações de compra de créditos pelo Fundo, ocasionando perda de rentabilidade durante o período de maturação dos créditos. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente.

13.2.4 *Riscos Externos* - O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*), mudança nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária.

13.3 <u>Risco de Crédito</u>

13.3.1 *Risco de Crédito dos Devedores* – Se, em razão de condições econômicas ou de mercado adversas, os Devedores não puderem honrar com seus compromissos perante o Fundo, poderá ser necessária a adoção de medidas judiciais para recuperação dos Direitos Creditórios Cedidos. Não há garantia de que referidos procedimentos judiciais serão bem-sucedidos, podendo haver perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

13.3.2 *Ausência de Garantias de Rentabilidade* – As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, das Gestoras, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. O Fundo, a Administradora, as Gestoras e o Custodiante não prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade decorrente da aplicação nas Cotas. Todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

13.3.3 *Risco de Concentração em Ativos Financeiros* – É permitido ao Fundo manter até 50% (cinquenta por cento) de sua carteira aplicada em Ativos Financeiros. Neste caso, se os devedores ou coobrigados dos Ativos Financeiros não honrarem com seus compromissos, o Fundo poderá sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

13.3.4 *Risco de Concentração nas Cedentes* - A totalidade dos Direitos Creditórios será cedida pelas Cedentes. Desse modo, o risco na aplicação do Fundo terá íntima relação com as operações realizadas pelas Cedentes, sendo que, quanto maior for a concentração de referidas operações, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas. Sem prejuízo do exposto, o Fundo deverá observar os limites de concentração estabelecidos neste Regulamento.

13.3.5 *Fatores Macroeconômicos* – Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores poderá ser afetada por fatores macroeconômicos, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação e baixos índices de crescimento econômico. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, afetando negativamente os resultados do Fundo e provocando perdas patrimoniais aos Cotistas.

13.3.6 *Cobrança Extrajudicial e Judicial* – No caso de os Devedores não cumprirem suas obrigações de pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, será continuada a cobrança judicial dos valores devidos nos respectivos processos judiciais. Nada garante, contudo, que referida cobrança atingirá os resultados almejados em reaver os valores dos Precatórios durante os exercícios de 2023 ou 2024, recuperando para o Fundo o total dos Direitos Creditórios Cedidos que venham a

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

ser inadimplidos pelos respectivos Devedores, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas.

Ainda, os custos incorridos com os procedimentos extrajudiciais ou judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo e, consequentemente, dos Cotistas. A Administradora, as Gestoras, o Custodiante não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou do não prosseguimento), pelo Fundo ou pelos Cotistas, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas.

13.4 Risco de Liquidez

13.4.1 *Falta de Liquidez dos Ativos Financeiros*. A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor e/ou devedor), o que poderia, eventualmente, afetar os pagamentos de amortizações e resgate das Cotas.

13.4.2 *Liquidação Antecipada*. As Cotas poderão ser resgatadas de acordo com o estabelecido neste Regulamento. Adicionalmente, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, conforme indicados no item 22 do presente Regulamento. Assim, há a possibilidade de os Cotistas terem suas Cotas resgatadas antecipadamente, eventualmente por valores inferiores aos esperados.

13.4.3 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo* – Caso venha a ser liquidado, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em razão de, por exemplo, o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ainda não ser exigível dos Devedores. Nessa hipótese, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado (a) ao vencimento dos Direitos Creditórios Cedidos e ao pagamento pelos Devedores; (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, com risco de deságio que poderia comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (c) amortização ao resgate das Cotas em Direitos Creditórios Cedidos e em Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo. Em qualquer das três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

13.4.4 *Risco de Liquidação das Cotas do Fundo com a dação em pagamento de Direitos Creditórios* - Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação do Fundo,

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

as Cotas poderão ser pagas mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, conforme autorizado pela Assembleia Geral que deliberar pela liquidação doFundo. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos respectivos Devedores.

13.4.5 *Patrimônio Líquido Negativo* – Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas parao Fundo e para os Cotistas. Além disso, as estratégias de investimento adotadas peloFundo poderão fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, casoem que os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos,de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações..

13.5 Risco de Descontinuidade

13.5.1 *Liquidação do Fundo* – O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, nos termos do presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação do Fundo, poderá não haver recursos suficientes para pagamento aos Cotistas (por exemplo, em razão de o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ainda não ser sido realizado pelos respectivos Devedores). Neste caso, (a) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios Cedidos e em Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; ou (b) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (1) ao pagamento pelos Devedores das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Cedidos; ou (2) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

13.5.2 *Risco de Redução da Originação dos Direitos Creditórios* - A existência do Fundo está condicionada (a) à sua capacidade de encontrar Direitos Creditórios que sejam elegíveis, nos termos do Regulamento, em volume e taxa suficientes para possibilitar a remuneração das Cotas; e (b) à continuidade das operações das Cedentes e à sua capacidade de originar e ceder Direitos Creditórios elegíveis ao Fundo nos termos do Regulamento.

13.5.3 *Risco de Fungibilidade* - Nos termos dos Contratos de Cessão, caso venham a receber, por qualquer motivo, recursos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, as Cedentes obrigam-se a transferir referidos montantes para a Conta do Fundo em até 1 (um) Dias Úteis a contar da data de seu recebimento. Não há garantia de que as Cedentes irão repassar tais recursos para a Conta do Fundo na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas,

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos. A Administradora e o Custodiante não respondem por perdas decorrentes de conduta diversa das Cedentes em violação às disposições dos Contratos de Cessão.

13.6 Risco Decorrente da Precificação dos Ativos

13.6.1 *Precificação dos Ativos* – Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com os critérios e os procedimentos estabelecidos pela regulamentação em vigor. Referidos parâmetros, tais como o de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("*mark-to-market*"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, podendo resultar em redução do valor das Cotas.

13.7 Outros

13.7.1 *Bloqueio da Conta de Titularidade do Fundo* – A Conta do Fundo será mantida junto ao Custodiante, sendo a movimentação desta conta realizada por instrução do Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há a possibilidade de os recursos depositados, conforme o caso, na Conta do Fundo serem bloqueados e somente serem recuperados pelo Fundo por meio da adoção de medidas judiciais. A rentabilidade do Fundo poderia ser afetada negativamente em razão disso.

13.7.2 *Risco relacionado ao não registro dos Termos de Cessão em Cartório de Registro de Títulos e Documentos* – As vias originais de cada Termo de Cessão dos Direitos Creditórios Cedidos não serão registradas em cartório de registro de títulos e documentos na sede do Fundo e da Cedente. O registro de operações de cessão de crédito tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que caso a Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos Direitos Creditórios a terceiros, a operação previamente registrada prevaleça. Assim, considerando que este registro não será realizado, poderá representar risco ao Fundo em relação a Direitos Creditórios Cedidos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pela Cedente a mais de um cessionário. A Administradora, as Gestoras e o Custodiante não se responsabilizam pelos prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos pela falta de registro dos termos de cessão em cartório de registro de títulos e documentos dasede do Fundo e da Cedente.

13.7.3 *Interrupção dos Serviços pelos Prestadores Contratados pelo Fundo*. Eventual interrupção da prestação de serviços pelos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, inclusive no caso de sua substituição, por qualquer motivo,

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

poderá afetar o regular funcionamento do Fundo. Isso poderá levar a prejuízos ao Fundo ou, até mesmo, à sua liquidação antecipada.

13.7.4 *Vícios Questionáveis* – A cessão de Direitos Creditórios, bem como os Documentos Comprobatórios, poderão apresentar vícios questionáveis juridicamente ou, ainda, irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderá ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo aos Direitos Creditórios Cedidos pelos Devedores, havendo a possibilidade de ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderá sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

13.7.5 *Outros Riscos* - O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos Creditórios Cedidos e aos Ativos Financeiros, alteração na política monetária, inclusive, mas não limitada a, criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos Creditórios Cedidos e da cessão desses, e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Cotistas.

13.7.6 *Inexistência de Garantia de Rentabilidade* – Os Direitos Creditórios componentes da carteira do Fundo poderão ser contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas, quando houver, terão determinado indicador de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade das Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios Cedidos, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade dos Cotistas poderá ser inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

13.7.7 *Titularidade dos Direitos Creditórios* - O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos Creditórios, e suas Cotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao Cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo. Em caso de liquidação do Fundo, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no presente Regulamento, e, neste caso, a

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

propriedade dos Direitos Creditórios será transferida do Fundo para os Cotistas. Não caberá ao Cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

13.7.8 *Risco de resgate das Cotas em Direitos Creditórios* – Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação do Fundo, há previsão neste Regulamento de que as Cotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos Creditórios, e poderão sofrer prejuízos patrimoniais, bem como as expectativas de resgate das Cotas, conforme o previsto no respectivo Suplemento, poderão não ser cumpridas, havendo o atraso no resgate de tais Cotas.

13.7.9 *Risco Relacionado à Discussão Jurídica de ações judiciais* – No caso de Direitos Creditórios que estejam sendo discutidos judicialmente, a realização de Direitos Creditórios Cedidos dependerá do êxito final nas respectivas ações judiciais, do adimplemento do Devedor e do efetivo recebimento dos valores devidos, na forma da legislação aplicável. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que pagamentos sejam efetuados nos valores previstos. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos nos prazos e valores previstos poderá afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Cotistas. Além disso, existe a possibilidade de prolação de decisão judicial definitiva, contra a qual não caibam mais recursos, que afete a própria existência, no todo ou em parte, dos Direitos Creditórios Cedidos ainda sujeitos a discussão judicial. Em que pese existirem decisões anteriores favoráveis tratando de matéria idêntica, existe a possibilidade de mudança da jurisprudência consolidada.

13.7.10 *Risco da aquisição de Precatórios* - A aquisição de Direitos Creditórios oriundos de Precatórios pode não oferecer a rentabilidade desejada em face de decisões e medidas judiciais que podem atrasar, modificar ou suprimir o pagamento dos Precatórios.

13.7.11 *Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios adquiridos no orçamento Federal.* A Constituição Federal prevê que o pagamento de obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, depende de orçamento prévio, através de sua inclusão na Lei Orçamentária Anual da União, conforme o caso. Uma vez de posse dos dados referentes aos pagamentos de Precatórios a serem incluídos no orçamento da entidade devedora, todas as propostas de orçamento da esfera Federal, conforme o

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

caso, são consolidadas e encaminhadas, sob a forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo, no prazo máximo de até 04 (quatro) meses antes do encerramento do exercício financeiro. O projeto de lei orçamentário da União, conforme o caso, deve ser devolvido pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, para sanção, até o encerramento da sessão legislativa. Caso algum dos pagamentos dos Precatórios adquiridos pelo Fundo não seja incluído na Lei Orçamentária Anual do respectivo ano, poderá ocorrer um inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios, afetando negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelo cotista.

13.7.12 *Risco de não deferimento da inclusão do Fundo no polo ativo da ação judicial ou como beneficiário do Precatório* - O juízo competente para julgar a inclusão do Fundo na relação processual ou como beneficiário do Precatório pode indeferir tal requerimento, resultando em perdas ou atrasos no recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos. Note-se, ainda, que o Contrato de Cessão ou instrumento público definirá o procedimento a ser adotado caso o Fundo não seja incluído na ação judicial ou como beneficiário de Precatório, podendo até mesmo prever a rescisão do contrato caso se apresentem dificuldades ao recebimento do Direito Creditório pelo Fundo.

13.7.13 *Risco de alteração na forma de pagamento dos Precatórios do Fundo* - Assim como ocorreu com a promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos dos débitos judiciais pelo ser valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia de que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento dos Precatórios. Qualquer alteração das condições de pagamento dos Precatórios poderá afetar negativamente o desempenho do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

13.7.14 *Riscos Políticos, Legais e Administrativos* – Por força da natureza e das características diversas dos Direitos Creditórios Cedidos, é possível que mudanças políticas, legais ou administrativas, inclusive no que diz respeito aos regimentos internos do Poder Judiciário e aos ritos processuais adotados pelo Poder Judiciário, atrasem, prejudiquem ou mesmo obstem o recebimento, pelo Fundo, dos valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos.

13.7.15 *Emissão de Novas Cotas e Risco de Governança* – O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento e conforme aprovado em Assembleia Geral de Cotistas, emitir novas Cotas. Na hipótese de emissão de novas Cotas, cada Cotista poderia ter sua participação no Fundo diluída, o que poderia

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

afetar seus direitos políticos e modificar a relação de poderes para alteração dos termos e condições do Fundo. Tal modificação poderá afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais.

13.7.16 *Risco Relacionado à Propositura de Ações Rescisórias* - Mesmo após o trânsito em julgado de acórdão proferido na fase de conhecimento e de execução, o Devedor terá ainda a faculdade de ajuizar ação rescisória com o objetivo de obter decisão que declare nula e inválida sentença proferida em qualquer ação judicial que originou Direitos Creditórios Cedidos. Caso as ações rescisórias sejam definitivamente julgadas procedentes, poderão ser proferidas novas decisões acerca do mérito da disputa, o que poderá resultar no não reconhecimento da existência de qualquer Direito Creditório Cedido ou redução do seu montante, impactando a rentabilidade do Fundo e das Cotas.

13.7.17 *Risco Relacionado à Indefinição quanto ao Efetivo Valor dos Direitos Creditórios Cedidos* - Enquanto não houver evento de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos, estes serão avaliados de acordo com os procedimentos definidos pela Administradora, o qual poderá não representar, ao longo do tempo, o efetivo valor a ser realizado pelo Fundo, a exemplo da discussão sobre a cumulatividade dos juros remuneratórios com os juros moratórios, método de cálculo referente ao saldo do principal, correção monetária dos juros remuneratórios.

13.7.18 *Risco Relacionado à Indefinição quanto à Data de Recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos* - Mesmo após a prolação de decisão judicial final referente a uma ação judicial, com o seu trânsito em julgado, o processo de execução e o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos poderão levar longo tempo, considerando a morosidade do Poder Judiciário, a possível adoção de procedimentos protelatórios por parte do Devedor e a eventual dificuldade de satisfação dos créditos por conta do não pagamento espontâneo. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos, nos prazos e nos valores previstos, ou o seu pagamento parcial, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Cotistas, inclusive com perda total do valor investido caso o recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos não ocorra ou ocorra em valores inferiores aos valores estimados.

14. COTAS DO FUNDO

14.1 Características Gerais

14.1.1 As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

serão resgatadas em virtude do término dos respectivos prazos de duração estabelecidos no Suplemento/Termo de Emissão ou em virtude da liquidação do Fundo. As Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósito em nome dos respectivos Cotistas. A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura da conta de depósito em seu nome.

14.1.2 O Fundo terá duas classes de Cotas: Seniores e Subordinadas.

14.1.3 Todas as Cotas de uma mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

14.1.4 Os prazos e os valores para amortização e resgate de cada emissão de séries e/ou classes de Cotas, conforme aplicável, serão definidos nos respectivos Suplementos, elaborados conforme modelos previstos no anexo II do presente Regulamento, os quais, uma vez assinados pela Administradora, passam a ser parte integrante deste Regulamento.

14.1.5 Uma vez regulamentada pela CVM a matéria relativa à limitação de responsabilidade dos detentores de cotas de fundos de investimento, nos termos do artigo 1.368-D do Código Civil Brasileiro, o presente Regulamento deverá ser alterado, conforme procedimentos previstos neste Regulamento, para expressamente prever a limitação de reponsabilidade dos Cotistas a suas respectivas participações no patrimônio do Fundo.

14.1.6 As Cotas do Fundo não serão objeto de classificação de risco por uma agência de classificação de risco. Caso o presente Regulamento venha a ser modificado visando permitir a transferência ou negociação das Cotas no mercado secundário, será obrigatório o prévio registro de referida oferta perante a CVM, nos termos do art. 2º, §2º da Instrução CVM nº 400/03, com a conseqüente apresentação do relatório de classificação de risco aqui dispensado.

14.2 <u>Cotas Seniores</u>

14.2.1 As Cotas Seniores possuem prioridade em relação às Cotas Subordinadas para efeito de amortização e resgate, observado os termos deste Regulamento.

14.2.2 O valor unitário de emissão das Cotas Seniores será de R$ 1.000,00 (hum mil reais) e será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no item 15 deste Regulamento.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

14.2.3 Somente fundo de investimentos, para fins do art. 11, da Resolução CVM 30, cujas atividades de gestão sejam exercidas pela Jive, poderão subscrever e/ou adquirir as Cotas Seniores.

14.2.4 No momento da subscrição das Cotas Seniores, o investidor que as subscrever deverá assinar o boletim de subscrição, bem como, o termo de adesão, declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido e, se for o caso, da ausência de classificação de risco das Cotas subscritas.

14.2.5 As Cotas Seniores terão o direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Cota Sênior correponderá a 1 (hum) voto.

14.2.6 As Cotas Seniores buscarão atingir a Meta de Rentabilidade definida no respectivo Suplemento, a qual será incorporada ao valor de cada Cota Sênior a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo.

14.2.7 A Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores não representa promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos titulares de Cotas Seniores por parte do Fundo, da Administradora, das Gestoras, do Custodiante, das Consultorias Especializadas e/ou do Assessor Legal, de modo que os titulares de Cotas Seniores somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

14.2.8 A integralização das Cotas Seniores deverá ocorrer em 1 (um) Dia Útil após a subscrição das Cotas Seniores.

14.3 Cotas Subordinadas

14.3.1 As Cotas Subordinadas se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização e resgate, de modo que, em qualquer circunstância, somente poderão ser amortizadas e resgatadas após a amortização e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

14.3.2 O valor unitário de emissão das Cotas Subordinadas será de R$ 1.000,00 (hum mil reais) e será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate, observados os critérios definidos no item 15 deste Regulamento.

14.3.3 As Cotas Subordinadas poderão ser adquiridas exclusivamente por fundos

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

de investimentos, para fins do art. 11, da Resolução CVM 30, que sejam expressamente aprovados pela Jive na qualidade de Gestora.

14.3.4 No momento da subscrição das Cotas Subordinadas, os investidores que as subscreverem deverão assinar o boletim de subscrição, bem como, o termo de adesão, declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da classificação de risco das cotas subscritas.

14.3.5 As Cotas Subordinadas terão o direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Cota Subordinada correponderá a 1 (hum) voto.

14.3.6 Serão incorporadas ao valor de cada Cota Subordinada, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo, a rentabilidade que eventualmente exceder a Meta de Rentabilidade, de modo que os titulares de Cotas Subordinadas somente receberão rendimentos se a Meta de Rentabilidade for atingida e os resultados da carteira do Fundo assim permitirem, inexistindo qualquer promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos titulares de Cotas Subordinadas por parte do Fundo, da Administradora, das Gestoras, do Custodiante, das Consultorias Especializadas e/ou do Assessor Legal.

14.4 Razão de Garantia

14.4.1 O Fundo terá como razão de garantia o percentual mínimo de 100,05% (cem inteiros e cinco centésimos por cento) (a "Razão de Garantia"). Isso significa que, no mínimo, 0,05% (cinco centésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser representado por Cotas Subordinadas em circulação (o "Índice de Subordinação").

14.4.2 A Razão de Garantia deve ser apurada todo Dia Útil pela Administradora, devendo ser informadas aos Cotistas mensalmente.

14.4.3 Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia por 20 (vinte) Dias Úteis consecutivos, os Cotistas titulares das Cotas Subordinadas, conforme o caso, serão imediatamente, após findo o referido prazo, informados pela Administradora.

14.4.4 Os Cotistas titulares das Cotas Subordinadas deverão responder à Administradora, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 15º (décimo quinto) dia subsequente à data do recebimento da comunicação referida no

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

item 14.4.3 acima, informando por escrito se desejam integralizar ou não, conforme o caso, novas Cotas Subordinadas. Caso desejem integralizar novas Cotas Subordinadas, deverão se comprometer de modo irretratável e irrevogável, a subscrever Cotas Subordinadas em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento da Razão de Garantia, em até 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação referida no item 14.4.3 acima, integralizando-as em moeda corrente nacional e/ou mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios.

14.4.5 Caso os titulares das Cotas Subordinadas não realizem o aporte adicional de recursos em montante suficiente para que o Fundo seja reenquadrado na respectiva Razão de Garantia, a Administradora deverá adotar os procedimentos definidos no item 22 deste Regulamento.

14.5 Emissão, Subscrição e Integralização das Cotas

14.5.1 A emissão de cada classe e/ou série de Cotas, conforme aplicável, pelo Fundo deverá ser precedida do respectivo Suplemento/Termo de Emissão, nos termos dos modelos contidos nos Anexos II (Cotas Sêniores) e III (Cotas Subordinadas) deste Regulamento, e deverá ser aprovada em assembleia geral de cotistas nos termos do item 19.11 abaixo.

14.5.2 As Cotas serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelo valor atualizado da Cota da respectiva classe desde a Data de Subscrição Inicial até o dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

14.5.3 As Cotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, ou nas datas especificadas nos respectivos boletins de subscrição, sempre conforme definido e regulado no respectivo Suplemento/Termo de Emissão, pelo valor definido nos termos na Cláusula 14.5.2 acima, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível (TED), ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, exclusivamente na Conta do Fundo, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação.

14.5.4 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

14.5.5 O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo, por Cotista, será deR$ 1.000,00 (hum mil reais).

14.5.6 Observada as limitações estabelecidas em relação às Cotas Subordinadas,

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

é admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas Seniores.

14.5.7 Por ocasião da subscrição de Cotas, o Cotista deverá assinar boletim de subscrição e o respectivo termo de adesão ao presente Regulamento, declarando sua condição de Investidor Profissional. No ato de subscrição, o investidor deverá, ainda, indicar representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico. Caberá a cada Cotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

14.5.7.1 Sem prejuízo do disposto no item 14.5.7 acima, no ato de subscrição de Cotas, se for o caso, o investidor ou o grupo de investidores vinculados por interesse único e indissociável também deverá declarar, no respectivo termo de ciência de risco e adesão ao presente Regulamento, ter pleno conhecimento (a) dos riscos do investimento nas Cotas, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido; e (b) conforme aplicável, da ausência de classificação de risco das Cotas.

14.5.8 Caberá à Administradora e aos eventuais intermediários, conforme o caso, assegurar a condição de Investidor Profissional do adquirente das Cotas.

14.5.9 Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos e emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas.

15. VALORIZAÇÃO DAS COTAS

15.1 As Cotas, independentemente da emissão, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme o disposto neste item 15. A valorização das Cotas ocorrerá a partir do Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da respectiva emissão, sendo que a última valorização ocorrerá na respectiva data de resgate. Para fins do disposto no presente Regulamento, o valor da Cota será o do fechamento do respectivo Dia Útil.

15.2 Cada Cota terá seu valor calculado, diariamente, sendo tal valor equivalente ao resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, pelo número total de Cotas em circulação.

15.3 O procedimento de valorização das Cotas aqui estabelecido não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na valorização da carteira do Fundo, bem como critérios de valorização entre as Cotas das diferentes emissões existentes. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.

16. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

16.1 O Fundo deverá realizar as amortizações e resgates das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas nos termos e condições estabelecidos nos respectivos Suplementos/Termos de Emissão e neste Regulamento.

16.2 As Cotas deverão ser amortizadas em moeda corrente nacional, a partir do primeiro recebimento pelo Fundo de valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos até que ocorra a amortização integral e resgate das Cotas dentro do prazo estabelecido no respectivo Suplemento/ Termo de Emissão de cada emissão de Cotas, respeitada, ainda, a ordem de alocação dos recursos do Fundo estabelecida no item 23 do presente Regulamento.

16.3 Somente haverá amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após o último pagamento de amortização e/ou resgate integral das Cotas Seniores.

16.4 O pagamento de amortizações das Cotas do Fundo será efetuado por meio de depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, pelo valor da Cota, calculado nos termos da Cláusula 15, na abertura da respectiva Data de Amortização. Quando a data estipulada para pagamento de amortização ou resgate de Cotas cair em dia que seja feriado na sede da Administradora e/ou na sede da instituição financeira em que for mantida, pelo Cotista, conta corrente na qual serão depositados os pagamentos referentesà amortização e/ou ao resgate das Cotas, tal pagamento será efetuado no Dia Útil seguinte,sem qualquer acréscimo ou pagamento de valor adicional aos Cotistas.

16.5 Na integralização de Cotas do Fundo deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no fechamento do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo. Para fins de amortização e/ou resgate das Cotas do Fundo, deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no fechamento do Dia Útilimediatamente anterior ao dia do pagamento da amortização e/ou resgate ("Cota de Fechamento").

16.6 Não será realizada a amortização das Cotas caso: (a) tenha sido identificado qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada pela Administradora, em relação ao qual a Assembleia Geral ainda não tenha se manifestado de forma definitiva; e (b) esteja em curso a liquidação do Fundo.

16.7 O previsto neste item não constitui promessa de rendimentos,

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes emissões de Cotas. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

17. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DAS COTAS E DOS ATIVOS DO FUNDO

17.1 O Patrimônio Líquido equivale ao valor dos recursos em caixa acrescido do valor dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, deduzidas as exigibilidades.

17.2 As Cotas terão seu valor calculado todo Dia Útil, nos termos descritos neste Regulamento.

17.3 Os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros integrantes da carteira terão seu valor calculado, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº 489/11 e o manual de precificação adotado pela Administradora.

17.3.1 Por não terem mercado de negociação oficial, os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo poderão ser contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos (correspondentes ao deságio sobre seu valor de face) feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento;

17.3.2 Os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e segundo os critérios de precificação da Administradora.

Conforme determina a Instrução CVM nº 489/11, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado, deverá ser registrada uma provisão para perdas. A perda por redução no valor de recuperação será mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado, calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

17.3.3 Os Direitos Creditórios Cedidos que venham a ser inadimplidos pelos respectivos Devedores permanecerão registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

17.3.4 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

17.3.5 Observada a ordem de alocação de recursos prevista no item 18.3 abaixo, o descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Elegíveis e demais ativos componentes da carteira do Fundo, será atribuído às Cotas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas.

18. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO E ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

18.1 Constituem despesas e encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

(a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

(b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

(c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;

(d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;

(e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, devendo ser observado o item 8.4.2;

(f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

(g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização da Assembleia Geral;

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(h) taxas de custódia de ativos do Fundo;

(i) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo venha a ter as Cotas admitidas à negociação;

(j) despesas com a contratação de Agência de Classificadora de Risco, se aplicável;

(k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do artigo 31, inciso I, da Instrução CVM nº 356/01; e

(l) despesas com a contratação dos Agentes de Cobrança.

18.2 Quaisquer despesas não previstas no item 18.1 acima como encargos do Fundo deverão correr por conta da Administradora.

18.3 Por ocasião do recebimento, pelo Fundo, de quaisquer montantes a que faça jus em decorrência do pagamento, no todo ou em parte, dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou de eventuais Ativos Financeiros, a Administradora deverá, por meio dos competentes débitos e créditos realizados na Conta do Fundo, alocar os recursos da carteira do Fundo na ordem especificada abaixo, após as devidas provisões ("Ordem de Alocação de Recursos"):

(a) primeiramente no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;

(b) em segundo lugar, na amortização e/ou resgate de todas as Cotas Seniores, até o limite da Meta de Rentabilidade estabelecido no respectivo Suplemento;

(c) em terceiro lugar, após atingimento da Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores, na amortização e/ou resgate de todas as Cotas Subordinadas; e

(d) por último, se ainda houver recursos remanescentes, na aquisição de Ativos Financeiros ou novos Direitos Creditórios.

19. ASSEMBLEIA GERAL

19.1 É da competência privativa da Assembleia Geral:

(a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre suas demonstrações financeiras;

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(b) alterar o presente Regulamento e seus anexos;

(c) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante, da de qualquer uma das Gestoras, das Consultorias Especializadas, dos Agentes de Cobrança e/ou do Assessor Legal;

(d) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração e/ou das remunerações previstas para as Consultorias Especializadas, para os Agentes de Cobrança e para o Assessor Legal, inclusive na hipótese de restabelecimento de remuneração que tenha sido objeto de redução;

(e) deliberar sobre eventuais aditivos e/ou modificações dos contratos celebrados pelo Fundo com as Consultorias Especializadas, os Agentes de Cobrança e/ou o Assessor Legal, bem como sobre a cessão dos direitos e/ou obrigações de quaisquer das partes dos referidos contratos;

(f) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, inclusive na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou dos Eventos de Liquidação Antecipada;

(g) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;

(h) deliberar sobre a interrupção dos procedimentos de liquidação do Fundo em caso de ocorrência de um Evento de Liquidação.

19.2 O Regulamento poderá ser alterado pela Administradora, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a comunicação aos Cotistas.

19.3 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

19.3.1 Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas, nos termos do item 19.3, acima, a pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: (a) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas; (b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seus controladores, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, em

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

coligadas ou em outras sociedades sob controle comum; e (c) não exercer cargo nas Cedentes.

19.3.2 O representante dos Cotistas eventualmente nomeado pela Assembleia Geral não fará jus, em qualquer hipótese, ao recebimento de remuneração paga pelo Fundo, pela Administradora, pelas Gestoras, pelo Custodiante ou pelos Agentes de Cobrança, para exercer tal função.

19.4 A convocação da Assembleia Geral far-se-á mediante anúncio publicado no Periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, dos quais constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem nela tratados.

19.5 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contando-se tal prazo da data de publicação do primeiro anúncio, envio de correspondência eletrônica ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

19.5.1 Não se instalando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado anúncio de segunda convocação, envio de correspondência eletrônica ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

19.5.2 Para efeito do disposto no item 19.5.1 acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a publicação do anúncio ou o envio de carta da primeira convocação.

19.6 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local da sede da Administradora, sendo que, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora, exceto em situações excepcionais, como, por exemplo, mas não somente, aquela disposta no Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, hipótese na qual a Assembleia Geral poderá ocorrer de forma remota.

19.7 Independentemente das formalidades previstas neste item 19, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

19.8 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se, a qualquer tempo, por convocação da Administradora ou de Cotistas detentores

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

de Cotas que representem no mínimo 5% (cinco por cento) do total das Cotas em circulação.

19.9 As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de Cotistas que representem pelo menos uma Cota.

19.10 A cada Cota corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral.

19.10.1 Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

19.10.2 Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Administradora e seus empregados.

19.11 As deliberações serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

19.11.1 Serão deliberadas exclusivamente pelos Cotistas titulares da maioria das Cotas de cada classe em circulação, as deliberações que afetem qualquer vantagem, ou criem ou aumentem qualquer obrigação relativa às suas Cotas, incluindo, sem limitação, qualquer emissão de novas Cotas Seniores ou Subordinadas.

19.12 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

19.12.1 A divulgação referida no item 19.12 acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, sendo dispensada referida divulgação quando comparecerem à Assembleia Geral todos os Cotistas.

20. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

20.1 A Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo do disposto nas demais normas aplicáveis e neste Regulamento, notadamente no presente item.

20.2 O diretor ou administrador designado da Administradora deve elaborar os demonstrativos trimestrais, nos termos exigidos pelo artigo 8º, §3º, da Instrução CVM nº

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

356/01.

20.3 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à sua permanência no Fundo.

20.3.1 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, são exemplos de fatos relevantes os seguintes: (a) a alteração da classificação de risco das Cotas, sehouver; (b) a mudança ou a substituição da Buriti na qualidade de Gestora ou do Custodiante; (c) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critériosde composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (d) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

20.4 As demonstrações financeiras anuais do Fundo estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

20.4.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

20.4.2 O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e encerra-se no último dia do mês de Outubro de cada ano.

20.5 A Administradora deve enviar à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

21. PUBLICAÇÕES

21.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas em no Periódico, sendo jornal de grande circulação, a ser informado ao Cotista quando da subscrição de Cotas do Fundo.

21.2 A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral, alterar o Periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente o Cotista sobre essa alteração.

22. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO, EVENTOS DE AVALIAÇÃO E

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

22.1 O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim ou, caso não existam Cotas em circulação, por deliberação da Administradora.

22.2 São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes hipóteses:

(a) inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pela Buriti na qualidade de Gestora, desde que, notificada por esta para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação;

(b) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pela Buriti na qualidade de Gestora, desde que, notificada por esta para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação;

inobservância pela Buriti, na qualidade de Gestora, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento relacionados (c.1) à validação das Condições de Cessão e (c.2) ao cumprimento de toda a legislação aplicável, especialmente àquelas relativas à anticorrupção e à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro, tais como a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015, a Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998 e a Instrução CVM 617 de 5 de dezembro de 2019, verificada pela Administradora, desde que, notificada por esta para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação;

(c) inobservância pela Jive, na qualidade de Gestora, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento relacionados ao cumprimento de toda a legislação aplicável, especialmente àquelas relativas à anticorrupção e à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro, tais como a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015, a Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998 e a Instrução CVM 617 de 5 de dezembro de 2019, verificada pela Administradora, desde que, notificada por esta para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação;

(d) inobservância por qualquer das Consultorias Especializadas de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento relacionados (d.1) à validação das Condições de Cessão e (d.2) ao cumprimento de toda a legislação aplicável, especialmente àquelas relativas à anticorrupção e à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro, tais como a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015, a Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998 e a Instrução CVM 617 de 5 de dezembro de 2019, verificada pela Administradora,

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

desde que notificada por qualquer das Gestoras para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação;

(e) inobservância pelo Assessor Legal de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento relacionados (e.1) à validação do atendimento às matérias tratadas no item 11.2 deste Regulamento, exceto em relação ao subitem (i) do referido item e (e.2) ao cumprimento de toda a legislação aplicável, especialmente àquelas relativas à anticorrupção e à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro, tais como a Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015, a Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998 e a Instrução CVM 617 de 5 de dezembro de 2019, verificada pela Administradora, desde que, notificada por qualquer das Gestoras para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação;

(f) na ocorrência do Fundo e/ou da Administradora ser notificada extrajudicialmente, citada e/ou intimada judicialmente ou ser citada a comparecer em procedimento arbitral a respeito de procedimento e/ou demanda que conteste a validade e/ou a eficácia de qualquer Contrato de Cessão relativos aos Direitos Creditórios Cedidos que, isoladamente ou em conjunto, representem mais de 10% (dez por cento) do valor da carteira de Direitos Creditórios Cedidos;

(g) existência comprovada documentalmente de que os Direitos Creditórios Cedidos que, isoladamente ou em conjunto, representem mais de 10% (dez por cento) do valor da carteira de Direitos Creditórios Cedidos (i) tenham sido previamente cedidos à terceiros, (ii) tenham sua cessão ao Fundo contestada/reclamada (iii) tenham seu respectivo ofício requisitório cancelado, (iv) tenham seus valores sido indevidamente apropriados pelo respectivo cedente, advogado do cedente e/ou qualquer terceiro, (v) tenham sido objeto de constrição, (vi) sejam objeto de ação rescisória e (vii) sejam objeto de requisição de verba honorária contratual superior à reservada no Contrato de Cessão.

(h) na hipótese do Fundo deixar de estar enquadrado nos limites de concentração estabelecidos neste Regulamento por período igual ou superior a 30 (trinta) dias úteis consecutivos;

(i) inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses contados da respectiva data prevista para pagamento, conforme Meta de Preço, devidamente atualizados pelos índices legais até a Data de Aquisição, ou contestação pela Fazenda Pública devedora com relação ao pagamento do Precatório adquirido sendo certo que a Buriti, na qualidade de Gestora, deverá notificar a Administradora sobre referido inadimplemento.

(j) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo que impactem negativamente o Fundo, ou que impacte negativamente os cotistas quando da amortização, alienação ou resgate das Cotas;

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

(k) desenquadramento da Razão de Garantia por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis consecutivos sem o necessário reenquadramento pelos Cotistas das Cotas Subordinadas no prazo estabelecido no item 14.4.4;

(l) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de falência, intervenção, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial das Consultorias Especializadas, sendo certo que quaisquer das Gestoras deverá notificar a Administradora sobre o acontecimento de quaisquer das matérias mencionadas neste item; e

(m) amortização e/ou resgate de Cotas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento.

22.2.1 A fim de contribuir para a avaliação e acompanhamento dos Direitos Creditórios Cedidos enquadrados na hipótese do item "g" acima, as Consultorias Especializadas disponibilizarão à Administradora relatório semanal com aindicação e discriminação dos Direitos Creditórios Cedidos que se enquadrem na hipótese do item "g" acima.

22.2.2 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora, imediatamente, (a) suspenderá o pagamento de amortização e/ou resgate das Cotas;e (b) convocará a Assembleia Geral para deliberar se tal Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação Antecipada.

22.2.3 Caso a Assembleia Geral referida acima delibere que determinado Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação Antecipada, deverá deliberar sobre os procedimentos relativos à liquidação do Fundo.

22.2.4 Caso o Evento de Avaliação não seja considerado um Evento de Liquidação Antecipada, o Fundo reiniciará o processo de resgate das Cotas e de aquisição de Direitos Creditórios e de Ativos Financeiros, conforme o caso, sem prejuízo da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na Assembleia Geral.

22.3 São considerados Eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes hipóteses:

(a) deliberação da Assembleia Geral de Cotistas pela liquidação do Fundo;

(b) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada; e

(c) renúncia da Administradora, sem que uma nova instituição assuma suas funções

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

no prazo de até 60 (sessenta) dias.

22.3.1 Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora, imediatamente, (a) suspenderá o pagamento de amortização e ou resgate das Cotas; (b) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios e de Ativos Financeiros; e (c) convocará a Assembleia Geral para deliberar os procedimentos de liquidação do Fundo.

22.3.2 Não sendo instalada a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de quórum, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação do Fundo, de acordo com o disposto neste Regulamento.

22.3.3 Caso a Assembleia Geral confirme a liquidação do Fundo, as Cotas serão resgatadas, em moeda corrente nacional, observados os seguintes procedimentos:

(a) Primeiramente, a Administradora não adquirirá novos Direitos Creditórios e deverá resgatar ou alienar os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, adotando as medidas prudenciai necessárias para que o resgate ou alienação desses Direitos Creditórios Cedidos e Ativos Financeiros não afete a sua rentabilidade esperada;

(b) Em segundo lugar, será efetuado o pagamento ou o provisionamento das despesas e encargos do Fundo;

(c) Em terceiro lugar, será realizado o resgate das Cotas Seniores em circulação, de forma pro rata e proporcional ao valor dessas Cotas; e

(d) Por último, todas as Disponibilidades e os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios Cedidos e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo deverão ser destinados para pagamento do resgate das Cotas Subordinadas em circulação;

22.3.4 Caso em até 90 (noventa) dias contados do início da liquidação do Fundo a totalidade das Cotas ainda não tenha sido resgatada, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

22.3.5 A Assembleia Geral que confirmar a liquidação do Fundo deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

singulare

22.3.6 Na hipótese de a Assembleia Geral não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios Cedidos e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas titulares das Cotas até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista titular de Cotas será calculada em função do valor total das Cotas em circulação, tendo-se como referência para definição do valor das Cotas a data em que foi decidida a liquidação do Fundo.

22.3.7 Observados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no presente Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

22.3.8 A Administradora deverá notificar os Cotistas, se for o caso: (a) para que elejam um administrador para referidos condomínios de Direitos Creditórios Cedidos e de Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (b) informando a proporção de Direitos Creditórios Cedidos e de Ativos Financeiros a que cada Cotista terá direito, sem que isso represente qualquerresponsabilidade da Administradora perante os Cotistas após a constituição dos condomínios de tratam os itens anteriores.

22.3.9 Caso os Cotistas não procedam à eleição da administradora dos condomínios referidos nos itens acima, essa função será exercida pelo Cotista que detiver a maioria das Cotas da respectiva emissão.

22.3.10 O Custodiante ou eventual terceiro por ele contratado fará a guarda dos Documentos Comprobatórios e da documentação relativa aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da constituição dos condomínios referidos acima, dentro do qual os administradores dos condomínios indicarão ao Custodiante a hora e o local para que seja feita a entrega dos Documentos Comprobatórios e da documentação relativa aos Ativos Financeiros. Expirado esse prazo, o Custodiante poderá promover a consignação dos Documentos Comprobatórios e da documentação relativa aos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

23. FORO

23.1 Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349139
Número do documento: 23060516094890400001636349139

CONTJET
Tax | Advisory | Outsourcing

"VIX CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA"

CNPJ/MF sob nº 44.696.473/0001-40
NIRE sob nº 35.238.358.673

2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social, os abaixo assinados:

MARCELO ALVES VAREJÃO, brasileiro, divorciado, nascido em 20/03/1981, empresário, portador da Cédula de Identidade **RG nº 00.171.024-3 SSP/ES**, inscrito no **CPF/MF** sob nº **055.383.047-36**, residente e domiciliado na Avenida Barão de Monte Mor, 613, ap. 113, Real Parque, São Paulo – SP, CEP: 05687-010;

Único e atual sócio da Sociedade Empresária Limitada Unipessoal denominada **"VIX CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA"**, com sede social na **Rua Cláudio Soares, 72, Cj. 1410, Pinheiros - São Paulo – SP – CEP 05422-030**, devidamente inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **44.696.473/0001-40**, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob **NIRE** nº **35.238.358.673**, em sessão de 29/12/2021, e última alteração contratual registrada sob nº 212.663/22-7 em sessão de 05/05/2022.

resolvem na melhor forma de direito, os sócios, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

a) Altera-se a Razão Social para: **BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA.**

b) O sócio **MARCELO ALVES VAREJÃO**, detentor de **100.000** (cem mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. Totalizando **R$ 100.000,00** (cem mil) reais cede e transfere parcialmente suas quotas da seguinte forma aos sócios ora admitidos:

- **20.000** (vinte mil) quotas ao sócio ora admitido **NICOLAS TAKEO DE PAULA,** brasileiro, nascido em 02/10/1993, casado, sob. o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade **RG nº 42.416.895-9,** inscrito no **CPF/MF sob nº 431.594.038-07,** residente e domiciliado na Rua Coronel Júlio Pereira de Brum, 42, Ap. 22, Jardim Morada do Sol - Indaiatuba – SP – CEP 13348-

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349141
Número do documento: 23060516094890400001636349141

CONTJET
Tax | Advisory | Outsourcing

470, dando-lhe plena, rasa, total e geral quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for.

- **20.000** (vinte mil) quotas a sócia ora admitida **SABRINA RIBEIRO MOLINA,** brasileira, nascida em 12/09/1973, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade **RG nº 19.881.587-6,** inscrita no **CPF/MF sob nº 262.134.898-00,** residente e domiciliada na Rua Alegrete, 179, Sumaré - São Paulo – SP – CEP 01254-010, dando-lhe plena, rasa, total e geral quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for.

c) Em decorrência da alteração acima mencionada, a Cláusula 5ª, Do Capital Social, passa a ter a seguinte redação:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5ª: O capital social é de **R$ 100.000,00** (cem mil reais), dividido em **100.000** (cem mil) quotas, no valor nominal de **R$ 1,00** (um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído:

Sócio	Quotas	Valor Nominal	Total	%
Marcelo Alves Varejão	60.000	R$ 1,00	R$ 60.000,00	60
Nicolas Takeo de Paula	20.000	R$ 1,00	R$ 20.000,00	20
Sabrina Ribeiro Molina	20.000	R$ 1,00	R$ 20.000,00	20
Total	**100.000**	**R$ 1,00**	**R$ 100.000,00**	**100**

§ 1º – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

§ 2º - As quotas são indivisíveis podendo a sociedade emitir quotas desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

d) Altera-se a Cláusula de Administração que passar a ter a seguinte redação:

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349141
Número do documento: 23060516094890400001636349141

CONTJET
Tax | Advisory | Outsourcing

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 6ª: A Sociedade é administrada pelos sócios administradores **MARCELO ALVES VAREJÃO** e **SABRINA RIBEIRO MOLINA** em conjunto, e a eles caberão a responsabilidade ou representação ativa e passiva da Sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Sociedade, sendo por duas assinaturas dos sócios em conjunto.

§ 1º - A administração da sociedade é composta por uma Diretoria da seguinte forma:

- **Marcelo Alves Varejão:** Diretor de Gestão de Recursos;
- **Sabrina Ribeiro Molina:** Diretora de Risco e Compliance.

§ 2º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos dos sócios, administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

§ 3º - Apenas os sócios administradores nomeados como diretores poderão designar terceiros não-sócios para exercerem a administração social.

§ 4º - Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da Sociedade, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral serão assinados em conjunto pelos sócios administradores e diretores **MARCELO ALVES VAREJÃO** e **SABRINA RIBEIRO MOLINA**.

e) Considerando as alterações acima mencionadas, resolvem os sócios, consolidar o Contrato Social, revogando-se assim todas as cláusulas anteriores, passando a Sociedade a ser regida por este instrumento e na sua omissão nas legislações vigentes e concernentes, conforme segue:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

"BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA"

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349141
Número do documento: 23060516094890400001636349141

CONTJET
Tax | Advisory | Outsourcing

CNPJ/MF sob nº 44.696.473/0001-40
NIRE sob nº 35.238.358.673

Pelo presente instrumento particular de Consolidação de Contrato Social e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

MARCELO ALVES VAREJÃO, brasileiro, divorciado, nascido em 20/03/1981, empresário, portador da Cédula de Identidade **RG nº 00.171.024-3 SSP/ES**, inscrito no **CPF/MF sob nº 055.383.047-36**, residente e domiciliado na Avenida Barão de Monte Mor, 613, ap. 113, Real Parque, São Paulo – SP, CEP: 05687-010, e;

NICOLAS TAKEO DE PAULA, brasileiro, nascido em 02/10/1993, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade **RG nº 42.416.895-9 SSP/SP,** inscrito no **CPF/MF sob nº 431.594.038-07,** residente e domiciliado na Rua Coronel Júlio Pereira de Brum, 42, Ap. 22, Jardim Morada do Sol - Indaiatuba – SP – CEP 13348-470; e,

SABRINA RIBEIRO MOLINA, brasileira, nascida em 12/09/1973, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade **RG nº 19.881.587-6 SSP/SP,** inscrita no **CPF/MF sob nº 262.134.898-00,** residente e domiciliada na Rua Alegrete, 179, Sumaré - São Paulo – SP – CEP 01254-010;

Únicos e atuais sócios da Sociedade Empresária Limitada **"BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA"**, com sede social na **Rua Cláudio Soares, 72, Cj. 1410, Pinheiros - São Paulo – SP – CEP 05422-030**, devidamente inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº **44.696.473/0001-40**, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob **NIRE** nº **35.238.358.673**, em sessão de 29/12/2021, e última alteração contratual registrada sob nº 212.663/22-7 em sessão de 05/05/2022.

DA DENOMINAÇÃO

CLÁUSULA 1ª: A Sociedade Limitada tem a denominação social de **"BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA".**

DA SEDE

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349141
Número do documento: 23060516094890400001636349141

CONTJET
Tax | Advisory | Outsourcing

CLÁUSULA 2ª: A Sociedade tem sede na **Rua Cláudio Soares, 72, Cj. 1410, Pinheiros - São Paulo – SP – CEP 05422-030**, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação dos sócios.

DO OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA 3ª: A Sociedade tem por objeto social os serviços de: **"Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão CNAE 6630/400".**

DO PRAZO

CLÁUSULA 4ª: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 5ª: O capital social é de **R$ 100.000,00** (cem mil reais), dividido em **100.000** (cem mil) quotas, no valor nominal de **R$ 1,00** (um real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e assim distribuído:

Sócio	Quotas	Valor Nominal	Total	%
Marcelo Alves Varejão	60.000	R$ 1,00	R$ 60.000,00	60
Nicolas Takeo de Paula	20.000	R$ 1,00	R$ 20.000,00	20
Sabrina Ribeiro Molina	20.000	R$ 1,00	R$ 20.000,00	20
Total	**100.000**	**R$ 1,00**	**R$ 100.000,00**	**100**

§ 1º – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

§ 2º - As quotas são indivisíveis podendo a sociedade emitir quotas desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

DA ADMINISTRAÇÃO

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

CONTJET
Tax | Advisory | Outsourcing

CLÁUSULA 6ª: A Sociedade é administrada pelos sócios administradores **MARCELO ALVES VAREJÃO** e **SABRINA RIBEIRO MOLINA** em conjunto, e a eles caberão a responsabilidade ou representação ativa e passiva da Sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Sociedade, sendo por duas assinaturas dos sócios em conjunto.

§ 1º - A administração da sociedade é composta por uma Diretoria da seguinte forma:

- **Marcelo Alves Varejão:** Diretor de Gestão de Recursos;
- **Sabrina Ribeiro Molina:** Diretora de Risco e Compliance.

§ 2º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos dos sócios, administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

§ 3º - Apenas os sócios administradores nomeados como diretores poderão designar terceiros não-sócios para exercerem a administração social.

§ 4º - Todos os atos e documentos que importem responsabilidade ou obrigação da Sociedade, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em geral serão assinados em conjunto pelos sócios administradores e diretores **MARCELO ALVES VAREJÃO** e **SABRINA RIBEIRO MOLINA**.

CLÁUSULA 7ª: Os sócios administradores, poderão nomear ou constituir procuradores que o representará em todos os atos que se fizerem necessários, tais como a representação em juízo ou fora dele.

§ Único - A outorga de procurações ficará condicionada aos sócios administradores e deverá especificar os poderes conferidos e com a exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado.

DA RETIRADA DO PRÓ-LABORE

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349141
Número do documento: 23060516094890400001636349141

CONTJET
Tax | Advisory | Outsourcing

CLÁUSULA 8ª: Os sócios poderão fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore" e/ou dividendos, de acordo com a legislação vigente e a conveniência da empresa.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CLÁUSULA 9ª: O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data para qual serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício, que deverão ser fornecidas aos sócios no prazo máximo de noventa (90) dias.

§ Único - A sociedade levantará balanços anuais, trimestrais e/ou mensais. À conta dos lucros apurados em tais balanços, e atentando para a legislação em vigor, poderão os sócios deliberar a distribuição e/ou capitação, no todo ou em parte, dos mesmos.

DA DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA 10ª: A Sociedade dissolver-se-á nos casos previstos em lei, ou por decisão dos sócios.

DA REGÊNCIA

CLÁUSULA 11ª: Os casos omissos no presente instrumento serão regulados pelas regras aplicáveis às Sociedade Anônimas, salvo suas obrigações pertinentes.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA 12ª: Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do art. 1.011, § 1º do Novo Código Civil.

DO FORO

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349141
Número do documento: 23060516094890400001636349141

CONTJET
Tax | Advisory | Outsourcing

CLÁUSULA 13ª: Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, os sócios elegem o foro da Comarca de São Paulo, bem como para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Alteração Contratual em 3 (três vias) de igual forma, teor e para um só fim de direito.

São Paulo, 8 de setembro de 2022.

MARCELO ALVES VAREJÃO

NICOLAS TAKEO DE PAULA

SABRINA RIBEIRO MOLINA

JUCESP
13 SET. 2022
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
436.761/22-1
JUCESP

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Este documento foi assinado digitalmente por Sabrina Ribeiro Molina, Marcelo Alves Varejao, Marcelo Alves Varejao e Nicolas Takeo De Paula.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 59FE-DDA5-011D-3969.

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:34
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349141
Número do documento: 23060516094890400001636349141

ICP Brasil

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/59FE-DDA5-011D-3969 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 59FE-DDA5-011D-3969

Hash do Documento

E57B8630F788C2903C75378D76E06EE168B54AB8B1CE99D7C772B2613C5CF052

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/09/2022 é(são) :

- ☑ SABRINA RIBEIRO MOLINA (Signatário) - 262.134.898-00 em 12/09/2022 16:13 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- ☑ MARCELO ALVES VAREJÃO (Signatário) - 055.383.047-36 em 12/09/2022 16:11 UTC-03:00
  Nome no certificado: Marcelo Alves Varejao
  Tipo: Certificado Digital
- ☑ NICOLAS TAKEO DE PAULA (Signatário) - 431.594.038-07 em 12/09/2022 15:42 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO
Nº 33363

1. Partes:

I – CREDOR: UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob nº 39.587.424/0001-30, com sede na Av. Dr. Nilo Peçanha, 1221, sala 1302, CEP 91330-000, Porto Alegre/RS, neste ato, representada na forma do seu Estatuto Social.

II – EMITENTE: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, com CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA**, brasileiro, casado em separação total de bens, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 6.603, portador da cédula de identidade RG nº 4.920.997-8, inscrito no CPF/MF sob nº 038.807.291-15, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angatuba, nº 716, Pacaembú, CEP: 01247-000, endereço de e-mail: amariocassimiro@gmail.com e número de telefone móvel/WhatsApp: (11) 97128-9252.

III – INTERVENIENTE QUITANTE: MATRI INVESTIMENTOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 11.648.657/0001-86, com sede na Cidade de São Paulo , Estado de São Paulo, na Alameda dos Maracatins, nº 992, bloco A conjunto 33/34, 3º andar, Indianópolis, CEP: 04089-900, endereço de e-mail: gestao@matribank.com.br e número de telefone móvel/WhatsApp: 0800 433 0303.

CONSIDERANDO QUE:

a) O EMITENTE declara e garante que está devidamente autorizado a firmar a presente Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), e assumir todas as obrigações aqui pactuadas e cumprir todos os seus termos e condições até quitação final de todas as obrigações aqui estabelecidas, uma vez que as obrigações pecuniárias assumidas nesta CCB são compatíveis com a capacidade econômico-financeira do EMITENTE para honrá-las;

b) O INTERVENIENTE QUITANTE declara e garante que está devidamente autorizado a firmar a presente Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), e assumir todas as obrigações aqui pactuadas e cumprir todos os seus termos e condições a ele direta e especificamente atribuídos;

c) O EMITENTE declara e garante que cumpre o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente e não aplicará os recursos decorrentes desta CCB no financiamento de qualquer atividade ou projeto que caracterize crime contra o meio ambiente, que cause poluição e/ou que prejudique o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, obrigando-se a respeitar integralmente as normas contidas nas Leis nº 9.605/98 e nº 9.985/2000 e demais regras complementares; e ainda, que não utilizará os recursos para exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil; e

d) A presente CCB é emitida em decorrência de operação de crédito contratada pelo EMITENTE junto ao CREDOR, por meio da plataforma por esta oferecida, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.656, de 26 de abril de 2018, e poderá, a critério do CREDOR, ser emitida eletronicamente.

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

Em garantia do integral cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pelo EMITENTE, acima identificado, as Partes resolvem celebrar a presente Cédula de Crédito Bancário, a qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

2. DAS CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

2.1. Valor do Crédito: R$ 1.742.625,12 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e doze centavos);

2.1.1. Custo de Emissão: R$ 8.713,13 (oito mil, setecentos e treze reais e treze centavos)

2.1.2. Valor do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF): R$ 59.460,26 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), calculado nos termos da legislação vigente na data de ocorrência do fato gerador.

2.1.3. Valor Líquido de Crédito: O valor líquido do crédito concedido é de R$ 1.674.451,73 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e três centavos), após o desconto do Custo de Emissão e IOF desta CCB.

2.2. Remuneração:

Para fins de correção monetária, o indexador acordado entre as Partes incidirá sobre o saldo devedor, nos termos da Planilha de Cálculo constante do Anexo II.
Pós-fixado em 100,00% (cem por cento) do CDI da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano calculada e divulgada pela B3 S/A BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("Taxa DI" e "B3", respectivamente).

2.3. Taxa de Juros Efetiva sem indexador:
Ano: 18,15% a.a. (dezoito inteiros e quinze décimos por cento ao ano).

2.4. Custo Efetivo Total ("CET") sem indexador:
Ano: 21,09% (vinte e um inteiros e nove décimos por cento).

2.5. Custo Consolidado
O Custo Consolidado da operação é de 100% da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 18,15% a.a. (dezoito inteiros e quinze décimos por cento ao ano).

2.6. Forma de Liberação do Crédito: O CREDOR disponibilizará o Valor do Crédito na Conta nº 42152-9, Agência nº 2243, Banco nº 237 – BANCO BRADESCO, em conformidade com as condições e termos a seguir acordados.

DADOS PARA LIBERAÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DO CRÉDITO:
Data/Prazo para Liberação do Valor Líquido do Crédito: em até 2 (dois) dias úteis a contar da data da assinatura desta CCB; transcorrido este prazo sem a liberação dos recursos em favor do EMITENTE, esta cédula estará para todos os efeitos automaticamente cancelada.

www.uy3.com.br | privacidade@uy3.com.br
Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

Forma de Liberação do Valor Líquido do Crédito: Considerando que do crédito ora solicitado terá como destinação a ***quitação de dívidas***, o EMITENTE, neste ato, **autoriza o CREDOR**: **(1)** a abrir conta pagamento para liquidação pelo CREDOR do *Valor Líquido* do crédito, conforme descrito na Cláusula 2, item 2.1.3 "Características da Operação" acima, e, ato contínuo; **(2)** autoriza o CREDOR a disponibilizar o Valor Líquido do crédito, conforme segue: ***(i)*** diretamente na conta corrente de titularidade do INTERVENIENTE QUITANTE, de acordo com dados declarados no Item III do Preâmbulo e no quadro "Dados do Beneficiário" abaixo; e, ainda, ***(ii)*** em sendo apurado Valor Remanescente (saldo residual positivo após a transferência realizada ao INTERVENIENTE QUITANTE, conforme indicado), tal diferença será disponibilizada mediante depósito em conta de titularidade do próprio EMITENTE, conforme dados indicados no caput da Cláusula 2.6 acima, desta CCB; sendo que, os respectivos comprovantes de transferência serão considerados como recibo da transação. Oportunamente, o EMITENTE, desde já, autoriza ao CREDOR, uma vez concretizada a operação, providencie o encerramento da conta bancária, que foi aberta, exclusivamente para fins de viabilizar a realização desta CCB.

DADOS BANCÁRIOS DO INTERVENIENTE QUITANTE	
Nome/Razão Social: MATRI INVESTIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no	
CPF/CNPJ: 11.648.657/0001-86	
Nome do Banco: SANTANDER	
Número do Banco: 033	**Agência:** 4256
Número da Conta: 13002696-2	**Tipo da Conta:** Conta Corrente

2.6.1.1. O montante indicado abaixo ("Total Débitos") será aplicado na quitação dos débitos abaixo descritos que o EMITENTE possui em aberto ("Débitos"), tais Débitos a serem pagos pelo INTERVENIENTE QUITANTE por conta e ordem do EMITENTE conforme expressa e irrevogavelmente indicado pelo EMITENTE na Cláusula 2.6.1. abaixo:

Natureza do Débito	*Instrumento para Quitação*
n/a	*n/a*
n/a	*n/a*
Total Débitos	***R$ 0,00***
Valor Líquido do Crédito	***R$ 1.674.451,73***
Valor Remanescente	***R$ 1.674.451,73***

2.6.1.2. Neste ato, o EMITENTE outorga à INTERVENIENTE QUITANTE o poder de quitar os Débitos por sua conta e ordem, confirmando a sua intenção de quitar os débitos necessários para a regular formalização da CCB e a sua anuência com tal quitação. Ato contínuo, exonera o CREDOR de qualquer responsabilidade relacionada à quitação dos referidos Débitos.

2.6.1.3. A INTERVENIENTE QUITANTE ao firmar a presente CCB aceita os poderes que lhe são outorgados pelo EMITENTE e expressamente declara sua ciência e anui, uma vez realizada a transferência em seu favor do valor supra identificado como "Total Débitos", por afastar toda e qualquer

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

responsabilização do CREDOR diante de qualquer vício que impeça, modifique, cancele ou de qualquer outra forma possa impactar no atendimento pelo INTERVENIENTE QUITANTE da responsabilidade por este assumida de realizar a quitação das dívidas relacionadas no quadro apresentado na cláusula 2.6.1.1, a qual é de responsabilidade única e exclusiva do INTERVENIENTE QUITANTE.

2.7. Forma de pagamento: O EMITENTE realizará o pagamento em conta corrente do CREDOR ou a quem este indicar, na qualidade de endossatário ou cessionário da presente CCB, na forma da Planilha de Cálculo (Anexo II).

2.8. Fluxo de Pagamento: O EMITENTE realizará, na Data de Vencimento, o pagamento em conta corrente do CREDOR ou a quem este indicar, na forma da Planilha de Cálculo (Anexo II)**.**

> **2.8.1.** Na **falta, extinção, modificação ou anulação** do indexador pactuado, as partes signatárias da presente CCB, desde já, acordam que, ficará a critério do CREDOR eleger o indexador substitutivo, buscando aquele que mais se aproximar dos efeitos de atualização inicialmente vigentes, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro, pelo mesmo período que for considerado extinto, modificado ou anulado referido indexador.

2.9. Liquidação Antecipada: caso o EMITENTE realize o pagamento de suas obrigações oriundas desta CCB antes da Data de Vencimento, na forma prevista na Cláusula 8 desta CCB, será devido o pagamento integral do saldo devedor indicado na Planilha de Cálculo do Anexo II e demais juros e encargos aplicáveis, com exceção do montante de correção decorrente do Pós-Fixado da Taxa DI o qual será calculado até a Data da Liquidação.

2.10. Data de Emissão: 02/06/2023.

2.11. Registro em entidade registradora autorizada pelo Bacen: NÃO.

2.14. Data de Vencimento: 31/12/2024.

2.15. Praça de Pagamento: São Paulo/SP.

3. DAS GARANTIAS

3.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo EMITENTE na presente CCB, o EMITENTE se compromete, por meio de instrumento próprio, a constituir a cessão fiduciária sobre direitos creditórios decorrentes ou relacionados a determinados precatórios de sua titularidade, identificados e por menorizados em instrumento próprio, *"INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EM GARANTIA"*, na data de emissão da presente CCB, data em que, também, a presente CCB será aditada para constar esta nova garantia ("Garantia Real"), sob pena de vencimento antecipado da presente CCB, independentemente de interpelação judicial ou notificação judicial ou extrajudicial.

4. DA CONCESSÃO DO CRÉDITO

DA ANUÊNCIA À PROPOSTA: O CREDOR, através desta Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), concede ao EMITENTE, que aceita, um empréstimo no valor indicado no preâmbulo, destinado à quitação de dívidas e, ainda, outra parte disponibilizada, nos termos previstos no Quadro acima, para livre utilização do EMITENTE, sendo que, o EMITENTE, determina e autoriza que, o valor líquido do empréstimo liberado em seu favor seja disponibilizado, mediante crédito diretamente na conta corrente de titularidade de terceira pessoa, devidamente identificada neste instrumento como INTERVENIENTE QUITANTE, no

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

Preâmbulo desta CCB, para que este, por conta e ordem do EMITENTE, realize a quitação de dívidas de sua titularidade.

4.1. O EMITENTE pagará por esta CCB ao CREDOR ou a quem este vier a indicar, em moeda corrente nacional, o Valor do Crédito acrescido de encargos, conforme expressamente indicado na cláusula 2 acima, calculados desde a data da liberação do Valor do Crédito ao EMITENTE até a data do seu respectivo pagamento integral ao CREDOR ou a quem este vier a indicar, acrescidos, quando aplicáveis, dos encargos moratórios, conforme disposto na presente CCB.

4.2. O EMITENTE declara ter expresso conhecimento de que os juros ajustados para o empréstimo a que se refere à presente CCB são calculados, sempre e invariavelmente, de forma diária (*pro rata die*) e capitalizada, conforme permitido pela legislação aplicável.

4.3. O EMITENTE declara que tomou conhecimento do cálculo do CET indicado no item 2.5 acima, previamente à operação de empréstimo contratada por meio da presente CCB, através de planilha de cálculo que lhe foi apresentada pelo CREDOR.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E PRAZO

5.1. Depósito em Conta Corrente: Fica o EMITENTE instruído pelo CREDOR, em caráter irrevogável e irretratável, a depositar na conta e na data de vencimento indicada na cláusula 2 acima, de titularidade do CREDOR ou a quem este vier a indicar ("Conta Corrente"), os valores relativos à CCB, acrescidas dos respectivos encargos e remunerações previstas na cláusula 2 acima, inclusive debitar os valores correspondentes a mora, IOF, tarifas e demais despesas aqui previstas.

6. DO ATRASO NO PAGAMENTO E ENCARGOS MORATÓRIOS

6.1. Na hipótese de inadimplemento ou mora, o EMITENTE estará obrigado a pagar ao CREDOR ou a quem este indicar, cumulativamente, além da quantia correspondente à dívida em aberto, os seguintes encargos ("Encargos"):

a) Juros remuneratórios nos mesmos percentuais das taxas contratadas nessa CCB, calculados a partir do vencimento da(s) parcela(s) em aberto até a data do efetivo pagamento;

b) Juros de mora à razão de 1% a.m. (um por cento ao mês) calculados a partir do vencimento da(s) parcela(s) em aberto até a data do efetivo pagamento;

c) Multa contratual, de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) incidente sobre o montante atualizado (juros remuneratórios e juros de mora) total do débito apurado e não pago;

d) Na hipótese de o CREDOR vir a ser compelido a recorrer a meios administrativos ou judiciais para receber o seu crédito, as despesas de cobrança, estas limitadas a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo devedor e, havendo procedimento judicial, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados judicialmente.

7. DO VENCIMENTO ANTECIPADO

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

7.1. Além das demais hipóteses estabelecidas em lei e nesta CCB, a dívida aqui contraída pelo EMITENTE, a partir do primeiro dia útil da liberação do Valor do Crédito, reputar-se-á antecipadamente vencida, facultando-se ao CREDOR da CCB exigir a imediata e integral satisfação de seu crédito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial de qualquer espécie, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil (conforme abaixo definido) e, ainda, nas seguintes hipóteses:

a) Se ocorrer inadimplemento de qualquer obrigação assumida pelo EMITENTE em consonância com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, principalmente no que tange ao pagamento das parcelas devidas em decorrências do empréstimo a ele concedido por força da presente CCB;

b) Se ocorrer inadimplemento pelo EMITENTE suas obrigações decorrentes de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o CREDOR e/ou com quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelo CREDOR ou seu cessionário, e/ou com terceiros, e/ou rescisão ou declaração de vencimento antecipado dos respectivos documentos, por culpa do EMITENTE;

c) Se for protestado qualquer título de responsabilidade do EMITENTE, em razão do inadimplemento de obrigação cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), sem que a justificativa para tal medida tenha sido apresentada ao CREDOR, no prazo que lhe tiver sido solicitada ou, sendo ou tendo sido apresentada a justificativa, se esta não for considerada satisfatória pelo CREDOR ou a quem este vier a indicar, ressalvado o protesto tirado por erro ou má-fé do respectivo portador;

d) Se o EMITENTE for inscrito no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo – CCF, ou, ainda, constem informações negativas a seu respeito no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, que, a critério do CREDOR, possa afetar a sua capacidade de cumprir as obrigações assumidas na presente CCB;

e) se o EMITENTE se tornar insolvente;

f) Se for comprovada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido respectivamente firmada, prestada ou entregue pelo EMITENTE;

g) Se o EMITENTE sofrer qualquer (quaisquer) medida(s) judicial(ais) ou extrajudicial(ais) que por qualquer forma, possa(m) afetar negativamente os créditos do empréstimo e/ou as garantias conferidas ao CREDOR;

h) Se a garantia da CCB, ora constituída e/ou que venha a ser eventualmente convencionada, por qualquer fato atinente ao seu objeto ou prestador se tornar inábil, imprópria, ou insuficiente para assegurar o pagamento da dívida, e desde que não seja substituída, ou complementada, quando solicitada por escrito pelo CREDOR ou a quem este vier a indicar;

i) Se, sem o expresso consentimento do CREDOR da CCB ocorrer a transferência a terceiros dos direitos e obrigações do EMITENTE, previstos nesta CCB;

j) Se, sem o expresso consentimento do CREDOR da CCB ocorrer alienação, cessão, doação ou transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos de propriedade do EMITENTE, que, no entendimento do CREDOR, possam levar ao descumprimento das obrigações previstas na presente CCB;

k) Se, sem o expresso consentimento do CREDOR da CCB, o EMITENTE tiver total ou parcialmente, o seu controle acionário, direto ou indireto, cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado ou modificado, conforme aplicável;

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

7.2. No caso de falta de pagamento de qualquer parcela(s) na(s) data(s) de seu(s) respectivo(s) vencimento(s), o CREDOR ou a quem este vier a indicar, poderá, por mera liberdade e sem que tal situação caracterize novação ou alteração das condições estabelecidas nesta CCB – optar pela cobrança somente da(s) parcela(s) devida(s) em aberto, comprometendo-se o EMITENTE, em contrapartida, a liquidá-la(s) imediatamente quando instado(s) para tal, sob pena de ultimar-se o vencimento antecipado de toda a dívida;

7.2.1. Declarado o vencimento antecipado de toda a dívida, o CREDOR apresentará ao EMITENTE notificação contendo o saldo devedor final, incluindo principal, juros, encargos, despesas e tributos, a ser pago pelo EMITENTE no dia útil imediatamente subsequente ao recebimento de referida notificação, sob pena de ser considerado em mora, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial;

7.2.2. Na declaração de vencimento antecipado da dívida pelo credor da CCB, além do valor apurado nos termos do item 7.2.1 acima, serão acrescidos a este valor os encargos previstos na cláusula 6.

8. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

8.1. O EMITENTE poderá liquidar antecipadamente, total ou parcialmente, suas obrigações decorrentes desta CCB indicadas na Planilha de Cálculo do Anexo II. Para tanto, o EMITENTE deverá encaminhar ao CREDOR, solicitação por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

8.1.1. Na hipótese de pagamento parcial ou de sucessivos pagamentos parciais do salvo devedor indicado na Planilha de Cálculo constante do Anexo II e demais juros e encargos aplicáveis, do montante a ser pago na Data de Vencimento será deduzido o valor efetivamente pago na data de cada amortização parcial.

8.1.2. Nas situações em que as despesas associadas à contratação realizada por meio desta CCB forem também objeto de financiamento ou empréstimo, essas despesas integrarão igualmente a operação para apuração do valor presente para fins de amortização, total ou parcial, da dívida ainda em aberto.

8.1.3. Sempre que for necessário, a apuração do saldo devedor do EMITENTE, seja para fins de amortização ou para simples ciência, o CREDOR apresentará ao EMITENTE planilha de cálculo detalhada.

9. DECLARAÇÕES

9.1. As Partes signatárias, cada uma por si, declaram e garantem que**:**

(i) possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar a presente CCB, realizar todas as operações e cumprir todas as obrigações aqui assumidas, bem como dos instrumentos de garantia, tendo tomado todas as medidas de natureza societária e outras eventualmente necessárias para autorizar a sua celebração, implementação e cumprimento de todas as obrigações constituídas;

(ii) a celebração desta CCB e o cumprimento das obrigações de cada uma das Partes: (a) não violam qualquer disposição contida nos seus documentos societários; (b) não violam qualquer lei, regulamento, decisão judicial, administrativa ou arbitral, aos quais a respectiva Parte esteja vinculada; (c) não exigem qualquer consentimento, ação ou autorização, prévia ou posterior, de terceiros;

(iii) esta CCB é validamente celebrada e constitui obrigação legal, válida, vinculante e exequível contra cada uma das Partes, de acordo com os seus termos;

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

(iv) cada Parte está apta a cumprir as obrigações ora previstas nesta CCB e agirá em relação à mesma de boa-fé e com lealdade;

(v) nenhuma Parte depende economicamente uma da outra;

(vi) nenhuma das Partes se encontra em estado de necessidade ou sob coação para celebrar esta CCB e/ou quaisquer contratos e compromissos a ela relacionados e acessórios;

(vii) as discussões sobre o objeto contratual, crédito, encargos incidentes e obrigações acessórias, oriundos desta CCB, foram feitas, conduzidas e implementadas por livre iniciativa das Partes;

(viii) o CREDOR e o EMITENTE são pessoas devidamente estruturadas, qualificadas e capacitadas para entender a estrutura financeira e jurídica objeto desta CCB, e estão acostumadas a celebrar, em seus respectivos campos de atuação e títulos semelhantes aos previstos nesta CCB, não havendo entre as Partes qualquer relação de hipossuficiência ou ainda natureza de consumo na relação aqui tratada; e

(ix) Anuem com a formalização desta CCB por meio de todas as formas em direito admitidas, incluindo meios eletrônicos e plenamente eficazes, ainda que seja estabelecida assinatura e aceitação eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP – Brasil, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor no Brasil.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Tolerância: A tolerância não implica perdão, renúncia, novação ou alteração da dívida ou das condições aqui previstas e o pagamento do principal, mesmo sem ressalvas, não será considerado ou presumido a quitação dos encargos. Dessa forma, as Partes acordam que qualquer prática diversa da aqui pactuada, mesmo que reiterada, não poderá ser interpretada como novação.

10.2. Independência das Cláusulas: Se qualquer item ou cláusula desta CCB vier a ser considerado ilegal, inexequível ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas continuarão em vigor, plenamente válidos e eficazes. As Partes, desde já, se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou cláusula ilegal, inexequível ou ineficaz. Nessa negociação, deverá ser considerado o objetivo das Partes na data de assinatura dessa CCB, bem como o contexto no qual o item ou cláusula ilegal, inexequível ou ineficaz foi inserido.

10.3. Comunicação aos Serviços de Proteção ao Crédito: Na hipótese de ocorrer descumprimento de qualquer obrigação ou atraso no pagamento, o CREDOR ou a quem este vier a indicar poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como Serasa Experian ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando o nome do EMITENTE.

10.4. Reforço de Garantias: O CREDOR poderá, a qualquer tempo, exigir reforço de garantias, ou substituição da mesma nos casos em que determinadas características do bem impeçam o registro efetivo do ônus ou quando fatos supervenientes venham, sob qualquer forma, abalar ou diminuir o valor e ou liquidez dessas garantias, ficando estipulado o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua solicitação, pelo CREDOR, por carta sob protocolo ou registro postal, para que o EMITENTE providencie o respectivo reforço ou substituição, sob pena do imediato vencimento da presente CCB, independentemente de interpelação judicial ou notificação judicial ou extrajudicial.

10.4.1. No caso de substituição do bem objeto da garantia, sua efetiva constituição deverá se dar através de registro junto aos Cartórios competentes em até 15 (quinze) dias da data da solicitação por parte do

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

CREDOR ou a quem este vier a indicar, sendo de responsabilidade do EMITENTE os custos e despesas para sua efetivação.

10.5. Alteração da CCB: A presente CCB somente poderá ser alterada mediante aditivo próprio devidamente assinado pelas Partes.

10.6. Comunicação ao Sistema de Informação de Créditos ("SCR"): O CREDOR, neste ato, comunica ao EMITENTE que a presente operação de empréstimo, será registrada no SCR gerido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), que tem por finalidade subsidiar o BACEN para fins de supervisão de risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e ainda intercambiar informações entre as instituições financeiras.

10.6.1. Em decorrência disso, o EMITENTE autoriza o CREDOR ou a quem este indicar, a qualquer tempo: a (i) efetuar consultas ao Sistema de Informações de Crédito – SCR – do Banco Central do Brasil ("SCR"), nos termos da Resolução nº 3.658, do Conselho Monetário Nacional, de 17.12.2008, conforme alterada e os serviços de proteção ao crédito SPC, Serasa e outras em que o CREDOR seja cadastrado; (ii) fornecer ao Banco Central do Brasil informações sobre esta CCB, para integrar o SCR; e (iii) proceder conforme disposições que advierem de novas exigências feitas pelo Banco Central do Brasil ou autoridades.

10.6.2. O EMITENTE poderá ter acesso aos dados constantes em seu SCR, por meio de central de atendimento ao público do BACEN.

10.6.3. Em caso de discordância quanto às informações do SCR, bem como pedidos de correções, o EMITENTE deverá entrar em contato com a Ouvidoria do CREDOR, nos termos da cláusula 10.12 abaixo.

10.7. Efeitos do CCB: As Partes convencionam que as obrigações pecuniárias estipuladas na presente CCB passam a vigorar a partir da liberação do crédito pelo CREDOR, antes disso, a presente cédula poderá ser cancelada a qualquer tempo por ato discricionário do CREDOR.

10.8. Irrevogabilidade e Irretratabilidade: A presente CCB é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes, seus herdeiros e/ou sucessores.

10.9. Base de Dados: O EMITENTE declara e concorda expressamente que ao firmar a presente CCB passará a fazer parte integrante da base de clientes do CREDOR ou a quem este vier a indicar, autorizando, assim através das informações cadastrais que o CREDOR ou a quem este vier a indicar possui a respeito dele o oferecimento de produtos e/ou serviços.

10.9.1. O **EMITENTE**, neste ato: **(i)** autoriza os gestores de bancos de dados de que trata a Lei nº 12.414/2011, a disponibilizar ao CREDOR seus históricos de crédito, os quais abrangerão os dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito, empréstimo e obrigações de pagamento adimplidas em seus respectivos vencimentos, incluindo aquelas a vencer, constantes de banco(s) de dados, com a finalidade única e exclusiva de subsidiar a análise e a eventual concessão de crédito, a venda a prazo e/ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro, pelo prazo estabelecido pelas normas vigentes; e **(ii)** declara-se ciente de que poderão revogar, a qualquer tempo, a autorização referida no item acima perante o gestor do mencionado banco de dados.

10.9.2. O **EMITENTE** e todos os demais signatários desta CCB, neste ato, autorizam ao CREDOR a tratar, conforme definição da Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), todas as informações sobre eles, e fazer o uso compartilhado, dentro do CREDOR e das demais empresas de seu grupo econômico, dessas informações, incluindo, mas não se limitando, para as seguintes finalidades e atos a elas relacionados: **(i)** identificação e qualificação das pessoas acima referidas; **(ii)** verificação da adequação de produtos e serviços ao perfil dessas pessoas e oferta de produtos e serviços a elas; **(iii)**

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

apresentação de propostas, contratação e cumprimento de contratos; **(iv)** avaliação e acompanhamento de situação econômico-financeira; **(v)** cumprimento de obrigações legais, regulatórias e autorregulatórias; **(vi)** exercício regular de direitos; e **(vii)** prevenção e identificação de fraudes e identificação e prevenção e gerenciamento de riscos à segurança.

10.10. Ouvidoria: O EMITENTE declara ter ciência de que o CREDOR disponibiliza um canal de Ouvidoria para que sejam feitas sugestões e/ou reclamações através do telefone 0800 746 4644.

10.11. Legislação: Aplica-se à presente CCB, as disposições da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004, e posteriores alterações ("Lei 10.931"), declarando o EMITENTE ter conhecimento que a presente CCB é um título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor.

10.11.1. O EMITENTE declara ter ciência que: (i) o CREDOR integra o Sistema Financeiro Nacional, submetendo-se à disciplina e regras pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil; e (ii) as taxas de juros cobradas nas operações financeiras realizadas pelo CREDOR, incluindo a presente CCB, não estão submetidas ao limite de 12% (doze por cento) ao ano, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, sendo legítima a cobrança de juros e encargos superiores a esse percentual.

10.11.2. Se vier a tornar impossível a aplicação das regras previstas nesta CCB, seja por força de eventual caráter cogente de imperativos legais que venham a ser baixados, seja em decorrência de ausência de consenso entre as Partes, considerar-se-á rescindida esta CCB e, em consequência, a dívida dela oriunda se considerará antecipadamente vencida, da mesma forma e com os mesmos efeitos previstos, efetivando-se a cobrança de juros "*pro-rata temporis*".

10.12. Cessão ou Endosso: O CREDOR fica expressamente autorizado a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e independentemente da prévia anuência do EMITENTE, a ceder a terceiros os direitos de crédito que detém em razão desta CCB, bem como a transferi-la a terceiros mediante endosso da "via negociável", sendo certo que a cessão ou o endosso não caracterizarão violação do sigilo bancário em relação ao EMITENTE. Ocorrendo a cessão ou o endosso, o cessionário/endossatário desta CCB em conjunto com o CREDOR enviarão uma notificação a respeito da cessão ou endosso desta CCB na forma do Anexo III e o cessionário/endossatário assumirá automaticamente a qualidade de credor desta CCB, passando a ser titular de todos os direitos e obrigações dela decorrentes. O EMITENTE compromete-se a realizar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desta CCB em benefício do respectivo cessionário, sucessor ou endossatário na conta corrente indicada na notificação que o EMITENTE vier a receber na forma do Anexo III, inclusive constituindo a Garantia Real diretamente em seu favor, caso não constituída, à época de tal cessão ou endosso. Nos termos desta CCB, o CREDOR realizará o endosso completo da presente CCB, na forma do termo de endosso que consta ao final da presente CCB, nos moldes do Anexo I.

10.12.1. A cessão dos direitos sempre compreenderá os acessórios, títulos, instrumentos que os representam e anexos. De tal forma, ao formalizar a cessão dos direitos de crédito, por meio de Contrato de Cessão, o CREDOR estará cedendo, automaticamente, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações, legal e contratualmente previstas, que sejam inerentes ao direito de crédito cedido, inclusive: (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do respectivo EMITENTE, para exigir o cumprimento da obrigação de pagamento, ou visando resguardar qualquer direito; (iii) as garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais; e (iv) o direito de declarar o direito de crédito vencido antecipadamente, nas hipóteses contratadas com o EMITENTE e naquelas previstas na legislação aplicável.

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

10.12.2. Após o endosso pelo CREDOR desta CCB, o EMITENTE desde já, reconhece a validade da emissão e do endosso desta CCB de forma física ou eletrônica, o que é feito com base no art. 889, §3º, do Código Civil.

10.12.3. Na hipótese de transferência da presente CCB via endosso ou cessão, o seu novo titular ficará automaticamente sub-rogado em todos os direitos e garantias que cabiam ao CREDOR original, independentemente de qualquer formalidade, passando a ter acesso livre e direto a todas as informações relacionadas à operação bancária e respectivas garantias, a exemplo de duplicatas e/ou direitos creditórios e/ou quaisquer outras garantias eventualmente constituídas, reconhecendo o EMITENTE que o novo titular da CCB possui o inequívoco direito de acompanhar detidamente todo o andamento da operação bancária, motivo pelo qual, da mesma forma, estará automaticamente sub-rogado a consultar as informações consolidadas em seu nome, no SCR, SERASA – Centralização de Serviços os Bancos S.A. e quaisquer outros órgãos, entidades ou empresas, julgados pertinentes pelo CREDOR, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes da presente CCB.

10.12.4. O EMITENTE está integralmente cientes e de acordo com o seguinte: (i) qualquer litígio ou questionamento, judicial ou extrajudicial, que possa vir a ser ajuizado, deverá ser ajuizado, àquele portador endossatário da CCB na data do ajuizamento do litígio ou questionamento; e (ii) o ajuizamento de qualquer ação, judicial ou extrajudicial, pelo EMITENTE contra o CREDOR, após o mesmo ter endossado esta CCB para terceiro, sujeitará o EMITENTE ao pagamento de indenização por perdas e danos, e ressarcimento de todo e quaisquer custos e despesas que o CREDOR venha a incorrer (incluindo honorários advocatícios) para defesa de seus direitos no respectivo litígio.

10.13. Emissão de Certificados de CCB: O CREDOR ou a quem este vier a indicar poderá emitir certificados de CCB com lastro no presente título, podendo negociá-los livremente no mercado.

10.13.1. Caso haja a emissão do certificado referido no item 10.14, a presente CCB ficará custodiada em instituição financeira autorizada, a qual passará a proceder às cobranças dos valores devidos, junto ao EMITENTE.

10.13.2. O EMITENTE desde já se declara de acordo com a emissão do certificado referido no item 10.15, obrigando-se a atender às solicitações da instituição custodiante, bem como, aceitam a cessão de crédito, independentemente de qualquer aviso ou formalidade.

10.14. Do Registro: Caso seja estipulado na cláusula 2, item 2.12 supra, a realização de registro desta CCB, perante entidade registradora autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) qualquer cessão ou endosso desta operar-se-á exclusivamente na forma eletrônica, no âmbito do Sistema Nacional de Ativos da Registradora, ou qualquer outro sistema que vier a substituí-lo.

10.14.1. O CREDOR será o responsável por promover o registro desta CCB, estando para tanto, regularmente autorizado a praticar todo e qualquer ato útil ou necessário para tal registro.

10.15. O EMITENTE autoriza o CREDOR**,** em caráter irrevogável e irretratável, a debitar na(s) conta(s) indicada(s) no preâmbulo desta CCB, todas as tarifas, atuais ou que venham a ser previstas e/ou estabelecidas pelo CREDOR, de acordo com as normas do BCB, constantes na tabela de tarifas vigente, bem como taxas e despesas, relativas a esta CCB.

10.16. O endosso e a cessão desta CCB implicam a transferência de todos os direitos e prerrogativas que são inerentes ao CREDOR, conforme artigo 893 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil").

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

10.17. O EMITENTE, neste ato, acorda que para todas as comunicações e notificações, serão observados os dados constantes do preâmbulo desta CCB, inclusive número de telefonia móvel e o uso de plataformas de comunicação instantânea, exemplificativamente, mas não se limitando, a *Whatsapp* e *Telegram*. Restando acordado que, todas as comunicações e notificações decorrentes desta CCB deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: a) quando da transmissão por plataforma de comunicação instantânea, ou b) quando por envio para o e-mail declarado no preâmbulo, independentemente de certificação digital, nos termos do § 2º, art. 10, da MP 2.200-2.

10.17.1. Para efeito de qualquer notificação, serão observados os dados constantes do preâmbulo deste Instrumento, que somente poderão ser alterados por notificação enviada aos demais signatários desta CCB, comunicando expressamente as alterações dos dados para contato, em especial os endereços físicos, de telefonia móvel e eletrônicos, sob pena de serem consideradas válidas e recebidas as comunicações realizadas conforme constante nesta CCB.

10.18. Assinatura Eletrônica. Em caso de contratação eletrônica, o EMITENTE ratifica que admite como válido, para fins de comprovação de autoria e integridade, a assinatura e informações constantes no presente documento, as quais foram capturadas de forma eletrônica e utilizadas nesta Cédula, constituindo título executivo extrajudicial nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.931 2004 e para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001.

10.19 Foro: Ajustam as Partes que será sempre competente para conhecer e dirimir qualquer questão oriunda ou decorrente da presente CCB, o foro da Comarca de São Paulo/SP, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, reservando-se o CREDOR o direito de optar, a seu exclusivo critério, pelo foro da sede da EMITENTE.

10.20. A presente CCB é emitida e firmada na forma eletrônica, de tal forma que, o EMITENTE declara ter lido previamente a presente CCB e não ter dúvidas sobre qualquer de suas condições. O EMITENTE declara também que está na posse de uma via eletrônica desta cédula e que reconhece ser o CREDOR o possuidor da única via negociável eletrônica, assim como declara ter ciência, nos termos da Lei nº 10.931, de que esta CCB é um título de crédito emitido unilateralmente e não possui como obrigatoriedade a assinatura do CREDOR e/ou de testemunhas para a sua validade.

10.21. Estando assim convencionadas e pactuadas, firmam as Partes o presente instrumento, sendo esta CCB emitida em 1 (uma) única via negociável exclusivamente pelo CREDOR.

Porto Alegre/RS, 02 de junho de 2023.

_____
UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CREDOR

_____
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA e AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
EMITENTE

_____
MATRI INVESTIMENTOS LTDA
INTERVENIENTE QUITANTE

(Esta Página é parte integrante da Cédula de Crédito Bancário nº 33363, emitida por AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, AMARIO CASSIMIRO DA SILVA, CPF/MF sob nº 038.807.291-15, em favor de UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., CNPJ 39.587.424/0001-30, em 02 de junho de 2023)

www.uy3.com.br | privacidade@uy3.com.br

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

Testemunhas:

Nome:	**Nome:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

ENDOSSO

A **UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A,** inscrita no CNPJ sob o nº 39.587.424/0001-30, ENDOSSA a CCB nº 33363, para **CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 44.395/637/0001-08.

Porto Alegre/RS, 02/06/2023. _____

Endossante

(Esta Página é parte integrante da Cédula de Crédito Bancário nº 33363, emitida por AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, AMARIO CASSIMIRO DA SILVA, CPF/MF sob nº 038.807.291-15, em favor de UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., CNPJ 39.587.424/0001-30, em 02 de junho de 2023)

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

ANEXO I
TERMO DE ENDOSSO DA CCB

TERMO DE ENDOSSO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 33363

UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.*, instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob nº 39.587.424/0001-30, com sede na Av. Dr. Nilo Peçanha, 1221, sala 1302, CEP 91330-000, Porto Alegre/RS, neste ato, representada na forma do seu Estatuto Social ("Endossante"), realiza, neste ato, em 02 de junho de 2023, às 10 horas, o endosso em preto da Cédula de Crédito Bancário nº 33363, emitida por AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e AMARIO CASSIMIRO DA SILVA ("Emitente") em 02 de junho de 2023 ("CCB") ("Endosso"), mediante mera transferência de titularidade, sem garantia ou coobrigação do endossante, ao* ***CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS****, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado inscrito no CNPJ/ME sob nº 44.395.637/0001-08, na qualidade de endossatário ("Endossatário"), neste ato representado por sua gestora BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 devidamente autorizada a exercer a atividade de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 2002, de 26 de Julho de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Cláudio Soares, nº 72 – 14º andar, Cj.1410 e sua administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40 . O Endossante, portanto, mediante o presente Endosso, fica desobrigado em relação à CCB e de toda e qualquer condição que tenha dado origem aos compromissos, direitos, obrigações ou garantias precedentes ou futuras da CCB, conforme previsto no artigo 15 do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Comerciais, promulgada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966. .*

Após o Endosso da CCB pelo Endossante ao Fundo, o Emitente desde já, reconhece a validade da emissão e do Endosso desta CCB de forma eletrônica, com base no art. 889, §3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

O Emitente e o Endossatário, desde já, ***(A)*** *exoneram o Endossante de toda e qualquer responsabilidade em relação* ***(i)*** *à veracidade e exatidão das informações e documentação fornecidas pelo Emitente e demais partes signatárias, e* ***(ii)*** *ao acompanhamento e formas de cobrança do cumprimento das obrigações assumidas nesta CCB; e* ***(B)*** *reconhecem a validade da emissão da CCB, bem como do Endosso.*

UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A
CNPJ nº 39.587.424/0001-30
ENDOSSANTE

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
representado por BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA - CNPJ nº 44.696.473/0001-40 e SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A CNPJ 62.285.390/0001-40
ENDOSSATÁRIO

(Esta Página é parte integrante da Cédula de Crédito Bancário nº 33363, emitida por AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, AMARIO CASSIMIRO DA SILVA, CPF/MF sob nº 038.807.291-15, em favor de UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., CNPJ 39.587.424/0001-30, em 02 de junho de 2023)

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

ANEXO II

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº 33363

Planilha de Cálculo

Vencimento	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Índice de Correção	Parcela
02/06/2023	R$ 1.742.625,12	R$ 0,00	R$ 0,00	100% CDI	0
31/12/2024	R$ 2.267.792,25	R$ 1.765.395,42	R$ 502.396,83	100% CDI	1

Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090 - Chave: 5134A1C4
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=5134A1C4

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349147
Número do documento: 23060516101683100001636349147

Certifica

Documento assinado por:

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: 01 CCB UY3_Matri Dr Amario.pdf
Código do Documento: 157641948
Tipo do Documento: DOCUMENTOS DE CESSÃO - CCB (6)
Nome do P7S: QCECT00157641948.pdf.p7s
Tamanho: 403.84 Kb
Data do Recebimento: 02/06/2023 09:45:40
Hash (SHA1): B6B616A4FB48647426313944DABDB712EB768090

Documento **Validador**

Assinante: TABARE GUSTAVO ACOSTA CABRERA:97720801091
Data da Assinatura: 02/06/2023 10:07:38
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DO CEDENTE

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3
Emitido para: TABARE GUSTAVO ACOSTA CAB
E-mail: TABA@UY3.COM.BR
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Número de Série: 6385684855290778789
Válido de: 09/12/2022 11:24:42 **até:** 09/12/2025 11:24:42

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 3806142
Data e Hora (local): 02/06/2023 10:07:46 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 13:07:46

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: B5D6 **Emissor:** AC SAFEWEB RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:20:11 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:20:11

Assinante: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA:03880729115
Data da Assinatura: 02/06/2023 12:09:04
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DO EMITENTE

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3
Emitido para: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA:0
E-mail: amariocassimiro@gmail.com
Emitido por: AC VALID RFB v5
Número de Série: 801265824908373632
Válido de: 03/03/2021 15:36:15 **até:** 03/03/2024 15:36:15

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 3823440
Data e Hora (local): 02/06/2023 12:09:10 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 15:09:10

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 18855 **Emissor:** AC VALID RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 11:35:55 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:35:55

Assinante: LETICIA MESSIAS
Data da Assinatura: 02/06/2023 13:11:09
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DA CONSULTORIA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido

Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3
Emitido por: AC OAB G3
Emitido para: LETICIA MESSIAS
Número de Série: 132849307601169082009037351305779347 7
E-mail: leticia_messias@hotmail.com
Válido de: 30/09/2022 09:48:34 **até:** 29/09/2025 09:48:34

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4617906
Data e Hora (local): 02/06/2023 13:11:19 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 16:11:19

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1BAEA **Emissor:** AC OAB G3
Data de efetivação: 02/06/2023 13:06:03 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 14:06:03

PRIMEIRO ADITIVO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 33363

De um lado:

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, com CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA,** brasileiro, casado em separação total de bens, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 6.603, portador da cédula de identidade RG nº 4.920.997-8, inscrito no CPF/MF sob nº 038.807.291-15, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angatuba, nº 716, Pacaembú, CEP: 01247-000, endereço de e-mail: amariocassimiro@gmail.com e número de telefone móvel/WhatsApp: (11) 97128-9252. ("EMITENTE");

E, de outro:

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 28 de novembro de 2001, conforme alterada, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e pela Instrução CVM n.º 444, de 8 de dezembro de 2006, conforme alterada, inscrito no CNPJ sob o nº 44.395.637/0001-08 ("CREDOR"), representado por seu gestor BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 e sua administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40, devidamente autorizados pela CVM a exercer a atividadede prestação de serviços de gestão e administração de carteira de valores mobiliários, respectivamente, por meio do Ato Declaratório n.º 2002, expedido em 26/07/2022, neste ato representada de acordo com seu contrato social (sendo EMITENTE, em conjunto com o CREDOR, simplesmente, as "**PARTES**").

CONSIDERANDO QUE:

a) Em **02/06/2023**, o EMITENTE emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 33363 ("CCB"), em face de UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A ("Credor Primário"), no âmbito da qual foi pactuada operação de crédito no valor de R$ 1.742.625,12 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e doze centavos) ("Valor do Crédito"), o qual deverá ser pago pelo EMITENTE, na forma estabelecida na referida CCB;

b) A referida CCB contou com a previsão de constituição de garantia por meios de constituição de novas garantias reais;

c) Na mesma data de emissão da CCB, a referida CCB foi cedida pelo Credor Primário ao CREDOR ora qualificado, que passou a ser o titular da CCB e suas garantias, presentes e futuras; e

d) Em razão da constituição da Garantia Real (conforme definido na CCB), as **PARTES**, de comum acordo e imbuídas de boa-fé negocial, decidem por incluir determinadas condições, termos, obrigações e declarações na CCB, de forma a consolidar sua nova redação.

RESOLVEM as **PARTES**, entre si e de comum acordo, celebrar o presente "*Primeiro Aditamento à Cédula de Crédito Bancário Nº 33363"* ("Aditivo") para que a CCB conste das seguintes novas condições:

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO

1.1. **Forma de Liberação do crédito**. Considerando que, para a firme, segura e valiosa formalização da CCB e a legítima constituição da Garantia Real, o EMITENTE deverá regularizar e/ou outorgar a devida permissão para que o CREDOR, caso aplicável, regularize débitos que possam afetar adversamente a excussão da Garantia Real, de modo que as **PARTES** desejam alterar a Cláusula 2.7. da CCB, para que ela passe a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação:

> *2.7. **Forma de Liberação do Crédito:** a liberação do Valor do Crédito deverá ocorrer na forma das Cláusulas 2.7.1. e 2.7.2.*
>
> > *2.7.1. O CREDOR liberará o Valor do Crédito na Conta nº 42152-9, Agência nº 2243, Banco nº 237 – BANCO BRADESCO ("Data de Liberação do Crédito"), em até 2 (dois) dias úteis a contar da data da assinatura desta CCB, transcorrido este prazo sem a liberação dos recursos em favor do EMITENTE, esta cédula estará para todos os efeitos automaticamente cancelada.*
> >
> > *2.7.2. O montante referente a uma parcela exata de R$ 0,00 (zero reais) do Valor do Crédito será aplicado na quitação dos débitos que o EMITENTE possui em aberto abaixo descritos ("Débitos"), a serem pagos pelo CREDOR por conta e ordem do EMITENTE conforme expressa e irrevogavelmente indicado pelo EMITENTE na Cláusula 2.7.2.1. abaixo:*
>
> | *Natureza do Débito* | *Instrumento para Quitação* |
> |---|---|
> | *n/a* | *n/a* |
>
> > *2.7.2.1. Neste ato, o EMITENTE outorga ao CREDOR o poder de quitar os Débitos por sua conta e ordem, confirmando a sua intenção de quitar os débitos necessários para a regular formalização da CCB e da Garantia Real a ela vinculada e a sua anuência com tal quitação.*

1.2. Garantia. Por meio do presente Aditivo, em virtude da constituição da Garantia Real, por meio da celebração, pelas **PARTES**, do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia na presente data, as **PARTES** desejam alterar a Cláusula 3.1. da CCB, de modo que passe a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação:

> *3.1. A fim de assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo EMITENTE na presente CCB, esta CCB é garantida pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do precatório identificado e descrito abaixo*

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

("Precatório"), conforme Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia celebrado entre o EMITENTE e o CREDOR em 02/06/2023:

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0112538-04.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 241.174,32*
Data base	*08/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0009424-76.2006.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 369.270,28*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0162320-77.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 64.071,83*
Data base	*02/2020*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0016189-73.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 81.908,69*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0145549-24.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 154.715,54*
Data base	*08/2018*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0010414-77.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 219.348,93*

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0153499-84.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 216.120,44*
Data base	*09/2018*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0017174-76.1999.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 291.669,50*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0153438-29.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 47.555,84*
Data base	*06/1998*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0009013-77.1999.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 488.044,45*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0157424-88.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 707.189,54*
Data base	*06/2021*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0005644-36.2003.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 817.576,92*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0174503-80.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 121.959,49*
Data base	*03/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0036961-57.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 185.592,88*

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0173432-43.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 178.738,54*
Data base	*02/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0002306-88.2002.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 275.283,34*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0171989-57.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 56.394,88*
Data base	*08/2022*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0000637-68.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 62.008,74*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0173712-14.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 290.718,42*
Data base	*05/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0002301-66.2002.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 439.714,32*

1.3. Pré-Pagamento Obrigatório. Na hipótese de os direitos creditórios oriundos do Precatório (conforme definido na Cláusula 1.1. acima) serem depositados em data anterior à Data de Vencimento (conforme definido na CCB), as **PARTES** convencionam no presente Aditivo que o EMITENTE deverá realizar o pré-pagamento obrigatório do Crédito (conforme definido na CCB), de modo que as **PARTES** decidem alterar o texto da Cláusula 2.8. da CCB e incluir as Cláusulas 5.2., 5.3., 5.4. e 5.5. à CCB, as quais vigorarão com as seguintes redações:

> ***2.8. Pagamento da CCB:*** *O EMITENTE realizará o pagamento em conta corrente do Credor, na forma da Planilha de Cálculo (Anexo II), sendo certo que o Valor do Crédito, a Remuneração e Encargos (conforme aplicável) serão pagos, obrigatoriamente: (i)*

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez; (ii) na Data de Vencimento; ou (iii) mediante a ocorrência da hipótese de Pré-Pagamento Obrigatório.

5.2. *Na hipótese de os direitos creditórios oriundos do Precatório (conforme definido acima) serem depositados em data anterior ("Data do Depósito") à Data de Vencimento indicada no item 2.12. acima o EMITENTE deverá realizar o pré-pagamento obrigatório do principal do Valor do Crédito, acrescido dos eventuais encargos moratórios, multa, despesas e juros aplicáveis na conta corrente indicada pelo CREDOR, em até 3 (três) dias úteis contados da Data do Depósito ("Pré-Pagamento Obrigatório"). Para fins desta Cláusula, entende-se por depósito a disponibilização de qualquer recurso nos autos do(s) processo(s) vinculado(s) ao Precatório ou em qualquer conta judicial atrelada a tal(is) processo(s) pelo(s) Ente(s) Devedor(es) indicado(s) na Cláusula 3.1 acima com o fim de quitação da(s) obrigação(ões) que referido(s) Ente(s) Devedor(es) possui(em) junto ao EMITENTE em decorrência do Precatório, independentemente de o EMITENTE ter transferido ou não tais recursos para conta bancária de sua titularidade.*

5.3. *Após a Data do Depósito, o CREDOR estará autorizado de pleno direito a realizar, nos autos do(s) processo(s) aplicável(is), o levantamento do principal do Valor do Crédito, acrescido dos eventuais encargos moratórios, multa, despesas e juros aplicáveis em conta bancária que o CREDOR indicar nesse momento ("Saldo Devedor"). Não obstante, o CREDOR compromete-se a transferir o montante excedente decorrente da diferença entre o Saldo Devedor e o valor efetivamente levantado com o depósito dos direitos creditórios oriundos do Precatório para a conta corrente de titularidade do EMITENTE informada na Clausula 2.7 em até 30 (trinta) dias contados do efetivo levantamento pelo CREDOR.*

> ***5.3.1.*** *Caso haja alteração na conta corrente para pagamento de montante excedente, deverá o EMITENTE informar o CREDOR sobre a alteração, ficando o CREDOR desde já isento de qualquer dano ou responsabilidade pelo atraso na transferência quando não informado da alteração antes da Data do Depósito.*

5.4*. Na hipótese de não ocorrer o Pré-Pagamento Obrigatório, o CREDOR poderá seguir com a excussão da Garantia Real, sendo certo que, nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes à data do Pré-Pagamento Obrigatório não incidirão novos juros moratórios sobre o saldo devedor do Crédito.*

5.5. *Na hipótese de o Precatório não ser depositado no ano da Lei Orçamentária Anual ("LOA") para o qual o seu depósito estava o previsto, considerar-se-á automaticamente prorrogada a Data de Vencimento por um prazo adicional de 12 (doze) meses ("Primeira Prorrogação Automática"), sendo certo que incidirá, sem que seja devido qualquer encargo moratório ou multa, no cálculo do saldo devedor reajustado a ser pago na nova data de vencimento apenas a correção monetária e os juros aplicáveis. Ainda, caso também não haja depósito do Precatório no novo ano da LOA para o qual passou a ser previsto, considerar-se-á automaticamente prorrogada referida nova data de vencimento por um prazo adicional de 12 (doze) meses ("Segunda Prorrogação Automática" e, em conjunto com a Primeira Prorrogação Automática, as "Prorrogações Automáticas."), incidindo no cálculo do saldo devedor reajustado a ser pago nessa nova data apenas a correção monetária e os juros aplicáveis e não incorrendo o EMITENTE, portanto, em encargo moratório ou multa.*

> ***5.5.1.*** *Para todos os fins de direito, qualquer menção nesta CCB do termo definido "Data de Vencimento" abrangerá, conforme aplicável, as novas datas de vencimento que sejam definidas em decorrência das respectivas Prorrogações Automáticas.*

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

CLÁUSULA SEGUNDA – CONSOLIDAÇÃO DA CCB

2.1. Diante das alterações realizadas na Cláusula Primeira acima, as **PARTES** resolvem por consolidar a CCB, de forma que sua redação passará a vigorar, integralmente, conforme o Anexo A ao presente Aditivo, superando qualquer entendimento anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. O preâmbulo (*considerandos*) deste Aditivo é parte integrante e inseparável deste, devendo ser considerado como sendo meio válido e eficaz para fins de interpretação do Aditivo, da CCB e de suas respectivas Cláusulas, tudo conforme aditado.

3.2. As **PARTES** elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Aditivo, inclusive para executá-lo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venha a se tornar.

3.3. As **PARTES** reconhecem e concordam que **(i)** este Aditivo e eventuais aditamentos podem ser assinados tanto de forma manuscrita quanto de forma eletrônica, ou de maneira híbrida entre ambas as formas, nos termos da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sendo tais assinaturas aceitas e admitidas como válidas pelas Partes; e **(ii)** conforme disposto na Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, este Aditivo conforme assinado é admitido pelas Partes como autêntico, íntegro e válido. Adicionalmente, este Aditivo será válido e produzirá efeitos desde a sua data aposta neste documento, independentemente de uma ou mais Partes assinarem este Aditivo em data posterior, o que, eventualmente, poderá ocorrer em virtude de procedimentos formais para utilização de assinatura eletrônica, valendo para todos os fins de direito a data aposta neste instrumento em si para regrar os eventos deste Aditivo, para todos os fins e efeitos de direito.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as **PARTES** assinam o presente Aditivo em 1 (uma) única via negociável, exclusivamente para o CREDOR, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo/SP, 02/06/2023.

[Restante da página intencionalmente deixado em branco;
página de assinaturas a seguir]

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

[Página de assinaturas 01/01 do PRIMEIRO ADITIVO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 33363 firmado entre AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e AMARIO CASSIMIRO DA SILVA e CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, em 02/06/2023]

EMITENTE:

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CREDOR:

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
(neste ato, representado por BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA)

Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

Testemunhas:

Nome:	Nome:
RG:	RG:
CPF:	CPF:

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

ANEXO A

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO
Nº 33363

[teor do anexo se inicia na próxima página]

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO
Nº 33363

1. Partes:

I – CREDOR: CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 28 de novembro de 2001, conforme alterada, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e pela Instrução CVM n.º 444, de 8 de dezembro de 2006, conforme alterada, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 44.395.637/0001-08, representado por seu gestor BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 e sua administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40, devidamente autorizados pela CVM a exercer a atividade de prestação de serviços de gestão e administração de carteira de valores mobiliários, respectivamente, por meio do Ato Declaratório n.º 2002, expedido em 26/07/2022, neste ato representada de acordo com seu contrato social .

II – EMITENTE: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, com CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA,** brasileiro, casado em separação total de bens, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 6.603, portador da cédula de identidade RG nº 4.920.997-8, inscrito no CPF/MF sob nº 038.807.291-15, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angatuba, nº 716, Pacaembú, CEP: 01247-000, endereço de e-mail: amariocassimiro@gmail.com e número de telefone móvel/WhatsApp: (11) 97128-9252.

CONSIDERANDO QUE:

a) O EMITENTE declara e garante que está devidamente autorizado a firmar a presente Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), e assumir todas as obrigações aqui pactuadas e cumprir todos os seus termos e condições até quitação final de todas as obrigações aqui estabelecidas, uma vez que as obrigações pecuniárias assumidas nesta CCB são compatíveis com a capacidade econômico-financeira do EMITENTE para honrá-las;

b) O EMITENTE declara e garante que cumpre o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente e não aplicará os recursos decorrentes desta CCB no financiamento de qualquer atividade ou projeto que caracterize crime contra o meio ambiente, que cause poluição e/ou que prejudique o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, obrigando-se a respeitar integralmente as normas contidas nas Leis nº 9.605/98 e nº 9.985/2000 e demais regras complementares; e ainda, que não utilizará os recursos para exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil.

c) A presente CCB é emitida em decorrência de operação de crédito contratada pelo EMITENTE junto ao CREDOR, por meio da plataforma por esta oferecida, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.656, de 26 de abril de 2018, e poderá, a critério do CREDOR, ser emitida eletronicamente.

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Em garantia do integral cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pelo EMITENTE, acima identificado, as Partes resolvem celebrar a presente Cédula de Crédito Bancário, a qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

2. DAS CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

2.1. Valor do Crédito: R$ 1.742.625,12 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e doze centavos);

2.1.1. Custo de Emissão: R$ 8.713,13 (oito mil, setecentos e treze reais e treze centavos)

2.1.2. Valor do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF): R$ 59.460,26 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), calculado nos termos da legislação vigente na data de ocorrência do fato gerador.

2.1.3. Valor Líquido de Crédito: O valor líquido do crédito concedido é de R$ 1.674.451,73 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e três centavos), após o desconto do Custo de Emissão e IOF desta CCB.

2.2. Remuneração:

Para fins de correção monetária, o indexador acordado entre as Partes incidirá sobre o saldo devedor, nos termos da Planilha de Cálculo constante do Anexo II.
Pós-fixado em 100,00% (cem por cento) do CDI da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano calculada e divulgada pela B3 S/A BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("Taxa DI" e "B3", respectivamente).

2.3. Taxa de Juros Efetiva sem indexador:
Ano: 18,15% a.a. (dezoito inteiros e quinze décimos por cento ao ano).

2.4. Custo Efetivo Total ("CET") sem indexador:
Ano: 21,09% (vinte e um inteiros e nove décimos por cento).

2.5. Custo Consolidado
O Custo Consolidado da operação é de 100% da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 18,15% a.a. (dezoito inteiros e quinze décimos por cento ao ano).

2.6. Forma de Liberação do Crédito: O CREDOR disponibilizará o Valor do Crédito Conta nº 42152-9, Agência nº 2243, Banco nº 237 – BANCO BRADESCO, em até 2 (dois) dias úteis a contar da data da assinatura desta CCB; transcorrido este prazo sem a liberação dos recursos em favor do EMITENTE, esta cédula estará para todos os efeitos automaticamente cancelada.

2.7. Forma de Liberação do Crédito: a liberação do Valor do Crédito deverá ocorrer na forma das Cláusulas 2.7.1. e 2.7.2.

2.7.1. O CREDOR liberará o Valor do Crédito na Conta nº 42152-9, Agência nº 2243, Banco nº 237 – BANCO BRADESCO ("Data de Liberação do Crédito"), em até 2 (dois) dias úteis a contar da data da assinatura desta CCB, transcorrido este prazo sem a liberação dos recursos em favor do EMITENTE, esta cédula estará para todos os efeitos automaticamente cancelada.

2.7.2. O montante referente a uma parcela exata de R$ 0,00 (zero reais) do Valor do Crédito

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

será aplicado na quitação dos débitos que o EMITENTE possui em aberto abaixo descritos ("Débitos"), a serem pagos pelo CREDOR por conta e ordem do EMITENTE conforme expressae irrevogavelmente indicado pelo EMITENTE na Cláusula 2.7.2.1. abaixo:

Natureza do Débito	Instrumento para Quitação
n/a	n/a

2.7.2.1. Neste ato, o EMITENTE outorga ao CREDOR o poder de quitar os Débitos por sua conta e ordem, confirmando a sua intenção de quitar os débitos necessários para a regular formalização da CCB e da Garantia Real a ela vinculada e a sua anuência com tal quitação.

2.8. Pagamento da CCB: O EMITENTE realizará o pagamento em conta corrente do Credor, na forma da Planilha de Cálculo (Anexo II), sendo certo que o Valor do Crédito, a Remuneração e Encargos (conforme aplicável) serão pagos, obrigatoriamente: (i) mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez; (ii) na Data de Vencimento; ou (iii) mediante a ocorrência da hipótese de Pré-Pagamento Obrigatório.

2.8.1. Na **falta, extinção, modificação ou anulação** do indexador pactuado, as partes signatárias da presente CCB, desde já, acordam que, ficará a critério do CREDOR eleger o indexador substitutivo, buscando aquele que mais se aproximar dos efeitos de atualização inicialmente vigentes, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro, pelo mesmo período que for considerado extinto, modificado ou anulado referido indexador.

2.9. Liquidação Antecipada: caso o EMITENTE realize o pagamento de suas obrigações oriundas desta CCB antes da Data de Vencimento, na forma prevista na Cláusula 8 desta CCB, será devido o pagamento integral do saldo devedor indicado na Planilha de Cálculo do Anexo II e demais juros e encargos aplicáveis, com exceção do montante de correção decorrente do Pós-Fixado da Taxa DI o qual será calculado até a data dessa liquidação.

2.10. Data de Emissão: 02/06/2023.

2.11. Registro em entidade registradora autorizada pelo Bacen: NÃO.

2.14. Data de Vencimento: 31/12/2024.

2.15. Praça de Pagamento: São Paulo/SP.

3. DAS GARANTIAS

3.1. A fim de assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo EMITENTE na presente CCB, esta CCB é garantida pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do precatório identificado e descrito abaixo ("Precatório"), conforme Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia celebrado entre o EMITENTE e o CREDOR em 02/06/2023:

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0112538-04.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 241.174,32*
Data base	*08/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0009424-76.2006.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 369.270,28*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0162320-77.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 64.071,83*
Data base	*02/2020*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0016189-73.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 81.908,69*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0145549-24.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 154.715,54*
Data base	*08/2018*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0010414-77.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 219.348,93*

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0153499-84.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 216.120,44*
Data base	*09/2018*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0017174-76.1999.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 291.669,50*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0153438-29.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 47.555,84*
Data base	*06/1998*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0009013-77.1999.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 488.044,45*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0157424-88.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 707.189,54*
Data base	*06/2021*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0005644-36.2003.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 817.576,92*

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0174503-80.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 121.959,49*
Data base	*03/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0036961-57.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 185.592,88*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0173432-43.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 178.738,54*
Data base	*02/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0002306-88.2002.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 275.283,34*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0171989-57.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 56.394,88*
Data base	*08/2022*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0000637-68.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 62.008,74*

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0173712-14.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 290.718,42*
Data base	*05/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0002301-66.2002.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 439.714,32*

4. DA CONCESSÃO DO CRÉDITO

4.1. O EMITENTE pagará por esta CCB ao CREDOR ou a quem este vier a indicar, em moeda corrente nacional, o Valor do Crédito acrescido de encargos, conforme expressamente indicado na cláusula 2 acima, calculados desde a data da liberação do Valor do Crédito ao EMITENTE até a data do seu respectivo pagamento integral ao CREDOR ou a quem este vier a indicar, acrescidos, quando aplicáveis, dos encargos moratórios, conforme disposto na presente CCB.

4.2. O EMITENTE declara ter expresso conhecimento de que os juros ajustados para o empréstimo a que se refere à presente CCB são calculados, sempre e invariavelmente, de forma diária (*pro rata die*) e capitalizada, conforme permitido pela legislação aplicável.

4.3. O EMITENTE declara que tomou conhecimento do cálculo do CET indicado no item 2.5 acima, previamente à operação de empréstimo contratada por meio da presente CCB, através de planilha de cálculo que lhe foi apresentada pelo CREDOR.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E PRAZO

5.1. Depósito em Conta Corrente: Fica o EMITENTE instruído pelo CREDOR, em caráter irrevogável e irretratável, a depositar na conta e na data de vencimento indicada na cláusula 2 acima, de titularidade do CREDOR ou a quem este vier a indicar ("Conta Corrente"), os valores relativos à CCB, acrescidas dos respectivos encargos e remunerações previstas na cláusula 2 acima, inclusive debitar os valores correspondentes a mora, IOF, tarifas e demais despesas aqui previstas.

5.2. Na hipótese de os direitos creditórios oriundos do Precatório (conforme definido acima) serem depositados em data anterior ("Data do Depósito") à Data de Vencimento indicada no item 2.12. acima o EMITENTE deverá realizar o pré-pagamento obrigatório do principal do Valor do Crédito, acrescido dos eventuais encargos moratórios, multa, despesas e juros aplicáveis na conta corrente indicada pelo CREDOR, em até 3 (três) dias úteis contados da Data do Depósito ("Pré-Pagamento Obrigatório"). Para fins desta Cláusula, entende-se por depósito a disponibilização de qualquer recurso nos autos do(s) processo(s) vinculado(s) ao Precatório ou em qualquer conta judicial atrelada a tal(is) processo(s) pelo(s) Ente(s) Devedor(es) indicado(s) na Cláusula 3.1 acima com o fim de quitação da(s) obrigação(ões) que referido(s) Ente(s) Devedor(es) possui(em) junto ao EMITENTE em decorrência do Precatório, independentemente de o EMITENTE ter transferido ou não tais recursos para conta bancária de sua titularidade.

5.3. Após a Data do Depósito, o CREDOR estará autorizado de pleno direito a realizar, nos autos do(s) processo(s) aplicável(is), o levantamento do principal do Valor do Crédito, acrescido dos eventuais encargos moratórios, multa, despesas e juros aplicáveis em conta bancária que o

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

CREDOR indicar nesse momento ("Saldo Devedor"). Não obstante, o CREDOR compromete-se a transferir o montante excedente decorrente da diferença entre o Saldo Devedor e o valor efetivamente levantado com o depósito dos direitos creditórios oriundos do Precatório para a conta corrente de titularidade do EMITENTE informada na Clausula 2.7 em até 30 (trinta) dias contados do efetivo levantamento pelo CREDOR.

5.3.1. Caso haja alteração na conta corrente para pagamento de montante excedente, deverá o EMITENTE informar o CREDOR sobre a alteração, ficando o CREDOR desde já isento de qualquer dano ou responsabilidade pelo atraso na transferência quando não informado da alteração antes da Data do Depósito.

5.4. Na hipótese de não ocorrer o Pré-Pagamento Obrigatório, o CREDOR poderá seguir com a excussão da Garantia Real, sendo certo que, nos 60 (sessenta) dias imediatamente subsequentes à data do Pré-Pagamento Obrigatório não incidirão novos juros moratórios sobre o saldo devedor do Crédito.

5.5. Na hipótese de o Precatório não ser depositado no ano da Lei Orçamentária Anual ("LOA") para o qual o seu depósito estava o previsto, considerar-se-á automaticamente prorrogada a Data de Vencimento por um prazo adicional de 12 (doze) meses ("Primeira Prorrogação Automática"), sendo certo que incidirá, sem que seja devido qualquer encargo moratório ou multa, no cálculo do saldo devedor reajustado a ser pago na nova data de vencimento apenas a correção monetária e os juros aplicáveis. Ainda, caso também não haja depósito do Precatório no novo ano da LOA para o qual passou a ser previsto, considerar-se-á automaticamente prorrogada referida nova data de vencimento por um prazo adicional de 12 (doze) meses ("Segunda Prorrogação Automática" e, em conjunto com a Primeira Prorrogação Automática, as "Prorrogações Automáticas."), incidindo no cálculo do saldo devedor reajustado a ser pago nessa nova data apenas a correção monetária e os juros aplicáveis e não incorrendo o EMITENTE, portanto, em encargo moratório ou multa.

5.5.1. Para todos os fins de direito, qualquer menção nesta CCB do termo definido "Data de Vencimento" abrangerá, conforme aplicável, as novas datas de vencimento que sejam definidas em decorrência das respectivas Prorrogações Automáticas.

6. DO ATRASO NO PAGAMENTO E ENCARGOS MORATÓRIOS

6.1. Na hipótese de inadimplemento ou mora, o EMITENTE estará obrigado a pagar ao CREDOR ou a quem este indicar, cumulativamente, além da quantia correspondente à dívida em aberto, os seguintes encargos ("Encargos"):

a) Juros remuneratórios nos mesmos percentuais das taxas contratadas nessa CCB, calculados a partir do vencimento da(s) parcela(s) em aberto até a data do efetivo pagamento;

b) Juros de mora à razão de 1% a.m. (um por cento ao mês) calculados a partir do vencimento da(s) parcela(s) em aberto até a data do efetivo pagamento;

c) Multa contratual, de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) incidente sobre o montante atualizado (juros remuneratórios e juros de mora) total do débito apurado e não pago;

d) Na hipótese de o CREDOR vir a ser compelido a recorrer a meios administrativos ou judiciais para receber o seu crédito, as despesas de cobrança, estas limitadas a 10% (dez

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

por cento) sobre o valor do saldo devedor e, havendo procedimento judicial, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados judicialmente.

7. DO VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Além das demais hipóteses estabelecidas em lei e nesta CCB, a dívida aqui contraída pelo EMITENTE, a partir do primeiro dia útil da liberação do Valor do Crédito, reputar-se-á antecipadamente vencida, facultando-se ao CREDOR da CCB exigir a imediata e integral satisfação de seu crédito, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial de qualquer espécie, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil (conforme abaixo definido) e, ainda, nas seguintes hipóteses:

a) Se ocorrer inadimplemento de qualquer obrigação assumida pelo EMITENTE em consonância com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, principalmente no que tange ao pagamento das parcelas devidas em decorrências do empréstimo a ele concedido por força da presente CCB;

b) Se ocorrer inadimplemento pelo EMITENTE suas obrigações decorrentes de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com o CREDOR e/ou com quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelo CREDOR ou seu cessionário, e/ou com terceiros, e/ou rescisão ou declaração de vencimento antecipado dos respectivos documentos, por culpa do EMITENTE;

c) Se for protestado qualquer título de responsabilidade do EMITENTE, em razão do inadimplemento de obrigação cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), sem que a justificativa para tal medida tenha sido apresentada ao CREDOR, no prazo que lhe tiver sido solicitada ou, sendo ou tendo sido apresentada a justificativa, se esta não for considerada satisfatória pelo CREDOR ou a quem este vier a indicar, ressalvado o protesto tirado por erro ou má-fé do respectivo portador;

d) Se o EMITENTE for inscrito no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo – CCF, ou, ainda, constem informações negativas a seu respeito no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, que, a critério do CREDOR, possa afetar a sua capacidade de cumprir as obrigações assumidas na presente CCB;

e) se o EMITENTE se tornar insolvente;

f) Se for comprovada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido respectivamente firmada, prestada ou entregue pelo EMITENTE;

g) Se o EMITENTE sofrer qualquer (quaisquer) medida(s) judicial(ais) ou extrajudicial(ais) que por qualquer forma, possa(m) afetar negativamente os créditos do empréstimo e/ou as garantias conferidas ao CREDOR;

h) Se a garantia da CCB, ora constituída e/ou que venha a ser eventualmente convencionada, por qualquer fato atinente ao seu objeto ou prestador se tornar inábil, imprópria, ou insuficiente para assegurar o pagamento da dívida, e desde que não seja substituída, ou complementada, quando solicitada por escrito pelo CREDOR ou a quem este vier a indicar;

i) Se, sem o expresso consentimento do CREDOR da CCB ocorrer a transferência a terceiros dos direitos e obrigações do EMITENTE, previstos nesta CCB;

j) Se, sem o expresso consentimento do CREDOR da CCB ocorrer alienação, cessão, doação ou transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos de propriedade do EMITENTE, que,

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

no entendimento do CREDOR, possam levar ao descumprimento das obrigações previstas na presente CCB;

k) Se, sem o expresso consentimento do CREDOR da CCB, o EMITENTE tiver total ou parcialmente, o seu controle acionário, direto ou indireto, cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado ou modificado, conforme aplicável;

7.2. No caso de falta de pagamento de qualquer parcela(s) na(s) data(s) de seu(s) respectivo(s) vencimento(s), o CREDOR ou a quem este vier a indicar, poderá, por mera liberdade e sem que tal situação caracterize novação ou alteração das condições estabelecidas nesta CCB – optar pela cobrança somente da(s) parcela(s) devida(s) em aberto, comprometendo-se o EMITENTE, em contrapartida, a liquidá-la(s) imediatamente quando instado(s) para tal, sob pena de ultimar-se o vencimento antecipado de toda a dívida;

7.2.1. Declarado o vencimento antecipado de toda a dívida, o CREDOR apresentará ao EMITENTE notificação contendo o saldo devedor final, incluindo principal, juros, encargos, despesas e tributos, a ser pago pelo EMITENTE no dia útil imediatamente subsequente ao recebimento de referida notificação, sob pena de ser considerado em mora, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial;

7.2.2. Na declaração de vencimento antecipado da dívida pelo credor da CCB, além do valor apurado nos termos do item 7.2.1 acima, serão acrescidos a este valor os encargos previstos na cláusula 6.

8. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

8.1. O EMITENTE poderá liquidar antecipadamente, total ou parcialmente, suas obrigações decorrentes desta CCB indicadas na Planilha de Cálculo do Anexo II. Para tanto, o EMITENTE deverá encaminhar ao CREDOR, solicitação por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

8.1.1. Na hipótese de pagamento parcial ou de sucessivos pagamentos parciais do salvo devedor indicado na Planilha de Cálculo constante do Anexo II e demais juros e encargos aplicáveis, do montante a ser pago na Data de Vencimento será deduzido o valor efetivamente pago na data de cada amortização parcial.

8.1.2. Nas situações em que as despesas associadas à contratação realizada por meio desta CCB forem também objeto de financiamento ou empréstimo, essas despesas integrarão igualmente a operação para apuração do valor presente para fins de amortização, total ou parcial, da dívida ainda em aberto.

8.1.3. Sempre que for necessário, a apuração do saldo devedor do EMITENTE, seja para fins de amortização ou para simples ciência, o CREDOR apresentará ao EMITENTE planilha de cálculo detalhada.

9. DECLARAÇÕES

9.1. As Partes signatárias, cada uma por si, declaram e garantem que**:**

(i) possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar a presente CCB, realizar todas as operações e cumprir todas as obrigações aqui assumidas, bem como dos instrumentos de garantia, tendo tomado todas as medidas de natureza societária e outras eventualmente necessárias para autorizar a sua celebração, implementação e cumprimento de todas as obrigações constituídas;

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

(ii) a celebração desta CCB e o cumprimento das obrigações de cada uma das Partes: (a) não violam qualquer disposição contida nos seus documentos societários; (b) não violam qualquer lei, regulamento, decisão judicial, administrativa ou arbitral, aos quais a respectiva Parte esteja vinculada; (c) não exigem qualquer consentimento, ação ou autorização, prévia ou posterior, de terceiros;

(iii) esta CCB é validamente celebrada e constitui obrigação legal, válida, vinculante e exequível contra cada uma das Partes, de acordo com os seus termos;

(iv) cada Parte está apta a cumprir as obrigações ora previstas nesta CCB e agirá em relação à mesma de boa-fé e com lealdade;

(v) nenhuma Parte depende economicamente uma da outra;

(vi) nenhuma das Partes se encontra em estado de necessidade ou sob coação para celebrar esta CCB e/ou quaisquer contratos e compromissos a ela relacionados e acessórios;

(vii) as discussões sobre o objeto contratual, crédito, encargos incidentes e obrigações acessórias, oriundos desta CCB, foram feitas, conduzidas e implementadas por livre iniciativa das Partes;

(viii) o CREDOR e o EMITENTE são pessoas devidamente estruturadas, qualificadas e capacitadas para entender a estrutura financeira e jurídica objeto desta CCB, e estão acostumadas a celebrar, em seus respectivos campos de atuação e títulos semelhantes aos previstos nesta CCB, não havendo entre as Partes qualquer relação de hipossuficiência ou ainda natureza de consumo na relação aqui tratada; e

(ix) Anuem com a formalização desta CCB por meio de todas as formas em direito admitidas, incluindo meios eletrônicos e plenamente eficazes, ainda que seja estabelecida assinatura e aceitação eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP – Brasil, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor no Brasil.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Tolerância: A tolerância não implica perdão, renúncia, novação ou alteração da dívida ou das condições aqui previstas e o pagamento do principal, mesmo sem ressalvas, não será considerado ou presumido a quitação dos encargos. Dessa forma, as Partes acordam que qualquer prática diversa da aqui pactuada, mesmo que reiterada, não poderá ser interpretada como novação.

10.2. Independência das Cláusulas: Se qualquer item ou cláusula desta CCB vier a ser considerado ilegal, inexequível ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas continuarão em vigor, plenamente válidos e eficazes. As Partes, desde já, se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou cláusula ilegal, inexequível ou ineficaz. Nessa negociação, deverá ser considerado o objetivo das Partes na data de assinatura dessa CCB, bem como o contexto no qual o item ou cláusula ilegal, inexequível ou ineficaz foi inserido.

10.3. Comunicação aos Serviços de Proteção ao Crédito: Na hipótese de ocorrer descumprimento de qualquer obrigação ou atraso no pagamento, o CREDOR ou a quem este vier a indicar poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como Serasa Experian ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando o nome do EMITENTE.

10.4. Reforço de Garantias: O CREDOR poderá, a qualquer tempo, exigir reforço de garantias, ou substituição da mesma nos casos em que determinadas características do bem impeçam o registro efetivo do ônus ou quando fatos supervenientes venham, sob qualquer forma, abalar ou diminuir o valor e ou liquidez dessas garantias, ficando estipulado o prazo de 05 (cinco) dias úteis

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

contados da data de sua solicitação, pelo CREDOR, por carta sob protocolo ou registro postal, para que o EMITENTE providencie o respectivo reforço ou substituição, sob pena do imediato vencimento da presente CCB, independentemente de interpelação judicial ou notificação judicial ou extrajudicial.

10.4.1. No caso de substituição do bem objeto da garantia, sua efetiva constituição deverá se dar através de registro junto aos Cartórios competentes em até 15 (quinze) dias da data da solicitação por parte do CREDOR ou a quem este vier a indicar, sendo de responsabilidade do EMITENTE os custos e despesas para sua efetivação.

10.5. Alteração da CCB: A presente CCB somente poderá ser alterada mediante aditivo próprio devidamente assinado pelas Partes.

10.6. Comunicação ao Sistema de Informação de Créditos ("SCR"): O CREDOR, neste ato, comunica ao EMITENTE que a presente operação de empréstimo, será registrada no SCR gerido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), que tem por finalidade subsidiar o BACEN para fins de supervisão de risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e ainda intercambiar informações entre as instituições financeiras.

10.6.1. Em decorrência disso, o EMITENTE autoriza o CREDOR ou a quem este indicar, a qualquer tempo: a (i) efetuar consultas ao Sistema de Informações de Crédito – SCR – do Banco Central do Brasil ("SCR"), nos termos da Resolução nº 3.658, do Conselho Monetário Nacional, de 17.12.2008, conforme alterada e os serviços de proteção ao crédito SPC, Serasa e outras em que o CREDOR seja cadastrado; (ii) fornecer ao Banco Central do Brasil informações sobre esta CCB, para integrar o SCR; e (iii) proceder conforme disposições que advierem de novas exigências feitas pelo Banco Central do Brasil ou autoridades.

10.6.2. O EMITENTE poderá ter acesso aos dados constantes em seu SCR, por meio de central de atendimento ao público do BACEN.

10.6.3. Em caso de discordância quanto às informações do SCR, bem como pedidos de correções, o EMITENTE deverá entrar em contato com a Ouvidoria do CREDOR, nos termos da cláusula 10.12 abaixo.

10.7. Efeitos do CCB: As Partes convencionam que as obrigações pecuniárias estipuladas na presente CCB passam a vigorar a partir da liberação do crédito pelo CREDOR, antes disso, a presente cédula poderá ser cancelada a qualquer tempo por ato discricionário do CREDOR.

10.8. Irrevogabilidade e Irretratabilidade: A presente CCB é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes, seus herdeiros e/ou sucessores.

10.9. Base de Dados: O EMITENTE declara e concorda expressamente que ao firmar a presente CCB passará a fazer parte integrante da base de clientes do CREDOR ou a quem este vier a indicar, autorizando, assim através das informações cadastrais que o CREDOR ou a quem este vier a indicar possui a respeito dele o oferecimento de produtos e/ou serviços.

10.9.1. O **EMITENTE**, neste ato: **(i)** autoriza os gestores de bancos de dados de que trata a Lei nº 12.414/2011, a disponibilizar ao CREDOR seus históricos de crédito, os quais abrangerão os dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito, empréstimo e obrigações de pagamento adimplidas em seus respectivos vencimentos, incluindo aquelas a vencer, constantes de banco(s) de dados, com a finalidade única e exclusiva de subsidiar a análise e a eventual concessão de crédito, a venda a prazo e/ou outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro, pelo prazo estabelecido pelas normas vigentes; e **(ii)** declara-se ciente de que poderão revogar, a qualquer tempo, a autorização referida no item acima perante o gestor do mencionado banco de dados.

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

10.9.2. O **EMITENTE** e todos os demais signatários desta CCB, neste ato, autorizam ao CREDOR a tratar, conforme definição da Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), todas as informações sobre eles, e fazer o uso compartilhado, dentro do CREDOR e das demais empresas de seu grupo econômico, dessas informações, incluindo, mas não se limitando, para as seguintes finalidades e atos a elas relacionados: **(i)** identificação e qualificação das pessoas acima referidas; **(ii)** verificação da adequação de produtos e serviços ao perfil dessas pessoas e oferta de produtos e serviços a elas; **(iii)** apresentação de propostas, contratação e cumprimento de contratos; **(iv)** avaliação e acompanhamento de situação econômico-financeira; **(v)** cumprimento de obrigações legais, regulatórias e autorregulatórias; **(vi)** exercício regular de direitos; e **(vii)** prevenção e identificação de fraudes e identificação e prevenção e gerenciamento de riscos à segurança.

10.10. Ouvidoria: O EMITENTE declara ter ciência de que o CREDOR disponibiliza um canal de Ouvidoria para que sejam feitas sugestões e/ou reclamações através do telefone 0800 746 4644.

10.11. Legislação: Aplica-se à presente CCB, as disposições da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004, e posteriores alterações ("Lei 10.931"), declarando o EMITENTE ter conhecimento que a presente CCB é um título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor.

10.11.1. O EMITENTE declara ter ciência que: (i) o CREDOR integra o Sistema Financeiro Nacional, submetendo-se à disciplina e regras pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil; e (ii) as taxas de juros cobradas nas operações financeiras realizadas pelo CREDOR, incluindo a presente CCB, não estão submetidas ao limite de 12% (doze por cento) ao ano, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, sendo legítima a cobrança de juros e encargos superiores a esse percentual.

10.11.2. Se vier a tornar impossível a aplicação das regras previstas nesta CCB, seja por força de eventual caráter cogente de imperativos legais que venham a ser baixados, seja em decorrência de ausência de consenso entre as Partes, considerar-se-á rescindida esta CCB e, em consequência, a dívida dela oriunda se considerará antecipadamente vencida, da mesma forma e com os mesmos efeitos previstos, efetivando-se a cobrança de juros "*pro-rata temporis*".

10.12. Cessão ou Endosso: O CREDOR fica expressamente autorizado a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e independentemente da prévia anuência do EMITENTE, a ceder a terceiros os direitos de crédito que detém em razão desta CCB, bem como a transferi-la a terceiros mediante endosso da "via negociável", sendo certo que a cessão ou o endosso não caracterizarão violação do sigilo bancário em relação ao EMITENTE. Ocorrendo a cessão ou o endosso, o cessionário/endossatário desta CCB em conjunto com o CREDOR enviarão uma notificação a respeito da cessão ou endosso desta CCB na forma do Anexo III e o cessionário/endossatário assumirá automaticamente a qualidade de credor desta CCB, passando a ser titular de todos os direitos e obrigações dela decorrentes. O EMITENTE compromete-se a realizar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desta CCB em benefício do respectivo cessionário, sucessor ou endossatário na conta corrente indicada na notificação que o EMITENTE vier a receber na forma do Anexo III, inclusive constituindo a Garantia Real diretamente em seu favor, caso não constituída, à época de tal cessão ou endosso. Nos termos desta CCB, o CREDOR realizará o endosso completo da presente CCB, na forma do termo de endosso que consta ao final da presente CCB, nos moldes do Anexo I.

10.12.1. A cessão dos direitos sempre compreenderá os acessórios, títulos, instrumentos que os representam e anexos. De tal forma, ao formalizar a cessão dos direitos de crédito, por meio de Contrato de Cessão, o CREDOR estará cedendo, automaticamente, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações, legal e contratualmente previstas, que sejam inerentes ao direito de crédito cedido, inclusive: (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do respectivo EMITENTE, para exigir o cumprimento da obrigação de pagamento, ou visando resguardar qualquer direito; (iii) as

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais; e (iv) o direito de declarar o direito de crédito vencido antecipadamente, nas hipóteses contratadas com o EMITENTE e naquelas previstas na legislação aplicável.

10.12.2. Após o endosso pelo CREDOR desta CCB, o EMITENTE desde já, reconhece a validade da emissão e do endosso desta CCB de forma física ou eletrônica, o que é feito com base no art. 889, §3º, do Código Civil.

10.12.3. Na hipótese de transferência da presente CCB via endosso ou cessão, o seu novo titular ficará automaticamente sub-rogado em todos os direitos e garantias que cabiam ao CREDOR original, independentemente de qualquer formalidade, passando a ter acesso livre e direto a todas as informações relacionadas à operação bancária e respectivas garantias, a exemplo de duplicatas e/ou direitos creditórios e/ou quaisquer outras garantias eventualmente constituídas, reconhecendo o EMITENTE que o novo titular da CCB possui o inequívoco direito de acompanhar detidamente todo o andamento da operação bancária, motivo pelo qual, da mesma forma, estará automaticamente sub-rogado a consultar as informações consolidadas em seu nome, no SCR, SERASA – Centralização de Serviços os Bancos S.A. e quaisquer outros órgãos, entidades ou empresas, julgados pertinentes pelo CREDOR, permanecendo válida a presente autorização durante todo o tempo em que subsistir em aberto e não liquidadas as obrigações decorrentes da presente CCB.

10.12.4. O EMITENTE está integralmente cientes e de acordo com o seguinte: (i) qualquer litígio ou questionamento, judicial ou extrajudicial, que possa vir a ser ajuizado, deverá ser ajuizado, àquele portador endossatário da CCB na data do ajuizamento do litígio ou questionamento; e (ii) o ajuizamento de qualquer ação, judicial ou extrajudicial, pelo EMITENTE contra o CREDOR, após o mesmo ter endossado esta CCB para terceiro, sujeitará o EMITENTE ao pagamento de indenização por perdas e danos, e ressarcimento de todo e quaisquer custos e despesas que o CREDOR venha a incorrer (incluindo honorários advocatícios) para defesa de seus direitos no respectivo litígio.

10.13. Emissão de Certificados de CCB: O CREDOR ou a quem este vier a indicar poderá emitir certificados de CCB com lastro no presente título, podendo negociá-los livremente no mercado.

10.13.1. Caso haja a emissão do certificado referido no item 10.14, a presente CCB ficará custodiada em instituição financeira autorizada, a qual passará a proceder às cobranças dos valores devidos, junto ao EMITENTE.

10.13.2. O EMITENTE desde já se declara de acordo com a emissão do certificado referido no item 10.15, obrigando-se a atender às solicitações da instituição custodiante, bem como, aceitam a cessão de crédito, independentemente de qualquer aviso ou formalidade.

10.14. Do Registro: Caso seja estipulado na cláusula 2, item 2.12 supra, a realização de registro desta CCB, perante entidade registradora autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) qualquer cessão ou endosso desta operar-se-á exclusivamente na forma eletrônica, no âmbito do Sistema Nacional de Ativos da Registradora, ou qualquer outro sistema que vier a substituí-lo.

10.14.1. O CREDOR será o responsável por promover o registro desta CCB, estando para tanto, regularmente autorizado a praticar todo e qualquer ato útil ou necessário para tal registro.

10.15. O EMITENTE autoriza o CREDOR**,** em caráter irrevogável e irretratável, a debitar na(s) conta(s) indicada(s) no preâmbulo desta CCB, todas as tarifas, atuais ou que venham a ser previstas e/ou estabelecidas pelo CREDOR, de acordo com as normas do BCB, constantes na tabela de tarifas vigente, bem como taxas e despesas, relativas a esta CCB.

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

10.16. O endosso e a cessão desta CCB implicam a transferência de todos os direitos e prerrogativas que são inerentes ao CREDOR, conforme artigo 893 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil").

10.17. O EMITENTE, neste ato, acorda que para todas as comunicações e notificações, serão observados os dados constantes do preâmbulo desta CCB, inclusive número de telefonia móvel e o uso de plataformas de comunicação instantânea, exemplificativamente, mas não se limitando, a *Whatsapp* e *Telegram.* Restando acordado que, todas as comunicações e notificações decorrentes desta CCB deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: a) quando da transmissão por plataforma de comunicação instantânea, ou b) quando por envio para o e-mail declarado no preâmbulo, independentemente de certificação digital, nos termos do § 2º, art. 10, da MP 2.200-2.

10.17.1. Para efeito de qualquer notificação, serão observados os dados constantes do preâmbulo deste Instrumento, que somente poderão ser alterados por notificação enviada aos demais signatários desta CCB, comunicando expressamente as alterações dos dados para contato, em especial os endereços físicos, de telefonia móvel e eletrônicos, sob pena de serem consideradas válidas e recebidas as comunicações realizadas conforme constante nesta CCB.

10.18. Assinatura Eletrônica. Em caso de contratação eletrônica, o EMITENTE ratifica que admite como válido, para fins de comprovação de autoria e integridade, a assinatura e informações constantes no presente documento, as quais foram capturadas de forma eletrônica e utilizadas nesta Cédula, constituindo título executivo extrajudicial nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.931 2004 e para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001.

10.19 Foro: Ajustam as Partes que será sempre competente para conhecer e dirimir qualquer questão oriunda ou decorrente da presente CCB, o foro da Comarca de São Paulo/SP, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, reservando-se o CREDOR o direito de optar, a seu exclusivo critério, pelo foro da sede da EMITENTE.

10.20. A presente CCB é emitida e firmada na forma eletrônica, de tal forma que, o EMITENTE declara ter lido previamente a presente CCB e não ter dúvidas sobre qualquer de suas condições. O EMITENTE declara também que está na posse de uma via eletrônica desta cédula e que reconhece ser o CREDOR o possuidor da única via negociável eletrônica, assim como declara ter ciência, nos termos da Lei nº 10.931, de que esta CCB é um título de crédito emitido unilateralmente e não possui como obrigatoriedade a assinatura do CREDOR e/ou de testemunhas para a sua validade.

10.21. Estando assim convencionadas e pactuadas, firmam as Partes o presente instrumento, sendo esta CCB emitida em 1 (uma) única via negociável exclusivamente pelo CREDOR

São Paulo, 02 de junho de 2023.

_____

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA e
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
EMITENTE

_____

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
CREDOR

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Testemunhas:

_____	_____
Nome:	**Nome:**
RG:	**RG:**
CPF:	**CPF:**

ANEXO I

TERMO DE ENDOSSO DA CCB

TERMO DE ENDOSSO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 33363

UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.*, instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob nº 39.587.424/0001-30, com sede na Av. Dr. Nilo Peçanha, 1221, sala 1302, CEP 91330-000, Porto Alegre/RS, neste ato, representada na forma do seu Estatuto Social ("Endossante"), realiza, neste ato, em 02 de junho de 2023, às 10 horas, o endosso em preto da Cédula de Crédito Bancário nº 33363, emitida por AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e AMARIO CASSIMIRO DA SILVA ("Emitente") em 02 de junho de 2023 ("CCB") ("Endosso"), mediante mera transferência de titularidade, sem garantia ou coobrigação do endossante,* ***ao CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS****, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado inscrito no CNPJ/ME sob nº 44.395.637/0001-08, na qualidade de endossatário ("Endossatário"), neste ato representado por sua gestora BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 devidamente autorizada a exercer a atividade de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 2002, de 26 de Julho de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Cláudio Soares, nº 72 – 14º andar, Cj.1410 e sua administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40 . O Endossante, portanto, mediante o presente Endosso, fica desobrigado em relação à CCB e de toda e qualquer condição que tenha dado origem aos compromissos, direitos, obrigações ou garantias precedentes ou futuras da CCB, conforme previsto no artigo 15 do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Comerciais, promulgada pelo Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966.*

Após o Endosso da CCB pelo Endossante ao Fundo, o Emitente desde já, reconhece a validade da emissão e do Endosso desta CCB de forma eletrônica, com base no art. 889, §3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

O Emitente e o Endossatário, desde já, ***(A)*** *exoneram o Endossante de toda e qualquer responsabilidade em relação* ***(i)*** *à veracidade e exatidão das informações e documentação fornecidas pelo Emitente e demais partes signatárias, e* ***(ii)*** *ao acompanhamento e formas de cobrança do cumprimento das obrigações assumidas nesta CCB; e* ***(B)*** *reconhecem a validade da emissão da CCB, bem como do Endosso.*

UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A
CNPJ nº 39.587.424/0001-30
ENDOSSANTE

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
representado por BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA - CNPJ nº 44.696.473/0001-40 e SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A CNPJ 62.285.390/0001-40
ENDOSSATÁRIO

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

ANEXO II

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº 33363
Planilha de Cálculo

Vencimento	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Índice de Correção	Parcela
02/06/2023	R$ 1.742.625,12	R$ 0,00	R$ 0,00	100% CDI	0
31/12/2024	R$ 2.267.384,56	R$ 1.765.395,42	R$ 501.989,14	100% CDI	1

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

ANEXO III

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AO EMITENTE

02/06/2023

À(AO)
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA ("Emitente")
CPF/CNPJ nº 038.807.291-15
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ nº 34.992.525/0001-72

A/C: Representantes Legais do Emitente

Ref.: Notificação de Endosso ("Notificação")

Prezados(as) Senhores(as),

1. Pela presente Notificação, nos termos dos Artigos 910 a 920 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), conforme aplicável, informamos que, conforme Termo de Endosso da Cédula de Crédito Bancário nº 33363 ("CCB") realizado por **UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob nº 39.587.424/0001-30, com sede na Av. Dr. Nilo Peçanha, 1221, sala 1302, CEP 91330-000, Porto Alegre/RS, neste ato, representada na forma do seu Estatuto Social ("Endossante") em favor de **CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS ,** fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado inscrito no CNPJ/ME sob nº 44.395.637/0001-08, na qualidade de endossatário ("Endossatário"), neste ato representado por sua gestora BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 devidamente autorizada a exercer a atividade de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 2002, de 26 de Julho de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Cláudio Soares, nº 72 – 14º andar, Cj.1410 e sua administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40 ("Termo de Endosso"), o Endossante efetuou, em favor do Endossatário, a transferência de todos os direitos e de todas as obrigações relativos à CCB, passando o Endossatário a ser o único e exclusivo credor da CCB, sendo certo que toda e qualquer menção do termo "CREDOR" na CCB deverá ser entendida como referente ao Endossatário.

2. Assim sendo, a titularidade dos créditos oriundos da CCB foi transferida de forma irrevogável e irretratável ao ENDOSSATÁRIO, sendo que todos os pagamentos de valores devidos pelo Emitente no âmbito da CCB deverão ser feitos única, exclusiva e diretamente ao Endossatário, conforme dados bancários a seguir: CNPJ/ME nº [=], conta corrente nº [=], mantida na agência nº [=] junto ao Banco [=] ([número do banco]).

3. Esta notificação e as instruções nela contidas são feitas a Vs. Sas. em caráter irrevogável e irretratável, não podendo ser por nós alteradas, suplementadas ou canceladas, por qualquer motivo, sem o prévio e expresso consentimento do Endossatário.

Sendo o que nos cumpria para o momento, antecipamos agradecimentos.

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Atenciosamente,

UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A
CNPJ nº 39.587.424/0001-30
ENDOSSANTE

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS *(CNPJ nº 44.395.637/0001-08)*
representado por BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA
ENDOSSATÁRIO

Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

Certifica

Documento assinado por:

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: 02 Nova Aditivo CCB_Matri Dr Am
Código do Documento: 157642146
Tipo do Documento: DOCUMENTOS DE CESSÃO - CCB (6)
Nome do P7S: QCECT00157642146.pdf.p7s
Tamanho: 440.31 Kb
Data do Recebimento: 02/06/2023 09:48:17
Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3

Documento **Validador**

Assinante: MARCELO ALVES VAREJAO:05538304736
Data da Assinatura: 02/06/2023 10:09:02
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DA GESTORA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3
Emitido para: MARCELO ALVES VAREJAO:055
E-mail: MARCELO.VAREJAO@SOCOPA.COM.B
Emitido por: AC SERASA RFB v5
Número de Série: 6061409486935779518
Válido de: 11/10/2021 12:00:00 **até:** 10/10/2024 12:00:00

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4596112
Data e Hora (local): 02/06/2023 10:09:07 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 13:09:07

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: DANIEL DOLL LEMOS:27560576818
Data da Assinatura: 02/06/2023 11:10:03
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DA ADMINISTRADORA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A1
Emitido para: DANIEL DOLL LEMOS:275605768
E-mail: DANIEL@SINGULARE.COM.BR
Emitido por: AC SERASA RFB v5
Número de Série: 479529865719431378
Válido de: 10/10/2022 10:16:00 **até:** 10/10/2023 10:15:59

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4605168
Data e Hora (local): 02/06/2023 11:10:03 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 14:10:03

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: FERNANDA CRISTINA MUNIZ GOMES RUGGERI:35920738855
Data da Assinatura: 02/06/2023 11:10:05
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DA ADMINISTRADORA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A1
Emitido por: AC SERASA RFB v5
Emitido para: FERNANDA CRISTINA MUNIZ GO
Número de Série: 5765145051874092835
E-mail: FERNANDA.RUGGERI@SINGULARE.CO
Válido de: 29/11/2022 11:39:00 **até:** 29/11/2023 11:38:59

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 3815414
Data e Hora (local): 02/06/2023 11:10:05 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 14:10:05

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA:03880729115
Data da Assinatura: 02/06/2023 12:09:04
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DO EMITENTE

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3
Emitido por: AC VALID RFB v5
Emitido para: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA:0
Número de Série: 801265824908373632
E-mail: amariocassimiro@gmail.com
Válido de: 03/03/2021 15:36:15 **até:** 03/03/2024 15:36:15

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 3823443
Data e Hora (local): 02/06/2023 12:09:11 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 15:09:11

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 18855 **Emissor:** AC VALID RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 11:35:55 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:35:55

Certifica
Hash (SHA1): A3AFAC5C5FD32DB41208F93F2646F3BC9C3CC0A3 - Chave: 52B6D9AE
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=52B6D9AE

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349145
Número do documento: 23060516101683100001636349145

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EM GARANTIA

entre

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
como Fiduciante

e

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
como Fiduciário

Datado de 02/06/2023.

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EM GARANTIA

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

1. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, com CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA,** brasileiro, casado em separação total de bens, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 6.603, portador da cédula de identidade RG nº 4.920.997-8, inscrito no CPF/MF sob nº 038.807.291-15, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angatuba, nº 716, Pacaembú, CEP: 01247-000, endereço de e-mail: amariocassimiro@gmail.com e número de telefone móvel/WhatsApp: (11) 97128-9252. ("Fiduciante");

2. CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 28 de novembro de 2001, conforme alterada, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e pela Instrução CVM n.º 444, de 8 de dezembro de 2006, conforme alterada, inscrito no CNPJ sob o nº 44.395.637/0001-08 ("CREDOR"), representado por seu gestor BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 e sua administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40, devidamente autorizados pela CVM a exercer a atividadede prestação de serviços de gestão e administração de carteira de valores mobiliários, respectivamente, por meio do Ato Declaratório n.º 2002, expedido em 26/07/2022, neste ato representada de acordo com seu contrato social ("Fiduciário" e "Gestora", respectivamente) (Fiduciário, em conjunto com o Fiduciante, simplesmente, as "Partes").

CONSIDERANDO QUE:

(i) O Fiduciante emitiu, em 02/06/2023, uma Cédula de Crédito Bancário de nº 33363 ("CCB"), originalmente em favor de UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (CNPJ sob nº 39.587.424/0001-30) ("Credor Originário") e que, na mesma data, mediante um termo de endosso em preto, o Fiduciário tornou-se endossatário e sucessor legal de todos os direitos, valores e benefícios da CCB em substituição ao Credor Originário;

(ii) O Fiduciante é único e exclusivo titular de determinados Direitos Creditórios oriundos de processos judiciais, conforme pormenorizados e listados no Anexo II ao presente Contrato;

(iii) Ficou estabelecido entre as Partes que seria outorgada, em favor do credor da CCB à época da sua constituição, determinadaGarantia Real ao cumprimento dos direitos e obrigações dispostas na CCB, inclusive sendo passível de Amortização(ões) Antecipada(s) Obrigatória(s) na ocorrência de Evento(s) de Liquidez;

(iv) São considerados "Eventos de Liquidez", observada a ordem de prioridade e demais termos e condições definidos no Contrato e demais documentos da Operação: (a) o levantamento e recebimento, ainda que a título provisório, de todo e qualquer valor ou ativo de qualquer natureza, de titularidade da Fiduciante, no âmbito dos Direitos Creditórios; e/ou (b) recebimento de todo e qualquer valor, ou ativo de qualquer natureza, de titularidade da Fiduciante, a título de transação, total ou parcial, dos Direitos Creditórios;

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

(v) Assim, integram a operação, a CCB, este Contrato e os demais documentos da Operação (referidos, em conjunto, como os "Documentos da Operação");

(vi) As Partes, ao celebrar o presente Contrato, declaram conhecer e aceitar, bem como ratificam, todos os termos e condiçõesdos Documentos da Operação;

(vii) As Partes dispuseram de tempo e condições adequadas para a avaliação e discussão de todas as Cláusulas deste Contrato,cuja celebração, execução e extinção são pautadas pelos princípios da igualdade, probidade, lealdade e boa-fé; e

(viii) Desejam as Partes acordar os termos e condições da cessão fiduciária sobre os Direitos Creditórios de titularidade do Fiduciante (conforme abaixo definidos e identificados no Anexo II ao presente).

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia*" ("Contrato"), que será regido pelas seguintes cláusulas, condições e características:

1. DEFINIÇÕES

1.1 Definições. Exceto se expressamente indicado: **(i)** palavras e expressões em maiúsculas, não definidas neste Contrato, incluindo seu preâmbulo, terão o significado previsto na CCB ou nos demais Documentos da Operação (sendo que, em caso de eventuais inconsistências, as definições da CCB prevalecerão); **(ii)** o masculino incluirá o feminino e o singular incluirá o plural; e **(iii)** todos os prazos aqui estipulados serão contados em dias corridos, exceto se qualificados expressamente como Dias Úteis; **(iv)** a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais na Cidade e Estado de São Paulo e/ou os dias em que os bancos estarão autorizados a não abrir na Cidade e Estado de São Paulo.

2. OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

2.1. Obrigações Garantidas. A Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) prevista neste Contrato garantirá o pagamento pontual do Valor do Crédito, da Remuneração, e das demais obrigações previstas na CCB, até o limite dos valores contratados na CCB (inclusive Perdas e Danos), conforme definido neste Contrato ("Obrigações Garantidas"). As características das Obrigações Garantidas, para fins de cumprimento dos requisitos legais de validade e eficácia, especialmente do artigo 1.362 e seguintes do Código Civil e artigo 66-B da Lei nº 4.728 (conforme abaixo definido) estão descritas no Anexo I deste Contrato.

3. CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

Objeto e Constituição da Cessão Fiduciária

3.1. Objeto. Em garantia das Obrigações Garantidas, por este Contrato e na melhor forma de direito, o Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei nº 4.728"), do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado ("Decreto nº 911"), e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), cede e

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

transfere, em caráter irrevogável e irretratável, em favor do Fiduciário, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus (conforme abaixo definido), a propriedade fiduciária dos seguintes bens e direitos ("Cessão Fiduciária"): todos e quaisquer recebíveis e direitos, presentes e/ou futuros, inclusive principais e acessórios, tais como atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, valores devidos por rescisão ou extinção antecipada, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais devidos ao Fiduciante, que sejam decorrentes ou relacionados aos direitos de crédito oriundos dos processos (e seus respectivos precatórios emitidos) listadose pormenorizados no Anexo II ("Processos"); sendo que, em relação a tais direitos, será aplicável o disposto no artigo 1.361, §3º, do CódigoCivil, incluindo, mas não se limitando, a todos os frutos, rendimentos e aplicações ("Direitos Creditórios" ou "Direitos Cedidos Fiduciariamente");

3.1.1. Em complemento à Cláusula 3.1.. acima e nos termos do Anexo III deste Contrato, integram a definição de "Direitos Cedidos Fiduciariamente", quaisquer novos direitos creditórios que, após a presente data, venham a ser constituídos em decorrência dos Direitos Cedidos Fiduciariamente (como, por exemplo, emissão de novos precatórios em substituição àqueles outorgados em garantia pelo presente Contrato), os quais obrigatoriamente se acrescerão aos Direitos Cedidos Fiduciariamente já constituídos e descritos na Cláusula 3.1. acima ("Novos Direitos Cedidos Fiduciariamente"). Assim, a constituição de quaisquer Novos Direitos Cedidos Fiduciariamente deverá ser comunicada imediatamente ao Fiduciário, nos termos da Cláusula 3.1.2. abaixo, sem prejuízo das demais comunicações previstas no Contrato, bem como os direitos creditórios deles decorrentes serão automaticamente considerados cedidos fiduciariamente em favor do Fiduciário até a integral quitação das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.

3.1.2. As Partes acordam que o Fiduciante comunicará imediatamente, por escrito, ao Fiduciário, quaisquer desenvolvimentos relevantes de qualquer Processo, incluindo, sem limitação, manifestações processuais importantes, decisões relevantes, propostas de acordo ou andamentos processuais que possam implicar na constituição de quaisquer Novos Direitos Cedidos Fiduciariamente. Se for o caso, a critério do Fiduciário, as Partes deverão celebrar aditamento ao presente Contrato, conforme o modelo do Anexo III deste Contrato, em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da referidanotificação, sob pena de ser configurado um Evento de Vencimento Antecipado, de forma a incluir, presente Contrato, a relação dos Novos Direitos Cedidos Fiduciariamente, bem como para refletir as demais alterações necessárias ao presente Contrato e aos demais Documentos da Operação em decorrência dos Novos Direitos Cedidos Fiduciariamente.

3.1.3. O Fiduciante declara, sob as penas da legislação aplicável, que os Direitos Cedidos Fiduciariamente: **(i)** são de sua exclusiva titularidade, podendo dispor, alienar sob qualquer forma ou, ainda, oferecer em garantia, sem qualquer óbice, de forma direta ou indireta, observadas as condições de aperfeiçoamento previstas na Cláusula 3.7. abaixo; e **(ii)** encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, não sendo objeto de qualquer medida judicial, administrativa ou extrajudicial que possa impactar de forma negativa as obrigações assumidas pelo Fiduciante neste Contrato e nos demais Documentos da Operação, até o integral adimplemento das Obrigações Garantidas.

3.2. Propriedade e Posse. A Cessão Fiduciária ora pactuada resulta na transferência, pelo Fiduciante ao Fiduciário, no âmbito da Operação, da propriedade resolúvel e da posse indireta dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, permanecendo a sua posse direta como Fiduciante, conforme aplicável.

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

3.3. Valor da Garantia. Na presente data, os Direitos Cedidos Fiduciariamente não apresentam qualquer fluxo de recebíveis. Nãoobstante, o Fiduciante declara, para os fins desde deste Contrato e da regulamentação em vigor, que o valor dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, data-base de 05/2023, é equivalente a R$ 3.168.409,31 (três milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e nove reais e trinta e um centavos), em termos nominais projetados.

3.4. Documentos Comprobatórios. Os instrumentos, contratos, extratos e/ou outros documentos relacionados à Cessão Fiduciária e aos Direitos Cedidos Fiduciariamente deverão ser mantidos na sede do Fiduciante, na qualidade de fiel depositário, assumindo todas as responsabilidades a elas inerentes, na forma da lei.

3.5. Envio de Informações. O Fiduciante deverá enviar quaisquer informações que lhes sejam solicitadas, por escrito, pelo Fiduciário, com relação à Cessão Fiduciária e aos Direitos Cedidos Fiduciariamente, inclusive os documentos referidos na Cláusula anterior, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação, salvo se outro prazo específico não estiver estabelecido nos Documentos da Operação, ou se prazo em prazo inferior caso assim seja determinado por qualquer autoridade.

3.6. Onerações. O Fiduciante obriga-se a manter a Cessão Fiduciária íntegra, assim como os bens e direitos a ela subjacentes sempre livres e desembaraçados de quaisquer ônus além dos aqui previstos, ou ainda, sem limitação, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das operações acima ("Ônus").

3.7. O Fiduciante, neste ato, constitui o Fiduciário seu bastante procurador para que ele possa, desde já, praticar, a seu critério, os seguintes atos com o fim de aperfeiçoar e formalizar adequadamente a Cessão Fiduciária:

(i) Submeter o presente Contrato e seus eventuais aditamentos a registro, perante o cartório de registro de títulos e documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartórios Competentes");

(ii) Apresentar, junto, aos Cartórios Competentes, todo e qualquer documento que se faça necessário para a formalização, registro e efetivação da Cessão Fiduciária, assim como requerido, assim como comprovar o registro deste Contrato nos Cartórios Competentes;

(iii) Mediante petição judicial a ser enviada pelo Fiduciário, notificar os Devedores e os respectivos juízos competentes, a respeito da presente Cessão Fiduciária e de que quaisquer pagamentos devidos pelo Devedor ao Fiduciante, no âmbito dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, a qualquer título e independentemente da forma pela qual devam ser adimplidos, deverão ser, a partir da presente data, realizados, única e exclusivamente, para todos os fins de direito; e

(iv) Celebrar eventuais aditamentos a este Contrato nos casos aqui previstos, conforme aplicável.

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

4. EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA E PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL

4.1. Inadimplemento. Para os fins deste Contrato, sem prejuízo às demais hipóteses de Eventos de Inadimplemento previstas na CCB e nos demais Documentos da Operação, na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos indicados nesta Cláusula, o Fiduciário poderá, respeitados eventuais prazos de cura, declarar o vencimento antecipado do Valor do Crédito acrescido da Remuneração e Encargos Moratórios, os quais serão imediatamente exigíveis, independentemente de interpelação judicial e/ou extrajudicial ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

(i) não pagamento, pelo Fiduciante, mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez, de qualquer obrigação pecuniária devida nos termos da CCB e/ou dos demais Documentos da Operação, não curada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal Evento de Liquidez;

(ii) não cumprimento, pelo Fiduciante, na data em que tal cumprimento seja exigido, de qualquer obrigação não pecuniária no âmbito do presente Contrato e/ou dos demais Documentos da Operação, exceto se tal descumprimento for sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de tal inadimplemento;

(iii) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil, independentemente de qualquer prazo de cura;

(iv) caso o Fiduciante e/ou qualquer sócio discuta a existência, validade e/ou eficácia ou, de qualquer forma questione, ou tome alguma medida judicial, arbitral ou extrajudicial, visando questionar, anular, invalidar ou limitar a validade e/ou eficácia de quaisquer disposições, direitos, créditos e/ou garantias referentes à CCB e/ou às operações contempladas nos Documentos da Operação;

(v) comprovada (documentalmente, em sede arbitral, administrativa e/ou mesmo judicial em primeiro grau, mesmo que passível de recurso) inveracidade, falsidade, incorreção ou incompletude das declarações e garantias prestadas pelo Fiduciante no âmbito deste Contrato e/ou dos demais Documentos da Operação, independentemente de qualquer prazo de cura;

(vi) não celebração do aditamento ao presente Contrato na hipótese de surgimento de Novos Direitos Cedidos Fiduciariamente, nos termos da Cláusula 3.1.2. deste Contrato;

(vii) caso seja protocolizado requerimento de autofalência, insolvência, falência, dissolução , liquidação ou evento equivalente ou procedimento similar da Fiduciante; e/ou

(viii) caso, sem prévia anuência do Fiduciário, haja Mudança de Controle societário, ou ainda a realização de operações de incorporação, fusão ou cisão pelo Fiduciante.

4.2. Inadimplência das Obrigações Garantidas. Caso ocorra qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado, todos os Direitos Cedidos Fiduciariamente: **(i)** terão sua propriedade consolidada em nome do Fiduciário; e **(ii)** serão utilizados para o pagamento das Obrigações Garantidas devidas, até o limite destas.

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

4.3. Excussão. Mediante a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, observados os termos e condições previstos no Contrato, o Fiduciário fica, desde já, irrevogavelmente autorizado e habilitado a excutir a Cessão Fiduciária, a seu exclusivo critério, independentemente de notificação, pública ou particular, judicial ou extrajudicial, no todo ou em parte, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Excussão").

4.3.1. O Fiduciário poderá, a seu exclusivo critério, independentemente de notificação, pública ou particular, judicial ou extrajudicial, alienar, cobrar, receber, apropriar-se e/ou liquidar os Direitos Cedidos Fiduciariamente, podendo imediatamente vender, ceder, conceder opções de compra ou de outro modo alienar e entregar os Direitos Cedidos Fiduciariamente, inclusive por meio de venda amigável, ou qualquer parte deles.

4.3.2. Na hipótese de excussão dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, o Fiduciante reconhece, portanto, que: **(i)** não terá qualquer pretensão ou ação, conforme o caso, contra o Fiduciário e/ou o adquirente dos Direitos Cedidos Fiduciariamente com relação aos direitos de crédito correspondentes às Obrigações Garantidas; **(ii)** tal condição não implica enriquecimento sem causa do Fiduciário e/ou do adquirente dos Direitos Cedidos Fiduciariamente; e **(iii)** o eventual valor residual de venda dos Direitos Cedidos Fiduciariamente será restituído ao Fiduciante após o pagamento de todas Obrigações Garantidas.

4.4. Excussão das Garantias. Na excussão da Cessão Fiduciária, as seguintes regras serão aplicáveis:

(i) O Fiduciário poderá optar entre excutir quaisquer dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ordem de prioridade, até o limite dos Direitos Cedidos Fiduciariamente; e

(ii) A excussão de parte dos Direitos Cedidos Fiduciariamente não ensejará a perda da opção de se excutir os demais Direitos Cedidos Fiduciariamente.

4.5. Mandato. Como condição do negócio jurídico pactuado, nos termos do presente Contrato, fica o Fiduciário, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, autorizada, na qualidade de mandatário do Fiduciante, em caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas sem o respectivo pagamento nos termos do Acordo, ou caso o Fiduciante não honre pontualmente com qualquer Obrigação Garantida, observados eventuais prazos de cura, a preservar a eficácia deste Contrato, a excutir os Direitos Cedidos Fiduciariamente e a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, sendo-lhe conferida, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas assumidas pelo Fiduciante, a procuração, cujo modelo consta do Anexo III, assinado nesta data, em que lhe são outorgados todos os poderes assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad judicia*" e "*ad negotia*" previstos no Código Civil, incluindo os artigos 1.433 e 1.434, e as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Procuração").

4.5.1. Observado o disposto na Cláusula 5.5. acima, o Fiduciário poderá: **(i)** praticar qualquer registro ou averbação, conforme aplicável, deste Contrato ou, ainda, dos Documentos da Operação e seus eventuais aditamentos, quando o Fiduciante estiver inadimplente com o respectivo registro; **(ii)** enviar as notificações de que trata o inciso iii da Cláusula 3.7. acima, ou ainda, qualquer outra notificação necessária para o aperfeiçoamento ou requisito de validade ou eficácia dos Documentos da Operação,

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C
Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

quando não realizado pelo Fiduciante, desde que comunique ao Fiduciante, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis, sobre a intenção de enviar as referidas notificações; **(iii)** tomar todas as medidas legais cabíveis para garantir o êxito das obrigações descritas no item anterior; **(iv)**proceder ao bloqueio, retenção, saque, transferência, cessão ou qualquer outra forma de disposição dos Direitos Cedidos Fiduciariamente para adimplemento das Obrigações Garantidas, bem como praticar e cumprir, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, os atos e demais direitos previstos em lei, em especial bloquear, reter e sacar os Direitos Cedidos Fiduciariamente até a integral quitação das Obrigações Garantidas, podendo, ainda, movimentar, transferir, dispor, sacar ou de qualquer outra forma utilizar os Direitos Cedidos Fiduciariamente a fim de assegurar o pagamentoe cumprimento total das Obrigações Garantidas; e **(v)** representar o Fiduciante nos Processos, bem como dar e receber quitação e transigir em nome do Fiduciante para o pagamento das Obrigações Garantidas, exclusivamente para exercício dosdireitos e prerrogativas previstos neste Contrato.

4.6. Destinação dos Recursos da Excussão. Os recursos apurados após a Excussão deverão ser imediatamente aplicados na amortização e na quitação do saldo devedor das Obrigações Garantidas, parcial ou totalmente.

4.6.1. Caso os recursos apurados após a Excussão não sejam suficientes para quitar todas as Obrigações Garantidas, o Fiduciante permanecerá integralmente responsável, pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas.

4.6.2. O Fiduciário entregará ao Fiduciante todos os recursos que porventura sobejarem após a Excussão dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, após quitação integral das Obrigações Garantidas, mediante o depósito de tais recursos na Conta Corrente Emitente (conforme definido na CCB), no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento dos valores devidos.

5. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

5.1. Condução dos Processos e Direitos Creditórios. O Fiduciário deverá atuar e fazer com que os advogados que vierem a ser constituídos (caso aplicável) atuem nos Processos de forma proativa, zelosa, de acordo com os deveres processuais previstos no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, no Código de Processo Civil e na legislação aplicável e com o intuito de viabilizar e fomentar, com maximização de resultados e no menor tempo possível, um Evento de Liquidez.

5.2. Direitos do Fiduciário sobre os Processos. Sem prejuízo dos demais direitos previstos nos Documentos da Operação, o Fiduciário, sempre representado pelo Administrador, terá o direito de, a seu critério, optar pela substituição dos advogados que atualmente atuam nos Processos ou pela contratação de outros advogados para atuar em tais Processos.

5.3. Obrigações Adicionais do Fiduciante. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, nos Documentos da Operação e/ou na legislação em vigor, o Fiduciante, obriga-se, conforme aplicável, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a:

(i) conduzir os Processos na forma prevista na Cláusula 6.1., 6.2. e 6.3. do presente Contrato;

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

(ii) não **(a)** celebrar acordo ou composição com os Devedores dos Direitos Creditórios; e/ou **(b)** concordar com argumentos, pedidos e/ou cálculos apresentados por tais Devedores e/ou por peritos, contadoria judicial ou outros técnicos e/ou concordar com decisões judiciais direta ou indiretamente relacionadas aos Processos, conforme aplicável a cada Direito Creditório, sem a prévia e expressa anuência do Fiduciário, representado pela Gestora;

(iii) informar ao Fiduciário, dentro de 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento sobre o fato, de qualquer ato ou fato que afete ou que torne inválida **(a)** qualquer das referidas declarações e garantias prestadas pelo Fiduciante neste Contrato e/ou nos demais Documentos da Operação; e/ou **(b)** a existência, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e titularidade sobre eles, incluindo, sem limitação, a existência de qualquer ônus sobre os mesmos, bem como adotar, às suas expensas, todas as medidas cabíveis para sanar ou evitar eventuais Eventos Materiais Adversos decorrentes de quaisquer dos atos ou fatos acima referidos, devendo o Fiduciante, ainda, enviar ao Fiduciário, no prazo acima estabelecido, cópias de todos e quaisquer documentos relativos ao evento em questão, incluindo, sem limitação, citações, intimações, petições, contestações, decisões, recursos e quaisquer outras medidas judiciais ou administrativas;

(iv) envidar seus melhores esforços para realizar tempestivamente todo e qualquer ato e procedimento justificado que lhe venha a ser solicitado pelo Fiduciário, de forma a preservar os direitos, garantias e prerrogativas do Fiduciário em razão dosnegócios objeto da CCB;

(v) não praticar – e impedir que terceiros, incluindo seus sócios, pratiquem – qualquer ato, judicial ou não, que **(a)** impeça, dificulte adie ou bloqueie o pagamento pelos Devedores dos direitos creditórios decorrentes dos Processos, **(b)** limite o exercício, pelo Fiduciário, de qualquer direito, garantia e/ou prerrogativa vinculados Processos; e/ou **(c)** comprometa a validade e eficácia dos Documentos da Operação;

(vi) não prometer, contratar ou realizar quaisquer outras cessões ou alienações (inclusive em caráter fiduciário), onerar ou de qualquer outra forma sujeitar a Ônus os seus direitos decorrentes dos Processos;

(vii) a partir da presente data, se abster de praticar quaisquer atos para alterar, modificar, extinguir ou reduzir direitos decorrentes dos Processos;

(viii) entregar ao Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento de solicitação nesse sentido, todos os documentos e informações solicitados pelo Fiduciário, incluindo quaisquer documentos em poder do Fiduciante que sejam necessários ou solicitados pelo Fiduciário, fornecendo ao Fiduciário acesso a registros contábeis e outros que sejam necessários para verificação de questões relacionadas aos direitos objeto da CCB, na medida que o Fiduciário considerar necessário para preservação de seus direitos;

(ix) cumprir (e fazer com que suas afiliadas, seus sócios, administradores e/ou os seus representantes cumpram) permanentemente com as Leis Anticorrupção;

(x) adotar todas as medidas para assegurar que todas as declarações e garantias previstas no

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

Contrato permanecerão válidas, eficazes, verdadeiras e completas, durante toda a duração da CCB, comunicando imediatamente e por escrito ao Fiduciário acerca de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade e/ou veracidade de quaisquer das declarações e garantias,e adotando todas as medidas necessárias para impedir que quaisquer das declarações e garantias se torne inválida, inverídica ou imprecisa;

(xi) indenizar o Fiduciário, após notificação e na forma prevista da CCB, por qualquer custo, perda ou responsabilidade em que este comprovadamente (por meio documental, em sede arbitral, administrativa e/ou mesmo judicial em primeiro grau,mesmo que passível de recurso) incorrer em razão de reclamação de terceiros contra as Pessoas Indenizáveis, em decorrência da celebração deste Contrato ou do cumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas;

(xii) efetuar o pagamento de todos os honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais, bem como toda e qualquer remuneração de assistentes técnicos, assessores, peritos, pareceristas ou terceiros contratados para atuar nos Processos;

(xiii) efetuar o pagamento e/ou adotar as medidas para que o Fiduciário possa receber diretamente no âmbito dos Processosos montantes relativos ao Valor do Crédito, à Remuneração, Encargos Moratórios (caso aplicável) e demais direitos dos Documentos da Operação (inclusive Perdas e Danos);

(xiv) constituir, na forma prevista neste Contrato, a Cessão Fiduciária sobre outros direitos creditórios que eventualmentevenham a surgir em favor do Fiduciante em decorrência dos Direitos Cedidos Fiduciariamente;

(xv) cumprir com o disposto nos Documentos da Operação e na legislação aplicável;

(xvi) manter a Cessão Fiduciária existente, válida, eficaz e em pleno vigor, sem qualquer Ônus, restrição ou condição, deacordo com os termos deste Contrato e/ou dos demais Documentos da Operação, conforme aplicável;

(xvii) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar a Cessão Fiduciária, bem como informar imediatamente o Fiduciário, sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso, por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processoem questão e as medidas tomadas;

(xviii) abster-se de praticar qualquer ato que, de qualquer forma, possa resultar ou resulte em um Evento Material Adversoà Cessão Fiduciária, ou seja, toda ação ou omissão, ou ainda, ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, que possa ensejar qualquer Evento Material Adverso na capacidade do Fiduciante de cumprir suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas nos Documentos da Operação; e

(xix) praticar todos os atos e cooperar com o Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto na Cláusula 6 deste Contrato, relativa à excussão da Cessão Fiduciária.

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

6. DESPESAS E TRIBUTOS

6.1. Despesas. Qualquer custo ou despesas eventualmente incorridas pelo Fiduciante e/ou pelo Fiduciário em razão deste Contrato inclusive registro em cartório, honorários advocatícios para fins de aditamento ao presente Contrato, custas e despesas judiciais para fins da excussão, tributos e encargos e taxas — será de inteira responsabilidade do Fiduciário.

6.2. Tributos. Os tributos incidentes sobre a Cessão Fiduciária ora constituída, sobre os valores e pagamentos dela decorrentes, sobre movimentações financeiras a ela relativos e sobre as obrigações decorrentes deste Contrato, quando devidos, deverão ser pagospelo Fiduciário.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. Prazo. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral da totalidade das Obrigações Garantidas. Caso, por qualquer motivo, qualquer pagamento relativo à CCB venha a ser restituído ou revogado, o presente Contrato recuperará automaticamente sua vigência e eficácia, devendo ser cumprido em todos os seus termos.

7.2. Liberação da Cessão Fiduciária. Em até 5 (cinco) Dias Úteis da data de notificação enviada pelo Fiduciante, após a integral e definitiva quitação das Obrigações Garantidas, o Fiduciário deverá enviar ao Fiduciante um termo de liberação, para: **(i)** atestar o término de pleno direito deste Contrato; e **(ii)** autorizar o Fiduciante a liberar a Cessão Fiduciária, por meio de averbação nesse sentido nos Cartórios Competentes.

8. INDENIZAÇÃO

8.1. Indenização pelo Fiduciário. Em nenhuma circunstância, o Fiduciário será responsável por indenizar o Fiduciante, exceto na hipótese comprovada de dolo da Administradora, conforme decisão transitada em julgado proferida por juízo ou tribunal competente. Tal indenização ficará limitada aos danos diretos comprovados e efetivamente causados por dolo do Fiduciário, ficandoexcluída qualquer modalidade de lucros cessantes, indenização por perda de chance ou outros danos indiretos ou consequenciais, e élimitada ao Valor do Crédito.

8.2. Indenização pelo Fiduciante. Ao firmar o presente Contrato, o Fiduciante concorda em isentar de responsabilidade, manter indene e indenizar o Fiduciário, a Administradora, seus sócios, acionistas, suas controladoras, subsidiárias, coligadas e controladas e seus diretores, administradores, gestores, funcionários e/ou agentes, bem como seus consultores e assessores ("Pessoas Indenizáveis") porquaisquer perdas, danos, prejuízos, responsabilidades, contingências presentes e futuras, danos, multas, penalidades, custos, obrigações ou despesas (incluindo mas não se limitando a taxas e honorários advocatícios), relacionados inclusive, mas sem limitação, à sua imagem, e resultantes, direta ou indiretamente, dos Documentos da Operação ("Perdas e Danos"), em virtude de:

(i) comprovado (documentalmente, em sede arbitral, administrativa e/ou mesmo judicial em primeiro grau, mesmo que passível de recurso) inadimplemento, total ou parcial, de suas obrigações e responsabilidades decorrentes da Operação e/ou previstas nos Documentos da

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

Operação;

(ii) comprovada (documentalmente, em sede arbitral, administrativa e/ou mesmo judicial em primeiro grau, mesmo quepassível de recurso) falsidade, inveracidade e/ou imprecisão das declarações e garantias prestadas neste Contrato e/ou nos Documentos da Operação, incluindo, sem limitação, as declarações prestadas no âmbito da Cláusula 3.1.3. acima e seus incisos; e

(iii) por qualquer custo, perda ou responsabilidade comprovadamente (por meio documental, em sede arbitral, administrativa e/ou mesmo judicial em primeiro grau, mesmo que passível de recurso) incorrida em razão de reclamação deterceiros contra as Pessoas Indenizáveis, em decorrência da celebração dos Documentos da Operação ou do cumprimento dequalquer das obrigações neles previstas, incluindo, sem limitação, cobranças de créditos tributários, valores de sucumbência e seus respectivamente encargos, eventualmente originados ou relativos aos Direitos Creditórios e respectivos Processos; e

(iv) qualquer outra conduta, dolosa ou culposa, que, mediante comprovado nexo de causalidade, possa gerar Perdas e Danos ao Fiduciário e/ou à Gestora.

8.3. Custos e Despesas. Além do pagamento da indenização, o Fiduciante obriga-se a ressarcir as Pessoas Indenizáveis de qualquer custo efetivamente incorrido ou despesas devidamente comprovadas que estas tiverem de incorrer para a defesa de seus direitos e interesses ou que tiverem de suportar em decorrência dos Documentos da Operação.

8.4. Valor da Indenização. Se qualquer ação, reclamação, investigação ou outro processo instituído ou tiver sua instituição ameaçada contra qualquer Pessoa Indenizável em relação à qual indenização possa ser exigida nos termos deste Contrato, o Fiduciante reembolsará ou pagará o montante total pago ou devido pela Pessoa Indenizável como resultado de qualquer perda, ação, dano e responsabilidade relacionada, exceto na hipótese comprovada de dolo das Pessoas Indenizáveis conforme decisão judicial transitadaem julgado, proferida por juízo ou tribunal competente, devendo pagar, inclusive, os custos e honorários advocatícios e sucumbências arbitrados em juízo.

8.5. Prazo de Pagamento. O Fiduciante realizará os pagamentos devidos nos termos desta Cláusula no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento da comunicação enviada pelas Pessoas Indenizáveis com a descrição das Perdas e Danos, custo ou despesa efetivamente incorridos pelas Pessoas Indenizáveis, conforme previsto nas Clausulas acima.

8.6. Sobrevivência. As disposições de indenização contidas nesta Cláusula 9 permanecerão em vigor, sendo existentes, válidas eeficazes independentemente do cumprimento integral, término da vigência, resolução, resilição ou rescisão deste Contrato.

9. COMUNICAÇÕES

9.1. Endereços. As comunicações e os avisos relativos a este Contrato serão realizados por escrito, e enviados à outra Parte por transmissão via correio eletrônico, observado o disposto neste Contrato. As comunicações, avisos e notificações a serem enviadaspor qualquer das Partes nos termos deste Contrato

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para o Fiduciante:

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA e
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angatuba, nº 716, Pacaembú,
CEP: 01247-000
E-mail: amariocassimiro@gmail.com
A/C: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA e AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

(ii) Para o Fiduciário:

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, São Paulo/SP
CEP 01452-002
E-mail: gestao@buritiinvestimentos.com.br
A/C: Marcelo Alves Varejão

9.2. Efeitos. As comunicações: **(i)** serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e **(ii)** por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo ou confirmação de entrega emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

9.2.1. Cada Parte obriga-se a comunicar, por escrito, à outra Parte, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência,qualquer alteração dos endereços identificados na Cláusula 9.1. acima.

9.2.2. A Parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nas cláusulas acima, não será responsável pelo seu não recebimento pela outra Parte, em virtude de sua mudança de endereço que não seja comunicada para as demais Partes nos termos da Cláusula 9.2.1. acima.

9.2.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 9.2.1. acima serão arcados pela Parte inadimplente.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Vinculação. Este Contrato deverá ser vinculante entre as partes nele mencionadas, permitindo a execução pelos seus respectivos sucessores e cessionários.

10.2. Cessão. O Fiduciante não poderá ceder seus direitos, obrigações e sua posição contratual sem o expresso consentimento porescrito do Fiduciário, representado pela Gestora. O Fiduciário poderá livremente ceder seus créditos, direitos, obrigações e posição contratual a terceiros independentemente do consentimento de Fiduciante.

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

10.3. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade de qualquer Parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação, alteração, transigência, remissão, modificação, redução dosdireitos e obrigações daqui decorrentes ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Lei aplicável. A constituição, a validade e interpretação deste Contrato, incluindo a presente Cláusula, serão regidos de acordocom as leis substantivas do Brasil vigentes na data de assinatura deste instrumento. Fica expressamente proibida e renunciada pelas Partes a aplicação de equidade e/ou de quaisquer princípios e regras não previstas pelas leis substantivas acima mencionadas.

10.5. Invalidade ou ineficácia parcial. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão válidas e eficazes todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa- fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6. Execução específica. As Partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisoIII, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Para os fins deste Contrato, as Partespoderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos do artigo 815 e seguintesdo Código de Processo Civil e outras disposições aplicáveis da lei, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado dasDebêntures, nos termos da Escritura.

10.7. Irrevogabilidade e irretratabilidade. Este Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8. Alterações. O presente Contrato apenas será modificado, aditado ou complementado com o consentimento expresso e por escrito das Partes, exceto nos casos expressamente admitidos neste Contrato, atuando por seus representantes legais ou procuradoresdevidamente autorizados, quando aplicável.

10.9. Significado. As palavras e os termos constantes deste Contrato, aqui ou na CCB não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência do presente Contrato, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes epráticas do mercado de capitais brasileiro.

10.10. Compromisso adicional. As Partes se obrigam a: **(i)** assinar todos os documentos, inclusive instrumentos de retificação e ratificação ou aditamento, caso isto se faça necessário para atender exigência formulada por cartórios, como condição para efetivar oregistro desse instrumento; e **(ii)** apresentar todos os documentos e informações exigidas, além de tomar prontamente todas as providências que se fizerem necessárias à viabilização de referidos registros. Todas e quaisquer despesas relacionadas com o dispostonesta cláusula serão arcadas única e exclusivamente pelo Fiduciante.

10.11. Assinatura Digital. As Partes reconhecem que as declarações de vontade mediante assinatura digital

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado: **(i)** o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou **(ii)** outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas Partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os finsde direito.

10.11.1. Na forma estabelecida no inciso X do caput do artigo 3º e no art. 18 da Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, no artigo 2º-A da Lei n.º 12.682, de 9 de julho de 2012, nos artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro e no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, todos conforme em vigor, o presente Contrato será considerado assinado, exigível e oponível perante as Partes e quaisquer terceiros, independentemente da aposição de rubricas em cada página, desde que seja firmado sob a forma física ou eletrônica. Adicionalmente, este Contrato será válido e produzirá efeitos desde a sua data aposta neste documento, independentemente se uma ou mais Partes assinarem este Contrato em data posterior, o que, eventualmente, poderá ocorrer em virtude de procedimentos formais para utilização de assinatura eletrônica, valendo para todos os fins de direito a data aposta neste instrumento em si para regrar os eventos deste Contrato.

11. FORO

11.1. Foro. Fica eleito o foro de São Paulo, do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes e as 2 (duas) testemunhas firmam o presente Contrato, de modo eletrônico.

São Paulo, 02/06/2023.

[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco. Página de assinaturas a seguir]

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia, datado de 02/06/2023]

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
representado por BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA e SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
RG:	RG:

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

ANEXO I

Obrigações Garantidas

1. Sem prejuízo do estabelecido na Cláusula 2.1. do Contrato, a presente Cessão Fiduciária é constituída em garantia do pagamento pontual e integral do Valor do Crédito (conforme definido no item 2.1. abaixo), da Remuneração (conforme definido no item 2.2. abaixo), dos Encargos Moratórios (conforme definido na CCB) e das demais obrigações previstas na CCB ("Obrigações Garantidas").

2. Sem prejuízo das previsões estabelecidas na CCB, abaixo as principais características das Obrigações Garantidas:

2.1. **Valor do Crédito:** R$ 1.742.625,12 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e doze centavos);

2.1.1 **Custo de Emissão:** R$ 8.713,13 (oito mil, setecentos e treze reais e treze centavos);

2.1.2 **Valor do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF):** R$ 59.460,26 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e seis centavos), calculado nos termos da legislação vigente na data de ocorrência do fato gerador;

2.1.3 **Valor Líquido de Crédito:** O valor líquido do crédito concedido é de R$ 1.674.451,73 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e três centavos), após o desconto do Custo de Emissão e IOF desta CCB;

2.2. **Remuneração:**

Para fins de correção monetária, o indexador acordado entre as Partes da CCB incidirá sobre o saldo devedor, nos termos da Planilha de Cálculo constante do item 2.14. abaixo. Pós-fixado em 100% (cem por cento) do CDI da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "over extra grupo", expressana forma percentual ao ano calculada e divulgada pela B3 S/A BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("Taxa DI" e "B3", respectivamente), acrescido de uma sobretaxa de 18,15% a.a. (dezoito inteiros e quinze décimos por cento ao ano);

2.3. **Taxa de Juros Efetiva sem indexador:**

Ano: 18,15% a.a. (dezoito inteiros e quinze décimos por cento ao ano)

2.4. **Custo Efetivo Total ("CET") sem indexador:**

Ano: 21,09% (vinte e um inteiros e nove décimos por cento).

2.5. **Custo Consolidado**

O Custo Consolidado da operação é de 100% da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 18,15% a.a. (dezoito inteiros e quinze décimos por cento ao ano)

2.6. **Forma de Liberação do Crédito:** a liberação do Valor do Crédito deverá ocorrer na forma das Cláusulas 2.6.1 e 2.6.2. abaixo.

2.6.1. O CREDOR liberará o Valor do Crédito Conta nº 42152-9, Agência nº 2243, Banco nº 237 – BANCO BRADESCO ("Data de Liberação do Crédito"), em até 2 (dois) dias úteis a contar da data da assinatura dos Documentos da Operação, sendo certo que transcorrido este prazo sem a liberação dos recursos em favor do EMITENTE, a CCB estará para todos os efeitos automaticamente cancelada;

2.6.2. O montante referente a uma parcela exata de R$ 0,00 do Valor do Crédito será aplicado na quitação de determinados débitos que o EMITENTE possui em aberto abaixo descritos ("Débitos"), a serem pagos pelo CREDOR por conta e ordem do Emitente conforme expressae irrevogavelmente indicado pelo EMITENTE nos Documentos da Operação.

Natureza do Débito	Instrumento para Quitação
N/A	N/A

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

2.7. **Forma de pagamento:** O EMITENTE realizará o pagamento em conta corrente do CREDOR ou a quem este indicar na qualidade de endossatário ou cessionário da presente CCB, na forma da Planilha de Cálculo constante do item 2.15. abaixo;

2.8. **Pagamento da CCB:** O EMITENTE realizará o pagamento em conta corrente do Credor, na forma da Planilha de Cálculo (Anexo II), sendo certo que o Valor do Crédito, a Remuneração e Encargos(conforme aplicável) serão pagos, obrigatoriamente: (i) mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez; (ii) na Data de Vencimento; ou (iii) mediante a ocorrência da hipótese de Pré-Pagamento Obrigatório (conforme definido da Cláusula 2.8., cuja redação se encontra no Aditamento abaixo referido). o Valor do Crédito, a Remuneração e Encargos Moratórios (conforme aplicável) serão pagos, obrigatoriamente: (i) mediante a ocorrência de um Evento de Liquidez; (ii) na Data de Vencimento; ou (iii) mediante a ocorrência da hipótese de Pré-Pagamento Obrigatório (conforme definido no Aditamento abaixo referido);

2.8.1. Na **falta, extinção, modificação ou anulação** do indexador pactuado, as partes signatárias da presente CCB, desde já, acordam que, mutuamente e de comum acordo, elegerão o indexador substitutivo, buscando aquele que mais se aproximar dos efeitos de atualização inicialmente vigentes, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro, pelo mesmo período que for considerado extinto, modificado ou anulado referido indexador;

2.9. **Tarifa de Liquidação Antecipada:** não aplicável;

2.10. **Data de Emissão**: 02/06/2023

2.11. **Registro em entidade registradora autorizada pelo Bacen:** NÃO

2.12. **Data de Vencimento**: 31/12/2024

2.13. **Praça de Pagamento:** São Paulo/SP;

2.14. **Planilha de cálculo:**

Vencimento	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Índice de Correção	Parcela
02/06/2023	R$ 1.742.625,12	R$ 0,00	R$ 0,00	100% CDI	0
31/12/2024	R$ 2.267.384,56	R$ 1.765.395,42	R$ 501.989,14	100% CDI	1

Os termos em letra maiúscula ora empregados, sem definição no presente Anexo I, terão o significado a eles atribuídos na CCB e no "*Primeiro Aditamento à Cédula de Crédito Bancário nº 33363",* celebrada em 02/06/2023 ("Aditamento").

****

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

ANEXO II

Direitos Creditórios em Garantia

1. **Precatório Federal:**

2. Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0112538-04.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 241.174,32*
Data base	*08/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0009424-76.2006.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 16ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 369.270,28*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0162320-77.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 64.071,83*
Data base	*02/2020*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0016189-73.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 81.908,69*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0145549-24.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 154.715,54*
Data base	*08/2018*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0010414-77.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 219.348,93*

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0153499-84.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 216.120,44*
Data base	*09/2018*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0017174-76.1999.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 291.669,50*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0153438-29.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 47.555,84*
Data base	*06/1998*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0009013-77.1999.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 488.044,45*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0157424-88.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 707.189,54*
Data base	*06/2021*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0005644-36.2003.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 817.576,92*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0174503-80.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 121.959,49*
Data base	*03/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0036961-57.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 185.592,88*

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0173432-43.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 178.738,54*
Data base	*02/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0002306-88.2002.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 275.283,34*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0171989-57.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 56.394,88*
Data base	*08/2022*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0000637-68.2000.4.01.3400*
Vara e Foro	*JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL CÍVEL – JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 62.008,74*

Autor (Fiduciante)	*AMARIO CASSIMIRO DA SILVA*
Nº Precatório	*0173712-14.2023.4.01.9198*
Ano Orçamentário	*2024*
Valor	*R$ 290.718,42*
Data base	*05/2017*
Reserva de Honorários	*N/A*
Ente Devedor	*UNIÃO FEDERAL*
Nº Processo Originário	*0002301-66.2002.4.01.3400*
Vara e Foro	*NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF*
Tribunal	*TRF 1ª Região*
Valor Atualizado em [05/2023]	*R$ 439.714,32*

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

ANEXO III

Modelo de Mandato

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, com CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA,** brasileiro, casado em separação total de bens, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 6.603, portador da cédula de identidade RG nº 4.920.997-8, inscrito no CPF/MF sob nº 038.807.291-15, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angatuba, nº 716, Pacaembú, CEP: 01247-000, endereço de e-mail: amariocassimiro@gmail.com e número de telefone móvel/WhatsApp: (11) 97128-9252, ("Outorgante"), por meio de seu representante legal abaixo assinado, nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, seu bastante procurador, o **CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 28 de novembro de 2001, conforme alterada, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e pela Instrução CVM n.º 444, de 8 de dezembro de 2006, conforme alterada, inscrito no CNPJ sob o nº 44.395.637/0001-08 ("CREDOR"), representado por seu gestor BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 e sua administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40, devidamente autorizados pela CVM a exercer a atividadede prestação de serviços de gestão e administração de carteira de valores mobiliários, respectivamente, por meio do Ato Declaratório n.º 2002, expedido em 26/07/2022 (doravante designado "Outorgado"), ou seu substituto. Em caso de inadimplemento das Obrigações Garantidas, com o propósito especial e exclusivo de realizar todo e qualquer ato necessário a fim de, nos termos da Cláusula 4 do "*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia*", datado de 02 de junho de 2023 (designado, conforme aditado, o "Contrato de Cessão Fiduciária"), preservar a eficácia do Contrato de Cessão Fiduciária e excutir as garantias nele previstas, bem como firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão dos Direitos Cedidos Fiduciariamente no âmbito da operação de investimento, podendo: **(i)** praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiroou qualquer órgão público) e firmar qualquer instrumento compatível com os termos do Contrato de Cessão Fiduciária e em relaçãoaos Direitos Cedidos Fiduciariamente; **(ii)** praticar todos os atos necessários para a preservação do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como da situação das garantias nele constituídas, como direito de garantia de primeiro grau válido, exequível e devidamente formalizada, incluindo, sem limitação: **(a)** a prática de qualquer registro ou averbação, conforme aplicável, do Contrato de Cessão Fiduciária ou, ainda, dos Documentos da Operação e seus eventuais aditamentos, quando o Outorgante estiver inadimplente com o respectivo registro; **(b)** a tomada de todas as medidas legais cabíveis para garantir o êxito das obrigações descritas nos itens acima; **(c)** o bloqueio, retenção, saque, transferência, cessão ou qualquer outra forma de disposição dos Direitos Cedidos Fiduciariamente para adimplemento das Obrigações Garantidas, bem como praticar e cumprir, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, os atos e demais direitos previstos em lei, em especial bloquear, reter e sacar os Direitos Cedidos Fiduciariamente até a integral quitação das Obrigações Garantidas, podendo, ainda, movimentar, transferir,dispor, sacar ou de qualquer outra forma utilizar os Direitos Cedidos Fiduciariamente a fim de assegurar o pagamento e cumprimentototal das Obrigações Garantidas; e **(d)** a representação do Outorgante nos Processos, bem como dar e receber quitação e transigir emnome do Outorgante para o

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

pagamento das Obrigações Garantidas, exclusivamente para exercício dos direitos e prerrogativas previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; **(iii)** em caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, conduzir os procedimentos de excussão de Garantias, conforme previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, podendo, inclusive, sem limitação, vender, alienar ou sob qualquer forma dispor dos Direitos Cedidos Fiduciariamente independentemente de leilão, hasta pública, notificação judicial ou extrajudicial, em conformidade com o disposto no artigo 1.433 do Código Civil; **(iv)** em caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, receber o produto da execução das garantias para pagamento das Obrigações Garantidas, bemcomo dar e receber quitação em nome do Outorgante; **(v)** em caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, firmar todose quaisquer outros instrumentos e praticar todos os atos (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) necessários para excutir, constituir, conservar, formalizar ou validar as garantias, bem como aditar o Contrato de Cessão Fiduciária para tais fins, incluindo celebrar contratos exigidos para reconstituir a garantia; **(vi)** em caso de vencimento antecipado das ObrigaçõesGarantidas, cobrar, receber, vender ou permitir a venda, cessão, opção ou opções de compra ou de outra forma alienar, conforme o caso, a totalidade ou qualquer parte dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, por meio de venda pública ou privada, observada a legislação aplicável, e independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial; **(vii)** em caso de vencimento antecipadodas Obrigações Garantidas, assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada dos Direitos Cedidos Fiduciariamente, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, inclusive requerer a respectiva autorização ou aprovação; **(viii)**representar o Outorgante na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, juntas comerciais, conforme o caso, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, instituições financeiras, para os propósitos dos poderesaqui outorgados; e **(ix)** praticar, enfim, todos os atos, bem como firmar quaisquer documentos, necessários, úteis ou convenientes aocabal desempenho do presente mandato, desde que de acordo com as premissas acima, que poderá ser substabelecido para escritóriosde advocacia de primeira linha, no todo ou em parte, com ou sem reserva, bem como revogar o substabelecimento. Os termos em letra maiúscula ora empregados, sem definição no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária. A presente procuração: **(a)** é outorgada de forma irrevogável e irretratável; **(b)** destina-se ao atendimento das obrigaçõesprevistas no Contrato de Cessão Fiduciária, em conformidade com artigo 684 do Código Civil; e **(c)** é valida até o cumprimento e liberação integral das Obrigações Garantidas.

Os poderes outorgados pelo presente instrumento são adicionais em relação aos poderes outorgados pelo Outorgante nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ou de quaisquer outros documentos, e não cancelam nem revogam nenhum de referidos poderes.

O Outorgante e o Outorgado reconhecem que as declarações de vontade mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado: **(i)** o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou **(ii)** outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de assinatura em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz para todos os fins de direito.

São Paulo, 02 de junho de 2023.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

ANEXO IV

Modelo de Aditamento

O presente [=] Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos ("Aditamento"), é celebrado entre as partes abaixo qualificadas:

1. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, com CNPJ nº 34.992.525/0001-72, e, **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA,** brasileiro, casado em separação total de bens, advogado, inscrito na OAB/DF sob nº 6.603, portador da cédula de identidade RG nº 4.920.997-8, inscrito no CPF/MF sob nº 038.807.291-15, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angatuba, nº 716, Pacaembú, CEP: 01247-000, endereço de e-mail: amariocassimiro@gmail.com e número de telefone móvel/WhatsApp: (11) 97128-9252. ("Fiduciante");

2. CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 28 de novembro de 2001, conforme alterada, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e pela Instrução CVM n.º 444, de 8 de dezembro de 2006, conforme alterada, inscrito no CNPJ sob o nº 44.395.637/0001-08, representado por seu gestor BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.696.473/0001-40 e sua administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40, devidamente autorizados pela CVM a exercer a atividadede prestação de serviços de gestão e administração de carteira de valores mobiliários, respectivamente, por meio do Ato Declaratório n.º 2002, expedido em 26/07/022, neste ato representada de acordo com seu contrato social ("Fiduciário" e "Administrador", respectivamente) (Fiduciário, em conjunto com o Fiduciante, simplesmente, as "Partes").

CONSIDERANDO QUE:

(i) Em 02 de junho de 2023, as Partes firmaram o *Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos em Garantia*" (conforme aditado ou suplementado de tempos em tempos) ("Contrato"); e

(ii) Nos termos da Cláusula 3.1.2. do Contrato, as Partes aqui concordaram em aditar o Contrato a fim de refletir os Novos Direitos Cedidos Fiduciariamente, conforme descrito abaixo.

ISTO POSTO, as Partes aqui presentes celebram o presente o Aditamento sob os seguintes termos e condições:

I. TERMOS DEFINIDOS

1.1. Os termos em letras maiúsculas usados, porém não definidos neste documento, devem ter o mesmo significado atribuído a eles no Contrato.

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

II. NOVOS DIREITOS CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE

2.1. O Fiduciante, por meio deste instrumento, em caráter irrevogável e irretratável, cede e transfere, em favor do Fiduciário, a propriedade fiduciária da totalidade dos Novos Direitos Cedidos Fiduciariamente, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, especificados detalhadamente no Anexo I deste Aditamento.

2.2. Em decorrência do acima previsto, as Cláusulas [=] do Contrato passam a vigorar da seguinte forma:

[=]

2.3. Para os propósitos do Contrato, a definição de Direitos Cedidos Fiduciariamente deve também abranger os Novos DireitosCedidos Fiduciariamente.

III. REGISTRO

3.1. Até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir desta data, o Fiduciante, a seu exclusivo custo, deverá submeter este Aditamento para registro nos Cartórios Competentes. Uma evidência do registro final deste Aditamento deverá ser entregue ao Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data do registro do presente Aditamento perante os Cartórios Competentes.

IV. RATIFICAÇÃO

4.1. Todas as disposições do Contrato não expressamente alteradas ou modificadas neste Aditamento permanecerão em pleno vigor e efeito, de acordo com os termos do Contrato.

V. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento será regido e interpretado de acordo com a legislação brasileira.

5.2. As Partes reconhecem que as declarações de vontade mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado **(i)** o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou **(ii)** outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da MedidaProvisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digitale informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito.

5.3. Qualquer litígio decorrente deste Aditamento será levado perante os tribunais de [=], Estado de [=], Brasil, com a exclusão de qualquer outro, independentemente de quão privilegiado possa ser.

5.4. Este Contrato produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. Ademais, ainda que alguma das Partes venha a assinar eletronicamente este instrumento em local diverso, o local de celebração deste instrumento é, para todos os fins, a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo indicado.

E, por estarem de acordo com os termos deste Aditamento, as Partes assinaram este Aditamento por via eletrônica, perante as 2 (duas)testemunhas abaixo qualificadas.

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

[PÁGINA DE ASSINATURAS]

Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

Certifica

Documento assinado por:

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: 03 Contrato Cessão Fiduciaria_M
Código do Documento: 157643227
Tipo do Documento: DOCUMENTOS DE CESSÃO - CCB (6)
Nome do P7S: QCECT00157643227.pdf.p7s
Tamanho: 424.99 Kb
Data do Recebimento: 02/06/2023 09:51:52
Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0

Documento **Validador**

Assinante: MARCELO ALVES VAREJAO:05538304736
Data da Assinatura: 02/06/2023 10:09:02
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DA GESTORA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3
Emitido para: MARCELO ALVES VAREJAO:055
E-mail: MARCELO.VAREJAO@SOCOPA.COM.B
Emitido por: AC SERASA RFB v5
Número de Série: 6061409486935779518
Válido de: 11/10/2021 12:00:00 **até:** 10/10/2024 12:00:00

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 3806357
Data e Hora (local): 02/06/2023 10:09:10 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 13:09:10

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: DANIEL DOLL LEMOS:27560576818
Data da Assinatura: 02/06/2023 11:10:03
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DA ADMINISTRADORA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A1
Emitido para: DANIEL DOLL LEMOS:275605768
E-mail: DANIEL@SINGULARE.COM.BR
Emitido por: AC SERASA RFB v5
Número de Série: 479529865719431378
Válido de: 10/10/2022 10:16:00 **até:** 10/10/2023 10:15:59

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4605170
Data e Hora (local): 02/06/2023 11:10:03 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 14:10:03

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: FERNANDA CRISTINA MUNIZ GOMES RUGGERI:35920738855
Data da Assinatura: 02/06/2023 11:10:05
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DA ADMINISTRADORA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A1
Emitido por: AC SERASA RFB v5
Emitido para: FERNANDA CRISTINA MUNIZ GO
Número de Série: 5765145051874092835
E-mail: FERNANDA.RUGGERI@SINGULARE.CO
Válido de: 29/11/2022 11:39:00 **até:** 29/11/2023 11:38:59

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4605171
Data e Hora (local): 02/06/2023 11:10:05 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 14:10:05

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA:03880729115
Data da Assinatura: 02/06/2023 12:09:04
Motivo da Assinatura: REPRESENTANTE DO EMITENTE

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3
Emitido por: AC VALID RFB v5
Emitido para: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA:0
Número de Série: 801265824908373632
E-mail: amariocassimiro@gmail.com
Válido de: 03/03/2021 15:36:15 **até:** 03/03/2024 15:36:15

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4613199
Data e Hora (local): 02/06/2023 12:09:11 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 15:09:11

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 18855 **Emissor:** AC VALID RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 11:35:55 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:35:55

Certifica
Hash (SHA1): 22A7B1EF488402036C6F4E0A05BE88AC50E65DC0 - Chave: 46E0168C
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=46E0168C

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349144
Número do documento: 23060516101683100001636349144

CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO SEM COOBRIGAÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

a) **UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, sociedade de crédito direto autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com sede na Cidade de Porto Alegre/RS, na Avenida Doutor Nilo Peçanha, nº 1221, conjunto 1302, Edifício Trade, Boa Vista, CEP 91330-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 39.587.424-0001/30 (a "Cedente");

E, de outro:

a) **CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ sob o nº 44.395.637/0001-08 (o "Cessionário" ou o "Fundo"), neste ato representado na forma do seu Regulamento pela sua **administradora SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira devidamente autorizada para tanto, com sede na cidade de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1355, 5º e 15º andares, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.285.390/0001-40, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "Administradora");

E, ainda, como Intervenientes Anuentes:

b) **BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.696.473/0001-40, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Cláudio Soares, nº 72 – 14º andar, Cj. 1410, neste ato representada na forma de seu contrato social (a "Gestora");

b) **MATRI INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 11.648.657/0001-86, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Maracatins, nº 992, Bloco A, Conjuntos 33 e 34, CEP 04089-900, neste ato representado na forma do seu Contrato Social ("Matri"); e

c) **AMGM INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ sob nº 30.656.957/0001-51, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Maracatins, nº 992, Bloco A, Conjuntos 33 e 34, CEP 04089-900, neste ato representado na forma do seu Contrato Social ("AMGM" e, em conjunto com Matri, a "Consultoria Especializada" e, em conjunto com a Cedente, o Cessionário, a Administradora e a Gestora, as "Partes" e, individualmente, a "Parte").

CONSIDERANDO QUE:

(i) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pelos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.907, de 29 de novembro de 2001 ("Resolução CMN 2.907"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 444, de 08 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM 444") e do seu regulamento ("Regulamento");

(ii) a Cedente é uma sociedade de crédito autorizada a conceder empréstimos por meio da celebração de Cédulas de Crédito Bancários ("CCB(s)") nos termos da legislação e regulamentação vigentes, de modo a originar direitos de crédito em face de seus clientes e terceiros ("Devedor(es)") ("Direito(s) de Crédito");

(iii) segundo a Cláusula 10.1 do Regulamento, o Cessionário pode adquirir, em conformidade com os Critérios de Elegibilidade (conforme definido no Regulamento) e as Condições de Cessão (conforme definido no Regulamento), direitos creditórios oriundos, dentre outros, de cédulas de crédito bancário.;

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

(iv) o Cessionário [tem ciência de que a Consultoria Especializada] figurará nas CCBs a serem por ele adquiridas como INTERVENIENTE QUITANTE, assumindo expressamente a obrigação de realizar a quitação de determinados débitos em aberto em nome do Emitente representados por guias DARFs.

(v) o Cessionário tem interesse na aquisição, e a Cedente tem o interesse na alienação, em caráter preferencial, exclusivo e prioritário em detrimento de qualquer terceiro, da totalidade dos direitos creditórios oriundos das CCBs detidas pela Cedente, juntamente com todos os seus respectivos acessórios, tudo no estado em que se encontram, observados os termos e condições do presente Contrato (conforme abaixo definido).

ISTO POSTO, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças (o "Contrato de Cessão" ou "Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I
DEFINIÇÕES

1.1. Os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Contrato de Cessão, estejam no singular ou no plural, que não sejam diversamente definidos neste Contrato de Cessão, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento do Fundo, elaborado nos termos da Resolução CMN 2.907 e da Instrução CVM 444.

CLÁUSULA II
OBJETO E QUALIFICAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

2.1. A Cedente se compromete a, nos termos deste Contrato, ceder e transferir, de forma irrevogável e irretratável, todos e quaisquer direitos creditórios oriundos das CCBs das quais a Cedente é credora ao Cessionário.

2.2. A Cedente responsabiliza-se civilmente pela origem, boa formalização, legalidade, veracidade e legitimidade de cada Direito de Crédito cedido por meio de cada Termo de Cessão, assim como por sua liquidez, certeza e exigibilidade, não respondendo, todavia, pela sua liquidação.

2.3. Cada cessão de Direitos de Crédito nos termos do presente Contrato de Cessão será realizada mediante a celebração de um Termo de Cessão (o "Termo de Cessão"), conforme modelo anexo a este Contrato de Cessão (Anexo I), a ser celebrado entre o Fundo e a Cedente, observado o procedimento previsto nas Cláusulas V e VI abaixo.

2.1.1. Em cada Termo de Cessão deverá constar, no mínimo, a relação dos Direitos de Crédito cedidos, identificados pelo seu valor nominal, data de vencimento, título representativo do Direito de Crédito, nome e Cadastro de Pessoa Física (o "CPF") ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (o "CNPJ") de cada Devedor, bem como garantias atreladas, se já constituídas na emissão das CCBs.

2.4. Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas no âmbito deste Contrato de Cessão compreende:

(a) os Documentos Comprobatórios (abaixo definido) que lastrearem os Direitos de Crédito; e
(b) todos os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória, vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos.

2.5. A realização de cada cessão de Direitos de Crédito prevista neste Contrato de Cessão deverá observar as seguintes condições:

(a) análise, seleção prévia e aprovação dos Direitos de Crédito pela Gestora e pela Consultoria Especializada;

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

(b) os Direitos de Crédito deverão atender aos Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão estabelecidos no Regulamento;
(c) o objetivo do Fundo, sua política de investimento e os critérios de composição da carteira previstos no Regulamento;
(d) pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito, conforme previsto em cada Termo de Cessão; e
(e) os termos e condições previstas neste Contrato de Cessão.

2.6. Nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo sem a aprovação da Gestora e da Consultoria Especializada, devendo estas proceder à análise dos direitos creditórios ofertados ao Fundo de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Regulamento.

2.7. A fim de cumprir com as Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento, a Consultoria Especializada, poderá realizar o pagamento de débitos que estejam em nome do Devedor, emitente da CCB, conforme estabelecido na respectiva CCB e documentos a ela vinculados.

2.8. Cada cessão de Direitos de Crédito nos termos do presente Contrato de Cessão será realizada em caráter irrevogável e irretratável, ficando o Cessionário automaticamente sub-rogado em todos os direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas conferidos aos Direitos de Crédito cedidos.

CLÁUSULA III
DO ENDOSSO

3.1. Para cada cessão de Direitos de Crédito representados por títulos de crédito com a cláusula à ordem, além da celebração entre as partes de um Termo de Cessão na forma prevista no item 2.1. acima, a Cedente deverá realizar o endosso pleno e em preto de cada título de crédito em favor do Cessionário, que passará a ser o seu único e legítimo possuidor e proprietário dos Direitos de Crédito.

CLÁUSULA IV
NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR E COBRANÇA

4.1. O Cessionário e a Cedente se obrigam a dar ciência aos respectivos Devedores de cada cessão realizada nos termos da Cláusula II acima, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data do respectivo vencimento de cada Direito de Crédito, informando-lhes que os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente ao Cessionário ou à sua ordem.

4.1.1. Sem prejuízo do previsto no item 4.1 acima, o Cessionário fica autorizado a notificar os Devedores, a qualquer tempo, das cessões realizadas nos termos deste Contrato de Cessão.

4.2. Caso a Cedente receba quaisquer valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Cessionário, deverá transferir tais valores ao Cessionário no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ciência de seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que, em caso de recebimento de tais valores, a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária até a sua efetiva transferência ao Cessionário.

4.2.1. Em caso de descumprimento do disposto no item 4.2. acima, tais valores serão acrescidos da variação acumulada da Taxa DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, Over Extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br/pt_br/) ("Taxa DI"), desde a data de tal desembolso por parte do Devedor, até o efetivo recebimento de tais valores pelo Cessionário, acrescidos de multa indenizatória, não compensatória, de 10% (dez por cento) do montante a ser recebido pelo Cessionário.

4.3. Em decorrência dos créditos cedidos, a Cedente assume o compromisso de direcionar ao Cessionário o atendimento a terceiros devedores para que esses possam negociar e efetuar o pagamento antecipado na forma prevista na CCB, compor e renegociar dívidas, ou outro ajuste qualquer que implique no

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

recebimento de valores originados pelos créditos objeto de cada Termo de Cessão de forma diversa da prevista na CCB.

CLÁUSULA V
PAGAMENTO DA CESSÃO

5.1. Para cada uma das cessões realizadas nos termos da Cláusula II acima, o respectivo Termo de Cessão estabelecerá (i) o valor a ser pago pelo Cessionário à Cedente (o "Preço de Aquisição"), (ii) a conta corrente de titularidade da Cedente para depósito do pagamento e (iii) as demais condições previstas no Anexo I deste Contrato de Cessão.

5.1.1. O Preço de Aquisição será integralmente pago à Cedente, em moeda corrente nacional, nos prazos e de acordo com as demais condições previstas no respectivo Termo de Cessão.

5.2. O Cessionário tornar-se-á o titular dos Direitos de Crédito e pagará à Cedente, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, o preço apurado na forma do item 5.1 acima, em razão de que, mediante pagamento do Preço de Aquisição, a Cedente dará ao Cessionário a mais ampla, total, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo os comprovantes de depósito, via transferência eletrônica de recursos ou outra forma autorizada pelo BACEN, como recibo de pagamento e instrumento suficiente de quitação.

CLÁUSULA VI
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

6.1. Observado o previsto neste Contrato de Cessão, a Cedente deverá entregar ao Cessionário, ou a quem este indicar, previamente à celebração de cada Termo de Cessão, toda a documentação necessária à sua comprovação dos Direitos de Créditos cedidos, incluindo, mas não se limitando, aos contratos, instrumentos e títulos de crédito representativos dos respectivos Direitos de Crédito (os "Documentos Comprobatórios"), cujas cópias a Cedente declara ter disponibilizado de forma eletrônica e que todas são fiéis e integrais às versões originais.

6.2. Todos os documentos relacionados aos Direitos de Crédito serão entregues ao Cessionário para sua guarda, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA VII
PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato de Cessão vigorará por prazo indeterminado, a partir desta data, podendo ser resilido pela Cedente ou pelo Cessionário mediante notificação prévia com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, ficando certo que, caso ocorra a rescisão deste Contrato de Cessão nos termos da Cláusula X abaixo ou por algum outro motivo, o Cessionário permanecerá responsável pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão até sua integral liquidação.

CLÁUSULA VIII
INDENIZAÇÃO

8.1. A Cedente se obriga a indenizar, defender e isentar o Cessionário, suas afiliadas, seus diretores, empregados e sucessores, representantes, agentes, diretores, gerentes ou cessionários subsequentes em relação a todas as demandas, alegações, processos, perdas, danos, responsabilidades, pedidos de indenização e despesas (incluindo custos decorrentes das negociações, honorários advocatícios e quaisquer outras despesas), tendo sido pagos (ou não), incorridos ou sofridos por tais pessoas, de qualquer maneira, em virtude de: (i) atos, fatos, eventos ou omissões relacionadas à Cedente e/ou a quaisquer entidades de seu conglomerado societário e/ou econômico, e aos Direitos de Crédito; e/ou (ii) falsidade, declaração errônea, incompleta ou insuficiente, ou descumprimento de qualquer declaração

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

ou garantia prestada pela Cedente neste Contrato de Cessão; e/ou (iii) violação de quaisquer de suas obrigações previstas neste Contrato de Cessão; e/ou (iv) inexistência e/ou insuficiência de documento comprobatório referente aos Direitos de Crédito, de forma que o mesmo seja reconhecido como nulo, inexistente e/ou inexigível, no todo ou em parte; e/ou (v) reivindicações de terceiros e/ou prestadores de serviços sobre os Direitos de Crédito ou parcela deste.

CLÁUSULA IX
TUTELA ESPECÍFICA

10.1. A Cedente e o Cessionário reconhecem, desde já, que este Contrato de Cessão constitui título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos dos Artigos 497, 784 e seguintes da Lei 13.105 de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil").

10.2. As obrigações de fazer e não fazer, previstas neste Contrato de Cessão, serão exigíveis, se não houver estipulação de prazo específico, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos contados do recebimento da respectiva notificação enviada pela parte prejudicada. Será facultada à parte prejudicada, ainda, a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o Artigo 499, do Código de Processo Civil.

10.3. Caso as Partes descumpram qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato de Cessão e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo, a parte prejudicada poderá, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento no Artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil.

9.3.1. As obrigações de não fazer da Cedente decorrentes do presente Contrato de Cessão deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do Artigo 822 e seguintes do Código de Processo Civil, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com o estabelecido no presente Contrato.

10.4. As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

CLÁUSULA X
RESCISÃO

10.1. Sem prejuízo dos demais direitos do Cessionário previstos no presente Contrato, este Contrato de Cessão poderá ser rescindido pelo Cessionário, mediante notificação por escrito para a Cedente na ocorrência de quaisquer das hipóteses abaixo relacionadas:

(a) descumprimento pela Cedente de qualquer obrigação assumida nos termos do presente Contrato;

(b) não apresentação ou aprovação das garantias atreladas aos Direitos de Crédito;

(c) início de procedimento de dissolução e/ou liquidação ou decretação de falência da Cedente ou apresentação de pedido de autofalência por qualquer um deles;

(d) homologação de processamento de recuperação judicial ou início de plano de recuperação extrajudicial da Cedente.

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

11.1. A Cedente declara e garante ao Cessionário, neste ato, que:

(a) a CCB identificada em cada Termo de Cessão e os Direitos de Crédito, assim como quaisquer créditos decorrentes de tal CCB, possuem todos os requisitos necessários nos termos da Lei n° 10.931 de 02 de agosto de 2004 e encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, inclusive que, de algum modo, possam obstar o endosso e o pleno exercício pelo Cessionário das prerrogativas decorrentes da titularidade da CCB e de quaisquer créditos delas decorrentes;
(b) da CCB identificada em cada Termo de Cessão não consta nenhum erro ou vício de formalização que poderá impactar na cobrança da mesma, respondendo a Cedente pelo conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e sua correta formalização;
(c) o presente Contrato de Cessão constitui obrigação lícita, válida e exequível em conformidade com seus termos contra a Cedente (observadas as leis de falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência, e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral);
(d) manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações necessárias à execução deste Contrato de Cessão;
(e) não proceder a alterações, aditamentos, renegociações, repactuações, alienações ou novas cessões relacionadas aos Direitos de Crédito cedidos ao Cessionário;
(f) cumprir as obrigações previstas nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos para o Fundo, dentro dos prazos ali estabelecidos;
(g) utilizar seus melhores esforços a fim de colaborar com o Fundo, para garantir o recebimento pelo Fundo da totalidade dos valores referentes aos Direitos de Crédito a estes cedidos;
(h) tomar todas as medidas necessárias para que os Direitos de Crédito, bem como suas garantias, sejam efetiva e validamente cedidos e transferidos ao Fundo;
(i) manter padrões contábeis mínimos de acordo com a legislação aplicável;
(j) permitir ao Administrador, à Gestora do Fundo e/ou a Consultoria Especializada, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, podendo o Fundo extrair cópias ou solicitar cópias autenticadas, assim como permitir acesso por meio eletrônico às informações relativas aos Direitos de Crédito, constantes das bases de dados da Cedente ou de terceiros, de forma a garantir o acesso às informações necessárias para a realização pelo Fundo de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direito de Crédito a eles cedidos;
(k) transferir para conta corrente do Fundo, no dia útil imediatamente subsequente à identificação do recebimento, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Direitos de Crédito eventualmente recebido dos devedores, comunicando tal fato à Consultoria Especializada e à Gestora;
(l) garantir em suas atividades o respeito às leis, ao comportamento ético com seus clientes e respeito ao meio ambiente, cumprindo com o disposto na legislação ambiental, no que for aplicável às suas atividades e serviços;
(m) não explorar qualquer forma de mão-de-obra infantil e evitar, de todos os modos, a contratação e/ou aquisição de produtos e/ou serviços de pessoas físicas ou jurídicas que explorem, direta ou indiretamente, o trabalho infantil em qualquer localidade, bem como declara que será integralmente respeitados os conceitos prescritos em toda e qualquer legislação protetiva dos direitos da criança e do adolescente, no que for aplicável às suas atividades e serviços; e
(n) cumprir e fazer com que se cumpram irrestritamente, por si e por seus respectivos funcionários e administradores, as normas que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, bem como acerca de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo para fins do disposto na Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo"), na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, na Lei n° 9.613, de 3 de março de 1998, no Decreto n° 8.420, de 18 de março de 2015, ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act, desde que aplicável, sua eventuais atualizações e com as melhores práticas de mercado.

11.2. As declarações aqui prestadas pela Cedente subsistirão até a integral liquidação das obrigações da

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

Cedente decorrentes deste Contrato.

11.3. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, a Cedente expressamente obriga-se a:

(a) encaminhar ao Cessionário, conforme aplicável, cópia da petição contendo pedido de decretação de falência, deferimento de procedimento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial relativa à própria Cedente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento, acompanhada de cópia de todos os documentos que embasem ou fundamentem tal pedido;
(b) informar e/ou entregar cópia ao Cessionário de qualquer alteração em seus controles internos e na sua política de cobrança, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do início de sua vigência, e indicar os fundamentos que levaram a tal alteração;
(c) indenizar o Cessionário em razão do descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e obrigações previstas neste Contrato; e
(d) cumprir fiel e tempestivamente todas as suas obrigações definidas neste Contrato.

11.4. A Cedente será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Cessionário decorrentes da inveracidade ou inexatidão das declarações acima prestadas.

11.5. As obrigações para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico para seu cumprimento serão exigíveis no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados do recebimento de notificação exigindo o seu cumprimento, nos termos da Cláusula XVII deste Contrato.

11.6. As partes se comprometem a sempre manter o presente Contrato de Cessão, a todo o momento, em consonância com o Regulamento, com o objetivo de não prejudicar o funcionamento do Cessionário. Caso ocorra qualquer alteração no Regulamento que conflite com as disposições deste Contrato, as Partes desde logo se comprometem a negociar amigavelmente e, na maior brevidade possível, alterar este Contrato, de modo a refletir as alterações feitas no Regulamento.

CLÁUSULA XII
DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

12.1. A Administradora, devidamente autorizada na forma do Regulamento, declara e garante, em nome do Fundo e, conforme o caso, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, em seu próprio nome, neste ato, que:

(a) é uma instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
(b) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo/SP, estando, também, devidamente atualizados;
(c) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes estão devidamente autorizados pelo Regulamento e/ou pelos atos constitutivos da Administradora, conforme o caso;
(d) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, e estará validamente em funcionamento mediante o seu registro na CVM de acordo com a legislação e regulamentação em vigor; e
(e) teve ciência e anui que resta afastada responsabilização do Cedente após a aquisição das CCBs pelo Cessionário diante de qualquer vício de origem ou de qualquer vício que impeça, modifique, cancele ou de qualquer outra forma possa impactar na exigibilidade do título, sobretudo relacionada à realização da quitação de dívidas identificadas como sendo de titularidade dos Emitentes das

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

CCBs, cuja responsabilidade pela quitação foi assumida e formalizada diretamente na própria CCB, na condição de Interveniente Quitante pela Consultoria Especializada do Cessionário conforme condições de Cessão estabelecidas no Regulamento

12.2. A Administradora se obriga a obter e manter atualizadas todas as autorizações ou aprovações necessárias, nos termos da regulamentação aplicável, à constituição e ao funcionamento do Cessionário como um fundo de investimento em direitos creditórios.

12.3. As declarações aqui prestadas pela Administradora, em nome próprio e em nome do Fundo, subsistirão até a integral liquidação das obrigações da Cedente e da Administradora decorrentes deste Contrato.

12.4. A Administradora será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, devidamente comprovados, causados à Cedente decorrentes da inveracidade ou inexatidão das declarações acima prestadas.

CLÁUSULA XIII
COMUNICAÇÕES

13.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das partes nos termos deste Contrato de Cessão deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) se para a Cedente:
UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Avenida Doutor Nilo Peçanha, nº 1221, conjunto 1302, Edifício Trade, Boa Vista, CEP 91330-000, Porto Alegre/RS
At.: Tabaré Gustavo Acosta Cabrera
Telefone: (51) 3027-3290
e-mail: contato@uy3.com.br

b) se para o Cessionário ou para a Administradora:
CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 5º e 15º andares
At.: Daniel Doll Lemos
Telefone: (11) 2827-3500
Fac-símile: (11) 2827-3500
Email: daniel@singulare.com.br / administração.fundos@singulare.com.br

c) se para a Consultoria Especializada:
MATRI INVESTIMENTOS LTDA. e AMGM INVESTIMENTOS LTDA.
Alameda dos Maracatins, 922, 3º Andar
At.: Gustavo Messias e/ou Letícia Messias
Telefone: 0800 443 0303
Email: gestao@matribank.com.br / leticia.messias@matribank.com.br

d) se para a Gestora:
BURITI INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA
Rua Cláudio Soares, nº 72 – 14º andar, Cj. 1410
At.: Marcelo Alves Varejão
Telefone: (11) 4210-2334
Email: gestao@buritiinvestimentos.com.br

13.2. Todos os documentos e as comunicações da operação deverão ser encaminhados à Consultoria Especializada em até 03 (três) dias úteis na forma do disposto neste instrumento.

13.3. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile, via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica.

13.3.1. Para os fins do item 13.2. acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CLÁUSULA XIV
DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato de Cessão somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por todas as partes.

15.2. As partes celebram este Contrato de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

15.3. Todos os Termos de Cessão celebrados nos termos deste Contrato de Cessão constituirão parte integrante e inseparável do presente Contrato, para todos os fins.

15.4. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

15.5. O presente Contrato de Cessão constitui o único e integral acordo entre as partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.

15.6. É expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações previstos neste Contrato de Cessão, salvo mediante expressa e prévia aprovação pela outra Parte.

15.7. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato de Cessão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do Artigo 784 do Código de Processo Civil.

15.8. Todas as disposições contidas neste Contrato, que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Cessionário, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

15.9. Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado do São Paulo ou na Cidade de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

15.10. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato de Cessão for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato de Cessão não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

15.11. Em observância à Lei n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), a Cedente consente com o tratamento de seus dados pessoais, inclusive dados pessoais sensíveis, pelo Cessionário, bem como pela Gestora e pela Consultoria Especializada, podendo ser revogado o consentimento a

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

qualquer tempo, mediante manifestação expressa, com o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

15.12. Para fins de cumprimento das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, o Cessionário declara e garante o quanto segue: (i) as informações dos Devedores obtidas por meio de seus documentos de identificação pessoal e documentos de comprovação de renda, residência e profissão ("Dados"), especificamente (a) o número de inscrição no CPF, (b) o número de identificação da Cédula de Identidade – RG, (c) nome pessoal, (d) nome social (se houver), (e) idade, (f) naturalidade, (g) filiação, (h) foto pessoal, (i) assinatura, (j) número de registro de cada Devedor junto a demais entidades, incluindo, mas não se limitando a, órgãos públicos de trânsito e órgãos de representação de classe, (k) renda mensal no momento da contratação, (l) endereço residencial, (m) profissão, (n) empregador, (o) setor de atuação, (p) endereço profissional, (q) telefones comerciais e residenciais, (r) celular, e (s) endereço eletrônico, serão utilizados única e exclusivamente para fins de cobrança dos Direitos de Crédito, não podendo ser retransmitidos a terceiros; (ii) os Dados dos Devedores foram obtidos de forma consensual pelo Cessionário, sendo dados necessários para a proteção do crédito, conforme ditam os incisos I e X do artigo 7º da Lei Geral de Proteção de Dados; e (iii) os Dados obtidos pelo Cessionário não são considerados dados pessoais sensíveis nos termos do inciso II do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados, salvo pela eventual constatação de nome social, conforme indicado no item (i)(d) da presente Cláusula.

15.13. As partes se comprometem, neste ato, a não utilizar os Dados para outros fins que não a eventual cobrança dos Direitos de Crédito, se obrigando especificamente a não transmitir os Dados a terceiros sem autorização dos Devedores, salvo nas hipóteses expressamente permitidas na Lei Geral de Proteção de Dados.

15.14. As partes signatárias ratificam e admitem como válido, para fins de comprovação de autoria e integridade, a assinatura e informações constantes no presente documento, as quais foram capturadas de forma eletrônica e utilizadas nesta contrato, constituindo título executivo extrajudicial nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.931 de 2004 e para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP- BRASIL, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/2001.

15.14.1. Na forma estabelecida no inciso X do caput do artigo 3º e no art. 18 da Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, no artigo 2º-A da Lei n.º 12.682, de 9 de julho de 2012, nos artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro e no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, todos conforme em vigor, o presente Contrato será considerado assinado, exigível e oponível perante as Partes e quaisquer terceiros, independentemente da aposição de rubricas em cada página, desde que seja firmado sob a forma física ou eletrônica. Adicionalmente, este Contrato será válido e produzirá efeitos desde a sua data aposta neste documento, independentemente se uma ou mais Partes assinarem este Contrato em data posterior, o que, eventualmente, poderá ocorrer em virtude de procedimentos formais para utilização de assinatura eletrônica, valendo para todos os fins de direito a data aposta neste instrumento em si para regrar os eventos deste Contrato.

15.15. As partes declaram a veracidade de seus endereços eletrônicos, bem como autorizam o uso para todos os atos diretamente relacionados a este instrumento, conforme a regulamentação aplicável.

15.16. Ao assinarem por meio de assinaturas eletrônicas, as partes declaram a integridade, autenticidade e regularidade do Contrato.

CLÁUSULA XVI
FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato de Cessão na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo, podendo se dar de forma eletrônica, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, ou, fisicamente, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito.

São Paulo - SP, 02/06/2023.

[o restante da página foi deixado intencionalmente em branco; página de assinaturas a seguir]

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

[Página de assinaturas 01/02 do Contrato de Cessão de Crédito celebrado entre UY3 Sociedade de Crédito Direto S/A e CM Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, com a interveniência de Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Matri Investimentos Ltda. e AMGM Investimentos Ltda., em 02/06/2023]

CEDENTE:

UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Por: Tabaré Gustavo Acosta Cabrera	Por: Caracé Alvaro Acosta Cabrera
Cargo: Diretor	Cargo: Diretor

CESSIONÁRIO:

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS

Neste ato representado por sua administradora Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

[Página de assinaturas 02/02 do Contrato de Cessão de Crédito celebrado entre UY3 Sociedade de Crédito Direto S/A e CM Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, com a interveniência de Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Matri Investimentos Ltda. e AMGM Investimentos Ltda., em 02/06/2023]

INTERVENIENTES ANUENTES:

GESTORA: **SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

_____ _____
Por: Por:
Cargo: Cargo:

CONSULTORIA ESPECIALIZADA:

MATRI INVESTIMENTOS LTDA.

_____ _____
Por: Por:
Cargo: Cargo:

AMGM INVESTIMENTOS LTDA.

_____ _____
Por: Por:
Cargo: Cargo:

TESTEMUNHAS:

1._____ 2. _____
Nome: Nome:
RG: RG:

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

ANEXO I
ao Contrato de Cessão

Modelo de Termo de Cessão

"Termo de Cessão de Direitos de Crédito Sem Coobrigação"

CEDENTE:

Nome: UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Endereço: Avenida Doutor Nilo Peçanha, nº 1221, conjunto 1302, Edifício Trade, Boa Vista, CEP 91330-000, Cidade de Porto Alegre/RS
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ"): 39.587.424-0001/30

CESSIONÁRIO:

Nome: CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
CNPJ: 44.395.637/0001-08

Pelo presente Termo de Cessão de Direitos de Crédito Sem Coobrigação ("Termo de Cessão"), nesta data e sem coobrigação, a Cedente cede e transfere ao Cessionário os Direitos de Crédito oriundos da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") abaixo identificados, incluindo, sem limitação, todos os acessórios, reajustes monetários, juros, encargos, direitos reais de garantia, garantias fidejussórias, privilégios, preferências, prerrogativas, e ações relacionados a tais Direitos de Crédito, nos termos da Cláusula II do Contrato de Cessão (a seguir definido), no valor total de R$ 1.742.625,12 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e doze centavos), de acordo com o *"Contrato de Cessão e Aquisição sem Coobrigação de Direitos de Crédito e Outras Avenças"*, firmado em 02/06/2023, entre a Cedente e o Cessionário (o "Contrato de Cessão") ("Cessão"):

Título:	Emitente:	CNPJ/CPF	Último Vencimento:	Valor (R$):
33363	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15 e 34.992.525/0001-72	31/12/2024	R$ 1.742.625,12

Pela presente Cessão, o Cessionário pagará à Cedente o Preço de Aquisição previsto no quadro abaixo, mediante depósito na conta-corrente identificada no referido quadro, em 02/06/2023, observadas as demais condições estabelecidas na Cláusula V do Contrato de Cessão.

Preço de Aquisição (R$)	**Dados de Depósito**
R$ 1.742.625,12 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e doze centavos)	Banco: 457 Agência: 0001 Conta: 3067639-8 UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A – CNPJ n° 39.587.424-0001/30

Os termos utilizados neste Termo de Cessão, iniciados em letras maiúsculas, estejam no singular ou no plural, que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão.

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

A Cedente declara, neste ato, que a CCB não foi objeto de outra alienação, compromisso ou promessa de alienação e/ou oneração, não havendo qualquer direito do Emitente contra a Cedente ou qualquer acordo entre eles que possa dar lugar à arguição de compensação e/ou outra forma de extinção ou redução e/ou mudança do prazo e das demais condições de pagamento dos Direitos de Crédito ora cedidos ao Cessionário, obrigando-se ainda a Cedente a não celebrar qualquer ajuste com tais efeitos.

Na presente data, em decorrência da Cessão aqui efetuada, fica o Cessionário sub-rogado nos Direitos de Crédito ora cedidos e transferidos, de forma simples, pura, plenamente eficaz, não sujeita a termo ou condição, na qualidade de único e exclusivo titular dos Direitos de Crédito, de modo que o Cessionário receba, use, ceda, leiloe, onere e/ou disponha dos Direitos de Crédito como bem entender, a seu exclusivo critério e sem necessidade de qualquer anuência da Cedente, a qualquer tempo. Desta forma, todos os valores, bens, benefícios econômicos, obrigações ocorridas a partir da presente data e demais vantagens com relação ao Crédito pertencem única e exclusivamente ao Cessionário.

A Cedente, portanto, a partir da presente data e mediante o presente Termo de Cessão, fica desobrigada em relação à CCB e de toda e qualquer condição que tenha dado origem aos compromissos, direitos, obrigações ou garantias precedentes ou futuras da CCB.

O CESSIONÁRIO, antes da assinatura do presente instrumento, realizou a sua própria análise de crédito e risco do(s) EMITENTE(s) da(s) CCB(s) e de suas garantias, decidindo por critérios próprios e independentes da CEDENTE adquirir a(s) CCB(s) e tornar-se credor do(s) EMITENTE(s) nas obrigações previstas na(s) CCB(s).

As partes expressamente declaram, também, que o teor deste instrumento reflete os entendimentos e acordos havidos entre elas sem qualquer interferência, sugestão ou imposição da CEDENTE ou do CESSIONÁRIO. O CESSIONÁRIO decidiu celebrar o presente e passar a ser titular da(s) CCB(s) em suas condições atuais e com as garantias a elas vinculadas por livre e espontânea vontade e ciente dos riscos envolvidos e após a análise de crédito segundo seus critérios, tendo sido esclarecido pela CEDENTE de toda e qualquer dúvida que eventualmente tivesse.

A CEDENTE não responde pela solvência do EMITENTE, seus devedores solidários e garantidores, já que a CEDENTE não é coobrigada e não há nada na(s) CCB(s) e no presente Termo de Cessão que implique em coobrigação da CEDENTE. A CEDENTE, portanto, mediante o presente Termo, fica desobrigado em relação à(s) CCB(s) e de toda e qualquer condição que tenha dado origem aos compromissos, direitos, obrigações ou garantias precedentes ou futuras da CCB.

Como consequência do presente Termo de Cessão, o Emitente, assim que notificado pelo Cessionário e/ou pela Cedente, reconhecerá que a presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável, excluída expressamente a cláusula de arrependimento, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título, tendo o Cessionário como legítimo e único credor da CCB de sua emissão.

E, ainda, o Emitente, quando notificado desta cessão e o Cessionário, desde já, (A) exoneram o Cedente de toda e qualquer responsabilidade em relação (i) à veracidade e exatidão das informações e documentação fornecidas pelo EMITENTE e demais partes signatárias, e (ii) ao acompanhamento e formas de cobrança do cumprimento das obrigações assumidas na CCB; e (B) reconhecem a validade da emissão da CCB, bem como de sua Cessão.

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

Este Termo de Cessão é parte integrante do Contrato de Cessão para todos os fins e efeitos de direito.

São Paulo - SP, 02/06/2023.

CEDENTE:

UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

_____	_____
Por:	Por:
Cargo: Diretor	Cargo: Diretor

CESSIONÁRIO:

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
Neste ato representado por sua administradora Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

_____	_____
Por:	Por:
Cargo:	Cargo:

TESTEMUNHAS:

1._____	2. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

”

****

Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 05/06/2023 16:11:35
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516101683100001636349143
Número do documento: 23060516101683100001636349143

Certifica

Documento assinado por:

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: 05 Contrato de Cessão_CCB - Dr
Código do Documento: 157660661
Tipo do Documento: Termo de Cessão
Nome do P7S:
Tamanho: 273.25 Kb
Data do Recebimento: 02/06/2023 11:05:48
Hash (SHA1): 4666678E2142BB1863D520112B7684161401D8C8

Assinante: DANIEL DOLL LEMOS:27560576818
Data da Assinatura: 02/06/2023 11:06:18
Motivo da Assinatura: Representante da Administradora

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A1
Emitido por: AC SERASA RFB v5
Emitido para: DANIEL DOLL LEMOS:275605768
Número de Série: 479529865719431378
E-mail: DANIEL@SINGULARE.COM.BR
Válido de: 10/10/2022 10:16:00 **até:** 10/10/2023 10:15:59

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4604815
Data e Hora (local): 02/06/2023 11:06:18 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 14:06:18

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: FERNANDA CRISTINA MUNIZ GOMES RUGGERI:35920738855
Data da Assinatura: 02/06/2023 11:06:18
Motivo da Assinatura: Representante da Administradora

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A1
Emitido por: AC SERASA RFB v5
Emitido para: FERNANDA CRISTINA MUNIZ GO
Número de Série: 5765145051874092835
E-mail: FERNANDA.RUGGERI@SINGULARE.CO
Válido de: 29/11/2022 11:39:00 **até:** 29/11/2023 11:38:59

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4604814
Data e Hora (local): 02/06/2023 11:06:18 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 14:06:18

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: MARCELO ALVES VAREJAO:05538304736
Data da Assinatura: 02/06/2023 11:06:26
Motivo da Assinatura: Representante da Gestora

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3 **Emitido por:** AC SERASA RFB v5
Emitido para: MARCELO ALVES VAREJAO:055 **Número de Série:** 6061409486935779518
E-mail: MARCELO.VAREJAO@SOCOPA.COM.B **Válido de:** 11/10/2021 12:00:00 **até:** 10/10/2024 12:00:00

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4604834
Data e Hora (local): 02/06/2023 11:06:32 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 14:06:32

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1B581 **Emissor:** AC SERASA RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:03:12 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:03:11

Assinante: TABARE GUSTAVO ACOSTA CABRERA:97720801091
Data da Assinatura: 02/06/2023 11:09:26
Motivo da Assinatura: Representante do Cedente

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3 **Emitido por:** AC SAFEWEB RFB v5
Emitido para: TABARE GUSTAVO ACOSTA CAB **Número de Série:** 6385684855290778789
E-mail: TABA@UY3.COM.BR **Válido de:** 09/12/2022 11:24:42 **até:** 09/12/2025 11:24:42

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 3815399
Data e Hora (local): 02/06/2023 11:09:32 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 14:09:32

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: B5D6 **Emissor:** AC SAFEWEB RFB V5
Data de efetivação: 02/06/2023 06:20:11 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 12:20:11

Assinante: LETICIA MESSIAS
Data da Assinatura: 02/06/2023 13:11:09
Motivo da Assinatura: Representante da Consultoria

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3 **Emitido por:** AC OAB G3
Emitido para: LETICIA MESSIAS **Número de Série:** 132849307601169082009037351305779347 7
E-mail: leticia_messias@hotmail.com **Válido de:** 30/09/2022 09:48:34 **até:** 29/09/2025 09:48:34

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 4617905
Data e Hora (local): 02/06/2023 13:11:19 **Data e Hora (UTC):** 02/06/2023 16:11:19

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1BAEA **Emissor:** AC OAB G3
Data de efetivação: 02/06/2023 13:06:03 **Data da próxima atualização:** 02/06/2023 14:06:03

Segue petição de desentranhamento.

EXCELENTISSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DO NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 (Apoio Oiapoque) - JFDF

PROCESSO N° 0002306-88.2002.4.01.3400
PRECATÓRIO Nº 0173432-43.2023.4.01.9198
CEDENTE: DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
CESSIONÁRIA: CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃOPADRONIZADO– CNPJ 44.395.637/0001-08

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃOPADRONIZADO, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência requerer o desentranhamento dos documentos colacionado nos autos, sob os Ids. 1652386946, 1652338044, 1652338042 que por um lapso acompanharam a manifestação da habilitação da presente peticionária apresentada em 05.06.2023.

Por fim, aproveita a presente para reiterar a homologação da Cessão de crédito realizada entre as partes, e para que sejam todas as publicações e notificações, referentes aos autos em epígrafe, realizadas somente em nome de: **Dra. LETICIA MESSIAS, inscrita na OAB/SP sob o nº 365.485**, sob pena de nulidade, nos termos do §2º, art. 272, do CPC.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo/SP, 07 de junho de 2023.

LETÍCIA MESSIAS
OAB/SP Nº 365.485

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 07/06/2023 14:18:52
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060714173587800001639955670
Número do documento: 23060714173587800001639955670

Petição anexa.

DOUTO JUÍZO DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 APOIO - OIAPOQUE

Processo n. 2306-88.2002.4.01.3400

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, requererem seja encaminhado ofício à Caixa Econômica Federal determinando o desbloqueio dos valores depositados a título de precatório (relação abaixo discriminada), haja vista que o levantamento dos valores devidos está condicionado à expedição de alvarás judiciais:

Precatório	beneficiário	CPF
0173444-57.2023.4.01.9198	**ANA MARIA ORTIZ MACHADO**	**197.762.680-72**
0173442-87.2023.4.01.9198	**LOURDES SCHIRMER**	**089.596.760-04**
0173443-72.2023.4.01.9198	**NILO MANOEL MATTIA**	**030.866.070-68**
0173432-43.2023.4.01.9198	**AMARIO CASSIMIRO DA SILVA**	**038.807.291-15**

Termos em que,

Pedem deferimento.

BSB/DF 12 de janeiro de 2024.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

OAB/DF 6603

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

Núcleos de Justiça 4.0

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque

PROCESSO Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

JUNTADA DE OFÍCIOS DE DEPÓSITOS DE VALORES

Faço a juntada dos Ofícios de Depósitos de Valores disponibilizados em 2024, conforme consulta processual.

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença, data da assinatura eletrônica.

VALERIA SILVA DOS SANTOS JAQUES

Diretora de Secretaria

173444-57.2023.4.01.9198

PCTT nº 92.401.0

PCRAJ151

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL

Tipo de Requisição: Geral
Nº REQUISIÇÃO: 20231722000228
Ofício - COREJ/IT- 0066366

Brasília, 16 de janeiro de 2024.

PRC 173444-57.2023.4.01.9198 / DF UNIÃO FEDERAL
REQUISITANTE: JUIZO FEDERAL - NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - AP
Advogado : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA **OAB: DF00006603 CPF: 3880729115**
Ação Originária: 106555619974013400 **Data do Ajuizamento:** 17/04/1997 **Data do Trânsito:** 24/08/2000
Ação Execução: 23068820024013400 **Data Dec. Prazo:** 16/09/2021
Assunto: Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
Data do Registro: 02/04/2023 **Elem. de Desp.:** 319091 **Tipo: Precatório com Alvará**
Banco: CEF Agência: 2301 Data de Abertura da Conta: 26/12/2023 **Alimentar**

Informações RRA			Valor
NM Exerc Anterior:	86	Valor Exerc. Anterior:	631.458,78

Senhor(a) Juiz(a),

Nos termos do art. 23° da Portaria/PRESI 193/2021, comunico a Vossa Excelência que foi depositado no banco acima identificado em conta remunerada e individualizada por beneficiário, à disposição desse juízo, para deliberação sobre a destinação do crédito, nos termos da Resolução do CJF vigente.O(s) valor(es) foi(ram) atualizado(s) monetariamente pelo IPCA-e/Selic, da data da última atualização efetuada na origem até DEZ/2023, conforme discriminado abaixo:

	Nome	CPF/CNPJ	Parcela	Vl.Origem	Dt. Base	Vl.Depositado	Conta Depósito
1	ANA MARIA ORTIZ MACHADO	197.762.680-72	**Principal**	293.183,83	FEV/2017	438.682,90	5156214973
			Juros/Selic	338.274,95		587.614,92	
	Total					**1.026.297,82**	
	Condição do Servidor : I - Inativo					**51.269,63**	
	Orgão de Lotação : 25101-MINISTERIO DA FAZENDA						
	Valor PSS informado:			**31.545,10**			
2	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	**Principal**	39.979,61	FEV/2017	59.820,38	5156214981
			Juros/Selic	46.128,40		80.129,27	
	Total					**139.949,65**	
	(Hon. Contratual)						
	TOTAL:			717.566,79		1.166.247,47	

OBS.: NOS TERMOS DO ART. 36 DA LEI N° 11.941/2009, O VALOR DO PSS INFORMADO SERÁ RECOLHIDO NO MOMENTO DO LEVANTAMENTO PELO EXEQUENTE.

Respeitosamente,

HILTON VIEIRA COELHO
Diretor da COREJ

Exmo(a). Sr(a).
MM(a). JUIZ(A) FEDERAL - NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - AP
Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL

Documento assinado digitalmente por HILTON VIEIRA COELHO, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do CJF.

173442-87.2023.4.01.9198

PCTT nº 92.401.0

PCRAJ151

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL

Tipo de Requisição: Geral
Nº REQUISIÇÃO: 20231722000229
Ofício - COREJ/IT- 0066364

Brasília, 16 de janeiro de 2024.

PRC 173442-87.2023.4.01.9198 / DF UNIÃO FEDERAL
REQUISITANTE: JUIZO FEDERAL - NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - AP
Advogado : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA **OAB: DF00006603** **CPF: 3880729115**
Ação Originária: 106555619974013400 **Data do Ajuizamento:** 17/04/1997 **Data do Trânsito:** 24/08/2000
Ação Execução: 23068820024013400 **Data Dec. Prazo:** 16/09/2021
Assunto: Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
Data do Registro: 02/04/2023 **Elem. de Desp.:** 319091 **Tipo: Precatório com Alvará**
Banco: CEF **Agência: 2301** **Data de Abertura da Conta:** 26/12/2023 **Alimentar**

Informações RRA			Valor
NM Exerc Anterior:	86	Valor Exerc. Anterior:	425.457,44

Senhor(a) Juiz(a),

Nos termos do art. 23° da Portaria/PRESI 193/2021, comunico a Vossa Excelência que foi depositado no banco acima identificado em conta remunerada e individualizada por beneficiário, à disposição desse juízo, para deliberação sobre a destinação do crédito, nos termos da Resolução do CJF vigente.O(s) valor(es) foi(ram) atualizado(s) monetariamente pelo IPCA-e/Selic, da data da última atualização efetuada na origem até DEZ/2023, conforme discriminado abaixo:

	Nome	CPF/CNPJ	Parcela	Vl.Origem	Dt. Base	Vl.Depositado	Conta Depósito
1	LOURDES SCHIRMER	089.596.760-04	**Principal**	198.126,41	FEV/2017	296.451,09	5156214930
			Juros/Selic	227.331,03		395.200,14	
	Total					**691.651,23**	
	Condição do Servidor : I - Inativo					**7.134,83**	
	Orgão de Lotação : 25101-MINISTERIO DA FAZENDA						
	Valor PSS informado:			**4.388,88**			
2	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	**Principal**	27.017,24	FEV/2017	40.425,13	5156214949
			Juros/Selic	30.999,69		53.890,92	
	Total					**94.316,05**	
	(Hon. Contratual)						
	TOTAL:			483.474,37		785.967,28	

OBS.: NOS TERMOS DO ART. 36 DA LEI N° 11.941/2009, O VALOR DO PSS INFORMADO SERÁ RECOLHIDO NO MOMENTO DO LEVANTAMENTO PELO EXEQUENTE.

Respeitosamente,

HILTON VIEIRA COELHO
Diretor da COREJ

Exmo(a). Sr(a).
MM(a). JUIZ(A) FEDERAL - NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - AP
Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL

Documento assinado digitalmente por HILTON VIEIRA COELHO, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do CJF.

173443-72.2023.4.01.9198

PCTT nº 92.401.0

PCRAJ151

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL

Tipo de Requisição: Geral
Nº REQUISIÇÃO: 20231722000230
Ofício - COREJ/IT- 0066365

Brasília, 16 de janeiro de 2024.

PRC 173443-72.2023.4.01.9198 / DF UNIÃO FEDERAL
REQUISITANTE: JUIZO FEDERAL - NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - AP
Advogado : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA **OAB: DF00006603 CPF: 3880729115**
Ação Originária: 106555619974013400 **Data do Ajuizamento:** 17/04/1997 **Data do Trânsito:** 24/08/2000
Ação Execução: 23068820024013400 **Data Dec. Prazo:** 16/09/2021
Assunto: Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
Data do Registro: 02/04/2023 **Elem. de Desp.:** 319091 **Tipo: Precatório com Alvará**
Banco: CEF Agência: 2301 Data de Abertura da Conta: 26/12/2023 **Alimentar**

Informações RRA			Valor
NM Exerc Anterior:	86	Valor Exerc. Anterior:	515.983,07

Senhor(a) Juiz(a),

Nos termos do art. 23° da Portaria/PRESI 193/2021, comunico a Vossa Excelência que foi depositado no banco acima identificado em conta remunerada e individualizada por beneficiário, à disposição desse juízo, para deliberação sobre a destinação do crédito, nos termos da Resolução do CJF vigente.O(s) valor(es) foi(ram) atualizado(s) monetariamente pelo IPCA-e/Selic, da data da última atualização efetuada na origem até DEZ/2023, conforme discriminado abaixo:

	Nome	CPF/CNPJ	Parcela	Vl.Origem	Dt. Base	Vl.Depositado	Conta Depósito
1	NILO MANOEL MATTIA	030.866.070-68	**Principal**	240.257,85	FEV/2017	359.491,21	5156214965
			Juros/Selic	275.725,22		479.317,58	
	Total					**838.808,79**	
	Condição do Servidor : I - Inativo					**12.977,97**	
	Orgão de Lotação : 25101-MINISTERIO DA FAZENDA						
	Valor PSS informado:			**7.983,25**			
2	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	**Principal**	32.762,43	FEV/2017	49.021,51	5156214957
			Juros/Selic	37.598,89		65.361,46	
	Total					**114.382,97**	
	(Hon. Contratual)						
	TOTAL:			586.344,39		953.191,76	

OBS.: NOS TERMOS DO ART. 36 DA LEI N° 11.941/2009, O VALOR DO PSS INFORMADO SERÁ RECOLHIDO NO MOMENTO DO LEVANTAMENTO PELO EXEQUENTE.

Respeitosamente,

HILTON VIEIRA COELHO
Diretor da COREJ

Exmo(a). Sr(a).
MM(a). JUIZ(A) FEDERAL - NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - AP
Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL

Documento assinado digitalmente por HILTON VIEIRA COELHO, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do CJF.

173432-43.2023.4.01.9198

PCTT nº 92.401.0

PCRAJ151

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL

Tipo de Requisição: Honorário sucumbencial
Nº REQUISIÇÃO: 20231722000231
Ofício - COREJ/IT- 0066354

Brasília, 16 de janeiro de 2024.

PRC 173432-43.2023.4.01.9198 / DF UNIÃO FEDERAL
REQUISITANTE: JUIZO FEDERAL - NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - AP
Advogado : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA **OAB: DF00006603** **CPF: 3880729115**
Ação Originária: 106555619974013400 **Data do Ajuizamento:** 17/04/1997 **Data do Trânsito:** 24/08/2000
Ação Execução: 23068820024013400 **Data Dec. Prazo:** 16/09/2021
Assunto: Sucumbência - Direito Processual Civil - Direito Processual
Data do Registro: 02/04/2023 **Elem. de Desp.:** 339091 **Tipo: Precatório com Alvará**
Banco: CEF **Agência: 2301** **Data de Abertura da Conta:** 26/12/2023 **Alimentar**

Senhor(a) Juiz(a),

Nos termos do art. 23° da Portaria/PRESI 193/2021, comunico a Vossa Excelência que foi depositado no banco acima identificado em conta remunerada e individualizada por beneficiário, à disposição desse juízo, para deliberação sobre a destinação do crédito, nos termos da Resolução do CJF vigente.O(s) valor(es) foi(ram) atualizado(s) monetariamente pelo IPCA-e/Selic, da data da última atualização efetuada na origem até DEZ/2023, conforme discriminado abaixo:

	Nome	CPF/CNPJ	Parcela	Vl.Origem	Dt. Base	Vl.Depositado	Conta Depósito
1	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA	038.807.291-15	**Principal**	83.132,73	FEV/2017	124.389,20	5156230979
			Juros/Selic	95.605,81		166.151,40	
	Total (Hon. Sucumbencial)					**290.540,60**	
	TOTAL:			178.738,54		290.540,60	

Respeitosamente,

HILTON VIEIRA COELHO
Diretor da COREJ

Exmo(a). Sr(a).
MM(a). JUIZ(A) FEDERAL - NUCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO OIAPOQUE - AP
Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL

Documento assinado digitalmente por HILTON VIEIRA COELHO, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do CJF.

Petição anexa.

ACS

Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 APOIO OIAPOQUE

PRIORIDADE DOENÇA – IDOSA
ANA MARIA ORTIZ MACHADO

Cumprimento de sentença
Processo n.º 0002306-88.2002.4.01.3400

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos em epígrafe, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente, perante a presença de VOSSA EXCELÊNCIA, em tempo, requerer a juntada dos documentos anexos, que comprovam que a autora **ANA MARIA ORTIZ MACHADO**, além de ser idosa, está em tratamento de saúde – neoplasia maligna – CID 92.1, e necessita que os autos tramitem com prioridade conforme estabelece o art. 1.048, § 1º, do CPC c/c com art. 6º, XIV, da Lei nº 7.713/88 (Prioridade para pessoa com doença grave), com o art. 10, inc. VI, a, da Lei nº 8.842/94, art. 3º, § único, I, Lei nº 10.741/2003, e com o art. 6º da Resolução nº 520/2023 do CNJ, (prioridade para idoso).

Diante do exposto, requerem a juntada do laudo médico anexo, e ratificam o pedido anterior (**petição id 1987973174**), para que seja expedido ofício à instituição bancária – CEF, determinando desbloqueio dos precatórios.

Outrossim, no caso da autora **ANA MARIA ORTIZ MACHADO**, quando da expedição de ofício, requer que seja determinado ao banco para não reter o imposto de renda sobre o valor a ser levantado, pois a autora é isenta em vista da doença grave.

Por fim, requerem que as **publicações** junto ao **Diário de Justiça eletrônico**, de todos os atos processuais, sejam feitas em nome do advogado

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - 12/04/2024 16:19:16
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041216182415700002101101363
Número do documento: 24041216182415700002101101363

subscritor **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA, OAB/DF 6.603 – CPF 038.807.291-15, sob pena de nulidade.**

Termos em que,

Pedem Deferimento.

Brasília (DF), 12 de abril de 2024

Amario Cassimiro da Silva
OAB/DF 6.603

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - 12/04/2024 16:19:16
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041216182415700002101101363
Número do documento: 24041216182415700002101101363

HOSPITAL MÃE DE DEUS

NOME: Ana Mª Ortiz Machado

Atestado

Atesto que a paciente acima encontra-se em tratamento para CID C92.1

Faz uso contínuo de quimioterapia oral - Imatinibe, sem prazo para suspensão.

Dr. Marcelo Capra
Hematologia
CREMERS 22884

11/10/19

Este documento é um receituário. Não serve como recibo.

Hospital Mãe de Deus
CNPJ 88.625.686/0024-43
Rua José de Alencar, 286 - Menino Deus - Porto Alegre - RS
CEP 90880-480 - (51) 3230.6000 - www.maededeus.com.br

HOSPITAL DO CÂNCER
MÃE DE DEUS
SISTEMA DE SAÚDE MÃE DE DEUS

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins que, o Sra. **ANA MARIA ORTIZ MACHADO** é acometida de neoplasia maligna sob o **CID** 92 . 1

O paciente encontra-se em tratamento oncológico visando o controle da doença.

Declaramos que a mesma tem direito a isenção de pagamento de IR, nos termos da lei nº. Lei nº 7.713/88.

Atenciosamente,

Dr. Marcelo Capra
Hematologia
CREMERS 22834

Dr. Marcelo E. Z. Capra
Hematologista
CRMRS 22.834

Porto Alegre, 15 de Maio de 2019.

HOSPITAL DO CÂNCER
MÃE DE DEUS
SISTEMA DE SAÚDE MÃE DE DEUS

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins que, o Sra. **ANA MARIA ORTIZ MACHADO** é acometida de neoplasia maligna sob o **CID** 92 . 1

O paciente encontra-se em tratamento oncológico visando o controle da doença.

Declaramos que a mesma tem direito a isenção de pagamento de IR, nos termos da lei nº. Lei nº 7.713/88.

Atenciosamente,

Dr. Marcelo Capra
Hematologia
CREMERS 22834

Dr. Marcelo E. Z. Capra
Hematologista
CRMRS 22.834

Porto Alegre, 15 de Maio de 2019.

10º Tabelionato de Notas de Porto Alegre
Av. Assis Brasil, 1795 - CEP 91010-005 - Fone: (51) 3341-5299 - Fax: (51) 3345-1766
BEL. CARLOS CASSES PRESSER - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia extraída Nestas Notas, por ser uma reprodução fiel do **ANVERSO** do documento que me foi apresentado 0446.01.1800003.94954
Do que dou fé.
Porto Alegre, 15 de maio de 2019
( ) Amalia Regina Zani Maia (X) Leomar Paulo Renner
Emol.: R$ 4,90 + Selo digital: R$ 1,40 - 2384928-051R7.147

HOSPITAL MÃE DE DEUS

NOME: Ana Maria Ortiz Machado

Atestado

Atesto que a paciente acima apresenta leucemia mielóide crônica - CID C92.1 em tratamento quimioterápico oral contínuo desde 10/5/2019.

Dr. Marcelo Capra
Hematologia
CREMERS 22834

22/1/24

Este documento é um receituário. Não serve como recibo.

Hospital Mãe de Deus
CNPJ 88.625.686/0024-43
Rua José de Alencar, 286 - Menino Deus - Porto Alegre - RS
CEP 90880-480 - (51) 3230.6000 - www.maededeus.com.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Núcleo de Justiça 4.0 Apoio Oiapoque

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTE(S) POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

ATO ORDINATÓRIO

(DEPÓSITO DE RPV/PRECATÓRIO)

INTIME-SE a parte interessada para ciência quanto ao depósito da requisição de pagamento expedida nos presentes autos.

Com fundamento no art. 50 da Resolução CJF 822/2023, não havendo outras pendências, os autos serão arquivados, após o decurso de prazo de 05 (cinco) dias.

, 7 de maio de 2024.

ANA KAROLYNE ARAUJO DURANS
Núcleo de Justiça 4.0 Apoio Oiapoque

Instruções para o saque da requisição de pagamento:

1. Identifique a instituição bancária em que foi realizado o depósito. Para tanto, acesse o *site* por meio do *link* a seguir e informe o número do CPF do titular do crédito e selecione a opção pesquisar (outras opções de consulta também estarão disponíveis no site, como número do processo originário, OAB do advogado, etc): https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=TRF1
2. Clique no número da requisição (coluna “número do Processo no TRF1”). A consulta irá abrir o andamento da requisição na aba Processo.
3. Selecione a aba MOVIMENTAÇÃO. A última movimentação (depósito) deverá indicar, em seu complemento, a instituição bancária em que o saque deverá ser realizado. Caso ainda não conste tal movimentação/informação no processo, contate o atendimento da unidade judiciária para obter orientações ou esclarecimentos.
   Atenção: Se houver mais de uma requisição expedida, consulte cada uma delas individualmente, repetindo os passos acima.
4. Compareça ao Banco indicado, nos dias e horários de expediente bancário, portando os seguintes documentos: documento de identidade, CPF e comprovante de residência

(originais e uma cópia simples).

Observações:

O levantamento dos valores poderá ser realizado pelo credor/titular da requisição, independentemente de possuir consigo outros documentos do processo (como cópia da requisição de pagamento). Para advogados ou procuradores, é necessário levar cópia da Requisição de Pagamento e cópia da Procuração (documentos extraídos do PJE, com autenticação do sistema pelo QRCODE).

Em algumas localidades, a instituição bancária também poderá solicitar ao advogado certidão de atuação/militância ou certidão de objeto e pé. A certidão de objeto e pé poderá ser obtida de forma automática no PJE. Para tanto, basta peticionar no processo utilizando o tipo de documento "Petição - Emissão de Certidão de Objeto e Pé". Se for necessário obter outro tipo de certidão, consulte o atendimento da unidade judiciária para se informar dos procedimentos específicos.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

CERTIFICA-SE que tramita perante o(a) Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio Oiapoque, junto ao Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE), o seguinte processo judicial:

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
ASSUNTO(S): ÍNDICE DE 28,86% LEI 8.622/1993 E 8.627/1993
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO (CPF: 057.370.600-04), LOURDES SCHIRMER (CPF: 089.596.760-04), SANTO MARCUZZO (CPF: 007.084.530-15), NILO MANOEL MATTIA (CPF: 030.866.070-68), NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS (CPF: 013.226.050-68), GILBERTO HILGERT FONSECA (CPF: 063.390.930-00), ANA MARIA ORTIZ MACHADO (CPF: 197.762.680-72) e URBANO NAUE (CPF: 012.589.310-87)
ADVOGADO(S) POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL (CNPJ: 00.394.411/0001-09)
VALOR DA CAUSA: R$0,00

CERTIFICA-SE, também, que, o(a)(s) advogado(a)(s) acima descritos atua(m) como patrono(a)(s) das respectivas partes processuais, estando devidamente cadastrado(a)(s) junto ao Sistema PJE até a presente data.

CERTIFICA-SE, ainda, que as seguintes peças processuais constantes dos autos foram classificadas pelas partes como PROCURAÇÃO, SUBSTABELECIMENTO ou RENÚNCIA DE MANDATO:

Procuração:
Id: 1652338037
Data juntada: 05/06/2023
Link:
https://pje1g.trf1.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060516094890400001636349138

Esta certidão não contém rasuras ou emendas e foi emitida sem o recolhimento de custas, mediante processo automatizado, em 7 de maio de 2024.

OBSERVAÇÕES:

Eventuais poderes outorgados pelo(a) beneficiário(a) de créditos existentes no processo ao(à) advogado(a) poderão ser consultados diretamente na procuração, cuja cópia deverá ser apresentada diretamente pelo(a) advogado(a) à instituição bancária, mediante autenticação eletrônica (qrcode).

Nos termos do art. 425, inciso VI, do Código de Processo Civil, ***fazem a mesma prova que os documentos originais****, " as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial* ***declaradas autênticas pelo advogado****, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade".*

*Do mesmo modo, conforme previsto no art. 11 da Lei do Processo Judicial Eletrônico (Lei 11.419/06), "****os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos*** *com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei,* ***serão considerados originais*** *para todos os efeitos legais". Ademais, dispõe o § 1º do mesmo artigo, que "Os extratos digitais e* ***os documentos digitalizados e juntados aos autos*** *pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por* ***advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais****, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização."*

Por fim, dispõe o Provimento Geral da Corregedoria Regional do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Provimento COGER 10126799), em seu artigo 231, inciso II, que ***não serão fornecidas certidões narratórias "quando a informação estiver disponível no sistema informatizado"****.*

CHAVES DE ACESSO:

Os documentos poderão ser acessados mediante as chaves de acesso informadas abaixo, no endereço do PJe: "https://pje1g.trf1.jus.br/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam".

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição inicial	Petição inicial	20021911563363400000176364953
Volume	Volume	20092810145100000000335897042
2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf	Volume	20092810151900000000335897043
2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf	Volume	20092810152600000000335897044
2306-88.2002.4.01.3400 VOL 2.1.pdf	Volume	20092810153600000000335897045
2306-88.2002.4.01.3400 VOL 2.2.pdf	Volume	20092810154200000000335897046
2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf	Volume	20092810155000000000335897047
2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.2.pdf	Volume	20092810160500000000335897048
Certidão de processo migrado	Certidão de processo migrado	20101421142346900000345888102
Intimação - Usuário do Sistema	Intimação - Usuário do Sistema	20101421144190500000348754798
Petição intercorrente	Petição intercorrente	20101914311051300000351686128

Manifestação	Manifestação	20102614075227800000357418606
Petição intercorrente	Petição intercorrente	21020810415342800000434253542
Despacho	Despacho	21060916104757700000566850575
Intimação	Intimação	21061015165935600000569507529
Petição intercorrente	Petição intercorrente	21062110464275300000583599545
Manifestação	Manifestação	21062412023275600000591554558
Cálculos judiciais	Cálculos judiciais	21081015555968900000670200194
Cálculos judiciais	Cálculos judiciais	21081015555991700000670200197
Despacho	Despacho	21081614471336400000678150642
Manifestação	Manifestação	21081715251212100000681446160
Intimação	Intimação	21081811265008300000683135652
Petição intercorrente	Petição intercorrente	21091310345202200000721102649
Petição intercorrente	Petição intercorrente	21091614555283700000727801165
Petição ARLINDO JOAO SCHIO	Petição intercorrente	21091614555296700000727801168
Parecer Técnico ARLINDO JOAO SCHIO	Parecer técnico	21091614555307900000727801170
Petição intercorrente	Petição intercorrente	22011314250423400000875603239
Despacho	Despacho	22032414345925900000984555332
Intimação	Intimação	22062917164607900001165596468
Petição intercorrente	Petição intercorrente	22070621263071000001184464971
Manifestação	Manifestação	22072813532097800001230338929
Manifestação	Manifestação	22090114325595600001289242465
CONTRATOS	Contrato	22090114432694100001289275941
Certidão	Certidão	22092215102852300001317899948
Ato ordinatório	Ato ordinatório	22110816341966500001376037807
Certidão	Certidão	22110912425361400001377259464
Petição intercorrente	Petição intercorrente	22111017531580600001379988965
Manifestação	Manifestação	22112809531056700001400128441
Despacho	Despacho	23030814275613000001507387568
Despacho	Despacho	23030814275613000001507387568
Certidão	Certidão	23030908170086400001508474074
Certidão	Certidão	23031920570980200001523069572
PRC Nº 2023.1.722.000228	Precatório	23031921561404400001523069573
PRC Nº 2023.1.722.000229	Precatório	23031921561404400001523069576
PRC Nº 2023.1.722.000230	Precatório	23031921561404400001523069575
PRC Nº 2023.1.722.000231	Precatório	23031921561404400001523069574
Intimação polo ativo	Intimação polo ativo	23031921590896900001523069577
Intimação polo passivo	Intimação polo passivo	23031921590978000001523069578
Manifestação	Manifestação	23032016194371900001524405045
ciencia 2306	Manifestação	23032016213325300001524405047
Petição intercorrente	Petição intercorrente	23040314262596100001544817080

Certidão	Certidão	23041915215073100001568215044
Intimação	Intimação	23031920570980200001523069572
Petição intercorrente	Petição intercorrente	23050211245812800001586259051
Manifestação	Manifestação	23052210515300500001615491529
ciente 2306	Manifestação	23052210522198700001615491532
Petição intercorrente	Petição intercorrente	23060516091750300001636349133
Habilitação de Cessão DR.AMARIO X CM FEDERAL (8)	Petição intercorrente	23060516093776100001636349134
01. PROCURAÇAO_CM FEDERAL - fisica.2	Procuração	23060516094890400001636349138
02. 44395637000108- REG 23022023 V 01-000420579 - regulamento fev 2023- final sem anexos	Contrato social	23060516094890400001636349139
03. 2 ALT CONTRATO SOCIAL BURITI INVESTIMENTOS LTDA	Contrato social	23060516094890400001636349141
04. ccb uy3 matri dr amario assinado	Contrato	23060516101683100001636349147
05. nova aditivo ccb matri dr amario assi	Contrato	23060516101683100001636349145
06. contrato cessão fiduciaria matri dr a	Contrato	23060516101683100001636349144
07. contrato de cessão ccb - dr amario as	Contrato	23060516101683100001636349143
Petição intercorrente	Petição intercorrente	23060714170355700001639955666
Petição - pedindo desentranhamento - casos credito - dr amario	Petição intercorrente	23060714173587800001639955670
Manifestação	Manifestação	24011210541845800001967355829
oficio bb desbloqueio 2306 88	Manifestação	24011210552512300001967355835
Certidão	Certidão	24020613005508200002004166374
req.228	Ofício	24020613044607500002004166376
req.229	Ofício	24020613044607500002004208329
req.230	Ofício	24020613044607500002004166377
req.231	Ofício	24020613044607500002004208330
Manifestação	Manifestação	24041216173758300002101101179
Petição prioridade doença 0002306-88.2002 NJ OIAPOQUE.ABR24	Manifestação	24041216182415700002101101363
Atestados	Documento Comprobatório	24041216181281700002101101418
Ato ordinatório	Ato ordinatório	24050720263350800002105354381

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Núcleo de Justiça 4.0 Apoio Oiapoque

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

INTIMAÇÃO DAS PARTES

Ato ordinatório de ID 2126101008

Partes intimadas do ato proferido:

URBANO NAUE:
Meio: Sistema
Prazo: 5 dias

ANA MARIA ORTIZ MACHADO:
Meio: Sistema
Prazo: 5 dias

NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS:
Meio: Sistema
Prazo: 5 dias

GILBERTO HILGERT FONSECA:
Meio: Sistema
Prazo: 5 dias

SANTO MARCUZZO:
Meio: Sistema
Prazo: 5 dias

NILO MANOEL MATTIA:
Meio: Sistema
Prazo: 5 dias

ARLINDO JOAO SCHIO:
Meio: Sistema

Prazo: 5 dias

LOURDES SCHIRMER:
Meio: Sistema
Prazo: 5 dias

, 7 de maio de 2024.

Núcleo de Justiça 4.0 Apoio Oiapoque

Petição anexa.

ACS
Advocacia

AO JUÍZO DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 – APOIO OIAPOQUE

Processo n. 0002306-88.2002.4.01.3400

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, em atenção ao ato ordinatório retro, manifestarem-se nos seguintes termos.

Verifica-se que este juízo vem apresentando atos ordinatórios em vários processos relativos à matéria de 28,86%, intimando a parte interessada para ciência quanto ao depósito das requisições de pagamento expedidas e informando que, não havendo outras pendências, os autos serão arquivados, como é o caso do ato ordinatório de ID 2126101008.

Entretanto, o que de fato se observa é que há várias pendências que não foram analisadas, a despeito das várias petições protocoladas e e-mails reiterados das partes à vara, solicitando prioridade em alguns casos e desbloqueio de precatórios.

Dessa forma, requerem, a título de URGÊNCIA, que sejam analisados os pedidos já realizados nas petições de ID 2121893815 e 1987973174, e que seja encaminhado ofício ao banco para que desbloqueie os precatórios a seguir relacionados:

1) 0173444-57.2023.4.01.9198 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO - isenta de IR 197.762.680-72;

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - 08/05/2024 15:26:24
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24050815260246200002105539967
Número do documento: 24050815260246200002105539967

2) 0173442-87.2023.4.01.9198 - LOURDES SCHIRMER - 089.596.760-04;
3) 0173443-72.2023.4.01.9198 - NILO MANOEL MATTIA - 030.866.070-68;
4) 0173432-43.2023.4.01.9198 – AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - 038.807.291-15.

Termos em que,
Pedem deferimento.
BSB/DF, 8 de maio de 2024.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

Assinado eletronicamente por: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - 08/05/2024 15:26:24
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24050815260246200002105539967
Número do documento: 24050815260246200002105539967

ACS

Advocacia

AO JUÍZO DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 – APOIO OIAPOQUE

Autos nº 0002306-88.2002.4.01.3400

URGENTE

ARLINDO JOAO SCHIO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seus advogados, vêm, respeitosamente, perante VOSSA EXCELÊNCIA, em atenção a Portaria n. 730/2024 que trata do retorno dos Cumprimentos de Sentença que estão no Núcleo de Justiça 4.0 – Oiapoque para sua origem, (Seção Judiciária do Distrito Federal - SJDF) requerer:

A imediata remessa dos autos à sua origem, tendo em vista que temos pedidos com **PREFERÊNCIA** pendentes de análises/despacho/ofício para **DESBLOQUEAR** valores depositados a título de **Precatórios Alimentar** desde janeiro/2024.

Oportunamente ressaltamos que a Secretaria Administrativa da SJDF, informou que a remessa dos processos tem que ser feita pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Oiapoque. Caso assim não entendam, que seja comunicado por este r. Núcleo o Setor responsável para as providências necessários.

Termos em que,
Pedem deferimento.
BSB/DF, 23 de julho de 2024.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - 23/07/2024 11:12:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24072311121959700002118301602
Número do documento: 24072311121959700002118301602

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 APOIO OIAPOQUE – JF/DF

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

CEDENTE: DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por sua procuradora constituída, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, se manifestar nos termos abaixo:

Requer a expedição do competente **Alvará de Levantamento** para liberação do total do crédito em nome do Cedente referentes aos seguintes **Precatórios nº 0173444-57.2023.4.01.9198, 0173443-72.2023.4.01.9198 e 0173442-87.2023.4.01.9198** em nome do Cessionário e/ou de sua representante signatária, **Dra. LETICIA MESSIAS, inscrita na OAB/SP sob o nº 365.485**, nos termos do negócio jurídico entabulado e informado aos autos.

Excepcionalmente, na sua impossibilidade, requer seja realizada a transferência dos valores por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para conta corrente de titularidade do Cessionário, conforme dados bancários abaixo:

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
CNPJ: 44.395.637/0001-08
BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (104)
AGÊNCIA: 1181
C/C: 00000300-2
OP: 003

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 27/09/2024 12:22:16
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092712221659900002129659092
Número do documento: 24092712221659900002129659092

No mais, cumpre esclarecer que o Requerente/Cessionário se trata de Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo, portanto, **ISENTO de pagamento de Imposto de Renda na forma da redação do art. 1º da Lei 12.431/2011,** sendo que os resgates são vedados e os recursos são recebidos como amortização de cotas no término de sua duração ou em caso de liquidação, incidindo IR apenas no momento da amortização, término, liquidação ou na hipótese de cessão de cotas do fundo.

Desta feita, pugna este cessionário para que não ocorra a retenção de Imposto de Renda no momento da transferência dos valores.

Por fim, requer sejam todas as publicações e notificações, referentes aos autos em epígrafe, sejam realizadas em nome da **Dra. LETÍCIA MESSIAS – OAB/SP Nº 365.485**, sob pena de nulidade, nos termos do §2º, art. 272, do CPC.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo/SP, 27 de setembro de 2024.

LETÍCIA MESSIAS
OAB/SP Nº 365.485

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 27/09/2024 12:22:16
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092712221659900002129659092
Número do documento: 24092712221659900002129659092

singulare

PROCURAÇÃO

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, inscrito no CNPJ sob nº 44.395.637/0001-08, neste ato representado por sua administradora Singulare Corretora De Títulos E Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ sob n° 62.285.390/0001-40, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 5º e 15º andares, CEP: 01452-919, São Paulo – SP, por seus representates legais infra-assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, agindo em conjunto ou separadamente: Dra. **BRUNA DO FORTE MANARIN**, brasileira, advogada inscrita na OAB/SP nº 380.803, RG nº 47.908.807-X e CPF nº 411.695.668-63, Dra. **LETÍCIA MESSIAS**, brasileira, advogada inscrita na OAB/SP nº 365.485, RG nº 29.522.331-5 e CPF nº 395.900.758-27, com endereço profissional na Alameda dos Maracatins, nº 992, 3º andar, Indianopolis, São Paulo/SP, CEP: 04089-010, por este instrumento particular de mandato, constituo o(s) patrono(s) acima qualificado(s) e, concedendo(s)- lhe(s), poderes para o foro em geral com a cláusula **AD JUDICIA**, podendo agir em qualquer juízo, instância ou Tribunal, inclusive proceder com a habilitação do Outorgante nos respectivos processos em que tenha adquirido total ou parcialmente o crédito, bem como perante às repartições públicas federais, estaduais e municipais, para dar e receber quitação e emitir ordens de transferências (TEDs e DOCs) exclusivamente para a conta de titularidade do Outorgante – conta corrente nº 300-2, agência nº 1181, operação 003, perante o Banco nº 0104 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) e conta corrente nº 0453635-3, agência nº 0001, perante o Banco nº 363 (Singulare CTVM S.A), bem como imprimir e solicitar extrato de conta judicial de precatório, e para prestar declarações, em nome do Outorgante, no sentido de não incidir imposto de renda retido na fonte no levantamento pretendido e todos os poderes necessários para o fiel cumprimento deste mandato, sendo vedado seu substabelecimento. A presente procuração terá validade por 1 (um) ano, a contar da data deste instrumento dando tudo por bom, firme e valioso, em conformidade com o artigo 105 do Código de Processo Civil (CPC).

São Paulo, 27 de julho de 2024.

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃOPADRONIZADOS

Hash (SHA1): 19E33497D5A199292115B4B2F74CC5713EB84CF7 - Chave: 47DDEB6A
Confira a autenticidade no sítio https://portal.qcertifica.com.br/validador.aspx?k=47DDEB6A

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 27/09/2024 12:22:16
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092712221676600002129659132
Número do documento: 24092712221676600002129659132

Certifica

Documento assinado por:

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: 2024.06.27_PROCURAÇÃO_CM
Código do Documento: 189536158
Tipo do Documento: OUTROS (OTS)
Nome do P7S: QCECT00189536158.pdf.p7s
Tamanho: 84.65 Kb
Data do Recebimento: 27/06/2024 17:13:01
Hash (SHA1): 19E33497D5A199292115B4B2F74CC5713EB84CF7

Documento **Validador**

Assinante: CARLOS ROGERIO BASSI:11813827850
Data da Assinatura: 27/06/2024 17:26:13
Motivo da Assinatura: SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A1
Emitido para: CARLOS ROGERIO BASSI:11813
E-mail: carlos.bassi@singulare.com.br
Emitido por: AC VALID RFB v5
Número de Série: 8109061310797517815
Válido de: 06/11/2023 13:38:32 **até:** 05/11/2024 13:38:32

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 28953338
Data e Hora (local): 27/06/2024 17:26:13 **Data e Hora (UTC):** 27/06/2024 20:26:13

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1C7BD **Emissor:** AC VALID RFB V5
Data de efetivação: 27/06/2024 16:48:24 **Data da próxima atualização:** 27/06/2024 17:48:24

Assinante: DANIEL DOLL LEMOS:27560576818
Data da Assinatura: 27/06/2024 17:29:22
Motivo da Assinatura: SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS SA

Estado da Assinatura Digital

Integridade: Válida **ICP-Brasil:** Válida **Carimbo do Tempo:** Válido
Validação de LCR: Válida

Informações do Certificado do Assinante

Tipo: A3
Emitido para: DANIEL DOLL LEMOS:275605768
E-mail: daniel@singulare.com.br
Emitido por: AC VALID RFB v5
Número de Série: 7217710169045737711
Válido de: 01/04/2024 11:23:10 **até:** 01/04/2025 11:23:10

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO
Número de Serial: 30809037
Data e Hora (local): 27/06/2024 17:29:32 **Data e Hora (UTC):** 27/06/2024 20:29:32

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1C7BD **Emissor:** AC VALID RFB V5
Data de efetivação: 27/06/2024 16:48:24 **Data da próxima atualização:** 27/06/2024 17:48:24

ACS

Advocacia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 APOIO OIAPOQUE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Cumprimento de sentença
Processo n.º 0002306-88.2002.4.01.3400

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos em epígrafe, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, em atenção à petição id 2150246436, do requerente/cessionário CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIRIETOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, informar que estão cientes e de acordo com a cessão de créditos de honorários contratuais e sucumbenciais entabulado entre o cedente AMARIO CASSIMIRIO DA SILVA e o cessionário CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIRIETOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS.

Diante disso, requererem, a imediata intimação da União acerca da cessão de crédito noticiada e, após, seja expedido Ofício à COREJ **para desbloquear os respectivos precatórios**, devendo, constar no ofício a autorização de transferência dos créditos do patrono AMARIO CASSIMIRO DA SILVA, cessão de crédito de honorários (contratuais e sucumbenciais) para a conta indicada pelo cessionário na id 2150246436:

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
CNPJ: 44.395.637/0001-08
BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (104) AGÊNCIA: 1181
C/C: 00000300-2
OP: 003

Outrossim, requerem que as **publicações** junto ao **Diário de Justiça eletrônico**, de todos os atos processuais, sejam feitas em nome do advogado subscritor **AMARIO CASSIMIRO DA SILVA, OAB/DF 6.603 – CPF 038.807.291-15, sob pena de nulidade**.

Termos em que,
Pedem Deferimento.
Brasília (DF), 3 de dezembro de 2024

Amario Cassimiro da Silva
OAB/DF 6.603

ADVOCACIA AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SHS, Qd. 06, Bl. C, Ed. Brasil 21, Salas 1004/1006, CEP 70316-109
Brasília/DF - TEL.: (61) 3225.3402 - 3039.8095 / FAX: (61) 3224.2444
www.amariocassimirodasilva.adv.br
DOMINUS ILUMINATIO MEA

Assinado eletronicamente por: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - 03/12/2024 15:56:12
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24120315561255500002141171051
Número do documento: 24120315561255500002141171051

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

PROCESSO N° 0002306-88.2002.4.01.3400
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
EXEQUENTE: ARLINDO JOAO SCHIO e outros (7)
Advogado do(a) EXEQUENTE: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
EXECUTADO: UNIÃO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se do cumprimento de sentença inicialmente proposto por MARCO CRESPAN, MARIA

1. Considerando que as requisições de pagamento id 1536500350/1536500351 foram expedidas com bloqueio apenas em razão da exiguidade do prazo para sua inscrição na lei orçamentária (id 1520450352) e que não houve qualquer oposição das partes quanto ao seu conteúdo (id 1537859846 e 1601063868), não há razão para manutenção da restrição ao levantamento direto por parte dos seus beneficiários, ressalvadas as cessões de crédito.

Deste modo, **determino à Caixa Econômica Federal que autorize o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários abaixo indicados**, nos termos do art. 49, § 1º, da Resolução CJF n. 822/2023:

Requerente/Credor	**CPF/CNPJ**	**PRC**	Conta judicial
Ana Maria Ortiz Machado	197.762.681 0-72	7 3 4 4 4 57.2023.4.01.9198	-5156214973
Lourdes Schirmer	089.596.761 0-04	7 3 4 4 2 87.2023.4.01.9198	-5156214930
Nilo Manoel Mattia	030.866.071 0-68	7 3 4 4 3 72.2023.4.01.9198	-5156214965

*Até a homologação da cessão de crédito, deverão ser mantidas bloqueados os honorários contratuais destacados das requisições acima e os honorários de sucumbência a que se refere a requisição n. 173432-43.2023.4.01.9198.

2. Atribuo força de ofício a esta decisão para que seja encaminhada à instituição financeira oficial por mensagem eletrônica.

3. Intime-se a UNIÃO para se manifestar sobre a cessão de crédito (id 1652338033) no prazo de 10 dias.

4. Retifique-se a autuação para incluir o cessionário como terceiro interessado e habilitar seu(ua) advogado(a) (id 1652338037).

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, CNPJ 44.395.637/0001-08

5. Caso não haja oposição ficam desde logo:

a) deferida a homologada a cessão de crédito (id 1652386946)

b) determinada a expedição de ofício à instituição financeira para que transfira os valores depositados nas contas judiciais n. 5156214981 e 5156214949, 5156214957, 5156230979 (id 2025039689/2025039693) para a conta informada na petição id 2150246436.

6. Desnecessário intimar no PJe todos os exequentes que possuem os mesmos advogados.

7. Certificado o levantamento dos valores depositados em juízo, arquivem-se os autos independentemente de novo despacho ou intimação.

Data e assinatura eletrônica registradas no rodapé.

JUIZ FEDERAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Núcleo de Justiça 4.0 Apoio ao Cumprimento de Sentença

PROCESSO: 0002306-88.2002.4.01.3400
CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)
POLO ATIVO: ARLINDO JOAO SCHIO e outros
REPRESENTANTES POLO ATIVO: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA - DF06603
POLO PASSIVO:UNIÃO FEDERAL

INTIMAÇÃO DAS PARTES

Decisão de ID 2161663937

Partes intimadas do ato proferido:

ARLINDO JOAO SCHIO:
Meio: Sistema
Prazo: 10 dias

UNIÃO FEDERAL:
Meio: Sistema
Prazo: 10 dias

Decisão ficará disponível para visualização pelo(s) destinatário(s) acima somente após o registro da ciência (tácita ou expressa) - Lei 11.419/2006.
Para os demais usuários (não indicados acima), o documento ficará disponível após o registro de ciência por todos os destinatários indicados.

, 3 de dezembro de 2024.

Núcleo de Justiça 4.0 Apoio ao Cumprimento de Sentença

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 APOIO OIAPOQUE - SJDF

Processo n. 0002306-88.2002.4.01.3400

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados, vêm, mui respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, manifestarem ciência da r. decisão de ID 21663937, requerendo então que seja encaminhando ofício à Caixa Econômica Federal a fim de autorizar o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários exequentes.

Termos em que,
Pedem deferimento.
Brasília (DF), 6 de dezembro de 2024.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

Outlook

Encaminhamento decisão 2161663937

De Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - SJDF <nujus4.0.df@trf1.jus.br>
Data Seg, 09/12/2024 14:38
Para B2301DF01 - Demandas Judiciais <b2301df01@caixa.gov.br>; AG2301@caixa.gov.br <ag2301@caixa.gov.br>; B3911DF01 - Demanda Judicial <ag3911df01@caixa.gov.br>

1 anexo (40 KB)
00023068820024013400_2161663937_Decisão.pdf;

Prezados,
De ordem do Juiz Federal Robson Silva Mascarenhas, encaminho cópia despacho id 2161663937, proferida nos autos do processo 0002306-88.2002.4.01.3400.

"determino à Caixa Econômica Federal que autorize o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários abaixo indicados, nos termos do art. 49, § 1º, da Resolução CJF n. 822/2023:

Requerente/Credor	CPF/CNPJ	PRC	Conta judicial
Ana Maria Ortiz Machado	**197.762.680-72**	**173444-57.2023.4.01.9198**	**5156214973**
Lourdes Schirmer	**089.596.760-04**	**173442-87.2023.4.01.9198**	**5156214930**
Nilo Manoel Mattia	**030.866.070-68**	**173443-72.2023.4.01.9198**	**5156214965**

***Até a homologação da cessão de crédito, deverão ser mantidas bloqueados os honorários contratuais destacados das requisições acima e os honorários de sucumbência a que se refere a requisição n. 173432-43.2023.4.01.9198.**

2. Atribuo força de ofício a esta decisão para que seja encaminhada à instituição financeira oficial por mensagem eletrônica."

Solicito que sejam tomadas as providências necessárias.

Atenciosamente,

Leonardo Gomes dos Reis

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
NÚCLEO GESTOR - EXECUÇÕES (PRU1R/CORESE/NUG-EXEC)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DO(A) NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - APOIO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

NÚMERO: 0002306-88.2002.4.01.3400
PARTE(S): UNIÃO FEDERAL
PARTES(S): ARLINDO JOAO SCHIO E OUTROS

UNIÃO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer o que segue.

Ciente da decisão/sentença/despacho retro.

Brasília, 14 de dezembro de 2024.

PEDRO PEÇANHA SCHUWARTZ
ADVOGADO DA UNIÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DO NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 – APOIO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

CEDENTE: DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados infra-assinados, vem à presença de Vossa Excelência, se manifestar nos termos abaixo:

Conforme determinado em ID: 2161663937, reitera a cessionária a expedição do competente **Alvará de Levantamento** para liberação do total do crédito em nome do Cedente referentes aos seguintes **Precatórios nº 0173432-43.2023.4.01.9198, 0173442-87.2023.4.01.9198, 0173444-57.2023.4.01.9198 e 0173443-72.2023.4.01.9198** em nome do Cessionário e/ou de sua representante signatária, **Dra. LETICIA MESSIAS, inscrita na OAB/SP sob o nº 365.485,** nos termos do negócio jurídico entabulado e informado aos autos.

Excepcionalmente, na sua impossibilidade, requer seja realizada a transferência dos valores por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para conta corrente de titularidade do Cessionário, conforme dados bancários abaixo:

CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS
CNPJ: 44.395.637/0001-08
BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (104)
AGÊNCIA: 1181
C/C: 00000300-2
OP: 003

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 19/03/2025 16:11:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25031916112655300000016815455
Número do documento: 25031916112655300000016815455

No mais, cumpre esclarecer que o Requerente/Cessionário se trata de Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo, portanto, **ISENTO de pagamento de Imposto de Renda na forma da redação do art. 1º da Lei 12.431/2011,** sendo que os resgates são vedados e os recursos são recebidos como amortização de cotas no término de sua duração ou em caso de liquidação, incidindo IR apenas no momento da amortização, término, liquidação ou na hipótese de cessão de cotas do fundo.

Desta feita, pugna este cessionário para que não ocorra a retenção de Imposto de Renda no momento da transferência dos valores.

Ademais, requer sejam todas as publicações e notificações, referentes aos autos em epígrafe, sejam realizadas em nome da **Dra. Letícia Messias, OAB/SP nº 365.485, sob pena de nulidade, nos termos do §2º, art. 272, do CPC**.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 19 de março de 2025.

LETÍCIA MESSIAS
OAB/SP Nº 365.485

Assinado eletronicamente por: LETICIA MESSIAS - 19/03/2025 16:11:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25031916112655300000016815455
Número do documento: 25031916112655300000016815455

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

PROCESSO Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que o e-mail enviado à CEF foi reiterado no dia 27/05/2025 e na data de hoje, conforme anexo.

Brasília/DF, 4 de junho de 2025.

GIOVANNA MAVIGNA DA SILVA

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

Outlook

ENC: Levantamento de valores - Proc. 0002306-88.2002.4.01.3400

De Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - SJDF <nujus4.0.df@trf1.jus.br>
Data Qua, 04/06/2025 08:32
Para AG2301@caixa.gov.br <ag2301@caixa.gov.br>

3 anexos (2 MB)
00023068820024013400_2161663937_Decisão.pdf; DECISÃO (2).pdf; PRCs 228 a 230_2023.pdf;

Senhor(a) Gerente,

Novamente reitero os e-mail enviados em 09/12/2024 e 27/05/2025 para que seja realizado o cumprimento da Decisão ID 2161663937, proferida nos autos do processo 0002306-88.2002.4.01.3400, conforme anexo.

"Deste modo, determino à Caixa Econômica Federal que autorize o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários abaixo indicados, nos termos do art. 49, § 1º, da Resolução CJF n. 822/2023:

Requerente/Credor	CPF/CNPJ	PRC	Conta judicial
Ana Maria Ortiz Machado	**197.762.680-72**	**173444-57.2023.4.01.9198**	**5156214973**
Lourdes Schirmer	**089.596.760-04**	**173442-87.2023.4.01.9198**	**5156214930**
Nilo Manoel Mattia	**030.866.070-68**	**173443-72.2023.4.01.9198**	**5156214965**

***Até a homologação da cessão de crédito, deverão ser mantidas bloqueados os honorários contratuais destacados das requisições acima e os honorários de sucumbência a que se refere a requisição n. 173432-43.2023.4.01.9198.**

2. Atribuo força de ofício a esta decisão para que seja encaminhada à instituição financeira oficial por mensagem eletrônica."

Assinado eletronicamente por: GIOVANNA MAVIGNA DA SILVA - 04/06/2025 08:46:16
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25060408461623600000031993412
Número do documento: 25060408461623600000031993412

Aguardo o cumprimento e desde já agradeço!

Atenciosamente,

Giovanna Mavigna da Silva
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

De: Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - SJDF <nujus4.0.df@trf1.jus.br>
Enviado: terça-feira, 27 de maio de 2025 10:09
Para: AG2301@caixa.gov.br <ag2301@caixa.gov.br>
Assunto: ENC: Levantamento de valores - Proc. 0002306-88.2002.4.01.3400

Senhor Gerente,

Reitero o e-mail enviado no dia 9 de dezembro de 2024.

De ordem do Juiz Federal, Dr. Robson Silva Mascarenhas, encaminho cópia da Decisão ID 2161663937, proferida nos autos do processo 0002306-88.2002.4.01.3400, conforme anexo.

"Deste modo, determino à Caixa Econômica Federal que autorize o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários abaixo indicados, nos termos do art. 49, § 1º, da Resolução CJF n. 822/2023:

Requerente/Credor	CPF/CNPJ	PRC	Conta judicial
Ana Maria Ortiz Machado	**197.762.680-72**	**173444-57.2023.4.01.9198**	**5156214973**
Lourdes Schirmer	**089.596.760-04**	**173442-87.2023.4.01.9198**	**5156214930**
Nilo Manoel Mattia	**030.866.070-68**	**173443-72.2023.4.01.9198**	**5156214965**

***Até a homologação da cessão de crédito, deverão ser mantidas bloqueados os honorários contratuais destacados das requisições acima e os honorários de sucumbência a que se refere a requisição n. 173432-43.2023.4.01.9198.**

2. Atribuo força de ofício a esta decisão para que seja encaminhada à instituição financeira oficial por mensagem eletrônica."

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente por: GIOVANNA MAVIGNA DA SILVA - 04/06/2025 08:46:16
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25060408461623600000031993412
Número do documento: 25060408461623600000031993412

Giovanna Mavigna da Silva
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

De: Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - SJDF
Enviado: segunda-feira, 9 de dezembro de 2024 14:38
Para: B2301DF01 - Demandas Judiciais <b2301df01@caixa.gov.br>; AG2301@caixa.gov.br <ag2301@caixa.gov.br>; B3911DF01 - Demanda Judicial <ag3911df01@caixa.gov.br>
Assunto: Encaminhamento decisão 2161663937

Prezados,
De ordem do Juiz Federal Robson Silva Mascarenhas, encaminho cópia despacho id 2161663937, proferida nos autos do processo 0002306-88.2002.4.01.3400.

"**determino à Caixa Econômica Federal que autorize o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários abaixo indicados, nos termos do art. 49, § 1º, da Resolução CJF n. 822/2023:**

Requerente/Credor	CPF/CNPJ	PRC	Conta judicial
Ana Maria Ortiz Machado	**197.762.680-72**	**173444-57.2023.4.01.9198**	**5156214973**
Lourdes Schirmer	**089.596.760-04**	**173442-87.2023.4.01.9198**	**5156214930**
Nilo Manoel Mattia	**030.866.070-68**	**173443-72.2023.4.01.9198**	**5156214965**

***Até a homologação da cessão de crédito, deverão ser mantidas bloqueados os honorários contratuais destacados das requisições acima e os honorários de sucumbência a que se refere a requisição n. 173432-43.2023.4.01.9198.**

2. Atribuo força de ofício a esta decisão para que seja encaminhada à instituição financeira oficial por mensagem eletrônica."

Solicito que sejam tomadas as providências necessárias.

Atenciosamente,

Leonardo Gomes dos Reis
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

Assinado eletronicamente por: GIOVANNA MAVIGNA DA SILVA - 04/06/2025 08:46:16
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25060408461623600000031993412
Número do documento: 25060408461623600000031993412

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Núcleos de Justiça 4.0
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

PROCESSO Nº 0002306-88.2002.4.01.3400

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que juntei a resposta da CEF enviada por e-mail, conforme anexo.

Brasília/DF, 9 de junho de 2025.

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

Outlook

Resposta: Levantamento de valores - Proc. 0002306-88.2002.4.01.3400

De B2301DF01 - Demandas Judiciais <b2301df01@caixa.gov.br>
Data Seg, 09/06/2025 12:33
Para Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - SJDF <nujus4.0.df@trf1.jus.br>

3 anexos (2 MB)
00023068820024013400_2161663937_Decisão.pdf; DECISÃO (2).pdf; PRCs 228 a 230_2023.pdf;

E-mail classificado como #EXTERNO.CONFIDENCIAL

Ref: PROC 0002306-88.2002.4.01.3400

Ao
Núcleo de Justiça 4.0 - SJDF

Sr(a) Juiz(a) Federal,

1. Demanda atendida, as contas foram desbloqueadas e posta à disposição dos beneficiários para saque, independente de alvará.
2. Permanecemos à disposição.

Atenciosamente

Raimundo Nascimento Felix
Técnico Bancário
Weliton Querino da Silva
Gerente de Área
CAIXA *AG 2301 – PA Precatório TRF 1º Região*
weliton.q.silva@caixa.gov.br

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, contém informações confidenciais. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente.

De: Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - SJDF <nujus4.0.df@trf1.jus.br>
Enviada em: quarta-feira, 4 de junho de 2025 08:32
Para: B2301DF - PA TRF Brasilia/DF <ag2301@caixa.gov.br>
Assunto: ENC: Levantamento de valores - Proc. 0002306-88.2002.4.01.3400

Senhor(a) Gerente,

Novamente reitero os e-mail enviados em 09/12/2024 e 27/05/2025 para que seja realizado o cumprimento da Decisão ID 2161663937, proferida nos autos do processo 0002306-88.2002.4.01.3400, conforme anexo.

"Deste modo, determino à Caixa Econômica Federal que autorize o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários abaixo indicados, nos termos do art. 49, § 1º, da Resolução CJF n. 822/2023:

Requerente/Credor	CPF/CNPJ	PRC	Conta judicial
Ana Maria Ortiz Machado	**197.762.680-72**	**173444-57.2023.4.01.9198**	**5156214973**
Lourdes Schirmer	**089.596.760-04**	**173442-87.2023.4.01.9198**	**5156214930**
Nilo Manoel Mattia	**030.866.070-68**	**173443-72.2023.4.01.9198**	**5156214965**

***Até a homologação da cessão de crédito, deverão ser mantidas bloqueados os honorários contratuais destacados das requisições acima e os honorários de sucumbência a que se refere a requisição n. 173432-43.2023.4.01.9198.**

2. Atribuo força de ofício a esta decisão para que seja encaminhada à instituição financeira oficial por mensagem eletrônica."

Aguardo o cumprimento e desde já agradeço!

Atenciosamente,

Giovanna Mavigna da Silva
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

De: Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - SJDF
Enviado: terça-feira, 27 de maio de 2025 10:09
Para: AG2301@caixa.gov.br
Assunto: ENC: Levantamento de valores - Proc. 0002306-88.2002.4.01.3400

Senhor Gerente,

Reitero o e-mail enviado no dia 9 de dezembro de 2024.

De ordem do Juiz Federal, Dr. Robson Silva Mascarenhas, encaminho cópia da Decisão ID 2161663937, proferida nos autos do processo 0002306-88.2002.4.01.3400, conforme anexo.

"Deste modo, determino à Caixa Econômica Federal que autorize o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários abaixo indicados, nos termos do art. 49, § 1º, da Resolução CJF n. 822/2023:

Requerente/Credor	CPF/CNPJ	PRC	Conta judicial

Assinado eletronicamente por: HUGO GUIMARAES CARVALHO - 09/06/2025 16:31:13
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25060916311338600000033205430
Número do documento: 25060916311338600000033205430

Ana Maria Ortiz Machado	**197.762.680-72**	**173444-57.2023.4.01.9198**	**5156214973**
Lourdes Schirmer	**089.596.760-04**	**173442-87.2023.4.01.9198**	**5156214930**
Nilo Manoel Mattia	**030.866.070-68**	**173443-72.2023.4.01.9198**	**5156214965**

***Até a homologação da cessão de crédito, deverão ser mantidas bloqueados os honorários contratuais destacados das requisições acima e os honorários de sucumbência a que se refere a requisição n. 173432-43.2023.4.01.9198.**

2. Atribuo força de ofício a esta decisão para que seja encaminhada à instituição financeira oficial por mensagem eletrônica."

Atenciosamente,

Giovanna Mavigna da Silva
Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

De: Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença - SJDF
Enviado: segunda-feira, 9 de dezembro de 2024 14:38
Para: B2301DF01 - Demandas Judiciais ; AG2301@caixa.gov.br ; B3911DF01 - Demanda Judicial
Assunto: Encaminhamento decisão 2161663937

Prezados,

De ordem do Juiz Federal Robson Silva Mascarenhas, encaminho cópia despacho id 2161663937, proferida nos autos do processo 0002306-88.2002.4.01.3400.

"determino à Caixa Econômica Federal que autorize o levantamento dos valores depositados em favor dos beneficiários abaixo indicados, nos termos do art. 49, § 1º, da Resolução CJF n. 822/2023:

Requerente/Credor	CPF/CNPJ	PRC	Conta judicial
Ana Maria Ortiz Machado	**197.762.680-72**	**173444-57.2023.4.01.9198**	**5156214973**
Lourdes Schirmer	**089.596.760-04**	**173442-87.2023.4.01.9198**	**5156214930**

Assinado eletronicamente por: HUGO GUIMARAES CARVALHO - 09/06/2025 16:31:13
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25060916311338600000033205430
Número do documento: 25060916311338600000033205430

Nilo Manoel Mattia	**030.866.070-68**	**173443-72.2023.4.01.9198**	**5156214965**

***Até a homologação da cessão de crédito, deverão ser mantidas bloqueados os honorários contratuais destacados das requisições acima e os honorários de sucumbência a que se refere a requisição n. 173432-43.2023.4.01.9198.**

2. Atribuo força de ofício a esta decisão para que seja encaminhada à instituição financeira oficial por mensagem eletrônica."

Solicito que sejam tomadas as providências necessárias.

Atenciosamente,

Leonardo Gomes dos Reis

Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença

Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s) e podem conter informações confidenciais e/ou legalmente privilegiadas. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso não autorizado de tais informações são proibidas e podem ser ilegais, sujeitando-se o responsável às penalidades cabíveis. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo o Tribunal de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Caso não seja o destinatário desta mensagem, solicitamos a gentileza de notificar o remetente e eliminá-la imediatamente

Assinado eletronicamente por: HUGO GUIMARAES CARVALHO - 09/06/2025 16:31:13
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25060916311338600000033205430
Número do documento: 25060916311338600000033205430